



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Mistas Permanentes

ANO LXVIII – SUP. “C” AO Nº 169 – QUINTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em	
1.1 – ATAS DE COMISSÃO MISTA PER-		23 de maio de 2013.....	00064
MANENTE		Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada	
1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre		em 3 de junho de 2013.....	00086
Mudanças Climáticas – CMMC		Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada	
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada		em 18 de junho de 2013.....	00086
em 2 de abril de 2013.....	00004	Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada	
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada		em 12 de julho de 2013.....	00107
em 22 de abril de 2013	00027	Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada	
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada		em 13 de agosto de 2013.....	00107
em 23 de abril de 2013.....	00028	Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada	
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada		em 30 de agosto de 2013.....	00124
em 14 de maio de 2013.....	00045		

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2013, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e onze minutos do dia dois de abril do ano de dois mil e treze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jorge Viana e Sérgio Souza, e dos Deputados Fernando Ferro, Hugo Napoleão, Sarney Filho, Relator, Celso Maldaner e Ricardo Tripoli, membros da Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Colbert Martins e Anselmo de Jesus. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência submete à apreciação o seguinte Requerimento no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 1, de 2013-CMMC**. “requer a realização de Audiência Pública para debater o tema ‘Procedimentos e propostas que o Brasil levará para a 19ª Conferência das Partes (COP – 19) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a realizar-se de 11 a 22 de novembro de 2013, em Warsaw/Polônia, com a participação, como convidados, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Isabella Teixeira e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota”. **Autoria:** Deputado Fernando Ferro. **Resultado:** Aprovado. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de **Audiência Pública** para debater o tema: “**Valoração dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas**”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 12 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: **Arnaldo Jardim**, Deputado Federal, relator do Projeto de Lei nº 792/2007 que dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências; **Artur Paiva**, Coordenador de Serviços Ambientais – Conservação Internacional - CI; **Adriano Santhiago de Oliveira**, Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do meio Ambiente - MMA; **Júlio César Roma**, Coordenador de Estudos em Sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Apli-

cada - IPEA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator da Comissão, Deputado Sarney Filho, Deputados Fernando Ferro, Anselmo de Jesus e Celso Maldaner e a Senadora Vanessa Grazziotin. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Ao final, a Presidência comunica que a próxima Reunião será convocada para o dia nove de abril do corrente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008-CN, que cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar da valoração dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas, em conformidade com a aprovação do plano de trabalho da Comissão no dia 12 de março do corrente.

Todos os nossos convidados já se encontram presentes, com exceção do nobre Deputado Arnaldo Jardim, que comunicou que chegará um pouco depois, pedindo, assim, para falar por último.

O Sr. Deputado Fernando Ferro havia solicitado a palavra.

Com a palavra, Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Srª Presidente, foi em comum acordo com os demais membros da Comissão que apresentamos requerimento de convite a Srª Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a fim de falar aqui sobre a Convenção de Mudanças Climáticas, a COP XIX, instrumento da ONU que analisa as áreas de desertificação, de mudanças climáticas e tem tudo a ver com os trabalhos que conduzimos nesta Comissão.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Srª Presidente, para discutir.

É muito pertinente esse requerimento, especialmente pelo o fato de que foi uma iniciativa, segundo a nossa Presidente nos disse há pouco, da própria Ministra. É importante que nós saibamos qual a estratégia que o Brasil vem adotando e qual a proposta que o Brasil vai apresentar nessa próxima Conferência das Partes.

É importante também que esta Comissão, segundo decisão já tomada aqui e já votada, participe, não só presencialmente, mas com conteúdo, dessa discussão. É importante que a Ministra venha falar sobre aquilo que o Governo brasileiro vem elaborando, vem realizando e aquilo que o Governo brasileiro vai colocar nessa conferência. Tem tudo a ver com o nosso programa, já aprovado, e é, de certa maneira, a antecipação de uma discussão que nós ainda vamos ter às vésperas da CÔP.

Portanto, parabéns pela iniciativa.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Realmente, um adendo, como lembrado aqui: seria importante e interessante a presença do Sr. Ministro das Relações Exteriores, pela evidente interface que tem com a sua pasta essa temática que diz respeito às relações entre os países que participam desse debate.

Portanto, além da Ministra do Meio Ambiente, o Ministro das Relações Exteriores estaria convidado a falar sobre as tratativas e os procedimentos do Brasil no encaminhamento desse debate nessa convenção da ONU.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Perfeitamente.

É isso que tanto o Deputado Ferro quanto o Deputado Sarney Filho já expuseram. Mas adiante, muito próximo da Conferência das Partes sobre o clima, nós faremos os debates, mas é importante que, já agora, façamos um antecipadamente.

Então, eu coloco em discussão o requerimento apresentado pelo Deputado Ferro.

Como já foi discutido e não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, nós faremos em comum acordo. Talvez não venha o Ministro das Relações Exteriores, mas, sim, o embaixador que tratará do tema, que não sei exatamente quem é... Era o Embaixador Figueiredo, que, agora, é o Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Quem será?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Exatamente. Teremos oportunidade de conhecer o novo embaixador, o novo negociador brasileiro em uma reunião próxima desta Comissão.

Cumprimento o Deputado Fernando Ferro.

Passemos, agora, à nossa audiência pública.

Convido, para fazer parte da mesa, o Dr. Artur Paiva, Coordenador de Serviços Ambientais da Conservação Internacional. *(Pausa.)*

S. Sª está dando uma entrevista. Perfeitamente.

Convido o Sr. Júlio César Roma, Coordenador de Estudos em Sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, do Ipea.

Seja bem-vindo.

Dr. Adriano Santiago de Oliveira, que é Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

O Dr. Artur já está convidado. Quando chegar, fará parte da Mesa. Da mesma forma o Deputado Arnaldo Jardim.

Conforme já falei, sem problema, podemos começar com o Dr. Júlio.

Com a palavra, Dr. Júlio.

O SR. JÚLIO CÉSAR ROMA – Bom dia a todos.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite feito ao Ipea e saudar todos na presença da Presidente da Comissão, Senadora Vanessa Grazziotin, do Vice-Presidente, Deputado Fernando Ferro, e também do Relator, Deputado Sarney Filho.

Bom, na verdade, o convite é sobre o tema Valoração dos Serviços Ecossistêmicos como Política para a Adaptação e Mitigação em Mudanças Climáticas.

Como percebemos, isso envolve, na verdade, diversos conceitos. Então, eu preparei uma apresentação em que falo sobre cada um desses pontos separadamente. Então, falo, primeiramente, sobre serviços ecossistêmicos; depois sobre valorização desses serviços; efeitos previstos das mudanças climáticas no Brasil; fonte de emissões brasileiras; adaptação e mitigação – certamente o Adriano vai falar com muito mais propriedade do que eu sobre esse tema especificamente –; e sobre algumas ações relacionadas em curso no mundo e no Brasil.

Então, o que seriam serviços ecossistêmicos? Em termos simples, conforme a definição da Avaliação Ecossistêmica do Milênio, apresentada em 2005, são benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas. Essa Avaliação Ecossistêmica do Milênio mobilizou mais de 1.300 cientistas ao redor do mundo, e, a partir daí, começou a ser enfatizado mais esse conceito de serviços ecossistêmicos, que se dividem em quatro grandes blocos: Serviços de Provisão, que são produtos obtidos dos ecossistemas, como alimentos, água

doce, lenha, fibras, bioquímicos, recursos genéticos; Serviços de Regulação, que são benefícios obtidos da regulação de processos ecossistêmicos, como regulação climática, de particular interesse para a Comissão, controle de doenças, regulação hídrica, purificação da água e polinização; Serviços Culturais, que são benefícios imateriais obtidos dos ecossistemas, como espirituais, religiosos, recreação em ecoturismo, estéticos, de inspiração, senso de lugar ou de pertencimento a um determinado lugar; e herança cultural. E, por fim, o quarto grande bloco de serviços seria o Serviços de Suporte, que são serviços necessários para a produção de todos os demais serviços ecossistêmicos, tais como formação do solo, ciclagem de nutrientes, produção primária e apta para as espécies.

E quanto ao valor dos serviços ecossistêmicos? Bom, ele é definido segundo sua utilidade e importância. Só que há uma particularidade em relação a esses serviços: o valor deles raramente é captado pelo preço. São serviços que não têm direito de propriedade definidos e que não são transacionados em mercado, em sua maioria. Isso leva a uma subestimação da importância social e econômica desses serviços ecossistêmicos, que, por sua vez, resultam em degradação e perda desse serviço, e não à redução do bem-estar da sociedade.

Então, existem várias formas de analisar valor, que podem ser divididas em monetárias, serviços que são transacionados em mercados, que têm um preço, e não monetários, como serviços que variam quantitativa e qualitativamente. Às vezes conseguimos perceber que um determinado serviço está sendo reduzido ou está sendo aumentada a sua abundância ou disponibilidade, mas não se consegue atribuir um preço a esse tipo de serviço.

Quais são as características do estudo de valoração? Eles são muito limitados pela escassez de dados e informações sobre processos ecológicos. Na verdade, a parte econômica é a parte mais fácil. A parte mais difícil é conseguir dados sobre os processos ecológicos que resultam nesses serviços ecossistêmicos.

Existem também limitações metodológicas, que dificultam a incorporação dos valores intrínsecos dos serviços ecossistêmicos, e apresentam problemas de determinação de escala adequada e de valoração. São específicos para cada contexto. Então, não adianta pegar, por exemplo, um valor de um serviço ecossistêmico, que foi de determinada valoração em determinada época, e simplesmente transferir esse valor, sem nenhuma análise, para outros locais e outros momentos. Depende também, como eu já disse, da quantidade de dados disponíveis.

Só mais uma vez. Isso.

Outra questão muito discutida são os valores totais de serviços ecossistêmicos. O valor total da Amazônia. Essa, na verdade, é uma abordagem inadequada porque, primeiro, o capital natural do Brasil é um dos maiores do mundo e se conhece muito pouco desse capital ainda. Nós somos detentores de 13% da biodiversidade. Enfim, uma grande quantidade de serviços ecossistêmicos que não são valorados. Então, é inadequada essa abordagem de valores totais.

Próximo.

E quantas mudanças climáticas são previstas para o Brasil? Esse é um estudo que foi feito pelo pessoal do CPTEC/Inpe para o Ministério do Meio Ambiente. Foi publicado em 2006. O principal cientista é o José Marengo. De maneira bem simples, estas são as principais mudanças climáticas previstas para o Brasil: aumento das temperaturas na Amazônia, com redução de chuvas no Semiárido nordestino – na verdade, um déficit hídrico que se estende pela maior parte do ano e não está presente apenas em três meses do ano; ele provavelmente vai se estender a todo o ano –; aumento da incidência de eventos extremos, de chuva e de temperatura, mais frequentes nas grandes metrópoles do País – isso, embora não existam dados científicos que comprovem, já estamos observando –; grande quantidade de chuva em curto período de tempo e noites mais quentes, a frequência desses eventos extremos, como acontece, por exemplo, na Serra do Mar, no Rio de Janeiro, e em grandes metrópoles como São Paulo; maior incidência de transmissão de doenças – a dengue está aí para todo mundo ver –; avanço do mar na costa brasileira, em função do aumento do seu nível.

Próximo.

E quais seriam, então, as principais fontes de emissão de gás de efeito estufa do Brasil? Essa é a capa da Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Esse relatório foi publicado em 2010, na verdade, mas o período de dados é de 1995 a 2005. Em 2005, as emissões de CO₂ no Brasil eram da ordem de 1,638 gigatoneladas de CO₂, e a principal fonte das emissões são as mudanças no uso da terra e de florestas, que correspondem a 77% do total. Na verdade, é um eufemismo para falar do desmatamento. A maior parte das emissões brasileiras é resultante de desmatamento.

E aí a contribuição de cada bioma, dos biomas que contribuem mais para isso: a Amazônia, com 67% do total das emissões; e o Cerrado, com 22%. Outro setor que também contribui bastante para emissões de CO₂ é o de energia, com 19%, que se divide em transporte rodoviário e indústria. Há pouco tempo falávamos da defasagem desses dados. Provavelmente, depois de

tantos anos, já mudou essa composição. Como nós falávamos com o Deputado, na questão da energia, já entraram, há dois anos, as termelétricas, que têm funcionado mais frequentemente, e o desmatamento tem caído nesses biomas, pelo menos na Amazônia.

Próximo.

Adaptação e mitigação são conceitos definidos pela Lei nº 12.187/2009, que define a Política Nacional sobre a Mudança do Clima. Adaptação seriam os incentivos e as medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais esperados na mudança do clima. Questões relacionadas: disponibilidade e regulação hídrica, como nós vimos, o serviço ecossistêmico superimportante; relação entre alterações da cobertura vegetal e os desastres naturais; uma melhor compreensão dos efeitos de elevação do nível do mar e como reduzi-los, como, por exemplo, o papel dos manguezais e outras áreas úmidas costeiras, que servem como barreira a eventos extremos ligados ao mar e também são importantes reservatórios de carbono; efeitos da elevação do nível do mar, da temperatura sobre recifes de corais e áreas costeiras; e novos produtos da biodiversidade, como alimentos e fármacos.

Próximo, por favor.

A questão de mitigação está ligada à redução de emissão dos gases de efeito estufa e aumento dos sumidouros. Como isso pode ser feito? Com o monitoramento dos desmatamentos dos demais biomas brasileiros. Essa foi uma iniciativa que começou em 2008, foi interrompida em 2010 e, pela notícia que tive recentemente, ela foi retomada. Então, como vimos, o Cerrado, hoje em dia, responde por uma taxa de desmatamento mais elevada do que a própria Amazônia. Então, ele precisa ser monitorado de maneira contínua.

O melhor entendimento do valor das áreas protegidas para redução das emissões – nós vamos ver um exemplo aqui que trata disso; uma melhor compreensão do papel das florestas plantadas como sumidouros de carbono; e o uso sustentável de capital natural, atribuindo maior valor à floresta em pé, uma melhor compreensão de produtos da economia de produtos florestais não madeireiros.

Na verdade, isso é uma verdadeira economia invisível. Só para citar um exemplo, a economia do açaí, que é tratada na PEVS, pesquisa de extrativismo vegetal e da silvicultura, que é feita anualmente pelo IBGE, geraria um valor de cento e pouco milhões de reais. Mas se, como tem sido feito pelo Idesp, em parceria com o Ipea, se estimar o valor disso ao longo de toda a cadeia, somente a cadeia do açaí em uma determinada região lá do Pará, no Baixo Amazonas, ela gera mais de R\$1 bilhão de transações econômicas. Então,

é preciso estudar melhor isso, ter uma melhor noção para se valorar a floresta em pé.

Próximo.

Passando às iniciativas recentes internacionais, um estudo bastante importante que ocorreu ao longo de 2007 até 2010 foi o estudo chamado TEEB, que é um acrônimo em inglês para Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade.

O objetivo principal desse estudo foi chamar atenção para os benefícios econômicos do capital natural, desses serviços ecossistêmicos, e evidenciar os custos crescentes da perda de biodiversidade e da degradação desses ecossistemas. Enfatizamos a oportunidade de manejo sustentável, restauração e ações de conservação.

Na verdade, ele foi inspirado num relatório externo para o clima, para mostrar que é mais barato se conservar a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos do que se ter que repor isso, uma vez perdido.

Esses foram relatórios publicados por esse estudo, alguns deles, para tomadores de decisão em nível nacional e internacional, para nível regional e local e também para a indústria, o *business*.

Próximo.

Nós, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente, a Conservação Internacional, CNI e IUCN, executamos uma parte do TEEB Brasil com um objetivo afim, que é evidenciar os benefícios da biodiversidade, serviços ecossistêmicos. Então, nós fizemos essa primeira parte, que é análise de lacunas dos estudos de valoração realizados no Brasil. Coube ao Ipea fazer essa primeira parte.

E outras iniciativas que estão em andamento, pelo que a gente tem conhecimento, é o TEEB para governos locais e regionais, que é da agência de cooperação alemã, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Estado, e também o TEEB para o setor de negócios, tema que, provavelmente, o representante da Conservação Internacional vai abordar.

Próximo.

Este é um sumário de conteúdos de análise de lacunas que nós fizemos. Ela está no prelo e deve sair até o meio do ano. Ela tem oito seções principais: uma introdução contextualizando estudo; uma revisão da literatura de valoração de serviços ecossistêmicos, com foco no território brasileiro; estudos realizados por biomas, por setores econômicos, serviços ecossistêmicos e métodos – uma classificação disso; um contexto institucional – as instituições, a governabilidade, realização de estudos relacionados à gestão da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no Brasil; iniciativas não governamentais – uma compila-

ção, principalmente de pagamento por serviços ambientais, e há várias iniciativas no Brasil; capacidade técnica e científica instalada no País para a realização dos estudos necessários; fontes de dados e lacunas identificadas; recomendações e considerações finais.

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO CÉSAR ROMA– Rapidamente, a gente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – O senhor pode concluir, a campanha toca automaticamente, porque nós colocamos 15 minutos, mas pode seguir.

O SR. JÚLIO CÉSAR ROMA – Certo, mas eu já estou, na verdade, finalizando.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Perfeitamente.

O SR. JÚLIO CÉSAR ROMA – Próximo, por favor.

Esses são apenas alguns resultados. O número de estudo do bioma: o bioma Amazônia tem o maior número de estudos, com 24; o segundo é a Mata Atlântica. Na verdade, isso não é uma coincidência. A Amazônia atrai muitos interesses em função do peso que ela tem nas mudanças climáticas, por ser um grande reservatório de carbono, e em função da questão da biodiversidade, e a Mata Atlântica também. A gente vê que outros biomas são bastante menos representados nos estudos.

Próximo!

Aqui está o número de estudos por serviço ecossistêmico. Os principais, os mais abordados são regulação hídrica e regulação climática, com 17 estudos cada um.

Quanto à regulação hídrica, na verdade, são estudos muito heterogêneos, indo desde o impacto de um reservatório no Estado de São Paulo até estudos mais abundantes, como, por exemplo, variações na cobertura vegetal do Estado do Tocantins, na bacia do Rio Tocantins, e a relação dessas variações na cobertura vegetal em função dos desmatamentos; e a regulação dos fluxos hídricos lá.

Próximo!

Citamos dois exemplos de estudos bastante abrangentes e interessantes, para vermos a relação entre serviços ecossistêmicos, entre a importância desses serviços ecossistêmicos e a questão das mudanças climáticas.

Um exemplo de estudo de mitigação foi feito por Soares-Filho e colaboradores em 2010 e foi voltado para a quantificação da mitigação das emissões de gases de efeito estufa por áreas protegidas da Amazônia. Segundo levantamento que eles fizeram, nas 595 áreas protegidas, que abrangem unidades de conservação,

áreas indígenas e áreas militares na Amazônia, há 54% das florestas remanescentes na Amazônia brasileira e 56% do carbono estocado. A manutenção dessas 595 áreas, quando estas estiverem implementadas – algumas delas não foram implementadas ainda –, terá o potencial de evitar a emissão de 8 gigatoneladas de carbono até o ano de 2050. Em ordem de grandeza, isso equivale a cinco anos de emissões brasileiras nesse período.

Outro estudo interessante que a gente identificou foi o estudo de Costa e colaboradores, feito em 2003, que buscou quantificar o impacto do desmatamento na provisão e regulação dos fluxos hídricos. Como mencionei anteriormente, isso se deu na bacia do Rio Tocantins, no bioma Cerrado, na região de Porto Nacional. Eles fizeram uma análise de 50 anos nas descargas do rio, nos fluxos, e as relacionaram com a cobertura vegetal nessa região e com a pluviosidade, observando como variou a pluviosidade ao longo desses 50 anos. Eles dividiram o estudo num período em que houve menos desmatamento, até 1978, e, depois, num período com mais desmatamento. Eles constataram que houve um aumento de até 28% nas descargas hídricas do Rio Tocantins, apesar de não ter havido diferença na pluviosidade nesses períodos, o que indica, então, que houve uma mudança na resposta hidrológica da região em função dos desmatamentos que ocorreram naquela bacia. Então, novamente, liga-se a importância da manutenção da cobertura vegetal à questão de serviços ecossistêmicos.

Próximo, por favor!

Muito brevemente, apresento algumas conclusões e recomendações.

Como vimos, o conhecimento é bastante fragmentado e resulta de estudos com pequena cobertura geográfica que não dão uma ampla visão do valor do capital natural brasileiro.

Existe uma concentração na Amazônia e na Mata Atlântica desses estudos, em detrimento dos demais.

Existe um predomínio de valoração de serviços ecossistêmicos com preços de mercado, como carbono, água e bens como a madeira e produtos florestais não madeireiros. E há outros serviços importantes também, como a provisão de recursos genéticos, fármacos e bioquímicos pela biodiversidade, que são virtualmente desconhecidos.

Próximo.

Existe a disponibilidade de conhecimento, e há grupos de pesquisa trabalhando, mas existe um distanciamento entre aqueles que trabalham com ecologia e aqueles que trabalham com economia. É preciso fazer esse *link* de maneira mais forte.

É importante definir muito bem o contexto, as perguntas que vão ser realizadas em função das respostas que se desejam.

(Soa a campainha.)

O SR. JÚLIO CÉSAR ROMA – Enfim, quais os problemas a valoração está procurando resolver? A escassez de água, a fertilidade do solo ou, no caso de interesse aqui, a mitigação e a adaptação a mudanças climáticas?

Próximo.

Recomendamos, então, que projetos voltados para o desenvolvimento econômico, como são as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), devem também considerar, na sua avaliação de custo-benefício, os valores dos serviços ecossistêmicos para que as decisões sejam tomadas de maneira informal, de maneira mais consciente.

Outro componente importantíssimo é o fato de que deve ser feito para cidadãos. Enfim, é muito importante comunicar essas mensagens do valor dos serviços ecossistêmicos para os cidadãos comuns, de maneira a torná-los aliados também na conservação e manutenção desses serviços ecossistêmicos.

Era isso. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Após ouvir todos os nossos convidados, no fim, passaremos a palavra aos Deputados e Senadores para fazerem suas perguntas ou colocações.

Agradeço a participação do nosso convidado representando o Ipea. Na sequência, o Dr. Júlio César. Vou chamar o Dr. Artur, que chegou agora, que seria o primeiro a falar, pela ordem.

Pode ser agora?

A gente está dando aqui quinze minutos e, depois, mais um tempinho.

Com a palavra o Dr. Artur Paiva, que representa aqui a Conservação Internacional.

O SR. ARTUR PAIVA – Primeiramente, agradeço pelo convite feito pela Comissão.

Meu nome é Artur Paiva, sou engenheiro florestal e trabalho com a temática de serviços ambientais na Conservação Internacional desde 2008.

Rapidamente, sobre o que é a Conservação Internacional, a CI-Brasil, ela está presente em cinco escritórios distribuídos estrategicamente cobrindo os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e ambiente costeiro. Nós trabalhamos com demonstrações de campo visando impactos em larga escala e, ao longo da trajetória de mudanças de missão e de visão e valores, nós primamos por ecossistemas saudáveis que gerem serviços ecossistêmicos ambientais para o bem-estar da humanidade. Esta é uma visão macro.

Pode passar.

Mas de que tipo de valoração, então, estamos falando? Valorar serviços ambientais para colocar em políticas públicas de adaptação e mitigação.

Posso estar falando de valores intrínsecos, valores imateriais, espirituais, que independem da consistência humana, posso estar falando de valores recreacionais, o valor, por si só, de um bem, de uma espécie rara, posso estar falando de valores de uso direto ou indireto, de opção de uso, alimentos, fibra, madeira, ou indireto, como, por exemplo, armazenamento de carbono. Eu não uso armazenamento de carbono, mas eu sou beneficiado indiretamente por ele. Posso estar falando de valores de opção, como, por exemplo, preservar a biodiversidade para uso futuro, de valores de não uso, como legado, deixar isso para as gerações futuras, ou valor de existência, ou seja, a biodiversidade por si só, pelo fato de existir.

Então, quando eu falo de valoração, vem a ideia de preço, de colocar valores. Quando eu coloco preço na captura e retenção de carbono na biodiversidade, na proteção hídrica e na beleza cênica, que são os quatro serviços ambientais que podemos dizer que são comercializados – e, ao longo da minha apresentação, eu trago várias citações técnico-científicas de alguns autores –, eu estou tentando chegar a um valor monetário, tentando colocar um preço.

Quando eu quero atribuir um valor monetário, por exemplo, para contornar uma falha de mercado que resulta da não rivalidade e não exclusividade dos serviços ambientais... Por que não rivalidade? Por exemplo, eu não posso impedir outro cidadão de apreciar uma catarata, as Cataratas do Iguaçu, por exemplo. Então, não rivalizo com ele. Ao mesmo tempo, não posso excluir, terceiros não podem excluir determinada pessoa de usufruir o ar, por exemplo, a água potável. Então, por não existir rivalidade e exclusividade, você acaba caindo no sobreuso dos recursos naturais e uma suboferta dos serviços ambientais, em função dessa falha de mercado que existe, porque ela não tem um valor fixo.

Em um estudo muito citado, há aproximadamente 20 anos, em 1994, tentou-se chegar a uma estimativa de preços. Quanto custa isso? Quanto vale? Constanza e colaboradores, depois de pegarem 17 serviços ecossistêmicos, entre eles, polinização, uso da água, carbono, chegaram a um valor médio, para a biosfera terrestre, de US\$33 trilhões. Bem; isso, àquela época, era quase que o dobro do PIB global. Mas qual a crítica que foi feita a esse estudo e que foi carregada ao longo do tempo? “Opa, se eu tenho US\$18 trilhões de PIB e o meu capital natural é de US\$33 trilhões, então, eu posso usar; eu posso continuar usando sem problemas. Eu posso chegar a ate quase o dobro”.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Há uma diferença curta entre serviço ecossistêmico e ambiental.

O ecossistêmico é aquele para a sustentação da vida humana, que fornece as condições e os processos para que nós possamos sobreviver e viver. Já o serviço ambiental enseja uma intervenção humana, individual ou coletiva, para manter, aumentar ou melhorar a provisão de determinado serviço ecossistêmico, gerando benefícios oriundos desses ecossistemas. Esses são conceitos que a literatura traz, mas o mais utilizado é serviço ambiental, de modo geral.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Aí, imagens que a gente vê no noticiário dia a dia e que a apresentação anterior trouxe: um pouco: impactos das mudanças climáticas.

Mas, então, qual o rebatimento de valorar serviços ecossistêmicos para tomar decisões sobre a necessidade de se adaptar e mitigar as mudanças climáticas?

Perda de biodiversidade: 30% das espécies estarão extintas até 2050; secas extremas; eventos extremos, como inundações, deslizamentos em áreas de risco; furacões...

Aquela foto, ali à esquerda, é do Furacão Katrina. A penúltima, do lado direito, é daquela inundação do Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Ainda: proliferação de doenças, que é uma questão de saúde pública.

Então, qual o rebatimento de você conseguir valorar esses serviços ecossistêmicos para decisões políticas?

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Bom; as previsões mostram que, no Brasil, por exemplo, haverá uma redistribuição da vegetação. É óbvio que há graus diferenciados de incerteza sobre essas projeções, mas, baseados nesses modelos, percebemos uma mudança na disponibilidade de chuvas. Isso tem um rebatimento direto, por exemplo, na economia. Não é só a questão social e ambiental; a gente está falando de economia.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Já foram apresentados os tipos de serviços ecossistêmicos. Essa é uma avaliação feita em 2005 pela variação ecossistêmica do milênio. Então, como eu vou usar isso para incorporação nas políticas?

A gente tem serviços de provisão, de suporte – e suporte é aquele que dá todas as condições para que os outros três existam, como o de polinização, dispersão de sementes, a ciclagem de nutrientes... Fotossíntese é um serviço de suporte, por exemplo.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Serviços de regulação, que estão intimamente ligados com os trabalhos aqui conduzidos. O serviço

de regulação está ligado à estabilidade climática, ao controle de pragas e doenças. E, ainda, os serviços culturais, por si sós, como a beleza cênica, espiritual, recreativa etc.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Pode passar mais um, por favor. *(Pausa.)*

Então, eu tenho um cenário de que a magnitude do impacto das mudanças climáticas varia muito em função da degradação e perda dos serviços ecossistêmicos.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Se eu tenho uma perda e uma degradação acentuadas e continuadas, ao longo do tempo, desses serviços, eu terei uma magnitude cada vez maior do impacto das mudanças, o que me leva a crer que eu preciso dos serviços ecossistêmicos para me precaver e me proteger das mudanças do clima.

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Voltando, então, à nossa figura, como nós podemos incorporar serviços ecossistêmicos ou ambientais dentro dessas políticas diante do desafio imposto pelas mudanças do clima?

Pode passar, por favor. *(Pausa.)*

Eu trago, agora, três opções/objetivos que vêm sendo debatidos na academia pelos governos, em nível global, como formas, como ferramentas de lidar com esse problema. Um deles é inserir a adaptação baseada nos ecossistemas. Depois eu vou trazer um estudo de caso, brevemente, e vou apresentá-lo a vocês.

Então, eu preciso entender que o uso da biodiversidade, os serviços ecossistêmicos são essenciais para que eu tenha maior resiliência, e que haja redução da vulnerabilidade daqueles ecossistemas e uma maior condição de segurança das populações humanas que vão ser afetadas. Ecossistemas saudáveis conseguem gerar isso. Está sendo estudado de que forma a manutenção da saúde de ecossistemas pode ser utilizada como escudo natural para proteger o ser humano dos impactos, principalmente as populações mais vulneráveis. Então, isso requer manutenção, restauração e proteção de áreas naturais. Isso é extremamente mais custo efetivo do que investir em obras de engenharia mais onerosas. Isso está comprovado. Em vez de se gastar milhões com diques, com estruturas metálicas, estruturas de engenharia, preservar a saúde desses ecossistemas sai mais barato. Só que é preciso colocar isso dentro de estudos de viabilidade para gastos orçamentários em larga escala e planos de investimento a longo prazo. Estamos falando em previsões, em efeitos que estão acontecendo agora, mas as consequências geradas vão para o futuro. Serão daqui a décadas.

E trago aqui também um pouco da abordagem do plano nacional de adaptação, cujo mandato o Brasil tem até 2015 para apresentar, no âmbito da Convenção do Clima, o Napa, da sigla em inglês, que vai trazer um plano de enfrentamento das mudanças climáticas, conforme foi feito na Convenção do Clima.

Pode passar, por gentileza.

Então, rapidamente, exemplificando, como é que funciona essa tal adaptação, baseada nos ecossistemas, como uma estratégia, vamos dizer assim?

A CI Brasil trabalha, já há bastante tempo, na região sul da Bahia, na região de Abrolhos, especificamente. Por quê? Porque, lá, concentram-se os maiores remanescentes de Mata Atlântica, chamada de mesopotâmia da biodiversidade da Região Nordeste, e em conectividade com os recifes de corais maiores e mais ricos do sul, que compõe Abrolhos. Então, começamos a avaliar a vulnerabilidade dessa região. Essa região abriga meio milhão de pessoas, que vivem e dependem dos serviços ecossistêmicos, principalmente pesca, pescado.

Então, após essa análise de vulnerabilidade, começa-se com projetos pilotos, como o Plano Municipal de Conservação da Mata Atlântica de Porto Seguro e proteção da costa à erosão. E, obviamente, é preciso monitorar e analisar o custo e a efetividade dessas medidas, que tipo de adaptação, que tipo de ABE você irá conduzir. Será que vai ser excluir determinada zona de pesca por um tempo? Conter erosão? Qual é a medida prioritária?

Então, esse é só um exemplo prático de como isso pode gerar uma política e gerar um planejamento efetivo no campo mesmo.

Pode passar, por favor.

A segunda abordagem – não vou me estender muito, porque já foi comentado pelo Júlio – diz respeito ao seguinte: a adoção do Teeb, no planejamento de empresas, governos e tomadores de decisão, é uma grande saída. É uma abordagem muito interessante, porque, desde que foi instigado pelo G8 e pelas cinco potências emergentes, pelos Ministros do Meio Ambiente desses países, ele veio com o papel de contabilizar o capital natural nas decisões econômicas. E, gerando-se métricas e metodologias para alternativas econômicas mais vantajosas, isso é extremamente importante para o aprimoramento da governança em determinadas áreas, determinados setores.

No exemplo ali de que é mais econômico e custa menos do que soluções técnicas, eu vou citar rapidamente: no Vietnã, em que 70% da população vivem na costa, e é um país que está extremamente vulnerável à elevação do oceano, eles investiram US\$1 milhão em restauração e economizaram US\$ 7 milhões, se

fossem construir diques artificiais contra o avanço do nível do mar. Então, parte de exemplos...

(Soa a campanha.)

O SR. ARTUR PAIVA – ... que começam em pequena escala, mas vão ganhando uma certa notoriedade.

Outro ponto importante é começar a monitorar as emissões de forma sistemática, tanto do setor público quanto do privado. Anteriormente, foi registrada aqui a defasagem de dados das emissões brasileiras e a mudança da curva, do que é responsável pelas nossas emissões, mas, embora a Política Nacional sobre a Mudança do Clima coloque como compromisso nacional voluntário a redução de 38,9% dos gases, as metas de redução das emissões dos gases de efeito estufa até 2020 precisam ser compulsórias. Essa política de clima precisa ser levada mais a sério.

Pode passar, por favor.

E trago o terceiro e último eslaide de objetivos: sobre a importância das áreas protegidas. O estudo anterior do Soares Filho mostrou que, em 2009, 595 unidades de conservação abrigavam uma quantidade de carbono seis vezes superior às nossas emissões. Isso é essencial para a manutenção e estabilidade do clima.

Outro ponto superimportante é a geração de energia hidrelétrica renovável, que, embora tenha suas falhas e ainda seja melhor do que termelétrica movida a carvão, em termos de clima, 80% da hidroeletricidade gerada no País provém de um rio que esteja a jusante, ou de um tributário que esteja a jusante, de uma unidade de conservação. Ou seja, eu preciso daquela unidade de conservação na cabeceira do rio, protegendo, para que aquela água flua e chegue à barragem para gerar energia. Isso ressalta a grande importância econômica das áreas protegidas, diante da necessidade de se ter instrumentos regulatórios econômicos para alcançar os objetivos instituídos pela política de clima.

Alguns exemplos de políticas públicas estaduais. Vemos vários esquemas já acontecendo de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) nos Estados, como, por exemplo, o Bolsa Verde, em Minas Gerais. Todas políticas públicas que acabam tendo um resultado prático. O próprio PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) se traduz em uma política de Estado que é benéfica ao clima.

Voltando um pouco, sobre os itens mínimos para esse marco regulatório, eu quis dizer o seguinte: que é preciso, quando se criar um marco regulatório nacional, que ele tenha muito cuidado para não travar as iniciativas que já estão em curso. E que traga itens mínimos, que são quais? Salvaguardas socioambientais,

isenção de tributação, execução orçamentária, vários desses itens que projetem os esquemas de PSA, principalmente carbono e água, que são extremamente benéficos ao clima.

Por último, entendemos que os benefícios dos serviços ecossistêmicos são essenciais para o modelo de desenvolvimento socioeconômico compatível à proteção do sistema climático. Se pensarmos em uma escala global, há países que pagam pela mitigação do clima aqui. Em escala municipal, há Municípios que pagam pela contenção de erosão. São iniciativas que vão aparecendo aqui, ali e acolá, mas que, no conjunto da obra, são extremamente importantes para a Política Nacional sobre a Mudança do Clima.

Pode passar.

Bom, era isso. Obrigado. Desculpe se estourei o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Estourou, mas com a complacência da Mesa.

Convido para fazer parte da Mesa o Deputado Arnaldo Jardim.

Se o Dr. Adriano não se importa, nós podemos passar a palavra a S. Exª, pois eu acho que ele também está com problema de agenda.

Então, passamos a palavra. E o Dr. Adriano, do Ministério do Meio Ambiente, falará por último nesta Mesa.

Arnaldo, estamos concedendo um tempo de 15 minutos, com possibilidade de conclusão. Perfeito?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Minha Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Está bom assim?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Está ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Vamos lá.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Eu quero dizer da minha alegria de poder estar aqui. Eu que tenho tido o privilégio de integrar esta Comissão responsável para, no âmbito do Congresso Nacional, Câmara e Senado, discutir a questão das mudanças climáticas, contextualizar e buscar caminhos, e pela oportunidade de vir aqui hoje, especificamente, falar numa Mesa tão expressiva – cumprimento todos que representam aqui entidades da sociedade civil, o nosso Executivo, através do Ministério do Meio Ambiente –, presidida pela querida Vanessa Grazziotin, nossa Senadora, com o nosso Relator, nosso querido Sarney Filho.

Agradeço a presença do nosso Fernando Ferro, sempre militante, atuante nesta questão, e quero dizer da minha alegria de termos aqui o Anselmo de Jesus, que foi exatamente o Deputado que tomou a iniciativa

de um marco importante que hoje estamos tratando aqui, no âmbito da Câmara e do Senado, que é exatamente o marco que busca regulamentar o pagamento por serviços ambientais. Então, que saudar muito a sua presença aqui e dizer da alegria de estarmos aqui.

Minha querida Vanessa, eu me preparei um pouco para vir aqui, não por questão de um esforço meu, mas eu quero destacar muito aquilo que tem sido um privilégio para nós, que é termos uma consultoria da qualidade da que nós temos, na Câmara dos Deputados, no Senado também, na Comissão Mista.

Eu queria, na figura da Drª Roseli, cumprimentar todos os consultores que têm me ajudado muito, ela especificamente, nesse esforço, ao lado da minha assessoria também, que simbolizo na figura da Cátia, que são pessoas que diligenciam, que fazem aquilo que é a sua obrigação, mas fazem com amor, acreditando e vestindo a camisa. E isso para nós, e particularmente – não é, Sarney? – para quem lida com a questão ambiental, faz toda a diferença. Por isso, se eu for apresentar um pouco as coisas de que estamos falando, eu vou me estender.

No início desta apresentação, nós relembramos que nós temos uma legislação ambiental muito consistente. A legislação brasileira – é uma opinião minha, nossa – é uma das mais completas e acabadas que nós temos, do ponto de vista internacional. Nós devemos saudar isso, festejar. Muitas vezes, nós somos muito críticos com nós mesmos e não festejamos isso da forma como é devido.

Vamos adiante, por favor.

Mas a legislação tem uma característica, ela é fortemente baseada no sistema de comando e controle. Ela tem, já na Constituição Federal, o conceito de função social da propriedade, que é um avanço em relação a um dogma mais conservador da visão de propriedade, e ela destaca o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Mas, diante disso, a nossa legislação – e eu chego aqui a uma primeira questão que cria o entorno de referência para a nossa conversa, acredito eu, que é dizer o seguinte: nós temos que ir adiante hoje –, que é de comando e controle, precisa ser complementada nos seus diferentes aspectos, nos seus diferentes instrumentos, com um conjunto de legislação que levem a estímulo e a compensações.

Quero dizer o seguinte: nós devemos ser muito duros no sentido de punir a transgressão, mas nós precisamos ter, cada vez mais, uma legislação que acolha festejar as boas iniciativas, diferenciar as boas práticas e poder, com isso, induzir comportamento.

Vamos adiante, por favor.

O Brasil, particularmente, tem um desafio muito grande – vou passar rapidinho por essas questões,

porque eu sei que estou falando aqui para um conjunto de pessoas, assessores e entidades que se dedicam a essas questões, mas isso é um pouco para constar para que outros possam assimilar. Então, vamos passar rápido por isso.

Nós somos o primeiro da lista de países mega-diversos.

Vamos adiante, por favor.

Temos seis biomas. Temos toda dimensão oceânica, que mais recentemente, até no âmbito da Frente Parlamentar Ambientalista – não é, caro Sarney? –, isso tem sido tratado. Nós estamos vendo a relevância que isso adquire. A questão dos ecossistemas costeiros, nós tivemos recentemente toda uma polêmica com relação a criações exóticas, a questão do camarão, como é que isso convive. E nós temos tratado essa questão e temos esse privilégio de ter a maior Floresta Tropical remanescente do mundo.

Vamos adiante.

Mostramos a Mata Atlântica e o Cerrado, o que tudo isso significou.

Agora, nós comemoramos o Dia Mundial da Água. São 12% da disponibilidade mundial de água doce superficial. Os aquíferos são muito relevantes. Esses são todos os desafios que isso significa.

Vamos adiante!

E há a seguinte questão: os serviços ambientais têm sua conotação.

Peguei um pedacinho só do que o Artur disse. Questões muito relevantes foram por ele apresentadas. Ele fala da questão de caminharmos para a valoração, a quantificação desses serviços. É um serviço responsável pela questão da regulação do clima e da conservação do solo.

Qual é o desafio para mensurar isso? Como é que você consegue quantificar essa questão? É exatamente essa a pauta que nos foi proposta aqui pela Senadora Vanessa e pela Comissão.

Vamos adiante!

Falamos da conservação da água.

Podemos ir adiante. Estamos fazendo este *overview*, uma vista geral sobre a questão dos serviços ambientais, como polinização, dispersão de sementes.

Vamos adiante!

Há o fornecimento de recursos genéticos.

Adiante!

Há toda a questão de recreação, de turismo. Falamos do patrimônio que nós temos nesse aspecto.

Vamos adiante!

Falamos ainda da conservação da diversidade cultural e do conhecimento tradicional. E aí nós passamos a dialogar particularmente com a legislação sobre a questão da biodiversidade. Agora, estamos prestes

a aprovar a adesão formal do Brasil ao Protocolo de Nagoya, o que é muito importante. Está em tramitação agora na nossa Casa, no Congresso Nacional, a adesão definitiva a esse Protocolo. Porém, aí esbarramos na questão do pagamento. Então, acelerei, para a gente chegar àquele que tem sido o debate.

Eu, particularmente, acabei ficando um pouco, neste instante, com uma responsabilidade sobre isso, depois de um trabalho extraordinariamente bem feito a partir da proposta do Deputado Anselmo de Jesus, o qual passou pelo âmbito da Comissão de Agricultura e foi ali aperfeiçoado e bem detalhado e, depois, passou pelo âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Destaco a contribuição muito positiva que tivemos do Deputado Jorge Cury, que foi aperfeiçoando toda essa formulação, para que pudéssemos avançar, reconhecer os valores éticos, avançar nas condições para a implantação das normas voltadas para essa questão, na valoração econômica da biodiversidade e na política de pagamento por serviços ambientais.

Vamos adiante!

O que estamos falando, então? Estamos falando de atribuir valor monetário para esses serviços prestados, estamos falando de normas que possam orientar aqueles que tomam decisão, particularmente incorporando de forma definitiva o conceito de externalidades ambientais no processo econômico. Acho que essa é uma questão-chave, não é, Artur?

O SR. ARTUR PAIVA – Sim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Isso estava presente muito em tudo que você ali nos apresentou.

Esse é o enigma. Por outro lado, responder a isso é o caminho para que isso, definitivamente, seja incorporado. Sempre há o desafio da emergência econômica. Nós sempre estamos em crise. Os recursos são limitados diante de todos os desafios que a sociedade tem. Mas essa questão da incorporação definitiva do conceito da externalidade é chave. É preciso mostrar que aquilo que parece imediatamente barato sairá caro amanhã e que, se não se cuida de algo agora preventivamente, o remédio vai custar muito mais.

É preciso caracterizar, portanto, que a conservação dos ecossistemas pode proporcionar benefícios financeiros a quem a realiza como alternativa à implantação de atividades degradadoras do meio ambiente. Essa é a questão.

Vamos adiante.

O objetivo é evitar, portanto, os altos custos.

Podemos continuar ainda mais.

É preciso que haja uma estratégia complementar à legislação de comando e controle.

Vamos adiante!

Esse tema e a forma como está avançando aqui o debate em torno desse diploma legal guardam muita coerência com a questão da economia dos ecossistemas e da biodiversidade, que é um programa do PNUMA especificamente já voltado para isso. Nós nos temos baseado muito nisso para avançarmos na legislação.

O estudo Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade foi coordenado por Pavan Sukhdev, do PNUMA, e aponta critérios para medir o valor econômico da diversidade ideológica incluindo os benefícios diretos extraídos da biodiversidade pelo homem, os serviços ecossistêmicos e a expectativa de uso pela geração futura. Essas são questões que nos orientaram muito nas recentes reflexões que nós fizemos sobre esse dispositivo.

Vamos adiante.

Neste instante, nós trabalhamos – e eu estou como Relator dele no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados – no Projeto nº 792, de 2007, do Deputado Anselmo, que está estruturado de forma a se ter uma política nacional de pagamento de serviços ambientais, um programa federal, um fundo federal, o cadastro e os contratos. Eu vou fazer algumas referências rápidas a esses instrumentos.

Vamos adiante, por favor.

Primeiro o programa nacional. Ele visa exatamente àquilo que foi abordado aqui anteriormente: disciplinar a ação do Poder Público e fazer todas as medidas correlatas, cumprir esses objetivos.

Afora a questão, óbvia e já mencionada, de valorizar os serviços ecossistêmicos, quero também mencionar – e esta é a visão que o Brasil já incorporou nas atividades da Rio+20 – que isso orientou o documento preparatório, que é ver essa questão ambiental sempre associada à questão social, portanto promover alternativas de trabalho e renda a populações em vulnerabilidade.

Então, esses são os objetivos gerais da política nacional que nós estamos reafirmando aí no diploma legal.

Pois não.

Nós estamos propondo na política nacional o órgão colegiado nacional com uma representação paritária – Poder Público e sociedade civil –, nós nos baseamos muito na CNT-Bio, que foi essa experiência que nós achamos que tem tido passos importantes nessa questão como um exercício dessa interatividade, desse diálogo permanente com a sociedade.

Pois não.

O programa define questões de prioridades, focos prioritários. Vou passar muito rapidamente sobre isto dizendo que, daquilo que havia sido a tramitação normal aqui, nós incorporamos a questão de resíduo

os sólidos e voltamos também o olhar para questões urbanas. Nós tínhamos um foco mais em termos de fauna e flora e nós incorporamos um pouco a dimensão urbana dentro disso.

Podemos ir adiante.

O programa federal também estabelece um termo de adesão. Aí eu vou me demorar um pouquinho nisso, duas frases aqui, para falar que isso guarda também... Daqui a pouco, vamos voltar a essa questão nos contratos.

Há o risco, sempre – e foi mencionado isso, pelo que percebi também, não pude pegar todas as intervenções anteriores –, de que, quando nós estabelecemos uma norma, nós podemos tender a burocratizar ou engessar um pouco os procedimentos. É verdade. Há o risco e nós não podemos fazer isso. Mas, por outro lado – e aí nos animou a defender que você deva ter na legislação um termo básico de adesão e princípios do contrato –, você não pode deixar ao deus-dará, de uma forma que você permita que qualquer coisa possa ser caracterizada como pagamento por serviços ambientais. Ou seja, você tem que estabelecer algumas condições mínimas para que isso possa acontecer. E foi pensando nisso que nós fixamos esse princípio.

A intenção é que o pagamento por serviços ambientais, cara Senadora Vanessa, não seja, como será, só um pagamento de recursos públicos a quem presta esses serviços a toda a sociedade, mas que possa haver também algo que presida as relações de privados ou a relação da própria sociedade, está certo? Que possa, por exemplo, haver uma indústria de refrigerante que reconheça uma pessoa que presta um serviço de forma a preservar o recurso hídrico como um, entre aspas, “fornecedor de água”, e assim sucessivamente; que se possa haver uma indústria de cosméticos que possa reconhecer ali, numa comunidade tradicional, uma prestação de serviços remunerada, coisa que nós já estamos vendo acontecer na sociedade. Mas, então, se preside tanto recursos públicos em relação a entes como a relação de privados que se possa fazer. Mas tudo isso tem que ter uma normatização.

De acordo com esse mesmo raciocínio, nós estamos optando por esse caminho, temos os termos de adesão, os contratos e outra coisa que também integra a nossa proposta, que é de todos nós, que é um cadastro mínimo reconhecido pelo Governo, identificando exatamente os fornecedores desses serviços ambientais, repito, não como uma questão que limite e burocratize, mas como algo que possa significar um descritório nesse sentido.

Vamos acelerar um pouco, senão a Vanessa vai começar a olhar um pouco mais brava para mim.

Estou tentando ser bem rápido.

O Fundo federal está nominado.

Vamos adiante.

A fonte que nós identificamos, em princípio, é a questão da lei do petróleo, um percentual desses recursos que já são destinados ao Ministério do Meio Ambiente que possa ser encaixado dentro disso.

Vamos adiante.

Discussão sobre o papel que poderia ter a cobrança pelo uso da água como uma fonte originária de recursos para o fundo.

Vamos adiante.

O cadastro nacional eu mencionei.

Um pouco mais adiante.

Contratos. Algumas normas básicas que estamos propondo devam estar previstas na legislação e que possam orientar os contratos, preocupação que eu já havia alertado.

A possibilidade de que você tenha, e nós estamos nos deparando com um problema muito sério nisso... A Receita tem sido muito dura no sentido de buscar cobrar imposto de renda quando você tem pagamentos como esses. Isso seria uma preocupação também. Nós queremos que estabeleça o nosso substitutivo uma norma precisa de isenção de imposto de renda sobre essa questão. Estamos dialogando com o Executivo, porque ele entende que teria de ser de iniciativa do Executivo a questão tributária, não poderia estar no nosso projeto. Mas que pelo menos ele possa fixar um elemento de diálogo com relação a isso.

Vamos adiante.

Quero lembrar a todos que experiências de pagamentos por serviços ambientais têm se multiplicado. Algumas já foram mencionadas aqui e têm sido uma base muito interessante. Até por conta disso – vamos adiante –, quero mencionar uma postura que temos tido e esta reunião aqui na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas é absolutamente relevante para a continuidade desse debate. Nós buscamos estabelecer diálogo com todos os setores. Aqui eu estou vendo a representação da CNI. Nós formos lá, na CNI, e discutimos aprofundadamente com a indústria. Aqui nós temos representações de várias entidades ambientalistas. E nós fizemos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Tivemos reiteradas reuniões com entidades ambientalistas que colaboraram muito para a formulação. A ANA está ali mencionada, Agência Nacional das Águas. Nós tivemos especificamente uma reunião. Havia uma preocupação com a Funai, com relação à questão de pagamentos por serviços ambientais. Convidamos todos os Estados que tinham experiência com pagamento por serviços ambientais e, mais do que isso, Estados que tinham

também legislação específica sobre isso. E estabelecemos um diálogo, ouvimos os Estados, assim como uma articulação do Lead Ambiental, coordenado pelo Roberto Klabin, que teve muita relevância quando foi inclusive ao comando do Senado, ao comando da Câmara dos Deputados, pedindo prioridade para a tramitação deste projeto.

Nosso trabalho. Eu vou me permitir – vamos adiante, um pouco mais, está certo? – mencionar esses princípios. Para nós, da forma como o projeto foi sendo construído, e eu sou só portador deste momento específico, e vocalizo, de um processo de construção que é muito coletivo, o projeto PSA deve se inserir dentro de um contexto da economia verde, complementar às ações de comando e controle, e não ser algo meramente assistencialista. Aí estou querendo entrar numa polêmica – Vanessa, me permita –, ou seja, estou defendendo defendendo a seguinte posição, que é polêmica: PSA não é para remunerar, por exemplo, reserva legal. Não é tão lógico e não é tão simples assim. Há muita gente que vê nisso uma possibilidade da compensação de dispositivos. O conceito em que estamos trabalhando é no sentido de que ele venha para o mais, que ele venha para um serviço adicional. E não venha para remunerar aquilo que a legislação já prevê, por uma questão de conceito, por uma questão prática também. Imagine qual seria o tamanho do fundo necessário para que pudéssemos remunerar a manutenção daqueles dispositivos todos que já estão.

Acreditamos que a política nacional de PSA deve ser complementada por outros instrumentos econômicos, como tributários e creditícios.

Do ponto de vista da articulação política, e, aí, meu caro Sarney, minha cara Vanessa, Senadora e Deputado Federal, membro da nossa Frente Parlamentar Ambientalista, nosso Relator aqui, venho com a expectativa, eu e nossa equipe de trabalho, de que esta reunião possa marcar uma tomada de posição desta importante Comissão do Congresso Nacional, defendendo a prioridade da tramitação dessa proposta. E venho propor uma iniciativa: a solicitação é que a Comissão de Mudanças Climáticas assuma o comando dessa articulação. Quero dela participar também, mas integrado à Comissão, para que possamos fazer os últimos arredondamentos necessários.

Do ponto de vista das entidades ambientalistas, temos um consenso, que já diria, de quase 100%. Com o setor produtivo, esse diálogo avançou muito também. Com o Ministério do Meio Ambiente, estivemos lá com o Secretário-Geral dialogando sobre isso. Dialogamos com diferentes segmentos do Ministério. As coisas também andaram.

Onde as coisas estão neste instante paradas? E é natural que assim seja. Estão paradas no diálogo particularmente com o setor econômico do Executivo, ou seja, o Executivo como um todo também.

Nós buscamos estabelecer isso já de diferentes formas. Não temos visto nenhuma negativa do Executivo com relação a isso. Mas, é lógico, o Executivo se move pelas prioridades, que são muito presentes, e se move pelas pressões que existem da sociedade.

Neste instante, quero solicitar formalmente à nossa Presidente, ao nosso Relator, ao conjunto de membros da Comissão um diálogo com o Executivo para buscarmos arredondar com os diferentes segmentos o entendimento, o debate, em torno dessa proposta, e pudéssemos fazer com que o sonho do Deputado Anselmo, o sonho de todos nós, de muitos que trabalharam para isso, das entidades se realize: a legislação do pagamento por serviços ambientais possa vir em um momento mais decisivo, que este diálogo seja estabelecido para um momento de decisão aqui no plenário da Câmara, depois no Senado. E, assim, tornar-se uma norma para a sociedade brasileira.

Desculpe-me por passar além do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Não tem que pedir desculpas, mesmo porque a Mesa assim definiu: 15 minutos e mais os minutos necessários para que se possa concluir.

Agradecemos muitíssimo a participação de V. Exª, Deputado Arnaldo, assim como a dos demais convidados.

Creio que o debate de hoje será extremamente interessante. Porém, antes de iniciá-lo, gostaria de dizer que nós já aceitamos – não é Deputado Ferro? – esse desafio. É para isto que existe esta Comissão Mista de Mudanças Climáticas: para acompanhar a política brasileira de enfrentamento às mudanças climáticas. E, sem dúvida alguma, enfrentar as mudanças climáticas é não só garantir uma boa legislação, como também uma legislação moderna, que preveja esses instrumentos econômicos que efetivamente garantam a preservação ambiental com o processo de desenvolvimento econômico e social.

Está aceito o desafio. E, depois, vamos ver como vamos trabalhar, Deputado.

Por fim, passo a palavra ao nosso último orador, que é o Representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Adriano Santhiago de Oliveira.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos!

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer muitíssimo o convite, Senadora, e registrar que é uma honra. Eu tive a oportunidade de estar aqui nesta Co-

missão três vezes no ano passado. Então, acho que eu posso dizer que eu estou me tornando *habitué*, com muito prazer, desta Comissão.

É um prazer agora rever outros Deputados e Senadores com esta Mesa renovada. Então, é a primeira vez que eu participo com essa nova Mesa.

Gostaria de saudar a Senadora Vanessa, Presidente da Comissão; o Deputado Sarney Filho, Relator; o Deputado Fernando Ferro, Vice-Presidente; demais Deputados; o Deputado Anselmo de Jesus, que teve a iniciativa, como o Deputado Arnaldo Jardim lembrou.

Gostaria de saudar também o meu amigo Júlio Roma. Nós chegamos a trabalhar lá no Ministério do Meio Ambiente. E agora ele está levando a sua experiência lá para o Ipea.

Quero saudar também o colega da Conservação Internacional, Artur Paiva. Nós tivemos oportunidade, na Conferência das Partes – gostaria de mencioná-lo no início desta reunião –, de Doha, no ano passado, de fazer um evento paralelo com a presença da Ministra Izabella. Nós tivemos a participação ativa da Conservação Internacional na elaboração desse evento.

Há o lado positivo e o lado negativo de falar por último. O positivo é que eu aproveito muitas coisas que foram faladas e não preciso mais repeti-las. Eu acho que a gente pode até ganhar tempo com relação a isso, mas eu fico com um ônus pela dificuldade de fazer tão boa apresentação como a dos que me antecederam. Acho que o debate realmente vai ser ótimo e as apresentações foram muito ricas.

Eu fico feliz por falar logo depois do Deputado Arnaldo Jardim, em função de que a minha abordagem vai ser bastante voltada para a importância de um marco legal sobre pagamento de serviços ambientais. Considerando o que o Artur Paiva já havia mencionado anteriormente, é importante a gente fazer essa consideração do marco legal de pagamento por serviços ambientais com outras iniciativas em curso, inclusive outras iniciativas de marco legal também.

O Artur mencionava que é importante a gente não travar outras iniciativas de termos itens mínimos para o marco regulatório nacional de pagamento por serviços ambientais benéficos ao clima. E aí eu vou, no final da minha abordagem, considerar a necessidade de aderência desse marco legal, o que o Executivo vê com muito bons olhos. A gente tem tido essa conversa que o senhor mencionou. E a gente tem a interlocução da própria Presidência da República. O senhor tem tido conversas com o Ministério do Meio Ambiente também. A gente vê a iniciativa como altamente meritória, que merece o apoio do Executivo, tem estreitado esse diálogo e espera continuar nesse caminho.

Falar de serviços ecossistêmicos, acho que isso já foi abordado de alguma maneira, no entendimento do Ministério do Meio Ambiente, há dois enfoques possíveis para esse tratamento de serviços ecossistêmicos. Um seriam os processos e produtos gerados pelo meio ambiente e ecossistemas que produzem impactos nas atividades humanas. E aí acho que a gente já teve exemplos aqui. A gente pode fazer a relação com a conservação florestal em relação a isso. Como o Artur mencionou, a gente não usa o carbono estocado nas florestas, mas é beneficiado por ele. Então, a gente entende esse enfoque.

E entendemos, num segundo enfoque também, que seriam processos e produtos criados e gerados pelo homem – e aí seria a intervenção antrópica –, produzindo impactos positivos no meio ambiente. Um exemplo seriam as atividades humanas que resultem em melhoria do meio ambiente. Como exemplo prático, para continuar ainda no setor de florestas, a gente pode citar o do próprio plantio de floresta, em que a gente está fazendo uma atividade antrópica com benefícios positivos para o meio ambiente e para a sociedade.

No entendimento do Ministério do Meio Ambiente, devem ser criadas condições para que os processos naturais benéficos aos seres humanos sejam mantidos ou recriados, e incentivadas as atividades humanas que contribuam para a sua manutenção. Estou fazendo questão de frisar isso em função de enfatizar que um enfoque não contradiz o outro. A gente entende que a manutenção dos ecossistemas e a melhoria da qualidade de vida não só da população, mas também do habitat natural, do ecossistema como um todo, devem ser convergentes. E a criação de mecanismos adequados para a valoração de ecossistemas e que sejam eficazes deve levar em consideração esses dois enfoques.

Entendemos também novamente a relevância da construção de um marco legal sobre serviços ambientais, até mesmo para corrigir distorções relativas ao livre acesso e para reconhecer sistema de gestão de bens comuns que sejam eficientes. Acho que a gente já tem várias iniciativas interessantes e que são eficientes em termos de valoração de ecossistemas que devem ser reconhecidas. E, no nosso ponto de vista, é premente fazê-los por meio da criação de mecanismos econômicos capazes de incentivá-los.

E aí a valoração econômica dos serviços ambientais constitui ação para melhorar essa gestão dos serviços e recursos. E aqui talvez esteja a maior complexidade metodológica. Eu acho que o Júlio Roma trouxe um detalhamento muito importante sobre isso. Ele mencionou que ainda existe escassez de dados e informações. Nós temos limitações metodológicas

para considerar a escala adequada da valoração. Ele mencionou bem o exemplo da Amazônia.

Então, a gente tem que considerar essas dificuldades, mas eu acho que o diálogo com todos os setores, o que o Deputado Reinaldo mencionou, e o fortalecimento do diálogo com a academia também são importantes.

Eu acho que nós temos experiências práticas também, ainda que incipientes, e merecedoras de grande escala, mas nós temos práticas interessantes. Eu citaria um exemplo: a própria conservação e manutenção de paisagem para fins turísticos. A gente tem algumas experiências na Mata Atlântica, ainda que muito incipientes, mas são experiências que podem ganhar escala. E o Júlio mencionava, na sua intervenção pelo Ipea, o exemplo de serviço cultural, recreação e turismo.

Eu vejo essa questão da recreação e do ecoturismo – só para pegar um exemplo – como importantíssima para a mudança do clima, só para a gente entender a multidisciplinaridade que tem o tema. Porque, como o Júlio mencionou, eu acho que é importantíssimo, acho que o foco é este, a regulação para o clima global dentro do serviço do ecossistema, como um serviço de regulação.

Mas no próprio serviço cultural, se nós pensarmos na necessidade de manutenção de paisagem, como a que eu mencionei, e a gente tem experiências interessantes nesse sentido, a própria mudança do clima muitas vezes não é causada pelo próprio País, pelo contrário.

Eu acho que a gente tem uma responsabilidade histórica dos países desenvolvidos, que nós vamos sofrer impactos. Acho que a gente já tem adaptações a mudanças do clima que já são existentes e adaptações a mudanças do clima que ainda acontecerão e serão esperadas. Então, esse é o exemplo de ligação importante de um serviço cultural que pode ser altamente impactado pela mudança do clima global.

Outro elemento que eu gostaria de destacar é a necessidade de aderência do marco legal com iniciativas locais, de se pensar em exemplos importantes que já vêm acontecendo nos Estados e Municípios.

Nós entendemos que os Governos locais podem gerenciar programas de pagamento por serviços ambientais, inclusive até pensando em disponibilidade de recursos vindos da própria União. Eu acho que essas experiências locais são muito ricas e deveriam ser consideradas de forma importante.

Pensando um pouco em exemplos de aderência com outras iniciativas, Deputado, o Artur mencionou também, pela Conservação Internacional, mais alguns exemplos. A gente entende que o pagamento

por serviços ambientais tem uma aderência bastante profunda com o próprio Código Florestal, que prevê o pagamento por serviços ambientais como um instrumento de implementação.

Nós entendemos que a cota de reserva ambiental e o pagamento por serviços ambientais têm uma sobreposição ou uma convergência que deve ser considerada. Eu acho que essas convergências e sobreposições devem ser consideradas de maneira relevante.

Concordamos com o fato de que a simples existência de áreas protegidas não deve simplesmente se caracterizar por si só para ser recebedora de pagamento por serviços ambientais, mas entendemos o pagamento por serviços ambientais como um instrumento que pode fortalecer essas iniciativas e consolidar unidades de conservação, terras indígenas, não por si só, mas pela importância que essa conservação, que essas atividades na parte de mudanças do uso da terra e florestas têm para a mitigação da mudança do clima e para a adaptação à mudança do clima, como já foi mencionado aqui.

Outro exemplo, e aí pensando um pouco na proposta do Deputado Arnaldo Jardim, pensando no projeto de lei, é que o projeto de lei menciona recuperação e conservação de solos e recuperação de áreas degradadas.

No nosso entendimento, isso não deve se limitar, e aí pego alguns exemplos das discussões que vêm acontecendo, às espécies nativas e aos sistemas agroflorestais. A gente entende também que deve deixar isso amplo, até mesmo para importantes iniciativas que têm consorciamento, incluindo espécies exóticas. Neste momento, a gente deve não tentar limitar ações de conservação de solo e recuperação de áreas degradadas nesse sentido.

Outro exemplo: captura e retenção de carbono nos solos, o que também é mencionado no projeto de lei. Eu trago esse exemplo só para considerarmos a importância de nós pensarmos em iniciativas que já estão em curso, que já têm fontes de financiamento e que deveriam não ser prioritárias no caso de pagamento por serviços ambientais. Eu digo isso porque, pensando na retenção de carbono nos solos, nós temos um Plano de Agricultura de Baixo Carbono, dentro da Política Nacional sobre Mudança de Clima, que tem fonte de financiamento. A gente pode citar o próprio plantio direto também previsto no Plano ABC, Plano de Agricultura de Baixo Carbono, como exemplo de iniciativas que têm já viabilidade econômica.

Eu estou citando esses exemplos para a gente pensar na necessidade de priorizar algumas iniciativas. A gente não está excluindo. Concordo com o Deputado: não deve ser tão amplo para caber todo o possível

de atividades que sejam passíveis de pagamento por serviços ambientais, mas a gente deve pensar em algumas atividades que seriam prioritárias em relação a outras. E aí a gente tem que ter cuidado e cautela em relação a essas prioridades.

A gente entende que o pagamento deve ser direcionado a atividades que se mostrem tendo como base regras de mercado não remuneradas do ponto de vista privado por serem antieconômicas. A gente deve pensar de novo nessa limitação e não dar tanta amplitude a uma política de pagamento por serviços ambientais.

Outros temas tratados em legislação específica que a gente considera merecedores de atenção – não os estou excluindo obviamente; a gente tem que considerá-los também, pois já existem iniciativas em curso – é a própria questão de resíduos sólidos, a própria questão de recursos hídricos. Penso que o cuidado que se deve ter no estabelecimento do marco legal para pagamento por serviços ambientais é evitar duplicação de medidas que aumentariam o custo de transação, mas, sem dúvida, a gente reconhece que há experiências interessantes nessas áreas também. Em recursos hídricos, a gente pode citar iniciativas importantes no Espírito Santo, que já tem legislação para pagamento por serviço ambiental de água. Enfim, a gente só chama a atenção para a necessidade dessa consideração de aderência de outras iniciativas.

De novo, defendendo que a coisa não seja tão aberta para qualquer iniciativa que seja passível de remuneração para pagamento por serviços ambientais, a gente entende que alguma prioridade pode ser pensada para a agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais, não eliminando novamente outras iniciativas, mas esse foco seria interessante.

Sobre a questão de finanças e tributação que o Deputado também mencionou, eu não vou fazer comentários muito profundos, até respeitando a competência das pastas ministeriais. Creio que temos colegas aqui do Ministério da Fazenda que podem falar com muito mais propriedade sobre isso. Até sugiro que um debate como este, em uma próxima rodada, Senadora, possa ter o Ministério da Fazenda também como um dos convidados da Mesa. Creio que seria extremamente rica essa discussão.

Não querendo cair no risco de burocratizar a regulamentação, Deputado, acho que alguns conceitos pelo menos devem ser trabalhados. Um deles, até para pensar na questão de tributação, de como seria importante distinguir definições, é definir o que é bem e o que é serviço. Não querendo burocratizar, mas para termos legais e para definir até questões de tributação, seria importante essa diferenciação.

Um comentário breve sobre finanças e tributação. Eu disse que não ia me aprofundar muito, mas, se não me engano, o projeto de lei apresentado pelo legislativo prevê um fundo contábil e a gente tem o entendimento, acho que merece discussão, de pensar num fundo financeiro que facilitaria a aplicação e o uso de recursos num contexto plurianual, para facilitar a vida dos contratantes.

Por fim...

(Soa a campainha.)

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA –

Já gastei meu tempo, mas eu vou só um pouquinho mais além, Senadora. Acho importante, relevante pensar nos princípios, diretrizes, objetivos e mecanismos de uma legislação sobre pagamento por serviços ambientais, fazendo o rebatimento com os objetivos, os instrumentos, os mecanismos previstos na própria Política Nacional sobre Mudança do Clima, já mencionada aqui.

Eu entendo que o projeto de lei aparece pela primeira vez em 2007. É claro que a ele estão apensados outros projetos de lei e ele foi evoluindo ao longo do tempo, mas foi pensado numa época em que ainda não existia a Política Nacional sobre Mudança do Clima, nem a sua regulamentação. Então, eu penso que um rebatimento entre as duas iniciativas é extremamente relevante para a gente poder buscar convergências e evitar duplicar esforços de marcos legais diferentes.

Eu queria destacar, foi mencionada bastante aqui, a questão de mitigação e adaptação e trazer uma informação importante que vem acontecendo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, ainda não está formalizada, mas a gente espera que isso aconteça de uma maneira bastante breve. Dentro da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, na qual estou inserido como Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas, recentemente foi criado – a Secretaria já vem funcionando assim, embora de novo ainda precisamos oficializar isso – um departamento específico sobre adaptação à mudança do clima. E aí faço referência ao que o Artur mencionou, à nossa necessidade de ter um plano nacional de adaptação, e isso já está previsto.

Acho que a criação desse departamento dentro da Secretaria de Mudanças Climáticas mostra a necessidade de darmos importância não só à questão de mitigação da mudança do clima, mas, agora, de maneira forte e concreta, à questão de adaptação. E está entre uma das incumbências dessa diretoria de adaptação apresentar, e, aí, até o prazo que você mencionou mesmo, Artur, até 2015, um plano nacional de adaptação. Porque acho que – isso não é diferente no Brasil, o mundo inteiro reagiu assim – houve um

foco muito grande nas políticas de mitigação da mudança do clima e a questão de adaptação ficou mais em segundo plano. Mas sentimos que, também nas negociações internacionais, e internamente esse debate vem crescendo, teremos que fortalecer muito a questão da adaptação. Por isso a importância política e prática da criação desse departamento no Ministério do Meio Ambiente.

Esse departamento de adaptação também vai cuidar da articulação federativa. E, aí, de novo, faço referência à importância de termos o diálogo com as iniciativas estaduais e municipais, em função de que o Governo também, por meio desse departamento, vem iniciando uma discussão do chamado núcleo federativo. Temos convidado os Estados para pensarmos na harmonização das políticas de mudança do clima. Temos uma política nacional, temos várias iniciativas nos Estados, e há uma necessidade premente de harmonizar essas iniciativas.

Sobre nossas atividades de mitigação da mudança do clima, voltando um pouquinho agora para a mitigação – só destaco que acho que discutimos bastante isso aqui no ano passado, mas é sempre bom lembrar, e houve referência bastante explícita por parte da Conservação Internacional à necessidade de ter metas compulsórias –, entendemos que, na questão do compromisso nacional voluntário, frente ao compromisso internacional que foi apresentado depois da Conferência de Copenhague, para a questão internacional, temos realmente a diferenciação, em função de responsabilidade comum, porém diferenciada, a distinção entre país em desenvolvimento e país desenvolvido. Os países desenvolvidos têm, sim, metas absolutas de redução de emissões para cumprir, mas o país em desenvolvimento, em função da sua menor responsabilidade histórica com problema da mudança do clima, deve ter um tratamento diferenciado. E, aí, por isso, a gente pensa na questão do compromisso nacional voluntário.

De qualquer forma, Artur, pensando na legislação doméstica, embora na lei conste um compromisso voluntário, no momento em que está em lei, a gente tem entendido que esse é um compromisso que está sendo bem atendido.

No final do ano, na conferência sobre o clima, em Varsóvia, vai ser iniciada a questão da Plataforma de Durban, que vai prever um novo instrumento ou um novo protocolo – ainda tem que se definir qual seria esse instrumento, isso é para ser definido em 2015 – para ser implementado em 2020. E os países em desenvolvimento também vão assumir compromissos cada vez mais fortes, ainda que de maneira diferenciada de países desenvolvidos. Digo isso porque é importante.

Nas discussões dessa Plataforma de Durban, a gente vem considerando dois trilhos de negociação...

(Soa a campainha.)

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA –

Já vou terminar, Senadora.

Um trilho, de ambição de curto prazo, e o outro, para longo prazo, que é essa questão de, em 2015, a gente ter um instrumento para entrar em vigor em 2020. Mas, na ambição de curto prazo, a gente entende que o Governo brasileiro já apresentou a sua melhor proposta. O Governo brasileiro apresentou compromissos de mitigação muito mais ambiciosos do que os próprios países desenvolvidos, que assumiram metas no Protocolo de Kyoto, compromissos mais audaciosos do que daqueles países que, inclusive, pularam fora do Protocolo de Kyoto. Alguns países que não conseguiram nem cumprir o primeiro período deixaram de participar do segundo. Outros que vão conseguir cumprir o primeiro não participam do segundo, enfim, o que apresentamos à sociedade, à comunidade internacional, em termos de mitigação da mudança do clima, é muito importante e, principalmente, o nosso esforço de redução do desmatamento.

Eu lembro que assumimos o compromisso de 80% de redução nas taxas de desmatamento na Amazônia, e 40% no Cerrado, como o Júlio mencionou. Acho que realmente, em termos absolutos, o desmatamento no Cerrado vem superando o desmatamento na Amazônia, mas ações estão sendo feitas nesse sentido, e nós temos o Plano de Combate ao Desmatamento no Cerrado, que vai entrar numa fase de revisão agora.

Isso tudo para dizer que nós temos empreendido ações importantes, tanto na área de mitigação como de adaptação. Eu poderia falar um pouco mais sobre elas, sobre os planos setoriais, mas em função do tempo – eu prometi que seria breve, mas acho que até fui um pouquinho além –, eu pararia por aqui, Senadora, agradecendo mais uma vez a oportunidade e reafirmando mais uma vez a disposição do Poder Executivo de dialogar com o Legislativo sobre esse importante marco legal para pagamento de serviços ambientais.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada. Nós aqui agradecemos também a participação do Ministério do Meio Ambiente, através do Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas.

Como já disse aqui, creio que esse é um tema muito importante, que está nas nossas mãos. O primeiro projeto, o Projeto de Lei que tramita e que tem todos os demais apensados a ele, é do Deputado Anselmo de Jesus, Projeto nº 792, de 2007. Há inclusive um projeto do Poder Executivo apensado a ele, do ano de 2009.

O Deputado Arnaldo Jardim tem razão. Eu acho que mudanças climáticas é um termo amplíssimo, porque tudo interfere, tudo está vinculado às mudanças climáticas. Nós temos que eleger qual é a nossa prioridade para este ano, porque se a Comissão fizer isso, acho que nós já vamos dar passos importantes.

O Código Florestal, o projeto está aprovado, tem algumas pendências ainda, mas está aprovado.

Feito isso, vamos eleger aqui a prioridade, como já sugeriu o Deputado Arnaldo Faria de Sá...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Arnaldo Jardim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Eu acabei de ler uma mensagem sobre o Deputado Arnaldo Faria de Sá. É por causa disso, acabei de ler aqui. Depois vou mostrar para ele inclusive.

Então o Deputado Arnaldo Jardim sugere que possamos ter isso como prioridade, porque, de 2007 para cá, já são seis anos, contando mesmo de quando o Poder Executivo mandou. Se o próprio Poder Executivo envia para cá um Projeto de Lei, é porque há um interesse. Então não dá para fazer de conta que está aí.

Acabamos de aprovar e hoje vamos promulgar a PEC das empregadas domésticas. Seria importante que esse tema candente e que é isso...

Os Estados brasileiros – eu até pedi uma informação –, sete Estados brasileiros já têm sua legislação aprovada sobre o pagamento de serviços ambientais, sem que haja um marco regulatório definido de forma mais correta em nível nacional. Existem inclusive acordos e acertos entre um Estado e outro, e não mais só internamente nos Estados. Já existe essa inter-relação entre os Estados.

Vamos passar agora para os nossos inscritos. O primeiro é o nosso Relator, a quem eu passo a palavra. Estão inscritos, pela ordem, depois, o nosso Vice-Presidente Fernando Ferro, o Deputado Anselmo de Jesus e Casildo Maldaner.

Pois não, Deputado.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado, Presidente. Gostaria, sinceramente, de parabenizar todos os expositores. Foram exposições muito importantes. Tocaram em temas que são relevantes para o encaminhamento correto de uma proposta legislativa a esse respeito.

Quero dizer que, mais uma vez – e não é a primeira vez que falo isso, já o faço há muito tempo, inclusive posso falar com bastante autoridade, porque, quando era Ministro do Meio Ambiente, eu dizia isso também –, nós não vemos a transversalidade. Isso ficou claro aqui, inclusive com a sugestão de que se convidassem representantes do Ministério da Fazenda para participar desta reunião.

Uma matéria dessa magnitude, Presidente, caros colegas, senhores expositores, não pode ser tratada se não pelo conjunto do Governo. Ela não pode avançar se não for com consenso dentro do próprio Governo Federal. Não adianta só o Ministério do Meio Ambiente, que é um ministério que realmente está na linha de frente dessas batalhas todas, progressistas, ficar falando. Fica mais parecido com mais uma ONG do que com um órgão membro do Poder Executivo federal.

Então, eu acho que devemos, sim, caminhar. Acho que nosso papel aqui é importante, mas nós temos aprendido com a vivência que, quando há qualquer problema com o setor econômico do Governo, as coisas não andam. Dificilmente andam, principalmente nessa área da sustentabilidade.

Eu ouvi com muita atenção a exposição. O nosso colega Arnaldo Jardim, já com uma proposta sendo discutida com base no substitutivo da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, alertou sobre um assunto que acho importantíssimo e que depois foi citado aqui, acho que pelo Adriano, que é justamente não haver duplicidade de benefícios nem duplicidade de penalizações, o que é, inclusive, proibido pela nossa legislação.

Dentro disso, acho que a gente não poderia esquecer, por exemplo, no pagamento por serviços ambientais, da geração, da conservação dos recursos hídricos, dos comitês de bacia, que são a chave para o pagamento por serviços ambientais, até mesmo porque, além de eles serem, na sua formatação, democráticos, eles preveem também a cobrança pelo uso da água e a repartição dos benefícios desse uso. Então, talvez fosse por aí começo importante ou uma vertente importante para se discutir dentro dessas propostas que estão sendo apresentadas.

Eu acredito sinceramente, e estou fazendo muito mais um comentário, porque acho que não tenho perguntas muito objetivas a serem feitas, que nós já passamos do ponto limite no que diz respeito às consequências do aquecimento global. Portanto, a adaptação e os estudos a esse respeito, principalmente os aqui do Brasil, que dizem respeito à agricultura, devem ser intensificados. Acho que, com isso, ganha também força o pagamento por serviços ecossistêmicos e o pagamento por serviços ambientais, fazendo essa pequena diferença, mas já entendendo que, quando se fala em pagamento por serviços ambientais, se fala de ecossistêmicos e de pagamento ambiental em si, que é a proteção do homem.

Nós vimos agora, recentemente, o que significa a não proteção desses ecossistemas. Nós vimos tragédia de novo em Petrópolis. Estamos vendo tragédias acontecendo. Estamos vendo também o que está ocorrendo com o Semiárido. Isso é uma prova evidente

de que o clima já mudou. Não adianta a gente ficar só pensando. Por que se demorou tanto nas ações de adaptação? Porque não se acreditava que era assim, se achava que essas consequências eram para o fim do século. E agora nós estamos vendo os anos mais quentes, estamos vendo os extremos climáticos aí, batendo à porta de cada um de nós, e estamos um pouco perplexos.

Isso reforça a necessidade de que a gente possa, o quanto antes, usar desses instrumentos econômicos, porque, concordo, já se esgotou o comando e controle. O comando e controle teve sua finalidade, barrou o desmatamento desenfreado através de leis, através de multas, de punição, mas não é isso que vai manter nossa Amazônia, nosso Cerrado, o que restou da Mata Atlântica em pé, mas justamente incentivos econômicos que possam garantir que esses bens ambientais valorizados possam ser preservados e continuar a prestar seus serviços ecossistêmicos.

Eu concordo com a nossa Presidente. Acho que devemos dar uma ênfase especial a essa questão. Talvez seja esse um caminho que possamos encontrar. Provavelmente, Presidente, possamos fazer uma reunião administrativa ainda esta semana para discutirmos essas questões e, se for o caso, abrirmos uma nova linha de ação dentro da Comissão, mas é evidente que ficou clara essa necessidade premente.

Também ficou claro que nós não estamos tão atrasados; ao contrário, estamos com muitos elementos, muitas informações. E acho que isso cria uma massa crítica apropriada para que possamos realizar logo essa proposta de legislação no que diz respeito a essa questão tão importante. E mais ainda: como nós estamos às vésperas de uma Copa importante, talvez a mais importante depois de Copenhague, nos últimos tempos, o Brasil poderia chegar, assim como chegou a Copenhague com metas transformadas em lei no Congresso Nacional, com autoridade, com uma lei, o que seria muito importante, a esse respeito, muito moderno e mais um exemplo disso.

Por outro lado, só para concluir, Presidente, eu não poderia deixar de manifestar a minha preocupação com as nossas emissões. Na realidade, nós estamos vivendo um momento em que não sabemos como estão se comportando as nossas emissões. Sabemos que, de 2005 para cá, diminuí o índice de desmatamento, embora neste mês, na semana passada, tenhamos lido nos jornais que há uma tendência de aumento desse desmatamento – isso ainda está sendo observado, ainda está sendo averiguado –; diminuímos, evidentemente, o desmatamento. Com isso, diminuímos as nossas emissões, mas, por outro lado, nos últimos anos, temos visto que, na área urbana, aumentou muito o

número de veículos automotores. As emissões devem estar muito grandes.

Na área de geração de energia, estamos vendo que as termelétricas estão funcionando a pleno vapor, e tudo indica que vão funcionar até o fim do ano por causa da baixa linha d'água nos nossos reservatórios. Então, não sabemos, até agora, como é que estão essas emissões. Como o Brasil é um País que está em pleno processo de desenvolvimento, como a sociedade está avançando e nós estamos no pleno emprego, é bem possível que as nossas emissões tenham aumentado muito e que hoje não sejamos só um dos grandes emissores pelo desmatamento que continua, embora tenha diminuído, mas também pela geração de energia e pelas emissões veiculares.

Presidente, registrado isso, só gostaria de agradecer. Não tenho, realmente, perguntas a serem feitas, porque foram muito esclarecedoras as nossas palestras.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – RS) – Cumprimento o nosso Relator.

Mesmo não havendo perguntas, acho que a gente poderia adotar a seguinte metodologia: por não haver um número muito grande de Parlamentares aqui presentes, passarei a palavra para todos e, no final, ouviremos os nossos convidados.

Então, na sequência, o Deputado Ferro; depois, o Deputado Anselmo; depois, o Deputado Maldaner.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Quero agradecer a contribuição dos debatedores, dos expositores, e eu queria, num primeiro momento, fazer uma pergunta: estamos trabalhando com indicadores de emissão de gases de efeito estufa de oito, dez anos atrás. É possível fazer estimativas desses valores a partir de crescimento do PIB, essa é uma questão global, mas, para o Brasil, pelo menos, a partir de expansão e de alteração de atividade econômica do País, é possível fazer alguma estimativa dessa expansão, dessa evolução? Ou seria irresponsável fazer algo nessa direção? Queria isso de qualquer forma, para ter como uma referência de indicativo, porque estamos trabalhando com valores não atuais, e, por conta disso, aumenta o nosso grau de incerteza no tratamento de certas questões.

Nós somos provocados. Inclusive, há poucos dias, um pequeno agricultor no Semiárido me perguntava: “O que fazer para criar um espaço para preservar essa Caatinga, esses oito hectares que eu tenho aqui no meio daquela devastação?”. Eu disse: olha, você pode trabalhar para criar uma RPPN, alguma coisa parecida, procurar inclusive...

Eu acho que o Ministério do Meio Ambiente deveria ter uma política para orientar essas populações no sentido de preservar áreas, inclusive, e, na sequ-

ência desse debate aqui, beneficiar as pessoas desse tipo. Acho que hoje só há direito a perdão do Imposto Territorial Rural, mas deveria fazer alguma coisa além disso, discutir algo nessa direção, porque eu tenho acompanhado o debate da população do entorno do Porto de Suape, onde há uma explosão de chegada de empresas economicamente muito importantes, um local muito badalado em Pernambuco, mas existe toda uma população que está sendo prejudicada, seis, oito mil pessoas, num ambiente em que se geram cem mil empregos. Então, fica sempre aquela ideia: “Não, esse pessoal deveria ter sido tratado, ou removido, ou deslocado, porque é a realidade do progresso”. E ficamos lidando com esse tipo de visão e de concepção, que eu acho injusta sob todos os aspectos.

Há populações que podem ser incorporadas e que devem ser incorporadas, porque têm serviços ambientais próprios. Aquelas pessoas pescam, aquelas pessoas alimentam restaurantes ali da região. Não é uma economia só de sobrevivência, não, de subsistência; é uma economia que dinamiza a praia, Porto de Galinhas e tudo mais. No entanto, essas pessoas estão sendo comprimidas, estão sendo pressionadas a sair desses espaços. Isso é feito de uma maneira natural ou de uma maneira agressiva, como faz, por exemplo, a direção do Porto de Suape, que usa capangas armados para expulsar pessoas, para intimidar pessoas. Contra isso temos reagido com a imprensa, com o Ministério Público, mas é uma disputa pelo espaço, pelo território. Aquelas populações são entraves à chegada e à implantação de projetos industriais. E na verdade, não deveriam ser assim tratadas.

Nesse sentido, eu acho que o apressar desse debate é muito importante, porque isso vai ao encontro de uma questão social muito séria, que são essas populações atingidas por esse tipo de empreendimento.

Eu queria finalizar com duas preocupações. A primeira, nós temos feito um debate aqui, meio insano, sobre *royalties* do petróleo e nós sabemos que esses *royalties* são, de certa maneira, serviços, pagamentos por serviços pretensamente sociais ou ambientais. Deveriam ser, não é? *Royalties* do setor elétrico, por exemplo.

Eu tenho uma pendência com o debate, aqui nesta Casa, que é a proposta de emenda à constituição de revitalização do Rio São Francisco, em que nós definimos um fundo que seria composto uma parte pelos *royalties* e por outras fontes, para pagar o processo de revitalização do São Francisco, que, como foi dito aqui, é fundamental para a geração de energia. Se você não preserva esse rio, não vai haver energia ou vai agravar a consequência natural, que é o esgotamento do rio, pelo serviço que ele presta gerando energia para o Brasil.

Mas essa PEC está parada, entre outras coisas, por conta da área econômica do Governo. Eu até compreendo o zelo da área fiscal e econômica, da Fazenda. Por isso, Deputado Jardim, eu vejo muito pouca possibilidade de sucesso na criação desse fundo, porque ele bate de frente com isso. E feita essa há a PEC do São Francisco e outras que tentam criar fundos para esse serviço de compensação, e não vão.

Então, eu acho que aqui é importante esse convite ao Ministério da Fazenda, pelo menos para abrir esse debate, porque eles não querem nem debater isso. Não querem nem discutir esse assunto. A PEC está lá parada.

No Rio São Francisco, houve algumas ações de revitalização, mas não há uma articulação, digamos assim, mais consistente do Estado brasileiro. São políticas setoriais emergenciais da questão do saneamento para as cidades que ficam na calha do Rio São Francisco, mas que não atingem o grosso das cidades, e mereceriam um programa de reflorestamento, de recomposição de matas ciliares a partir da destinação de recursos como esses.

Então, penso ser importante abrir esse debate, de maneira mais geral, sobre *royalties*, não só o do petróleo, mas o da mineração, o de serviços de geração de energia elétrica, os quais constituem base de financiamento de possibilidades, de atendimentos pagos por serviços ambientais, por degradação, etc.

Essa questão é um nó górdio para nós aí nessa área. Não vejo disposição nem vontade para tratar disso. Se se tratar de impossibilidade fiscal, vamos procurar saber por que o dinheiro, que não está sendo pago para revitalizar o São Francisco, agora está sendo usado em transposição, está sendo usado em carro-pipa, vai ser usado na indústria da seca atualizada, porque, antes, havia aquela perversa indústria da seca de que muitos se apropriavam para fazer renda, mas há uma indústria da seca que hoje prevalece aí no Semiárido, com a seca do Semiárido, e tem a ver com outros tipos de pagamentos que não foram feitos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Exatamente. Hoje Fortaleza está discutindo todo o problema, o drama do Semiárido, da seca. Aliás, vamos ter de enfrentar isso como uma política mais ampla, mais sistêmica e, evidentemente, com outra visão e não apenas a setorial, que é necessária, mas também é necessária a emergencial, é necessária a assistencial, pois ali vidas estão em risco. Portanto, tem de haver. Mas isso não responde, a médio e longo prazo, pelo agravamento do problema dessas populações e dessa região, da expansão do Semiárido.

O Semiárido é um bioma crescente por conta da desertificação, daí o seu agravamento. É um bioma diferente dos demais, porque, ironicamente, outros biomas diminuem, mas o Semiárido é um bioma que está crescendo e pelo pior lado: pelo lado da devastação, da desertificação e das degradações ambientais. Então, estamos sendo chamados a responder sobre isso.

Vou parar por aqui.

A SR^a. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Passo a palavra ao Deputado Anselmo. Na sequência, falará o Senador Maldaner.

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT – RO) – Quero cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, por meio da qual cumprimento os demais membros da Mesa; e cumprimento o Deputado Arnaldo e, em nome dele, todos os presentes.

Lembro-me ainda das ações que fizemos no setor de agricultura, quando da reforma agrária, na época do Presidente Fernando Henrique, quando debatíamos os assentamentos através de suas reservas em bloco. Era justamente esse o objetivo. Depois, trabalhamos também, a assessoria técnica, para buscar uma agricultura sustentável, oportunidade em que criamos o Pró-Ambiente. E, até em função da não regulamentação dessas ações feitas à época e, por sinal, muito benfeitas, porque, para aqueles assentamentos, a gente buscava, realmente, onde estavam as nascentes, buscava os topos de morros, mas não houve regulamentação por parte do Parlamento brasileiro à época e isso acabou se perdendo por aí. Foi uma das ações importantes à época, mas que acabou se perdendo.

E não foi diferente com o Código Florestal também. Lembro-me do finado Deputado Micheletto, relator – eu era Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro) –, com quem fazíamos um debate acalorado lá em Rondônia, juntamente com a ex-Senadora Marina Silva, e percebíamos que ficávamos querendo fazer política no varejo sem buscar, realmente, a definição de uma política de fato. Eu percebo que essa coisa continua, mas de uma forma que a gente, parece-me, não aprende.

Parece-me que o Parlamento, o Governo sempre têm de ir depois que as coisas passaram do momento. O Código Florestal mesmo saiu em uma hora errada. Quer dizer, se naquela época em que nós debatemos isso houvesse uma política de fato e clara nisso daí... Mas a gente ficou muito envolvido em experiências piloto que não saíram disso, que não passaram a ser política. E a gente vem sempre se arrastando nisso e nunca, de fato, tem uma legislação concreta.

Eu me lembro de que, assim que assumi como Deputado aqui, eu tinha meu chefe de gabinete. Ele

trabalhou essa política lá atrás, enquanto eu era Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Ele veio fazer um mestrado aqui e pegou aquilo lá atrás e transformou num dos grandes temas do mestrado dele.

Nós fomos à Costa Rica, também, ver aquela experiência de lá, e foi daí que surgiu esse projeto que a gente iniciou aqui. Eu diria “início” porque, se eu falar hoje do Jorge Khoury, ele fez muito mais do que eu que fui autor. Ele fez um baita de um trabalho, fez várias audiências públicas. Então, ele foi uma pessoa maravilhosa à época, pelo grande trabalho que fez.

Eu percebo que nós temos uma experiência hoje, na Amazônia, que eu poderia dizer que é uma das maiores experiências do Brasil de serviço ambiental, a Zona Franca de Manaus.

Se nós não tivéssemos uma Zona Franca de Manaus, hoje, o Estado do Amazonas estaria igual a Rondônia e ao Pará, estaria derrubando a mesma coisa. Agora, os Deputados de São Paulo querem acabar com a Zona Franca. Eles acham que estão pagando caro por aquilo lá, porque o povo brasileiro paga por aquele serviço ali.

Eu acho que a gente tem que pegar experiências concretas, para poder, de fato, Deputado Arnaldo, criar uma política e para que esta seja uma política de governo. Porque, por exemplo, vamos pegar o Código Florestal, vários Estados saíram à revelia da lei, atropelando o processo, para que pudéssemos realmente fazer o Código Florestal, diante de uma necessidade que estava colocada no Estado.

Hoje, a União, como Governo, como Parlamento, está indo muito a reboque das situações que vêm do Estado. Agora, já viram quantos falaram aí que já há Estados que estão criando as suas leis de serviço ambiental? Vejam bem como já estamos ficando para trás novamente. Daqui a pouco, vamos fazê-la atropelada, talvez de uma forma errada. Então, acho que a gente tem realmente que pegar...

Nós temos o Fundo do Amazonas, hoje, Arnaldo. Eu acho que você tem essa missão e tenho certeza de que, pela sua apresentação aqui, não vai ser diferente do Jorge Khoury. Nós temos o Fundo do Amazonas hoje. Nós temos que pegar aquele dinheiro ali, porque vai depender de muita gente. Não dá para chegar amanhã e estar com tudo isso pronto, não. Nós temos que fazer um trabalho minucioso. Nós vamos ter que debater com quem queira realmente debater isso, para que, da próxima vez, como o Deputado Sarney falou, nós tenhamos uma lei de serviço ambiental que se possa dizer justa, que faz justiça a quem realmente presta o serviço.

Eu quero acreditar que a gente tem que incluir essa lei não para o fundo, mas para pegar recurso, para a gente trabalhar e contratar quem for preciso, a consultoria que for preciso. Que a gente possa, de fato, ter essa lei. Eu só quero acreditar que a gente vai realmente implantar o Código Florestal a partir do momento em que a gente tiver realmente esse serviço ambiental. Porque aí se vão estar fazendo as coisas todas juntas, e poder dizer que a gente tem uma lei. E uma lei com que a gente possa fazer justiça e, ao mesmo tempo, também, buscar...

Eu até me lembrava de que, no Código Florestal, debatíamos com as pessoas que, muitas vezes, nunca preservaram nada e estavam aqui dizendo para o Brasil o que tinham que fazer. E nunca assumimos isso para que pudéssemos dizer: nós queremos um código florestal dessa forma, nós queremos um serviço ambiental dessa forma. Muitas vezes, vinha país dar palpite aqui, se acorrentar aqui, mas não fizeram nada lá no país deles. E, muitas vezes, ficamos a reboque disso.

Acho que agora estamos bastante amadurecidos, temos bastante informação, para que, de fato, possamos criar uma lei de serviço ambiental e que ela seja justa. Mas que leve em consideração todos aqueles que prestam serviço ambiental, para que posamos fazer justiça.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Anselmo.

Agora, passo a palavra ao Deputado Celso Maldaner. Quando eu cheguei aqui, Deputado Celso, eu só chamava o Senador Casildo de Celso Maldaner. E agora eu quero chamar V. Ex^a de Casildo.

Deputado Celso com a palavra.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Que bom estar aqui na reunião presidida pela Vanessa, nossa catarinense lá de Videira, Senadora.

Santa Catarina já está chegando a 67% de regeneração do nosso bioma Mata Atlântica. Aliás, a nossa preocupação que quero levantar aqui é...

O colega falou da Costa Rica. Nós tivemos uma oportunidade de participar de um seminário internacional, em 2008, juntamente com o colega Duarte Nogueira, sobre mudanças climáticas na Costa Rica. Eu acho que vale a pena, o colega já mencionou isso, conhecer a experiência de Costa Rica. Fomos *in loco* visitar a agricultura familiar, as matas, o bioma Mata Atlântica, e saber das fontes de financiamento, como funcionam lá.

Do fundo que eles têm lá, sai um percentual sobre o petróleo. Todos nós consumimos petróleo. Um percentual sobre o petróleo é consumido no país. E quanto às hidrelétricas, elas pagam um percentual.

Então, de onde que vai sair o dinheiro para criar esse fundo para fazer o pagamento?

Acho que essa preocupação, essa experiência de Costa Rica é interessante. Sobre as bacias hidrográficas, falou o Deputado Sarney. Lá foram priorizadas primeiro as bacias hidrográficas. Visitamos *in loco*. É uma maravilha ver os animais, o turismo ecológico. Vale a pena conhecer a experiência de Costa Rica, que está funcionando, acho que deu certo.

A minha preocupação maior é com as fontes de financiamento, especificamente com a agricultura familiar, porque, ainda ontem, eu estava num Município e o agricultor me pedia, falando do Código Florestal, que nós o aprovássemos. Ele tem um módulo fiscal todo preservado e dizia: “Como é que eu vou viver agora? Eu tenho 18 hectares, e é Mata Atlântica, e como é que eu vou viver? Eu preciso... Como é que fica isso?”

Então, acho que a agricultura familiar, até quatro módulos fiscais, a pequena agricultura, conforme foi aprovado aí, precisa ter uma fonte de renda. Esses pequenos agricultores como vão viver? Então, acho que teria a agricultura familiar que entrar em pagamentos por serviços ambientais.

Era isso que eu queria colocar e sugerir – quem sabe? – à Comissão que conheça profundamente a experiência da Costa Rica.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Obrigada, Deputado Celso, inclusive pela brevidade.

Eu também não vou falar muito. Primeiro, eu comentava aqui com o Deputado Sarney que a Costa Rica tem sido exemplo em algumas questões. Trabalhou muito bem essa questão ambiental e desenvolveu muito a tecnologia da informação. É um centro de desenvolvimento tecnológico muito importante. Acho que nós poderíamos, sim, pensar, a Comissão, em fazer algumas atividades, fazer um intercâmbio ou alguma coisa assim, porque é um exemplo muito exitoso e que poderia ser importante para todos nós.

Acho que há alguns questionamentos do Deputado Ferro. Vou passar a palavra para os nossos convidados, pedindo, já, desculpas em nome do Deputado Arnaldo Jardim, que teve que se retirar. Ele ficou até quando pôde, porque tem compromissos inadiáveis neste momento, mas disse que concorda com a ideia, Deputado Sarney, que V. Ex^a apresentou de fazermos uma reunião administrativa.

Eu creio que, depois de ouvir os nossos convidados, a gente poderia, antes de encerrar, tomar algumas decisões administrativas, ao invés de chamar uma outra reunião, esta semana ainda, para debater isso.

Vamos ouvir nossos convidados pela ordem inversa. Vamos começar com o Adriano, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA

– Obrigado. Mais uma vez, Senadora, agradeço pelo convite.

Eu vou ser brevíssimo, mas queria fazer três breves comentários em relação a três pontos. O primeiro, o consenso do Governo Federal. Eu gostaria de fazer justiça aqui aos nossos colegas do Executivo, da área econômica, que têm sido parceiros importantes nas discussões, e aí eu posso dizer o nome de um deles, o Aloísio Melo, que é uma pessoa que ajuda a liderar esse assunto de mudança do clima lá no Ministério da Fazenda. Só para fazer justiça, quero dizer que eles têm sido parceiros importantes até na interlocução com o próprio Legislativo.

O segundo comentário, que faço rapidamente, é sobre indicadores de gás de efeito estufa. O Deputado Fernando Ferro mencionou que a gente tem oito a dez anos de defasagem nos nossos dados – acho que o Artur também mencionou isso. Só para registrar, na nossa segunda comunicação nacional, essa é uma responsabilidade coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nós tínhamos obrigação de apresentar dados entre 1990 e 2000, e nós fomos até um pouco além, apresentando dados até 2005.

Esses inventários acontecem de quatro em quatro anos. Por decisão das últimas Conferências das Partes, a gente vai ter agora os chamados relatórios bienais, que não são inventários; eles são menos acurados. Eles vão trazer a atualização de inventários numa periodicidade menor.

E uma iniciativa doméstica tem sido também liderada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que coordena essa área. Pelo decreto que regula a Política Nacional sobre Mudança do Clima, nós temos que apresentar estimativas anuais. E aí eu gostaria de registrar a diferença desse exercício para o inventário. O inventário é muito mais acurado, precisa desses quatro em quatro anos para ter dados robustos. As estimativas anuais vão ajudar a dar essa tendência, a mostrar, com menos acurácia do que com o inventário, as nossas emissões. E o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação deve estar lançando isso muito brevemente. É claro que eu não queria falar em nome deles, mas temos informação sobre isso.

O último comentário, também bastante rápido, é em relação ao perfil de emissões. Deputado Sarney, como o nosso gargalo de emissões era parte do desmatamento – nós tivemos uma queda substancial desde 2005 –, eu tenho certeza de que esses números

vão mostrar que tivemos uma redução significativa das nossas emissões ainda que percentualmente.

A parte de energia e indústria vem aumentando também um tanto em absoluto, mas não representa uma parte muito grande em termos percentuais, até porque continuamos com uma matriz elétrica muito limpa, mas não tenho dúvidas de que esses números vão ser bastante positivos em relação à redução significativa de emissões que tivemos aí nos últimos anos.

Obrigado.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Não só espero como desejo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Passo a palavra, agora, ao representante da Conservação Internacional, Dr. Artur.

O SR. ARTUR PAIVA – Obrigado, Senadora Vanessa.

Agradeço a todos da Mesa pelo espaço e pelos comentários bastante pertinentes feitos pelos Parlamentares presentes.

Também vou ser breve e tentar fazer um apanhado geral das falas de cada um em relação às nossas posições.

Em relação a índices mais atualizados de gases de efeito estufa, o Adriano já explicou o porquê, mas eu acrescentaria um segundo ponto: uma vez que o Brasil não é país do Anexo I da Convenção de Clima da ONU, ele não teria a responsabilidade de apresentar, de forma mais sistemática e sequenciada, as suas emissões, como os outros países precisam, porque têm metas de redução. Acho que, por causa disso, ao longo da história das negociações, o Brasil só apresentou dois inventários mais contundentes: a Primeira Comunicação Nacional e a Segunda Comunicação Nacional. Agora, esses inventários bianuais que vieram como resultado das últimas COPs trazem um subsídio maior para entender as nossas emissões. Mas não só de Comunicação Nacional, que é o que o Ministério de Ciência e Tecnologia tem o mandato de fazer e compilar por todos os setores, deve ser feito um inventário.

Quando coloquei na apresentação que precisamos de metas compulsórias aqui, domesticamente tratadas, e inventários de gases de efeito estufa feitos de forma sistemática por setor público e privado, foi pela importância de saber onde está essa emissão, onde a curva está mudando. Estamos vendo que o desmatamento está caindo, mas o Brasil está crescendo, está emergindo, e hoje já temos uma emissão muito mais atribuída a transporte e energia, por exemplo.

Sobre um pouco do que o Deputado Sarney falou, a adaptação acho que é para hoje, ou melhor, é para ontem, porque a mitigação é um processo con-

tinuado. Logo que foi criado o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas, e que a mitigação foi tratada como tema específico dentro da convenção, dentro da negociação, vimos que as coisas vão sendo feitas de forma continuada. Mas hoje já se fala até em *losses and damages*, termo utilizado, que são perdas e danos. Países que ainda não tiveram a sua vulnerabilidade atestada e que têm previsão de que vão sofrer, que vão ter prejuízos econômicos e sociais já estão antevendo um certo tipo de compensação por causa de perdas e danos. Então, a adaptação é para ontem. E vemos muito pouco, por exemplo, do Fundo Clima, que é um recurso generoso, vamos dizer, em termos de cifra, voltado para a adaptação. Isso é extremamente preocupante, porque os recursos precisam chegar à ponta para executar medidas concretas de combate e de adaptação às mudanças climáticas.

Acho que o exemplo da Costa Rica é o melhor do mundo para tomarmos como base, como exemplo de utilização de *royalties* de petróleo ou de setor de energia.

Enfim, acho que é isso.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTA (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Júlio, do Ipea.

O SR. JÚLIO CÉSAR ROMA – Mais uma vez, gostaria de agradecer o convite e de me colocar à disposição para outras oportunidades.

Só queria colocar rapidamente dois pontos. O Adriano já respondeu: a autoridade para falar sobre mudanças climáticas, sobre os inventários, melhor dizendo, é o MCTI. Ele trabalhou lá, inclusive. Agora, existem questões metodológicas que têm de ser seguidas por todos os países. Então, o Brasil não pode adotar uma metodologia diferente daquela que é adotada no âmbito da Convenção.

Quanto à questão do Ministério da Fazenda, que foi mencionada, só queria dizer que eles têm sido parceiros em outras iniciativas do Ministério do Meio Ambiente, e também a iniciativa de valoração do capital natural brasileiro tem sido coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente. O Ipea faz parte da comissão técnica, e o Ministério da Fazenda é parceiro também.

Outra coisa é que o Brasil foi convidado a participar de uma iniciativa chamada WAVES. É uma iniciativa do Banco Mundial chamada Contabilidade da Riqueza e Valoração dos Serviços Ecossistêmicos. O Ministério da Fazenda fez várias reuniões com especialistas. Tive a oportunidade de participar de duas delas. E o Brasil aderiu. Então, eu sinto uma sensibilidade por parte da

área econômica para essas questões de sustentabilidade ambiental.

É isso.

Obrigado.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Bem rapidamente, já que fui citado por quase todos os expositores, eu só queria reafirmar que, na realidade, sinto que, embora pontualmente possa haver uma colaboração num projeto ou outro do Ministério da Fazenda, não há a transversalidade. E, não havendo transversalidade, anda-se muito pouco. Não havendo uma decisão do conjunto do Governo, não se anda. E é isso que está acontecendo.

Na área ambiental, nós sempre fomos puxados a reboque da opinião pública, puxados a reboque da imprensa, e, em raras vezes, houve por parte do conjunto do Governo, historicamente falando... Não estou aqui me referindo a governo A, B ou C. Acho que esse é um processo histórico, que tem se repetido infelizmente, que não tem avançado. E historicamente a gente tem sentido isso na legislação, por exemplo. Na discussão que a gente teve sobre o Código Florestal – desculpem-me –, ficou claro: eram dois Ministérios puxando para um lado, dois Ministérios puxando para outro, e acabou dando no que deu. Eu, pelo menos, não me sinto confortável com o resultado que saiu daqui, da Câmara.

Então, acho que devemos também aproveitar e tentar harmonizar essa linguagem do Governo, pelo menos no que diz respeito a isso. Para isso, tenho certeza, a nossa Presidente já vai tomar algumas providências agora...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Sim.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – ... e vamos tentar ajudar. Mas não é um processo fácil, é um processo histórico: desde a criação do Ministério do Meio Ambiente, a gente sente isso.

O Ministério do Meio Ambiente, antes de ser Ministério do Meio Ambiente, era Ministério de Recursos Hídricos. Ele gastava mais dinheiro furando poço artesiano no Nordeste, com aquilo que o Deputado Fernando Ferro falou, que era meio ambiente, Amazônia Legal, não sei o quê. Gastava-se mais dinheiro lá do que, realmente, tratando do meio ambiente. Só depois de uma reforma, foi criado, realmente, o Ministério do Meio Ambiente, que se tem demorado a fixar-se como um Ministério transversal, como deveria ser, sem culpa nenhuma dos Ministros que passaram por lá, das Ministras, e inclusive minha.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Agradecendo a colaboração de todos os nossos convidados, inclusive do Deputado que não pôde

permanecer até o final, apenas quero registrar a importância do debate que travamos no dia de hoje, porque dele vamos ter de tirar consequências. Nós não estamos debatendo algo teórico, mas algo que está aqui, na nossa mão.

Deputado Ferro, eu só queria, antes que V. Exª fosse embora, primeiro agradecer ao Deputado Anselmo a lembrança em relação à Zona Franca. Nós temos um livro que foi escrito pela Universidade Federal do Amazonas, junto com o Ipea, que trata exatamente de mensurar a colaboração da Zona Franca de Manaus para a preservação do meio ambiente, que é muito importante.

Deputado Ferro, nosso Vice-Presidente, eu só queria colocar em votação aqui duas coisas. Primeiro, vamos fazer contato com os técnicos do Ministério da Fazenda que trabalham, junto com o Ministério do Meio Ambiente, essa questão do projeto de lei, todas as questões ambientais e principalmente o pagamento de serviços ambientais – são eles Aloísio Melo, Arthur Lacerda, João Tedeschi e Beatriz –, para que possamos nos reunir com ele e com a nossa Consultoria. Mas, desde já, queria solicitar dos senhores o apoio para que possamos também pedir uma audiência com o Ministro Guido Mantega. Dessa forma, nós, membros da Comissão de Mudanças Climáticas, poderemos ir até ele – não trazê-lo para uma audiência pública, mas, sim, irmos até ele – debater esse assunto tão importante não só para questões ambientais, mas para o Brasil como um todo.

Temos o apoio de todos?

Inclusive, vamos levar o Ministério do Meio Ambiente conosco.

Apoiados.

Então, vamos solicitar essa audiência, para que se realize o mais rápido possível.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, EM MANAUS.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e treze, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Mista Permanente

sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Deputados Fernando Ferro e Sarney Filho, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de Audiência Pública Regional para debater o tema: “valoração dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 12 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: João Henrique Souza Talocchi, Coordenador do Centro Estadual de Mudanças Climáticas - SDS/CECLIMA; Alexandre Kadopa, Consultor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; João Batista Pezza Neto, Superintendente Técnico da Fundação Amazonas Sustentável e Philip Fearnside, Cientista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator da Comissão, Deputado Sarney Filho, Deputados Fernando Ferro e a Senadora Vanessa Grazziotin. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2013, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e treze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Sarney Filho**, Relator da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Fernando Ferro, André Zacharow, Glauber Braga e Ricardo Tripoli, membros da Comissão. Registra-se a presença da Deputado Colbert Martins. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo nú-

mero regimental, o Senador Sarney Filho, Relator da Comissão, declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de Audiência Pública para debater o tema: “Adaptação: A Prevenção de Desastres. Preparação do Brasil para IV Plataforma Global para redução de Riscos de Desastres. Cidades Resilientes. Implantação do Estatuto de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/20120).” em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 12 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: Senador Casildo Maldaner; Deputado Glauber Braga; Humberto Viana, Secretário Nacional de Defesa Civil Ministério da Integração Nacional - MI; Milton Rondó, Chefe da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome – Ministério das Relações Exteriores – MRE; Daniel do Couto e Silva, Diretor de Licenciamento e Avaliação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente – MMA; David Stevens, Coordenador – Centro da Estratégia Internacional para Redução de Desastres – ONU - UNISDR. Após a exposição do Senador Casildo Maldaner, assume a Presidência o Deputado Ricardo Tripoli. Em seguida, passa-se a exposição dos demais convidados. Não havendo questionamentos, a Presidência submete à apreciação extrapauta dos seguintes Requerimentos no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas: Requerimento nº 2, de 2013-CMMC. “nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública conjunta para discutir o projeto ‘Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores-Chave do Brasil’, com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Fazenda; e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).” **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 3, de 2013-CMMC.** “ nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) audiência pública para discutir o marco legal sobre o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção

e aumento dos estoques de carbono florestal - REDD +, com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Casa Civil, Globbe International e o senhor Ministro do Supremo Tribunal de Justiça Herman Benjamin”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Ao final, a Presidência comunica que a próxima Reunião será convocada para o dia quatorze de maio do corrente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado **Sarney Filho**, Relator no exercício da Presidência da CMMC.

Notas taquigráficas

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008, do Presidente do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Com o consentimento implícito e explícito dos membros, vamos à votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para tratar do tema Adaptação: a prevenção de desastres. Preparação do Brasil para a IV Plataforma Global para redução de Riscos de Desastres. Cidades Resilientes. Implantação do Estatuto de Proteção e Defesa Civil.

Foram convidados o Senador Casildo Maldaner, que deve estar numa dessas inúmeras atividades, porque eles marcam tudo para o mesmo horário – não é o Senador, é a Casa mesmo; tanto no Senado quanto na Câmara há um acúmulo grande –; o Senador Humberto Viana; desculpem-me, Sr. Humberto Viana – já me chamaram de senador, e eu também estou chamando os outros de senador –, Secretário Nacional de Defesa Civil – por favor, venha à mesa –; o Deputado Glauber Braga; o Sr. Milton Rondó, Chefe de Coordenação de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Daniel do Couto Silva, Diretor de Licenciamento e Avaliação Ambiental

do Ministério do Meio Ambiente; e o Sr. David Stevens, Coordenador do Centro de Estratégia Internacional para Redução de Desastres da ONU.

Seguindo a ordem de inscrição e para não nos alongarmos muito – são seis oradores –, nós vamos imediatamente conceder a palavra ao Deputado Glauber Braga, para dar início à sua exposição por até 15 minutos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente Sarney, Relator também desta Comissão; Secretário Nacional, Humberto Viana, meu amigo; Ministro Milton Rondó, representação importantíssima, que coordenou, inclusive, o encontro da delegação brasileira da III Plataforma Global; Sr. David, que vem ao Brasil representando o escritório da Estratégia Internacional para Redução de Riscos de Desastres – esse também é um pleito já de bastante tempo –; e Sr. Daniel do Couto Silva, representando aqui o Ministério do Meio Ambiente, vou procurar ser bastante objetivo, fazendo uma apresentação aqui dos pontos do Estatuto de Proteção e Defesa Civil, aprovado e sancionado pela Presidência da República há aproximadamente um ano, e também um breve histórico de como começou esse processo.

O Governo Federal mandou para a Câmara dos Deputados uma medida provisória com seis artigos. Essa medida provisória era muito positiva, porque, entre outras coisas, criava um cadastro nacional de Municípios mais vulneráveis à ocorrência de desastres e era muito positiva. Só que a Casa, a Câmara dos Deputados, já havia feito a apresentação e a votação, numa comissão especial, do relatório do chamado Estatuto de Proteção e Defesa Civil, que contou com a colaboração fundamental da Roseli, técnica da Casa que, inclusive, instrumentalizou e discutiu todo esse processo em conjunto com a comissão. Mais uma vez, eu gostaria de fazer o justo agradecimento ao trabalho da Roseli e dos demais técnicos que auxiliaram também nesse processo.

Foi aprovado, nessa comissão, o Estatuto de Proteção e Defesa Civil, com 51 artigos, e eu fui escolhido Relator dessa medida provisória, encaminhada pelo Governo Federal, com seis artigos.

Apresentei, como substitutivo à medida provisória, os 51 artigos do Estatuto de Proteção e Defesa Civil, mas nem todos foram aprovados. Na negociação, inclusive na negociação com o próprio Governo, com o compromisso de não veto pela Presidência da República, foram aprovados 31 artigos, que culminaram com a aprovação da primeira lei nacional que trata, de uma forma mais profunda, os pontos de prevenção numa norma como essa. Esse trabalho contou com a colaboração ímpar e fundamental do Ministério da

Integração Nacional. Cito aqui o Secretário Humberto Viana e toda a equipe que, durante todas as discussões, estiveram também presentes, tendo a oportunidade de colaborar com esse texto que hoje se aplica.

O Estatuto de Proteção e Defesa Civil – eu vou aqui procurar ser bastante objetivo –, em primeiro lugar, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Ele vai trazendo, a partir do art. 4º, as diretrizes da Polícia Nacional de Proteção e Defesa Civil, mas todo o texto, todo o material está voltado necessariamente para um enfoque com caráter preventivo. A lei anterior que tratava do tema tinha uma visão muito voltada para o socorro, para a resposta, depois da ocorrência do desastre. Então, primeiro, vêm as diretrizes.

Depois, a Lei 12.608 procurou fazer o quê? Uma divisão de responsabilidade para não ocorrer aquele bate-cabeça, principalmente na ocorrência de um desastre, sobre o que faz um Município, o que faz o Estado, ou seja, uma divisão clara de competências: responsabilidade dos Municípios, responsabilidade dos Estados e responsabilidade do próprio Governo Federal, a partir do art. 6º.

Vou trazer aqui um exemplo simples. No momento da ocorrência de um desastre, quando não pôde ser prevenido, ou seja, o desastre aconteceu e foi reconhecido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, de quem é a responsabilidade em garantir moradia segura para aquelas famílias que tiveram que sair de suas casas ou que estão desabrigadas ou desalojadas? Isso não era claro na legislação. Então, a legislação determina que essa é uma responsabilidade do Município, que pode contar com o apoio do Estado e do Governo Federal, mas claramente como uma responsabilidade municipal. A partir do art. 6º, são estabelecidas as responsabilidades, as competências do Governo Federal, dos Municípios e dos próprios governos estaduais, e há também artigos que tratam da participação da sociedade civil organizada.

O art. 9º trata das competências comuns.

E aí vêm outros pontos do sistema. O que se procurou fazer nessa legislação foi exatamente dar respaldo a um sistema de defesa civil, em que cada um tem a sua responsabilidade. Com essa responsabilidade, fundamental é que também fique delimitado claramente como esses interlocutores podem se comunicar através desse sistema. E foi isso que se procurou fazer através do art. 10 da legislação.

O art. 12 – eu estou procurando resumir para enquadrar-me no tempo, uma vez que há um conjunto de expositores – trata do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil. A gente teve a preocupação específica de incluir também nesse artigo as comunidades atingidas, para que o Conselho possa ter sempre o

contato social com os mais prejudicados que, como ficou demonstrado, são as populações que vivem em áreas mais vulneráveis.

A partir das Disposições Finais, há um conjunto de regras. Apesar de o título ser Disposições Finais, são regras importantíssimas em relação a tudo aquilo que está no texto, e eu vou citar aqui alguns exemplos.

Primeiro exemplo: a legislação garantiu, Presidente, que, nos currículos escolares do ensino fundamental e do ensino médio, o tema proteção e defesa civil passasse a ser incluído. A lei permitiu – até porque a gente estudou e discutiu muito a necessidade do estabelecimento de uma cultura de prevenção – a possibilidade do chamado serviço militar alternativo voltado para regiões sujeitas a desastres. O que é isso? É a possibilidade de o jovem que quer servir às Forças Armadas – hoje há o chamado excesso de contingente de jovens que querem servir e não têm essa possibilidade – fazê-lo, voltando as suas atenções e atividades especificamente para ações em áreas vulneráveis a desastre. Ele poderia fazer essa opção. É claro que precisa ser criado um programa específico, porque não adianta simplesmente colocar essa possibilidade na lei. A lei abriu a possibilidade de se fazer isso, mas são necessários recursos do próprio Orçamento para que programas sejam criados em conjunto com as Forças Armadas e para que esse treinamento possa ser dado de forma efetiva.

Há um terceiro ponto que a lei colocou e que eu também considero importante: a edificação em áreas de risco. A lei cria, através de um artigo, a impossibilidade de que haja a construção em áreas de risco, a partir, formalmente, de um alvará dado pelo Município. E aí alguém poderia perguntar: “Mas não é o que já acontece? Isso não é o natural?” Não, não necessariamente. Se você é morador de uma área pobre de determinado Município, vai ter muita dificuldade em conseguir um alvará de construção para uma área que seja considerada de alto risco numa prefeitura. Mas, se você é representante de uma grande empresa de exploração imobiliária, a prefeitura não necessariamente vai exigir que você apresente a comprovação de que a área pode servir para aquela construção. Então, a lei estabeleceu isto como regra: em áreas de alto risco, não poderá haver alvará de construção cedido para os moradores daquelas regiões. A gente está falando de novas áreas; a gente não está falando de áreas já construídas.

E aí vem a pergunta subsequente que está também nas Disposições Finais: “Mas como você vai definir se aquela área é de alto risco ou não?” A lei determina que aqueles Municípios inseridos no cadastro nacional necessariamente precisam fazer os mapeamentos

de risco e as cartas geotécnicas para determinar se aquela região pode ser considerada de alto risco ou não. A partir desse mapeamento e das cartas geotécnicas, aí, sim, o Município vai poder, em determinada região, fazer com que a construção seja liberada, autorizada ou não.

Como eu já me aproximo dos cinco minutos finais da minha apresentação, eu queria ter a oportunidade aqui – eu já falei dos pontos incluídos na lei, que está à disposição para que todos os membros da Comissão e os representantes possam fazer as suas críticas e, na medida do possível, um aperfeiçoamento – de dizer que ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas: pontos que a lei tratou e pontos que a lei não conseguiu tratar.

Eu vou falar de duas lacunas específicas.

A primeira lacuna é a necessidade de regulamentação daqueles pontos que já foram aprovados através da legislação, da Lei 12.608. Por quê? A determinação desses Municípios considerados vulneráveis e inseridos no cadastro depende de um regulamento a ser disponibilizado pelo Governo Federal. Então, a gente tem procurado, inclusive nas comissões existentes nesta Casa, fazer uma interlocução, uma articulação junto ao Governo Federal para que esse regulamento se torne uma realidade o mais rápido possível, no sentido de que todos os pontos aprovados através da legislação sejam eficazes, pois não basta aprovar uma lei; é preciso que a lei definitivamente vigore. Por isso, a gente tem procurado popularizar essa lei.

Muita gente me pergunta o seguinte: “Mas qual o avanço que já ocorreu a partir da edição da lei?” Eu não posso negar aqui – eu tenho que fazer justiça – que, a partir das ações também da Secretaria Nacional de Defesa Civil e de várias secretarias estaduais, hoje esse tema está sendo amplamente discutido, e há o fortalecimento da defesa e da proteção civil nos Municípios e nos Estados. Se um representante da Defesa Civil chega para o prefeito municipal – eu já vi isso diversas vezes, Senador Casildo –, com a legislação debaixo do braço, e diz: “Olha, há uma lei aqui, e, agora, a gente precisa se adequar, de forma verdadeira, a essa legislação já existente”. A defesa civil, a proteção civil, não tenho dúvida, ganhou um componente a mais que não existia, ou seja, houve um fortalecimento desse processo.

Eu vou falar pelo meu Estado, que é o Estado do Rio de Janeiro. A Secretaria Estadual de Defesa Civil, em conjunto com vários Municípios e com apoio do Ministério da Integração Nacional, fez um conjunto de procedimentos, simulados, instalação de sistema de alerta e alarme, SMS em alguns Municípios, como o Município de Nova Friburgo, onde a população local

recebe as informações relacionadas à meteorologia e os alertas para que possam se dirigir a pontos seguros. Então, não tenho dúvida de que esse foi um ponto de avanço, mas que precisa de regulamentação em todos os pontos existentes da lei para que o avanço seja maior.

Mas, onde sinto uma lacuna ainda importante?

O Governo Federal disponibilizou uma quantidade de recursos nunca na história vista em relação à redução de risco de desastre e prevenção.

Senador Casildo Maldaner inclusive foi um dos responsáveis por isso, porque no momento em que a medida provisória foi para o Senado Federal ele colocou essa como uma questão fundamental para o governo. Foi lançado o chamado PAC da prevenção, com mais de R\$15 bilhões disponibilizados para esse sentido, mas a falta de capacidade institucional dos Estados e das prefeituras para gerir esses projetos é um novo desastre que não pode deixar de ser mencionado. Enquanto a gente não tiver Municípios e Estados, e aqui eu não faço generalização. Claro que há Municípios e Estados que estão preparados, mas falo como exemplo o meu próprio Estado, o Rio de Janeiro, que, no ano passado, devolveu recursos ao Ministério da Integração para a construção de casas populares nos Municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias, por falta da apresentação dos projetos ao Ministério.

Dou outro exemplo: o próprio Governo Federal editou uma medida provisória para aquelas escolas que tinham que ser reconstruídas na região serrana do Rio. Depois de dois anos do recurso disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação, até hoje essas escolas não se tornaram mais seguras e os recursos não foram aplicados. Qual é a justificativa pública? A falta da apresentação de projetos.

(Soa a campanha.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Para finalizar a minha apresentação, os pontos da lei estão aqui colocados. Existe uma necessidade, sim, de que a gente possa regulamentar aqueles pontos que ainda não foram regulamentados, mas é necessário também que a gente tenha uma preocupação específica com a melhora da capacidade institucional de Municípios e Estados no que diz respeito à disponibilização de recursos para a realização de investimentos preventivos, principalmente em obras. Esse é um avanço que, não tenho dúvida, é fundamental para que a gente possa ter as cidades sendo consideradas mais seguras.

Outros pontos da legislação onde exista alguma dúvida, estou aqui completamente à disposição, para que a gente possa conseguir um avanço comum sobre essa matéria.

Peço desculpas aos colegas da Comissão; ao meio-dia eu vou ter que me retirar – já tinha avisado ao Presidente – porque hoje também está sendo discutida na Casa a Medida Provisória dos Portos, já com discussão dos destaques e aprovação do relatório. Como sou membro dessa comissão, comandante, vou ter que me dirigir, vou ter que me deslocar. Mas, estou à disposição e vou procurar, através das notas taquigráficas, ter também o acesso a todas as apresentações que aqui foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Deputado Glauber Braga. Parabéns pela apresentação sucinta, pela elaboração dessa lei importante. Aguardamos que o Executivo regulamente aqueles pontos que ainda não foram regulamentados para a efetiva presença na vida de todos nós dessa lei importante.

Vamos dar sequência.

Quero comunicar que essas reuniões nossas, da Comissão, são todas elas gravadas pela TV Senado e, posteriormente, incluídas na programação da TV Senado.

Em regra, também estamos ao vivo pela Internet. Hoje, pelo fato de existirem muitas comissões em funcionamento, não sei como está. (Pausa.)

Estamos ao vivo, sim, na Internet.

Dando sequência, Senador Casildo Maldaner, com a palavra.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Caro Deputado Sarney Filho, que preside esta Comissão e é o relator da mesma, a Senadora Vanessa encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos. Por sinal, Braga, é outra questão. Faço parte da CAE, onde hoje está ocorrendo o grande debate sobre o ICMS. Saí de lá correndo para vir aqui. Está havendo uma briga entre os Estados, se é certo a alíquota de 4%, ou se não é certo, como se vai fazer. Está uma luta, mas eu não podia deixar de vir aqui, numa comissão que é do meio ambiente, uma comissão da sustentabilidade.

Quero deixar aqui a minha saudação ao grande chefe Humberto Viana, cumprimentando-o; cumprimento também, além do Sarney, o Milton Rondó, Chefe da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores, que está envolvido em todos os setores; cumprimento o Dr. Daniel do Couto Silva, Diretor de Licenciamento e Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; também o David Stevens, Coordenador do Centro da Estratégia Internacional para Redução de Desastres da ONU; enfim, cumprimento os caros Deputados e a todos os senhores presentes.

Quero, brevemente, trazer uma preocupação. Escutei uma parte da apresentação do Deputado Braga, relator na Câmara. Tive a honra de ter sido o relator numa comissão que, em 2011, foi constituída no Senado, por um grupo de Senadores e que tem o Senador Jorge Viana como Presidente. Houve um trabalho, durante o exercício de 2011; percorremos diversas regiões do Brasil, ouvindo, sentindo alguns dramas. Estivemos no seu Estado, Pernambuco, em Recife; estivemos no Estado do Braga, no Rio; estivemos na Amazônia; estivemos em muitos lugares: no Sul, atendendo aqueles Estados, em Santa Catarina, em Florianópolis, enfim, e culminamos num projeto, numa estratégia apresentada ao Senado que vem ao encontro de uma medida provisória.

Faço aqui um relato breve.

O extenso trabalho da comissão culminou com um amplo levantamento e propostas consistentes para a defesa civil no País, voltadas à prevenção, com recursos garantidos para o seu investimento.

O texto foi convertido no Projeto de Lei do Senado nº 745, de 2011, que podemos resumir em dez pilares – nós resumimos.

- 1 – Reestruturar o Sistema Nacional de Defesa Civil, reorganizar e promover a coordenação das estruturas existentes, mediante definição clara das competências de todas as instâncias envolvidas com a atividade;
- 2 – Operacionalizar coordenações da Defesa Civil em todos os Estados e Municípios brasileiros com posição hierárquica que possibilite a coordenação dos demais órgãos envolvidos na prevenção, na preparação, no socorro, na assistência às vítimas, no restabelecimento de serviços essenciais e na restauração das áreas suscetíveis ou afetadas por desastres;
- 3 – Reestruturar o Fundo Especial para Calamidades Públicas, o Funcap, de modo a ampliar suas fontes de recursos e possibilitar a aplicação desses em ações não apenas de reconstrução e resposta, mas principalmente de prevenção e preparação;
- 4 – Impedir o contingenciamento das verbas alocadas às atividades de defesa civil, inclusive as referentes ao Funcap;
- 5 – Criminalizar [chegamos até esse ponto] a conduta do agente, público ou privado, que permita ou estimule a ocupação de áreas de risco, assim identificadas no plano diretor e no plano de expansão urbano – ponto muito frisado aqui pelo Deputado Braga, inclusive;
- 6 – Estabelecer que as cidades deverão manter, no mínimo, 20 metros quadrados de área

verde por habitante, tendo em vista que a crescente impermeabilização dos solos prejudica a infiltração da água e, desse modo, aumenta a frequência e a intensidade das inundações em áreas urbanas. É que hoje há uma tendência de construir e colocar asfalto, ocupando o maior espaço possível, nada ficando praticamente de reserva, quase se impermeabilizando o solo; vem uma enxurrada, uma enchente de riacho, uma coisa ou outra e invade tudo, porque não tem para onde ir.

7 – Instituir estratégias nacionais, estaduais e municipais de construção de comunidades resilientes, habilitadas a conhecer, minimizar e gerenciar os riscos a que estão sujeitas, com base no pressuposto de que essa é uma responsabilidade compartilhada entre governo, setor produtivo, sociedade civil organizada e indivíduos. Acho que a preparação da sociedade, da comunidade é fundamental.

8 – Instituir centros nacionais e regionais de monitoramento e alerta, a fim de permitir o monitoramento de riscos, ampliar a capacidade de predição da ocorrência de eventos climáticos extremos e possibilitar a adoção de medidas emergenciais de prevenção, como, por exemplo, a remoção da população das áreas de risco. Fato que também estamos conquistando, o Centro Nacional de Monitoramento. O Rio também tem. O Braga até fez referências ao alertas que estão sendo instituídos. Estou lembrando o que elencamos em dez pilares.

9 – Criar uma Força Nacional de Defesa Civil, o que também está se tratando. Um grupo de elite de pronto emprego, altamente capacitado e continuamente treinado, com possibilidade de atuação em todo território nacional e com tempo de resposta muito curto.

E não sei por que cargas d'água o décimo mandamento, o décimo pilar.

10 – Efetuar, em todos os Municípios, o cadastramento das ocupações urbanas e áreas de risco, de modo a propiciar a atuação preventiva dos entes públicos. Também aqui, Braga, isso está em andamento. Acho algo essencial, fundamental.

E aí venho aqui para a MP 547/2011, que transformou no Projeto de Lei de Conversão nº 12.608. Refiro-me aqui a abril de 2011, quando chegou ao Senado a Medida Provisória nº 547, que tornou esse Projeto de Lei de Conversão, em deferência ao trabalho realizado na comissão, fomos indicados como relator da

medida provisória que veio da Câmara, e nós tratamos aqui no Senado.

Em outra ponta, cria também o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres, e assim por diante.

A MP, no entanto, se encontrava ou estava de certo modo, eu diria capenga. Por que isso?

Porque faltava o vetor essencial, a previsão orçamentária para essas ações e para outras tantas que garantiriam uma eficaz política de prevenção em nosso País. E aí vem.

O atual Funcap – Fundo Especial para Calamidades Públicas, contempla apenas ações de reconstrução e, a bem da verdade, nunca chegou a ser implementado por sua completa inviabilidade.

Propusemos, tanto no projeto de lei, fruto do trabalho da comissão, como em emendas a essa medida provisória, as devidas correções, com alterações no Funcap, garantindo a possibilidade de aplicação em ações de prevenção, com a necessária criação de novas fontes de recursos.

E podemos citar alguns exemplos de fontes de recursos que nós apresentamos:

Destinação de 1% do prêmio dos seguros, com possibilidade de arrecadar – isso em 2011 – R\$700 milhões ao ano, divididos entre União, Estados e Municípios.

Por que nós optamos por buscar do seguro uma participação na Defesa Civil Nacional e uma parte disso para as defesas civis estaduais e também para as municipais? De que maneira?

Propusemos que, desse 1%, um terço dessa arrecadação, sendo feita lá em Friburgo, onde o Braga falou há pouco, um seguro de automóvel, por exemplo, na hora de fazer o seguro, desse prêmio, 1%, de qualquer valor, pago para a Defesa Civil Nacional, automaticamente, um terço disso vai para a Defesa Civil do Estado do Rio, e outro terço, para fechar o inteiro, compulsoriamente vai para a Defesa Civil, logicamente, estruturada, organizada, do Município de sua origem, que, no caso, seria Friburgo.

Por que isso?

Isso motivaria as defesas civis dos Municípios no Brasil inteiro a fazerem o movimento e segurar a casa, segurar os bens, segurar o carro. Claro que vem a reação das companhias de seguro: vai encarecer para o consumidor! Não vai. Isso, no médio e no longo prazo, favorece.

A nossa argumentação: isso ajuda. Por quê? Porque as defesas civis, nos seus Municípios, sabendo que um terço lhe será destinado – pouquinho coisa, mas que movimentará – vão ser corretoras de graça nos seus Municípios, elas fomentarão o seguro, a cul-

tura do seguro. Sabendo que um terço vai ser aplicado essencialmente na prevenção, vamos evitar, no médio prazo, incidentes, acidentes. Com isso, sendo menor o número de acidentes, as companhias de seguro vão indenizar menos, as ocorrências serão menores, e elas, no médio e no longo prazo, vão ter vantagens, além de terem corretores gratuitos em suas comunidades. Isso, no Brasil inteiro, vai ser fantástico!

Hoje, não sei em quanto está em 2012, em 2013, cerca R\$100 bilhões de seguro que se pratica no Brasil, sem ter esse fomento das defesas civis organizadas nos Municípios brasileiros, para aplicar em prevenção – isso tem que ser estipulado. É uma coisa fantástica! O percentual que vem para isso, com a Defesa Civil Nacional com um terço, as estaduais com outro terço e as municipais, para fechar o inteiro, recebe uma parte também; se acontecer na hora da prevenção, sobrando uma parte para restauração, se houve um incidente – ninguém está livre disso – a Defesa Civil municipal tem condições de, na hora, entrar em campo, porque a pinguela que caiu, o posto de saúde que rodou, ou a escola, para tentar começar a recuperar, se o levantamento for de extensão um pouco maior, a Defesa Civil estadual também tem uma reserva nos seus fundos.

Se a monta for até interestadual, com maior prejuízo, a Defesa Civil Nacional também tem algo no seu fundo para auxiliar nesses casos, já tem ali aplicado, está na reserva, ali rendendo. Tomara que não venha nada, que não ocorra, mas há uma prevenção, porque hoje nós sabemos, Humberto sabe... Lembro-me de que, quando Governador de Santa Catarina, era despertado de madrugada com desastres. E aí eu ligava para a Defesa Civil, que dizia não ter nem colchão, nem prevenção. E aí se faz o levantamento. Leva dias para levantar o desastre nos Municípios da região; leva para a Defesa Civil estadual; esta, por sua vez, encaminha à nacional; a nacional, às vezes, também de mãos amarradas, porque não se preveem todas as coisas, vai para a Casa Civil que, por sua vez, manda uma medida provisória, que vem para o Congresso Nacional. Nisso se passaram seis meses, meio ano! É uma loucura! Temos que mudar isso.

São propostas que colocamos.

Dois. Destinação, para fontes de recursos, de 2,5% do total arrecadado com loterias federais; possibilidade de arrecadar R\$250 milhões ao ano, isso em 2011, das loterias federais. Isso é alguma coisa que também vai contribuir: um terço aqui, um terço para as Defesas Civis estaduais organizadas e também para as municipais. E elas têm que fazer seus projetos, porque senão não podem usar o dinheiro, e esses projetos têm que ser vigiados, têm que estar dentro daquilo... Porque aí vão trabalhar, têm dinheiro, vão trabalhar.

Outra proposta: integralização por parte do Governo Federal na proporção de três por um dos recursos aportados por Estados e Municípios, além da contribuição dos seguros.

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) –
Vou partir para finalizar caro Presidente.

Por que isso? Porque hoje a lei permite que cada Município colocar R\$1,00 no orçamento, a União coloca R\$3,00. Mas, se for para reconstrução, no meu quintal não vai ter problema; quer dizer, ninguém vai prever no orçamento. Já estão com os recursos limitados e ainda prever no orçamento! “Será que vem?” Agora, se jogar R\$1,00 no orçamento para prevenção – o meu Município tem carência disso, prevenção – e a União colocar R\$3,00, o Estado a mesma coisa, isso vai funcionar. A mesma coisa com o seguro. Se assim fizermos, com essas fontes, vamos ter, pelos levantamentos realizados pelos técnicos, cerca de R\$3 bilhões ao ano para destinar um terço para a União, um terço para os Estados brasileiros e um terço para distribuir aos mais de cinco mil Municípios, com defesas civis organizadas e ao mesmo tempo um terço para distribuir nos cinco mil e poucos Municípios, para se organizarem nas suas defesas civis. É alguma coisa que a sociedade vai aplaudir! Vai bater palmas!

Por isso, encerrando, eu quero aqui, em função do seu trâmite legislativo, sou da Comissão, aí a apresentação das emendas que eu estava fazendo – porque nós da Comissão estávamos fazendo – iria criar um problema, porque a MP veio da Câmara com as propostas de cadastramento das áreas de risco, do trabalho que o Glauber fez, extraordinário. Recebemos um apelo do Governo para que essas propostas fossem feitas em outro momento, porque senão teria de voltar para a Câmara, a Medida Provisória findaria e não iria dar em nada.

Então, o apelo veio da Casa Civil, da Gleisi. Aí o Líder nosso no Senado, Senador Eduardo Braga, do Amazonas, Líder do Governo, fez um apelo. Aí veio a Ministra de Relações Institucionais, a catarinense Ideli Salvatti, dizendo: “Maldaner, pelo amor de Deus, entenda isso. Não apresente essas emendas, porque aí não vai passar, pelo menos essa parte que a Câmara fez”.

Aí, foi uma imploração com uma promessa de que no ano passado, no mês de maio, seria dada entrada em um novo marco regulatório dessas questões. E olha, minha gente, eu até falei duas vezes – não é, Humberto? – com o Ministro.

A Gleisi, agora, quando fiz aniversário, ligou para me cumprimentar, mas disse que estava organizando um marco regulatório, que estavam reunidos – não faz

nem um mês – para tentar... Se isso acontecer, para mim é o melhor presente no aniversário.

Nós estamos na expectativa de que chegue a esta Casa, para fazer com que o Ministério possa respirar melhor também. E o Brasil, a Defesa Civil. Para nos organizarmos e partirmos para algumas coisas que sejam de prevenção. O Brasil olhar melhor. O mundo pensa diferente, pensa assim.

Então, quero deixar aqui, Presidente Sarney, V. Exª que é um homem dessa área, reconhecido no Brasil; meus colegas que estão aqui, os membros da Comissão, essas ponderações em nome dessa Comissão do Senado, para nós, lá na Serra de Santa Catarina, em Rio de Lages, ruminarmos um pouco isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Senador. Serão muito bem aproveitadas essas suas sugestões, que certamente farão parte do nosso relatório naquilo que couber para os objetivos da Comissão.

Assim como o Deputado Glauber também tem um compromisso, eu acabo de ser avisado que está tendo uma reunião de Líderes na Câmara, para discutir a pauta de hoje e de amanhã. Então, como eu sou Líder do Partido Verde, falei já com o Deputado Ricardo Tripoli para que assumisse a Presidência e assim que eu estiver liberado, voltarei para cá. Mas as nossas assessorias estão aí e está sendo gravado também pela TV Senado e pela Internet.

A Presidente da Comissão também já me falou que está chegando. Então, eu peço licença aos senhores com as minhas desculpas. Eu que vou sair perdendo em não poder ouvi-los, mas tentarei, ainda, voltar antes do final dessa reunião. E terei acesso, evidentemente, a tudo.

Senador amigo, parabéns! Deputados. Queridos amigos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli. PSDB – SP) – Enquanto aguardamos a Presidente da Comissão, Senadora Vanessa Grazziotin, nós vamos dar continuidade a esta que eu diria ser uma das mais importantes reuniões do dia de hoje, aqui no Senado, que reflete a necessidade óbvia da população brasileira no que diz respeito à prevenção de desastres. E essa adaptação para o Brasil é fundamental, no que diz respeito à IV Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres.

Então, dando continuidade, vou passar a palavra, agora, ao próximo palestrante, que será o Sr. Humberto Viana, que é Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

Tem V. Exª a palavra por 15 minutos regimentais.

O SR. HUMBERTO VIANA – Bom dia a todos e a todas. Eu queria cumprimentar o Deputado Ricardo Tripoli, que no momento preside aqui a nossa audiência. Cumprimentar o Deputado Glauber Braga, na medida em que aproveito para registrar aqui o reconhecimento da Defesa Civil Nacional pelo seu empenho nesse tema. O Ministro Rondó, que nos acompanha nessa discussão em nível do Brasil e fora do Brasil. Estamos empenhados agora, para conhecimento de todos, na nossa viagem para Genebra, para discutir a plataforma global. O senhor é um dos responsáveis por esse trabalho. Ao Sr. David, que aqui representa a ONU, eu queria fazer o meu agradecimento pela presença. Também ao Sr. Daniel, do Ministério do Meio Ambiente. E ao Senador Maldaner, a quem eu tive a grata satisfação de ouvir, registrando o reconhecimento da Defesa Civil Nacional pela sua dedicação a esse tema.

Creio que seja prudente, Presidente, contextualizar, dentro do tempo que nós teremos, como se encontra a secretaria dentro dessa discussão. E aqui já faço também uma saudação pela ideia de promover uma audiência pública com o tema Adaptação: A Prevenção de Desastres. Preparação do Brasil para IV Plataforma Global para redução de Riscos de Desastres. É importante isso.

Dentro desse contexto – e acho que a gente precisa contribuir no sentido de promover um bom debate sobre o tema –, eu gostaria de afirmar que, nos últimos anos, o Brasil tratou de forma muito pontual o tema defesa civil. Então, ao ouvir a exposição do Deputado Glauber e do Senador Casildo, já pulo a parte da discussão do que foi tratado na Lei 12.608, porque foi muito bem tratado aqui, foi muito bem debatido. Mas acredito que a oportunidade que nós estamos tendo enquanto operadores da defesa civil de debater em vários fóruns a questão da defesa civil nacional nos dá a sensação de que saímos de um ponto de letargia de muitos anos sobre defesa civil.

O que historicamente nós fazíamos era a cada desastre de porte grande – não se consideravam nem os pequenos desastres –, nós tínhamos uma série de iniciativas onde se envolvia todo o conjunto da sociedade, das atividades políticas, para enfrentar aquele desastre. E essa forma de enfrentar os desastres no Brasil tem um custo muito alto. Nós não podemos continuar com o custo de resposta a desastres.

O que vale mesmo no mundo e o que temos acompanhado... Eu tive a oportunidade – e tenho repetido isso – de ser secretário municipal de defesa civil, fui secretário estadual de defesa civil e no momento estou aqui à frente da secretaria nacional. A gente acaba aprendendo, porque francamente são mais de 30 anos que trabalhamos com o tema. E eu tive a felicidade

de, no momento em que viemos para cá, fazer uma grande revolução na política nacional de defesa civil, que passou por tudo que já foi aqui demonstrado. Mas seria importante que a gente frisasse, aqui registrasse e sublinhasse que é uma grande oportunidade para minimizarmos os efeitos desse desastre.

Estudos hoje bastante atualizados pela Fox, inclusive, apontam que os desastres deverão ocorrer num intervalo de tempo menor – os grandes desastres – e com proporção maior. Isso adverte todos nós de que não podemos ficar nos preparando para enfrentar o desastre, nós temos de estar de forma concreta, segura, prevenindo o desastre.

Para prevenir o desastre, existe um conjunto...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli. PSDB – SP)

– Peço licença ao Sr. Humberto Viana para anunciar a presença da nossa Presidente Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) –

Eu agradeço, Deputado Tripoli. E agradeço inclusive a colaboração de V. Ex^a, porque na realidade eu passei muito rápido aqui para cumprimentar todos os nossos convidados, inclusive o Senador Casildo, o Deputado Glauber e todos os demais convidados. É que nós estamos aqui ao lado num debate intenso sobre o ICMS, o projeto de resolução. Daí a minha ausência aqui. Muito obrigada pela colaboração inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli. PSDB – SP)

– Agradeço a gentileza da Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente desta Comissão. Com certeza, após os debates, ela vai ter acesso a todo esse material, vai reunir-se com a equipe, como sempre faz e, depois, passar a todos os membros da Comissão.

Devolvo a palavra ao Sr. Humberto Viana para suas considerações e vamos, aqui, aumentar o seu tempo.

O SR. HUMBERTO VIANA – Dando continuidade, no conjunto de medidas, que nós adotamos tanto no nível do Parlamento quanto no nível do Governo Federal, nós sabemos que a definição de uma Política Nacional de Defesa Civil nos vai dar a tranquilidade de que possamos trabalhar com a hierarquia que o Senador Maldaner constatou; ou seja, o que compete à União, o que compete ao Estado e o que compete ao Município.

Historicamente, o que nós temos?

As ações iniciais de defesa civil – isso está nos nossos conceitos, na nossa doutrina. Cabe ao Município a ação inicial de defesa civil. Esgotados os seus meios, ele procura o Estado; o Estado, por sua vez, quando esgota os seus meios, procura a União.

Essa lógica, dentro do atual debate sobre o tema da defesa civil... E eu fico muito feliz em dizer mais uma vez que a oportunidade é esta, porque infelizmente,

em cima de um grande desastre, como foi na região serrana do Rio de Janeiro... Estivemos lá desde o primeiro momento, Presidente, até 30 dias após. Continuamos acompanhando. E observamos que a Presidenta Dilma, diante daquele desastre, determinou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil – naturalmente, o Ministro Fernando Bezerra Coelho e todo o conjunto de servidores – cuidasse para que não tivéssemos mais uma repetição de um desastre e que estivéssemos mais preparados para enfrentá-lo. Naturalmente, não vamos ter a capacidade de impedir um desastre natural. Isso são forças sobre o que, absolutamente, não temos controle. Mas, para preparar a população para enfrentar os desastres, aí nós temos um conjunto de medidas que eu vou elencar aqui de forma muito rápida, para que os senhores tenham conhecimento dos avanços que nós fizemos, sobretudo em cima da parte de legislação, que nos trouxe a garantia de que nós poderíamos avançar.

Então, dentro desse contexto, citaria aqui a reunião de 2005, no Japão, com integrantes com 168 países na reunião do Japão para discutir a Plataforma de Hyogo. Ela trouxe cinco parâmetros básicos, de que o Brasil é signatário, e que acompanha. Naturalmente, com essa evolução que tivemos, com os vários debates que tivemos no País, isso facilitou por demais que pudessemos acompanhar, já que a lógica da defesa civil não era esta – a da plataforma, da redução de risco, de cidades resilientes. A plataforma era operar a defesa civil; eram respostas à defesa civil, e sabemos que em nenhum país hoje que conseguiu – como já disse, tive oportunidade de, em alguns países, estudar e ver como funcionava –, a resposta não tem o mesmo custo.

Para os senhores terem uma ideia, no Brasil, hoje – eu sempre troco esses números, Presidente, mas vou acertar agora –, cada R\$1,00 hoje gasto com prevenção, isso equivale, no Brasil, a aproximadamente R\$8,00 ou R\$9,00 como resposta. Então, é um custo muito alto.

Nos Estados Unidos, estive visitando Nova Orleans, onde tivemos o Katrina. Lá, a proporção é R\$1,00 para R\$17,00. Então, fica muito claro que, por ser caro, e não termos o resultado no curto prazo, é importante investir na prevenção, porque envolve uma série de outras atividades, e tínhamos uma dificuldade de incutir isso na cultura nacional de defesa civil. Nós trabalhávamos basicamente só para responder aos desastres. Isso não deve continuar.

Então, dentro desses cinco itens, que o marco de ação de Hyogo trouxe, eu vou citar, para os senhores terem conhecimento, que a redução de risco de desastre deve ser uma prioridade. Aí, passa pelo contexto do Estado, do Município, mas passa pelo contexto das

pessoas. Acho que é uma oportunidade muito boa que temos aqui de dizer, naturalmente, que não estamos passando responsabilidade para ninguém, mas o cidadão também tem um papel importante para que haja a redução de risco. É importante a conscientização de que ele tem um papel a desenvolver.

Quando ele, por exemplo, acumula lixo nas bocas de lobo, essa é uma ação dele. Ele joga o lixo lá; quando ele tira a vegetação natural da encosta, ele desestabiliza o talude; quando ele faz uma puxadinha lá, para aumentar – a gente reconhece toda a situação social precedente a isso –, tudo isso contribui para que se agrave o nível do desastre.

Então, o próprio cidadão tem um papel nisso. O Município, inegavelmente.

Então, quando falamos em redução de risco, isso envolve todos nós. Conhecer o risco. Ou seja, na medida em que conhecemos o risco, podemos avaliar aquele risco. Existe uma coisa sobre o que sempre ouvi discussão, Deputado, que era mapeamento de risco. Estamos fazendo isso hoje para 816 Municípios – os que têm mais alto risco no País estão sendo mapeados.

Estamos hoje com um trabalho conjunto que envolve CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e o Ministério da Integração Nacional, fazendo esse levantamento. Isso tem um custo, e estamos com mais de 300 Municípios mapeados hoje. Isso tem relação direta com conhecer o risco. Mapear o risco antigamente era simplesmente chegar ao Município e dizer que lá, de forma abstrata, havia, por exemplo, cem áreas de risco. Isso não é mapeamento de risco.

Mapeamento de risco envolve coordenadas geográficas, identificação da população, saber exatamente, do ponto de vista geológico, que risco é aquele e que tipo de alerta podemos dar em cima do mapeamento.

Em outubro do ano passado, tivemos a inauguração do nosso Cenad, Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Olha, eu convido a todos que puderem para conhecer o Cenad. Levamos um ano e meio para construí-lo, um projeto de 2004. Convido os senhores para conhecê-lo. Não devemos a nenhum centro que esteja hoje com alto desenvolvimento para prevenção. Evidentemente, precisamos melhorar muito. A parte de sistemas, que é a última parte que vamos desenvolver agora, está em andamento; ou seja, juntar todas essas informações que recebemos de defesa civil estadual, municipal, as agências estaduais de clima e tempo, as nossas agências do Governo Federal que têm um papel importantíssimo – a ANA, o MDA, o MDS –, todos têm informação. Precisamos juntar isso em sistema para que possamos ter a gradação correta do desastre.

Eu vou dar um exemplo de atuação. Recentemente, tivemos, infelizmente, 34 óbitos em Petrópolis, que é uma cidade que está mapeada. Tivemos na região serrana, no desastre de 2010/2011, mais de 900 óbitos. Isso assusta qualquer pessoa. Não podemos ficar vendo um desastre desses e nos tornar impotentes.

O que aconteceu agora em Petrópolis?

Os sistemas, nós funcionamos conjuntamente: são dois centros. Um enxerga o desastre do ponto de vista climatológico – e a Comissão é de Mudanças Climáticas –, ou seja, ele tem todas as informações sobre densidade, chuva, elevação do nível do rio, capacidade de absorção de água em cada tipo de solo. Esse centro é o Cemaden – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, que é do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e funciona em Cachoeira Paulista. Ele fica lá com o olho onde está tendo desastre 24 horas.

O outro olho é do nosso centro, o Cenad, que foi inaugurado aqui em Brasília. Nós recebemos essas informações e fazemos um tratamento para emitir o alerta.

O alerta foi emitido para Petrópolis. Mas aí deixo aqui um dado importante para que avancemos na política, na discussão: quando emitimos o alerta... O dado que tenho o Deputado Glauber deve saber isso bem melhor do que eu. É que, pelo menos, de 30 a 35% da cidade de Petrópolis têm área de risco. Isso corresponde a aproximadamente 80 a 100 mil pessoas que estão em área de risco. Um alerta emitido hoje, é impossível fazer a retirada de 100 mil pessoas.

Faço um comparativo aqui: no final de 2011, início de 2012, houve aquela ameaça de *tsunami* em Nova York. O governo lá retirou 120 mil pessoas. Vimos isso na televisão. Não foi um *tsunami*; foi um furacão de grande porte. Quando ele se aproximou da costa de Nova York, desviou e voltou. As pessoas já tinham sido retiradas da área de risco. Então, não houve reação, porque mobilizar 120 mil pessoas de suas casas... Eu vi como eles fazem. A defesa civil trabalha com *kits* nas lojas que vendem materiais de construção. O cidadão que está em área de risco pode ir à loja, recebe o *kit*, paga aquilo de forma muito bem trabalhada pelo próprio governo. O que eles fazem? Botam o tatame, a madeira, pregam, é uma série de medidas que adotam lá. Tudo isso foi feito, e houve o desvio lá. O que ocorre?

Para a gente mobilizar hoje, em Petrópolis, 80 mil pessoas, os senhores hão de convir comigo que não é uma tarefa simples. E hoje não é possível fazer isso.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO VIANA – Então, certamente, poderá acontecer um desastre, e não termos capaci-

dade de mobilizar... Essa é uma tarefa e um desafio para todos nós.

Como nós vamos agir agora?

Vimos evoluindo de cima para baixo e vamos chegar a uma situação que, em determinado momento, vamos receber um alerta de muito alto risco sobre qualquer cidade brasileira, e não temos capacidade hoje de fazer a retirada de tantas pessoas.

Eu participei de uma retirada em Recife, no ano passado, de 40 mil pessoas. Muito difícil. Tirar dez pessoas de casa é difícil. Imaginem 80, 100, 200 pessoas... É muito difícil.

Estou no meu tempo ainda. Ganhei um minuto.

Só para dar um exemplo para os senhores: quando cheguei a Petrópolis, agora nos 33 óbitos, fiquei muito impressionado. Eu já vivo isso há muitos anos. Já vi um pouco de tudo.

Eu não conheço bem, Deputado, aquela casa bonita que tem na entrada – do lado direito é o palácio. Do lado direito, tinha havido um deslizamento, Senador. E eu parei porque isto me chamou a atenção. A imprensa estava embaixo, apontando para uma casa. Eu ia passar para o local onde estava ocorrendo o resgate das vítimas. Fui para lá com os bombeiros. Parei para observar, para saber por que a imprensa parou ali, e não era onde havia óbitos.

É que tinha, na casa, uma casa que já tinha sido completamente... A parte do suporte do barro para segurar a varanda já tinha caído. Havia duas colunas, e um casal de velhinhos. E a imprensa estava lá assustada, naturalmente vendo que aquilo ia deslizar a qualquer momento, e porque estavam lá... Olha, mesmo para nós que já vivemos nisso, que temos enfrentamentos às vezes para tirar as pessoas, a prática, ninguém se contenta... Eu subi lá. “Você não tem medo?” Claro que eu tenho medo, de escorregar comigo lá dentro, mas eu tinha de subir. Subi lá, conversei com o casal, e a senhora me disse simplesmente: “Não saio. Ninguém me tira daqui”. E eu: “Meu Deus, e agora? O que nós vamos fazer?”. Depois de muita conversa, pedi ao prefeito, à equipe dele, fomos lá e conseguimos tirá-los.

Mas isso para tirar um casal. Os senhores imaginem o resto do País.

Portanto, para cumprir meu tempo, conhecer o risco – era disso que eu estava falando anteriormente –, desenvolver maior compreensão e conscientização das pessoas. Do cidadão ao Governo Federal, todos têm de ter consciência de que este tema, defesa civil, não pode nem deve mais ser tratado como foi. Isso está envolvendo milhares, centenas de vidas, todos os anos, e temos de trabalhar nesse sentido. Evoluímos bastante, tenho absoluta clareza e consciência de que melhoramos muito, mas há muita coisa a fazer.

Por fim, redução dos riscos, de que já falamos, seria fortalecer a preparação para o desastre. Você enfrenta desastres com obras preventivas estruturadoras. São as grandes obras. Você faz contenção de enchentes, você faz contenção de deslizamento, você faz uma série de obras estruturadoras.

O Governo tem hoje um projeto para as principais cidades hoje. Já vamos em 114 trabalhando com isso, que envolve mais de 20 bilhões em obras, mas é preciso que a gente saiba que essas obras têm um tempo para serem concluídas. E a gente precisa, Presidente, para encerrar, preparar a população que está na área de risco para o fato de que lá vai haver chuva, de que lá vai haver qualquer outro tipo de desastre, e ela deve estar preparada. Fizemos vários simulados no País.

Eu ouvi aqui na fala, acho que foi do Deputado Glauber, sobre a questão do tema defesa civil nas escolas. Evoluímos bastante. Temos uma reunião com o MEC e possivelmente vamos dar um grande salto. As escolas técnicas do Brasil tanto do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios precisam ter um curso técnico em defesa civil, porque existe hoje carência de técnicos para formação das defesas civis nos Municípios. Vamos disponibilizar aos Prefeitos jovens formados em capacitação e defesa civil.

Portanto, Presidente, Deputado Ricardo Tripoli, era essa a nossa contribuição. Certamente, se a gente for falar sobre este tema, a gente tem muita coisa para falar, pois são muitos temas, mas o que o tempo nos permitiu foi isso.

Eu passei 16 segundos só.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli. PSDB – SP)

– Gostaria de agradecer a contribuição ao Sr. Humberto Viana, estudioso do assunto, que, como mencionou, há 30 anos milita e trabalha nesta área.

Aproveitando agora, então, vamos convidar o Sr. Milton Rondó, que é Chefe da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores. Terá 15 minutos regimentais.

Por gentileza.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Muito obrigado,

Sr. Presidente, Deputado Ricardo Tripoli; Sr. Senador Casildo Maldaner, companheiro já dessas batalhas; Secretário Humberto Viana, enfim, com quem eu tenho o prazer de trabalhar quase que diariamente; Deputado Glauber Braga, que é meu herói neste tema e que, enfim, se desempenhou muitíssimo bem na última Plataforma e com quem agora contamos para a IV Plataforma; Daniel Couto, meu colega de Ministério, e David Stevens, meu companheiro lá do Centro de Estratégia Internacional para Redução de Desastres, lá do Rio de Janeiro.

Bom, em primeiro lugar, quero dizer que é um prazer estar aqui e um prazer ouvir que estamos colocando em primeiro lugar a prevenção. O Coronel Humberto tem dito isso várias vezes. Fiquei muito contente de o Senador Casildo também ter repetido isso várias vezes, porque existe uma certa confusão. Inclusive, no tema das mudanças climáticas, nos acordos internacionais que dizem respeito às mudanças climáticas, existe uma certa dificuldade em visualizar a questão da prevenção. Então, é muito importante a gente poder ter isso muito claro. E os números que o Coronel Humberto Viana colocou são muito eloquentes. Uma relação – ele dizia – que aqui no Brasil é de um para oito pode chegar a um para 17 nos Estados Unidos. Então, é fundamental ter isso presente, também o dado econômico.

Eu colocava isso para a nossa Ministra do Desenvolvimento Social, eu cheguei a insistir com ela para que este tema pudesse ser incluído no Brasil Sem Miséria. Eu dizia: “olha, Ministra, eu acho que há duas coisas que reconcentram renda muito rapidamente: uma coisa é a inflação, outra coisa são os desastres. Num desastre, pode-se perder tudo em questão de minutos. E, em geral, são as populações mais frágeis – quando não a própria vida.

Como representante do Ministério das Relações Exteriores, eu vou falar mais diretamente da Plataforma. Como os senhores sabem, se realizará em Genebra, agora na segunda quinzena de maio. Nós já temos a grata perspectiva de já termos o Deputado Glauber Braga, o Senador Casildo Maldaner, o Carlos Nobre, que, como vocês sabem, é secretário do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, responsável pelo Cemaden, que é fundamental, uma experiência importantíssima, no caso do Brasil. E é muito interessante, porque é uma experiência, como o Coronel Humberto Viana dizia, de complementação.

A outra pessoa que está confirmada justamente é o Coronel Simões, que é o Secretário de Defesa Civil do Rio de Janeiro, que é uma pessoa excepcional.

Conversando com o Coronel Simões, depois daquela enchente no Rio de Janeiro, vocês se lembram, de 2010, vimos que se desenvolveu uma série de formas de alerta precoce. O Deputado Glauber mencionou, o Coronel Humberto Viana também mencionou: você tem hoje SMS, você tem as sirenes do Rio de Janeiro. Enfim, com a conformação geográfica complexa do Rio de Janeiro, foi todo um experimento para poder, enfim, modular a própria altura da sirene. Isso não era uma coisa simples. Conversando com o Coronel Simões, ele disse: “olha, Milton, foi muito importante a gente poder ter o Cemaden e, por outro lado, ter um centro municipal”, como tem o Rio de Janeiro, inclusive com

uma tecnologia sofisticada e tal. Eu já tive situação aqui em que o centro de Cachoeira Paulista me dizia “dê o alerta”, e o Município me dizia: “não”. Porque o Município tem o micro. Uma coisa é você ter o macro, e outra coisa é o micro. Então, há esse confronto. Ele disse: “eu não posso deixar de dar o alerta e também não posso dar um alerta falso, porque vou perder credibilidade”. Enfim, nesse caso específico, conversaram os dois centros e chegaram à conclusão de que efetivamente, pela visão do micro, você via que aquela tempestade não chegaria ao Rio de Janeiro.

Também neste tema a integração – por isso, eu acho que enfim é importante fazer o debate nesta Casa – entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios é fundamental para a gente poder chegar aos nossos objetivos.

Aí já entra um pouco também na estratégia. Na última Plataforma, foi muito importante... Vocês sabem que a Plataforma da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres se realiza a cada dois anos. E, na III Plataforma, foi muito grato o Brasil ter cinco parlamentares. O Deputado Glauber foi um deles, que falou em nome dos Parlamentares, inclusive, o que chamou a atenção de outros países, porque nenhum tinha esse número de Parlamentares e nem essa qualificação.

E a gente espera que, já nessa Plataforma, isso possa ser ampliado. O Senador Casildo dizia: “sem orçamento você não faz grande coisa”. Então, é fundamental ter o envolvimento do Congresso, dos congressos nacionais neste tema, das assembleias legislativas estaduais e das câmaras municipais. A gente ainda tem esse desafio. A tragédia de Santa Maria deixa isto muito claro: como é que a gente leva a noção de prevenção de risco ao nível municipal. É lá que a gente deve chegar. E há a responsabilidade do Itamaraty nisso também, porque, se nós formos lembrar, três anos atrás nós tivemos um desastre muito parecido na Argentina, o incêndio naquela discoteca em Buenos Aires, Cromañón. O Rio Grande do Sul ainda faz fronteira com a Argentina, e a gente teve dificuldade de passar essa experiência de prevenção de um país para o outro.

Devemos ter também na Plataforma a presença do Deputado Kennedy, que não sei se ainda é, Senador, Presidente da Comissão Permanente de Redução de Desastres em Santa Catarina, mas, na última Plataforma, foi nessa qualidade. Enfim, eu acho que Santa Catarina é o único Estado que tem uma comissão permanente na assembleia legislativa para redução de desastres, o que é muito importante, evidentemente.

Depois, o David vai falar um pouquinho sobre isso, o que a gente está discutindo.

Deveremos ter, como eventos paralelos, uma reunião dos BRICS. É a primeira vez. Já tivemos a CPLP e pretendemos fazer a segunda reunião.

É interessante dizer que o tema tem ganho no âmbito regional uma relevância muito evidente. Nesta semana, está acontecendo – nem o coronel pôde ir nem eu, mas a nossa Embaixada está lá representando, com instruções que nós mandamos – a reunião da Unasul, em Lima, para discutir a possibilidade de se criar um grupo de trabalho sobre isso. O Brasil concordou, mas com um grupo temporário ainda, para a gente poder avaliar, porque também temos esse problema no âmbito internacional, que também surge no âmbito nacional. Pela movimentação dos Deputados aqui, a gente vê a multiplicação de reuniões e, muitas vezes, a gente não consegue atender. Então, precisamos ter esse cuidado também para tentar, enfim, manter os foros num número razoável para que a gente possa ter presença e ter contribuição. Mas o Brasil mandou, e depois eu vou mencionar algumas partes dessas instruções que foram para a reunião da Unasul.

Um outro evento paralelo que a gente deve ter durante a Plataforma lá em Genebra está sendo organizado pela Secretaria de Direitos Humanos, pelo Unicef e pelo Ministério da Integração, que é sobre crianças em situação de emergência. O Brasil foi o primeiro país a assinar um protocolo sobre crianças em situação de emergência. É um dado muito importante. Na situação de emergência, evidentemente, você tem uma série de riscos, por exemplo, com relação às mulheres. O Brasil tem, inclusive, financiado projetos na África com relação a isso. O número de mulheres violentadas costuma ser muito alto, porque, muitas vezes, as mulheres, principalmente no caso da África, têm de caminhar quilômetros para obter água e, nesse trecho, muitas vezes elas estão sozinhas. Enfim, a gente deve ter uma atenção muito especial para este tema. Então, fornecer água, garantir água é uma questão que previne violações em situações de desastres.

O David, tenho certeza, vai falar um pouco mais sobre isto: nós abrimos aqui um Centro da Estratégia Internacional de Redução de Desastres. Foi a resposta que o Governo brasileiro, especificamente o Itamaraty, tentou dar para a tragédia da serra fluminense. Ele está no Rio de Janeiro e vai poder trabalhar, enfim, para prevenir desastres nos megaeventos que o Rio de Janeiro terá pela frente.

E nós tivemos reunião com o comitê consultivo. O Senador Maldaner nos deu o prazer de estar lá. Nós pensamos em três linhas principais de trabalho, uma delas uma rede que possa integrar a pesquisa sobre este tema, da academia. Nós temos várias universidades pesquisando isso, mas nós não estamos em rede.

Então, há possibilidade de a gente ter uma rede sobre isso, para a gente ter uma ideia do que a gente tem de capital de reflexão sobre este tema.

Em segundo lugar, o Parlamento. Nós queremos muito que o centro possa apoiar o Parlamento, para que possa receber informações de outros países, para que possa também prestar cooperação. Veja o caso do Rio de Janeiro, por exemplo – o Coronel Humberto Viana colocava isso. O Rio de Janeiro conseguiu ainda, infelizmente com as mortes que tivemos, evoluir neste tema. E trata-se de um Estado que tem uma característica geográfica muito delicada. É o caso de Santa Catarina.

E, depois, ainda para a Plataforma, nós traduzimos para o português a normativa do Unicef sobre a inclusão nos currículos escolares do tema da educação para redução dos riscos de desastres. Esse é um tema evidentemente do futuro. Aí a gente está trabalhando com futuro à medida que a gente pode transmitir para as crianças a noção de risco de desastre.

O Brasil desenvolveu em El Salvador um projeto-piloto muito interessante, que espero, em algum momento, a gente possa apresentar para vocês, chamado Escolas Vivas. Então, como a escola é um espaço seguro, você dá o alerta, as crianças vão para escola – mas, para isso, é preciso que a escola seja realmente segura. Aí você gera toda essa situação. Então, viradas culturais dentro da escola, transmitindo conteúdos de prevenção de risco por meio de teatros, vídeos, música. Como é que você traz a juventude, como é que você traz as crianças para este tema.

No Brasil, eu sempre chamo a atenção, alguns de vocês conhecem aquela piadinha de que Deus colocou furacões aqui, colocou vulcões ali e, no Brasil, não colocou nada. Infelizmente, nós temos essa noção de que aqui não há risco, de que nós estamos isentos de risco, porque não temos terremotos, não temos furacões, mas temos, enfim, seca. Agora, temos até seca no Sul, causada pelas mudanças climáticas, para uma população que sequer conhece aquele fenômeno. Não é diminuir a gravidade da seca para o Semiárido, que é enorme. Mas ali, pelo menos, você tem uma cultura daquele tema que você não tem no Sul, o que traz alguma coisa completamente inusitada para aquela população.

Por último, eu queria mencionar apenas a questão da importância de a gente integrar estes temas todos, inclusive o direito à terra e à água, porque muitas vezes essas populações – e o Coronel Humberto Viana sabe disso melhor do que eu – têm de ocupar áreas de risco porque não têm outra alternativa, porque não conseguem adquirir um terreno, porque não conseguem ter acesso à água de outras formas. Então, é muito im-

portante que a gente possa trabalhar todas essas estratégias com uma base de direito, porque as pessoas têm direito à terra, lembrando que o Brasil reconhece o direito humano à terra. Sendo um bem imóvel, ele tem de ser protegido, promovido e provido em território nacional, para os nacionais. Ao contrário de outros bens, como o direito à alimentação, por exemplo – um bem móvel –, que deve ser provido em qualquer lugar, independentemente de qualquer fronteira. No caso de um bem imóvel, em todo o território nacional. Então, é muito importante a gente poder trabalhar todas essas estratégias, sempre lembrando dessa base de direitos humanos que determina, depois, a política externa brasileira. O art. 4º, que estabelece os parâmetros da política externa brasileira, estabelece, em primeiro lugar, o respeito à soberania e, em segundo lugar, o respeito e a promoção dos direitos humanos.

Enfim, é um parâmetro essencial para o Itamaraty.

Bom, eu queria, mas uma vez, Deputado, agradecer o convite. Foi um prazer estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli. PSDB – SP) – Eu que agradeço a explanação a V. Exª, que foi extremamente importante, mostrando profundo conhecimento. E acho que essa visão global em que cada um põe a sua participação é que vai fazer com que este processo tenha êxito, assim que terminado o relatório dos Senadores e Deputados que compõem esta Comissão.

Passo a palavra agora ao Sr. Daniel do Couto Silva, diretor de Licenciamento e Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que tem a palavra por 15 minutos regimentais.

O SR. DANIEL DO COUTO SILVA – Inicialmente, boa tarde a todos. Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Ricardo Tripoli; o Senador Casildo Maldaner; o Sr. Milton Rondó; o Secretário Humberto Viana; e o Sr. David Stevens. Parabenizo a Comissão por trazer este tema para o debate, para esta audiência pública. Ele é de extrema relevância e é um desafio muito grande. Eu acho que as pessoas que falaram antes de mim deram a noção da complexidade do tema e do número de variáveis que ele envolve. Na verdade, o meu papel aqui é um pouco mais complicador do que facilitador, porque eu venho trazer mais uma variável, que é a mudança climática propriamente dita. Então, a gente já tem um passivo histórico no Brasil para lidar com os desastres naturais, passivo esse que já vem sendo sanado rapidamente nos últimos anos, com os movimentos que a gente teve, com a aprovação do estatuto, com a estruturação do Cenad e do Cema-den. Mas essa lacuna ainda existe. Enfim, a despeito dos esforços de mitigação que vêm sendo feitos pelos países, pelo Brasil inclusive, já se admite que certas

mudanças do clima são inevitáveis. Isso se deve ao fenômeno da inércia climática e tende a agravar ainda mais o cenário que a gente enfrenta no Brasil hoje.

A nossa capacidade de resposta hoje é melhor do que ontem, e também as nossas ações de prevenção. Então, ela é melhor hoje do que ontem. Eu tenho certeza de que, amanhã, será melhor do que hoje; mas isso não quer dizer que ela seja suficiente, especialmente num contexto em que esses desastres, esses eventos climáticos serão mais frequentes e mais intensos, como apontam alguns dos estudos a que a gente tem acesso.

O estatuto foi um grande avanço não só por normatizar esta questão, por estruturar o sistema de defesa civil, mas também para ampliar o debate sobre este tema no âmbito do Parlamento e também da sociedade como um todo. Mas eu acho que o nosso desafio maior é implementar o que esse estatuto prevê. Então, não creio que legislar ou normatizar tenha sido o desafio maior. O desafio maior está por vir, que é tornar as previsões do estatuto realidade.

E aí eu acho que vale mencionar a referência do Deputado José Sarney Filho sobre a dificuldade dos Municípios e dos Estados de acessar os recursos que foram disponibilizados pelo Governo Federal ou de apresentar projetos que permitam colocar no terreno obras estruturantes que tenham esse caráter de prevenção do desastre.

A gente no Ministério, pelo plano plurianual, está responsável por elaborar, até 2015, o Plano Nacional de Adaptação, que envolve uma gama de temas, mais dois que têm correlação com o nosso assunto aqui hoje: como lidar com adaptação nos assentamentos urbanos e como lidar com os desastres naturais.

Então, como eu disse já, a resposta ao desastre natural, a prevenção ao desastre natural está prevista e cabe a esse sistema de defesa civil, mas a nossa responsabilidade é alertar para a mudança do perfil desses desastres naturais ou para o aumento da sua frequência.

Coincidentemente, permita-me, foi criado, esse ano, um grupo de trabalho, o GT Adaptação, no âmbito da Comissão Interministerial sobre Mudança do Clima, cujo objetivo é elaborar esse Plano Nacional de Adaptação até 2015. E, nesse primeiro semestre, o nosso objetivo, sobretudo, é harmonizar conhecimento, é fazer desse GT um observatório das ações existentes. Nós tivemos o lançamento da rede água, conversamos com o pessoal da ANA e da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos do Ministério, que trouxeram para o GT algumas das iniciativas que eles estão adotando. O MCTI também trouxe muitas informações a respeito do sistema de observa-

ções de ecossistema e de algumas outras iniciativas no âmbito daquele Ministério. E a próxima reunião do GT, que vai acontecer no dia 2 de maio, lá no Ministério do Meio Ambiente, é um observatório das ações sobre desastres naturais. Então, nós convidamos um representante do Cenad, um representante do Cemaden e da própria ANA, que vão fazer essa exposição para esse GT, que envolve uma gama de Ministérios e que vai nos lançar, vai servir como catalisador para as discussões, tendo esse cenário, o que é que a gente tem que fazer, ou qual vai ser a nossa resposta para um cenário ainda mais grave.

Eu alerto que eu não sou nenhum alarmista, mas nós já temos alguns indicativos que mostram esse aumento de incidência em intensidade no Brasil. E acho que a pergunta que paira é: quando você soube que isso poderia acontecer, o que você fez? Porque, quando essa situação estiver instalada, é possível que a nossa capacidade de resposta supere a nossa capacidade, quer dizer, que o tamanho do desastre supere a nossa capacidade de resposta. Nós temos, aí, algumas variáveis incluídas. Já foi mencionada a vulnerabilidade, que é importante reduzir; a exposição de comunidades a esses desastres naturais, porque é aí que o desastre ou o evento extremo viram uma tragédia. Então é importante reduzir a exposição dos assentamentos humanos, enfim, que estão em área de risco, e também aumentar a resiliência do País, diante de eventuais desastres. Então, resiliência é um termo mais técnico, mas é a capacidade de um determinado sistema de uma comunidade de voltar a operar normalmente depois que ela enfrenta uma situação atípica.

Eu vou dar, como exemplo, o *tsunami* no Japão e que circulou muito pela mídia uma determinada estrutura, uma ponte no Japão que tinha sido destruída e que, dez dias depois, essa ponte já estava recuperada e pronta para operar. Então, isso mostra um nível de resiliência daquele sistema muito grande. É diferente do que a gente viu pós-desastre na região serrana do Rio, em que o nosso tempo de resposta para voltar à normalidade foi muito mais lento. E isso, mais uma vez, se associa com a dificuldade que eu já citei previamente que tinha sido discutida aqui pelo Deputado Sarney Filho.

Então, a previsão de montar um Plano Nacional de Adaptação está na Lei de Mudanças Climáticas e também no decreto e ela manda que seja feito um plano nacional de adaptação com uma abordagem setorial. Nós entendemos que essa divisão setorial do Plano Nacional de Adaptação é diferente daquela dos planos de mitigação, não há uma aderência muito grande. E estão sendo estabelecidas novas redes para discutir cada um desses recortes.

Como mencionei, o tema água é um tema transversal. A rede água já foi estabelecida no último mês, os debates já estão acontecendo. E a partir da discussão que vai ocorrer no próximo dia 2, é que vamos traçar o caminho de como lidar com os desastres naturais em relação às mudanças do clima.

Como eu disse, já existe um passivo muito grande no País que vai ser agravado, se não fizermos nada ou se não respondermos de uma forma mais célere às mudanças que estão por vir.

Eu acho importante ressaltar que 26% da população brasileira estão na Costa. Esse é um número bastante significativo e fica ainda mais impressionante quando aumentamos essa faixa, porque 80% da população brasileira estão localizados a menos de duzentos quilômetros da Costa. E é justamente na Costa brasileira que temos visto e observado maior incidência de desastres, quando estamos falando sobre inundações, sobre deslizamentos, etc, não mencionando o próprio agravamento da seca, que também é um desastre natural, a maior incidência de incêndios florestais, que também são entendidos como desastres naturais, que são fenômenos que tendem a serem agravados com as mudanças climáticas.

Foi falado aqui sobre a importância da cultura de prevenção.

Eu fico muito feliz pela natureza do Estatuto da Defesa Civil e por todas as ponderações feitas aqui hoje por perceber que há, no País, uma maior preocupação com a prevenção. Aos poucos, estamos migrando do perfil de reagir para o perfil de agir antes. E é preciso desenvolver, sim, a cultura de convivência com riscos e resiliência, como foi mencionado pelo colega Milton, e que estão muito deixados em segundo plano, no Brasil, na crença de que Deus era brasileiro.

Então, de fato, não temos essa cultura. É diferente da cultura estabelecida no Japão – e eu não acho que precisemos chegar ao extremo – em que a sociedade como um todo está preparada e sabe exatamente o que fazer diante de um terremoto. A pessoa sabe onde ela está, qual é a saída dela, enfim, qual a sequência de ações que ela deve adotar.

Acho que ainda não estamos nesse extremo – Deus continua sendo brasileiro –, mas precisamos, sim, desenvolver essa cultura de convivência com o risco. É uma necessidade que, em parte, é atendida pela previsão que temos no estatuto da incorporação dessa discussão no currículo do ensino fundamental e, como eu disse, da ampliação dos debates a respeito do tema.

Quando estamos discutindo adaptação, o nível de incerteza é bastante grande. Então, não há consenso entre a comunidade acadêmica a respeito dos

cenários que vão se instalar. Então, precisamos lidar com essa incerteza.

Mas um aspecto fundamental – e que não pode ficar de fora – é o custo da inação, qual vai ser o custo de eu não agir. O Senador fez uma menção à prospecção de recursos das seguradoras, e é justamente isso. Por mais que isso represente um custo no curto prazo, isso é uma economia fenomenal no médio e no longo prazo.

Então, é um custo que cabe arcar com ele agora, cabe assumir esse custo agora para evitar que esse custo se torne muito maior no futuro e que não tenhamos condições de responder.

Enfim, acho que é mais um ponto positivo que ouvi aqui hoje, na comissão, e que levo com muita satisfação de volta ao Ministério.

O Plano Nacional de Adaptação pretende organizar uma série de iniciativas que já vinham acontecendo no País isoladamente, dá uma racionalidade a essas ações, de forma que possamos aproveitar melhor as sinergias, mesmo com outras políticas governamentais.

Quando diminuimos a pobreza e desenvolvemos o País no aspecto socioeconômico, nós estamos, automaticamente, diminuindo a vulnerabilidade da sociedade como um todo.

Existem sinergias com as políticas que já estão em andamento, mas é importante acrescentar esse olhar de adaptação, é importante termos em mente que as coisas estão mudando para pior, no que se refere aos cenários que temos que enfrentar, e que a nossa resposta para isso tem que ser muito mais firme e contundente do que historicamente tem sido até agora. Os últimos anos representam um ganho significativo, mas precisamos apertar o passo para evitar que novas tragédias aconteçam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli. PSDB – SP) – Agradeço a gentileza da participação do Sr. Daniel do Couto Silva, que, na área ambiental, contribui bastante para que a gente possa dar corpo a essa tese da prevenção de desastres.

Passo a palavra agora ao Sr. David Stevens, que é Coordenador do Centro de Estratégia Internacional para a Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas.

V. S^a tem a palavra por 15 minutos regimentais.

O SR. DAVID STEVENS – Exm^o Sr. Deputado Ricardo Tripoli, Exm^{os} membros da Comissão e colegas desta mesa de debates, eu gostaria primeiramente de agradecer a oportunidade e de contribuir com alguns pontos para a discussão de hoje, que está enfocando temas centrais da minha agência, que é o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de De-

sastres, conhecida pela sigla em inglês INISDR, que tem sede em Genebra.

Essa é a agência da ONU que se foca exatamente nessa parte de prevenção. Quer dizer, há uma agência inteira dedicada apenas para essa parte de redução do risco de desastres.

Desde novembro do ano passado, com o apoio do Governo brasileiro, nós intensificamos o nosso trabalho no Brasil com o estabelecimento, na cidade do Rio de Janeiro, do Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastres.

Esse centro, pioneiro no âmbito global, vem desenvolvendo as suas atividades visando conectar e convencer, tendo como missão contribuir para a construção de comunidades resilientes, através da promoção de uma maior sensibilização sobre a importância de se incluir a redução do risco de desastres como um componente central do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de reduzir as perdas humanas, sociais, econômicas e ambientais devido a desastres.

A adaptação a mudanças climáticas de redução do risco de desastres remete às duas faces de uma mesma moeda, que, por isso, devem sempre ser vistas conjuntamente. E esse é o ponto principal da reunião de hoje. Nós estamos enfocando realmente como as duas áreas podem se complementar.

Aproximando-se as duas áreas se contribuirá para uma redução das perdas devido às mudanças climáticas através do maior uso de medidas de redução do risco de desastres para área de adaptação, contribuirá com o uso mais sensato dos recursos financeiros, humanos e dos recursos naturais e, finalmente, com o aumento da eficiência e sustentabilidade das ações de adaptação a mudanças climáticas e de redução do risco de desastres.

A comunidade que está se enfocando na necessidade de adaptação a mudanças climáticas tem que construir sinergias com a comunidade da área de redução de riscos de desastres, primeiramente usando o marco de ação de Hyogo 2005/2015, que foi endossado por 168 países no Japão, em 2005, para facilitar uma visão sistêmica e compreensiva no uso de metodologias de redução do risco de desastres, nos processos de adaptação a mudanças climáticas; depois, garantindo um foco mais amplo nas dimensões políticas e socioeconômicas do gerenciamento dos riscos, em harmonia com as necessidades da comunidade de gestão de riscos e de desastres; e, finalmente, garantindo que as medidas de adaptação sejam guiadas pelo sucesso das experiências de redução de vulnerabilidade desenvolvidas em nível de comunidades.

Por outro lado, a comunidade de redução dos riscos de desastres tem que ter presença e contribuição

mais intensa na definição de políticas e de ações da área de adaptação a mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que se procura garantir que as políticas, as ações e as ferramentas de redução do risco de desastres levem em consideração o aumento significativo dos riscos devidos às mudanças climáticas.

Temos que garantir que as políticas de redução do risco de desastres levem em consideração os aspectos de adaptação às mudanças climáticas. Temos também a necessidade de compreender melhor o impacto dessas mudanças na realidade brasileira.

Quanto ao aspecto de políticas de redução de riscos de desastres, a próxima IV Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres, que se realizará em Genebra, entre 20 e 23 de maio, será uma oportunidade ímpar para se consolidarem os sucessos e avanços desde o estabelecimento do marco de ações de Hyogo, em 2005, e uma oportunidade para se discutirem de uma forma mais ampla os aspectos de adaptação às mudanças climáticas e o marco que vai suceder o marco de ações de Hyogo em 2015. Estamos, exatamente neste momento, definindo o pós 2015. Aliás, o pós 2015 está sendo definido em várias frentes, mas, em relação à redução de desastres, é exatamente neste momento que estamos procurando o que virá depois.

A delegação brasileira que estará presente em Genebra este ano é oriunda dos diversos segmentos do governo e da sociedade, que deverão contribuir juntos para a definição de um novo marco, em 2015, que reflita a realidade e as necessidades brasileiras também, o que me leva para outro ponto muito importante: a necessidade de conhecermos melhor essa realidade brasileira.

O Centro, junto com a Fiocruz e outros parceiros, inclusive o Cedec, vai organizar, no segundo semestre, uma reunião técnica com todos os centros de pesquisas brasileiros para juntos definir uma agenda de pesquisas que permita guiar os investimentos na área de redução dos riscos de desastre, incluindo e apoiando pesquisas que nos permitam ter uma visão melhor de como incorporar as necessidades de adaptação às mudanças climáticas na área de redução de riscos de desastres.

Esses conhecimentos guiarão o trabalho que já estamos desenvolvendo com vários Municípios brasileiros, através da campanha global “Construindo Cidades Resilientes: minha cidade está se preparando”.

E devo dizer que, dentro dessa campanha global das cidades resilientes, o Brasil alavancou. Na América Latina, somos o país em que mais cidades têm aderido de forma maciça a essa campanha. De uma hora para a outra a campanha alavancou, fruto de orientação

de nível federal e estadual da necessidade de que os Municípios recebam esse apoio.

Dentro da área de definições de políticas, ressalto outra área de foco do Centro – inclusive o Ministro Rondó mencionou –, no sentido de promover o estabelecimento de comissões permanentes de proteção e defesa civil nas legislaturas estaduais, a exemplo do que já acontece em Santa Catarina. É muito importante termos essa discussão e esse apoio que o Brasil tem nas lideranças em muitos Estados, e certamente em nível federal. E precisamos realmente envolver novas lideranças em outros Estados.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de contribuir para este importante tema e me coloco à disposição para eventuais questões e perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli. PSDB – SP) – Gostaria de agradecer a participação do Sr. David Stevens, que é Coordenador do Centro de Estratégia Internacional para a Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas.

Pergunto se o Senador ainda quer fazer uso da palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – De minha parte, conseguimos postergar, porque a CAE continua reunida e ainda tem três inscritos na questão do ICMS. Eu consegui ficar aqui para absorver um pouco alguns ensinamentos técnicos. Isso é importante para nós, que nunca temos tempo para essas coisas. Eu disse: eu vou e enquanto der para ficar...

Fico grato por ouvir essas exposições para poder, como se diz, ruminar e nos preparar para a IV Plataforma, que se realizará agora também, para buscarmos ensinamentos, buscarmos o que é melhor, para que possamos, então, colocar em prática no Brasil aquilo que for fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli. PSDB – SP) – Ainda tenho que pedir a gentileza a V. Ex^{as} de aguardar mais um pouquinho.

Nós temos dois requerimentos de iniciativa da nobre Senadora Vanessa Grazziotin que vamos submeter à deliberação.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 2, DE 2013

Nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudan-

ças Climáticas (CMMC) e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública conjunta para discutir o projeto “Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores-Chave do Brasil”, com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Fazenda; e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Os Srs. Senadores e Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a criação da subcomissão.

Há um segundo requerimento, também da lavra da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 2

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 3, DE 2013

Nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) audiência pública para discutir o marco legal sobre o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal – REDD +, com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Casa Civil, Globbe International e o senhor Ministro do Supremo Tribunal de Justiça Herman Benjamin.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Os Srs. Senadores e Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Está aprovado.

Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer a presença do Deputado Colbert Martins, que esteve aqui, mais uma vez, do Deputado Glauber Braga, do Senador Maldaner, que tem sido um grande entusiasta dessa causa e trabalhado incessantemente para que possamos conquistar um espaço dentro dessa discussão que para nós, da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, tem sido extremamente importante, do Deputado Zequinha Sarney e da Se-

nadora Vanessa Grazziotin, que é Presidente desta Comissão.

A título de colaboração, verifiquei que durante a palestra todos se focaram na questão dos recursos financeiros e é verdade: se não tivermos ou obtivermos recursos financeiros será difícil a implantação de um projeto dessa dimensão, dessa envergadura.

Temos discutido muito na Comissão de Meio Ambiente a questão dos passivos ambientais. Normalmente os TACs, os famigerados TACs – Termos de Ajustamento de Conduta têm gerado passivos ambientais. E esses recursos nem sempre chegam aonde devem chegar.

Então seria importante incluir na discussão também os passivos ambientais para a aplicação nesses procedimentos, que seriam muito bem-vindos, e a aplicação seria extremamente importante para que pudessemos obter êxito.

Assim sendo, agradeço a participação de todos e dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2013, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e treze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Blairo Maggi, Sérgio Souza e Wellington Dias, e dos Deputados Márcio Macêdo, Hugo Napoleão, Glauber Braga, Sarney Filho, Relator, e Ricardo Tripoli, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Registra-se a presença dos Senadores Mexicanos Luis Sánchez Jiménez e Jesús Casillas Romero. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida inicia-se os trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de Audiência Pública para debater o tema: “o marco legal sobre o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento de estoques de carbono florestal – REDD+”,

em conformidade com o Requerimento nº 3, de 2013, da Comissão, aprovado em 23 de abril corrente, com a presença dos seguintes convidados: Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Natalie Unterstell, Gerente de Mudança do Clima e Florestas – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ; Ludovino Lopes, Consultor – Globe Nacional. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator da Comissão, Deputado Sarney Filho e a Senadora Vanessa Grazziotin. Ao final, a Presidência comunica que a próxima Reunião será convocada para o dia vinte e um de maio do corrente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

Notas taquigráficas

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam, Deputados e Senadores, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de entrarmos na pauta da reunião de hoje, eu quero rapidamente registrar que, na semana passada, nós tivemos, em conjunto com a Frente Ambientalista do Congresso Nacional, uma importante audiência pública realizada na Câmara dos Deputados que tratou sobre a revisão do Plano da Política Nacional, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Uma reunião importante, interessante, da qual redundaram algumas iniciativas por parte desta Comissão, alguns requerimentos de informação, que nós aprovaremos não sei se até o final desta reunião, mas senão na próxima reunião, para encaminhar ao Poder Executivo. Uma reunião fantástica, extremamente produtiva, assim como foi produtiva a reunião na cidade de Manaus; enfim, todas as reuniões da nossa Comissão têm sido muito importantes.

A reunião está disponibilizada no *site* da Comissão do Meio Ambiente da Câmara. Eu não sei se no *site* da Comissão Mista de Mudanças Climáticas também.

Isso colaborará muito com o nosso Relator, Deputado Zequinha Sarney, que tem a responsabilidade principal – é de toda a Comissão, obviamente, mas mais dele –, de apresentar um relatório que deverá estar aprovado até no final deste ano.

A pauta desta nossa reunião destina-se a audiência pública para tratar do marco legal sobre o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento de estoques de carbono florestal – REDD+.

Para esta reunião, nós convocamos este tema, que já estava previsto, num diálogo com a direção da Globe Internacional, e é nesse sentido que eu quero registrar a presença da nossa queridíssima e eterna Senadora da República, a Senadora Serys Slhessarenko, que é a embaixadora da Globe no Brasil. Essa entidade internacional é uma entidade que reúne parlamentares de importantes países do mundo e de todos aqueles países que têm uma presença na questão política, na questão ambiental, muito forte no cenário internacional. Então, nós temos, aqui entre nós também, a Thais, que é brasileira, consultora da Globe, e que tem sido muito importante nesse trabalho.

A Globe divulgou, na COP anterior à última que tivemos, um trabalho muito bem feito que trata sobre a legislação de vários países do mundo sobre mudanças climáticas.

Esse trabalho está sendo traduzido no Brasil, Deputado Zequinha Sarney, e daqui a alguns poucos meses, porque é um trabalho de quase 500 páginas, nós vamos fazer um ato de lançamento desse trabalho em português. E isso é muito importante.

Agradeço, desde já, a colaboração e a parceria da Globe Internacional, e eu tenho muito prazer de suceder o Senador Cícero, a Senadora Serys e tantos outros que lá estiveram. Neste ano, eu estou coordenando o grupo brasileiro da Globe. E o nosso Vice-Presidente para o Brasil, para a América do Sul, é o Senador Rodrigo Rollemberg.

Então, para compor a Mesa, nós já temos aqui entre nós o professor de todos nós, o Ministro Herman Benjamin, que é Ministro do Superior Tribunal de Justiça do nosso País.

Convido para compor a Mesa a Drª Natalie Unterstell, Gerente de Mudança do Clima e Florestas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

Convido o Dr. Ludovino Lopes, Consultor da Globe Internacional. E o Dr. Ludovino é também um grande parceiro não só desta Comissão, mas também da Comissão de Meio Ambiente das duas Casas, Câmara e Senado. Além disso, deu uma grande contribuição

para a fundação, a constituição da FAS, que é a Fundação Amazonas Sustentável, lá do meu Estado do Amazonas, e do Fundo do Amazonas.

Convido também para fazer parte da Mesa conosco, e com muita alegria o faço, o Senador Luis Sánchez Jiménez, que é Vice-Presidente do Senado do México. Pode sentar conosco à Mesa.

Da mesma forma, convido para compor a Mesa o Senador Jesús Casillas, que é coordenador da iniciativa de florestas da Globe.

Ambos são Senadores no México. E lá no México, Senador Blairo Maggi, os Senadores só têm direito a um mandato de seis anos. Está bom de aprovarmos a lei, aqui no Brasil, que restrinja também a um mandato. Seis anos é muito; quem sabe a gente baixe para cinco.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mandato de Deputado lá é de apenas três anos e uma vez só. Mas cada qual com o seu sistema político. O nosso está muito bem como está.

Desde já, agradeço a presença do nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Blairo Maggi, que também foi Governador por duas vezes do Estado de Mato Grosso.

Vou iniciar. Não sei se o nosso relator quer usar a palavra...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. *Fora do microfone.*) – Não, não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – ... ou se já podemos passar imediatamente, primeiro, a palavra ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Bom dia a todos.

Queria, inicialmente, agradecer o convite para, mais uma vez, participar de uma audiência pública no Senado. Às vezes eu acho que venho mais aqui do que vou ao Superior Tribunal de Justiça, praticamente toda semana, e à Câmara dos Deputados também...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. *Fora do microfone.*) – E é sempre bem-vindo. E é sempre muito bem-vindo.

O SR. HERMAN BENJAMIN – E agradeço sempre porque é um prazer renovado.

Queria saudar os integrantes da Mesa, e o faço na pessoa da Presidenta, Senadora Vanessa, e do Relator-Geral, Deputado Sarney Filho; saudar a todos que se encontram aqui conosco. Vejo a minha querida Senadora, sempre Senadora, Serys; o Presidente e Senador de Mato Grosso Blairo Maggi, que não é só Presidente da Comissão de Meio Ambiente, mas é avô da Bianca, que é a mais radical ambientalista que existe na nova geração. E queria também saudar

os Deputados e Senadores que estão aqui, que já passaram por aqui, já que alguns tiveram que voltar ao plenário da Câmara, onde está sendo discutida a Medida Provisória dos Portos. E quero saudar também o Deputado Glauber, que está conosco.

Os organizadores me pediram para fazer uma breve análise dessa temática, o que não deixa de ser um trabalho complicado diante dos bons trabalhos que já foram elaborados acerca dessa temática.

Hoje aqui nós temos o relatório, ainda preliminar, da Globe, e vou me concentrar nesse trabalho. Mas lembro que outras instituições brasileiras apresentaram estudos profundos sobre esta matéria, por exemplo, faço referência ao estudo do Ipam, que tem por título “REDD no Brasil: um enfoque amazônico”, ou seja, esse grupo de cientistas do Ipam se debruçando sobre esta matéria.

Mas, evidentemente, o foco hoje é o relatório da Globe e também analisar a temática a partir da aprovação do novo Código Florestal. Porque a grande novidade é essa, desde a nossa última reunião da Globe aqui – acho que no próprio Senado, no Interlegis. Naquela época – não faz muito tempo –, o Código ainda estava, sobretudo as alterações ao Código recém-aprovado ainda estavam sendo discutidas no âmbito do Parlamento. E agora nós temos um Código praticamente concluído. Na parte que interessa a esta matéria, não há pendências em termos de análise de vetos, já que não houve nenhum veto nesses dispositivos que vou mencionar.

E, aqui à Mesa, estão dois dos Parlamentares que mais contribuíram para a redação do Código, do texto como está, e também outros Parlamentares que se encontram aqui; o Senador Blairo trabalhou permanentemente na elaboração desse texto, não só no Senado, mas enquanto o texto tramitava na Câmara dos Deputados. Esses Parlamentares incluíram, o Congresso Nacional incluiu o art. 41, que foi quase uma bandeira pessoal do Senador Jorge Viana. E eu digo isso porque, desde a versão original, eu tive oportunidade de fazer sugestões de aprimoramento da redação. E até o último momento, sugestões foram apresentadas ao Senador Luiz Henrique e ao Senador Jorge Viana, no sentido de dar alguma consistência e evitar problemas de natureza terminológica e técnica no art. 41 do Código Florestal.

Esse dispositivo não existia nas redações originais e acho que foi um avanço, embora haja alguns problemas ainda que remanesçam, de natureza técnica, que eu não vou levantar aqui porque não são exatamente no segmento que interessa para o debate desta matéria.

O art. 41 afirma o seguinte: “É o Poder Executivo Federal autorizado...” E eu chamo a atenção para

a expressão “autorizado”, porque, na redação original, a proposta era: “O Poder Executivo Federal instituirá...” Houve a alteração exatamente para não obrigar o Poder Público Federal, a União, o Poder Executivo Federal, já que possivelmente será feito por decreto, no sentido de já amarrar uma decisão e evitando, por exemplo, uma possibilidade política de o Governo Federal dizer: “Olha, nós preferimos esperar uma posição do Congresso Nacional.”

Então, creio que melhorou. Foi sugestão que eu havia feito, em vez de determinar a criação, deixar autorizado ao Poder Público Federal a instituição, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental – aqui foi outra sugestão que eu fiz. Ou seja, esse programa não é para enfraquecer o cumprimento da legislação ambiental, porque, do contrário, se não houvesse essa expressão no texto, aqueles que recebem benefícios de tratamento por desmatamentos anteriores a julho de 2008 poderiam dizer: “Eu não estou cumprindo porque o Governo não instituiu o programa de apoio e de pagamento por serviços ambientais.” Então, para evitar esse problema, eu fiz a sugestão, que foi aceita pelo relator e pelo Presidente da Comissão e pelo Parlamento, de excluir a expressão “sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental”.

E aí vem: “programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação”.

Parece um camelo, mas não é. Ou seja, é um texto longo porque se quis colocar muito no *caput*. E, evidentemente, a tarefa aqui é juntar esses vários pedaços que poderiam estar em incisos, em parágrafos, e tentar retirar algumas lições para esse *caput* do art. 41.

Então, primeiro, é uma autorização. Segundo, é para criação, instituição de um programa, não é de uma única medida. E programa pressupõe concertação com os Estados, com os Municípios, buscar uma harmonia. Não há programa sem harmonia. Terceiro, é um programa que é de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente. Parece que é óbvio, mas não é. Ou seja, não é um programa à moda dos incentivos florestais que nós tivemos na década de 70, que até hoje ainda há litígios nos tribunais. Ainda três semanas atrás, nós julgamos um desses processos relativos ao antigo IBDF; a Senadora Serys não era nem nascida quando esse programa foi instituído.

Este programa vem dividido em medidas que estão nos incisos.

O inciso I, que é o que nós vamos analisar: pagamento ou incentivo a serviços ambientais. E depois o inciso II, que cuida da questão tributária. Um terceiro inciso, que cuida de medidas de incentivo à comercialização, inovação e aceleração das ações de recuperação – por exemplo, a questão do crédito. E quarto, a questão... Não, aqui já é um detalhamento.

Então, vamos nos concentrar no inciso I: pagamento ou incentivos a serviços ambientais. Eu vou ler: “pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição monetária ou não”. O “ou não” também foi sugestão minha, porque pagamento não é sempre com dinheiro. Existem inúmeras possibilidades de pagamento que não envolva diretamente dinheiro. Aliás, em algumas circunstâncias, dinheiro é exatamente o que nós não queremos, pelas dificuldades de prestação de contas. Isso, claro, para ser analisado no detalhamento dessa política.

E continua: “as atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como isolada ou cumulativamente”. E aí vêm as várias hipóteses: sequestro... E eu chamo a atenção para o “tais como”, porque significa dizer que esta lista é enumerativa, não é em números clausos, não é uma lista fechada. O próprio Poder Executivo pode, ao regulamentar, estabelecer outras possibilidades além dessas alíneas que estão aqui listadas.

Então, primeira alínea: sequestro, conservação, manutenção e aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; b) Conservação da beleza cênica natural – isso aqui é uma inovação, uma vez que não se trata propriamente de um serviço ecológico; é um serviço de caráter antropocêntrico, estritamente antropocêntrico. É a beleza! Acho que está bem posto –; c) a conservação da biodiversidade; d) a conservação das águas e dos serviços hídricos; e) a regulação do clima; f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico.

Não me perguntem o que é “conhecimento tradicional ecossistêmico”. Agora, conhecimento tradicional nós conhecemos. É outro aspecto, aqui, de grande inovação, porque se trata de resguardar o patrimônio cultural da Nação, e, evidentemente, é uma extensão generosa, por assim dizer, do que sejam os serviços ecológicos. Não é exatamente o foco apenas nos processos ecológicos.

Depois, conservação e melhoramento do solo.

Foi sugestão minha, porque o solo é a mãe de tudo. Infelizmente, no Brasil, como na América Latina, nós não temos legislação de proteção do solo em si mesmo. Aliás, no campo internacional, só há duas grandes lacunas em tratados internacionais, e como há uma espécie de fadiga de tratados internacionais,

possivelmente, nós não teremos dois novos tratados internacionais sobre os temas. Caberá aos Parlamentos nacionais ou no campo do Mercosul, ou do Nafta, tentar regular essas matérias. Primeiro, em corais, onde há uma vinculação muito forte com mudanças climáticas; e, segundo, na proteção do solo. Não há legislação de proteção do solo. Claro, o México, por exemplo, tem legislação de *ejidos*, mas no aspecto fundiário, não de proteção do solo, em si mesmo, como recurso natural.

Eu faço essa observação porque está aqui uma inovação dessa matéria.

E continua: a manutenção das áreas de preservação permanente e da reserva legal e de uso restrito.

Aqui, é interessante porque é uma restrição: a lei está proibindo, *a contrario sensu*, a utilização de pagamento por serviços ecológicos nas áreas que contem com restrições, digamos assim, “frouxas”, por exemplo, as áreas de proteção ambiental, pois nessas áreas, nós sabemos, até distrito industrial pode ser construído, como é o caso de Americana e São Carlos, em São Paulo.

Então, em linhas gerais, é isso que nós temos em termos de pagamento ou incentivos a serviços ambientais.

Alguns poderão dizer: “é pouco?” Não, não é pouco; é muito, porque nós saímos de um nada no sistema do Código Florestal – nada em termos de serviços ecológicos – para uma previsão que, convenhamos, é até bem ampla.

A Medida Provisória Sarney Filho, que, a rigor, é a origem deste Código Florestal que nós temos aqui, inovou no que tange às servidões ambientais, e elas foram todas mantidas. Aliás, do texto da Medida Provisória Sarney Filho, se há um setor do texto que foi preservado praticamente na sua integralidade, foi o das servidões ambientais. Mas o objetivo hoje, aqui, não é tratar de servidões ambientais.

Finalmente, vamos aos parágrafos que cuidam, especificamente, dessa matéria.

O §5º afirma: “o programa relativo a serviços ambientais, previsto no inciso I do *caput* deste artigo, deverá integrar os sistemas, em âmbito nacional e estadual, objetivando a criação de um mercado de serviços ambientais”.

Exatamente, uma das preocupações do Dr. Ludovino Lopes no seu estudo. Assim, para usar uma metáfora futebolística, que nos últimos 12 anos está em moda no nosso País, quem quiser jogar deverá jogar como time. Nada de os Municípios quererem regular os seus serviços ecológicos da forma que bem entenderem; nada de os Estados quererem regular os serviços ecológicos da forma que bem entenderem; é um sistema e é um sistema nacional. Um sistema na-

cional que, agora, é bastante viável, exatamente porque nós vamos contar – e já contamos – com o CAR, o Cadastro Ambiental Rural.

Eu sei do carinho que o Senador Blairo tem por esse mecanismo, que vai dar segurança jurídica a todos, a começar pelo pequeno proprietário rural, que não vai ter que pagar para averbar a sua reserva legal ou estabelecer a localização das suas áreas de preservação permanente.

E, aí, para terminar, embora haja outros dispositivos que eu não vá analisar, temos o §7º: “O pagamento ou incentivo a serviços ambientais a que se refere o inciso I deste artigo serão, prioritariamente, destinados aos agricultores familiares, como definidos no inciso V do art. 3º desta lei”.

Esta é a cláusula social. Ou seja: nós podemos estabelecer um sistema de serviços ecológicos que atinja a todos indistintamente. Enfrentaria, a meu juízo, dificuldades de natureza constitucional, mas, aqui, o legislador o disse: os recursos que existam, no volume que venha a existir, deverão ser aplicados, prioritariamente – e não é nem na pequena propriedade rural –, nas propriedades familiares, e entenda-se: propriedade familiar produtiva.

Então, é a amarração de natureza social que o legislador do Código Florestal fez. E acho, sinceramente, que o fez muito bem. Repito: é o aspecto da solidariedade; é a essência mesmo desse instituto.

Todos se recordam – pelo menos o Deputado Sarney Filho, que já estava na Câmara dos Deputados, bem como a Senadora, que também estava na Câmara na época – de que, quando foi votada a Lei da Mata Atlântica, incluiu-se um dispositivo que se dizia ser o pagamento por serviços ecológicos ao contrário. Ou seja, sem qualquer preocupação social. Era o pagamento dos serviços ecológicos para inviabilizar a proteção do meio ambiente.

O dispositivo dizia que qualquer restrição à propriedade rural dará ensejo ao pagamento de indenização ao titular do domínio. E o argumento era no sentido de que isso seria um pagamento por serviços ecológicos. Não, não seria! Seria inviabilizar integralmente a proteção do meio ambiente no Brasil.

Esse projeto veio ao Senado, onde foi Relatora a Senadora Roseane Sarney, que não aceitou esse dispositivo. E, assim, finalmente, a lei foi aprovada e esse dispositivo desapareceu, até porque houve ameaça de veto pelo então Presidente da República.

Eu digo isso para realçar a importância desse §7º, ou seja, o pagamento de serviços ecológicos pressupunha, antes de mais nada, uma definição de quem é titular desse...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Fala um pouco também sobre a questão de áreas de preservação permanente e reserva legal no pagamento, porque...

O SR. HERMAN BENJAMIN – Eu vou, só para concluir, então, tratar dessa questão da dominialidade, que é fundamental e está no relatório da Globe. E eu fico contente porque não estava na versão anterior, e, depois da nossa reunião, aqui mesmo no Senado, neste novo texto, está em mais de um dos capítulos essa questão da dominialidade.

Em Direito – perdão por ser técnico aqui, mas, em algumas matérias, nós temos de ser técnicos –, no que tange aos bens públicos, existe o chamado instituto da afetação. O Código Civil faz a distinção entre três tipos de bens públicos: primeiro, os chamados bens de uso comum do povo – o Código Civil de 1916 já o fazia, e isso foi repetido no Código atual –, como, por exemplo, as praças, as ruas, o mar; segundo, os bens de uso especial; terceiro, os bens dominicais. Quem foi administrador público aqui – o Senador Blairo foi Governador de Estado – conhece muito bem essas matérias.

Bens dominicais são de disponibilidade mais ou menos livre, respeitada a Lei de Licitações do Poder Público, como, por exemplo, os bens da Terracap aqui, em Brasília. Bens de uso comum do povo e bens de uso especial só podem ser alienados, só pode haver disposição sobre eles se houver a desafetação.

Então, o Poder Público, em tese, pode – não deve – vender uma praça. Mas, para se vender a praça, tem de se aprovar uma lei desafetando aquela praça. Por que digo isso? Porque a Constituição Federal, no art. 225, *caput*, estabelece que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo. Logo, nós estamos diante de um dispositivo constitucional – aos colegas mexicanos digo que, na Constituição mexicana, não há dispositivo dessa natureza – que afetou os bens ambientais. Então, ao contrário do que ocorre com as praças, as ruas e as rodovias, a afetação não é legal, a afetação é constitucional. Isso significa dizer que o Parlamento, o Congresso Nacional não pode, seja por lei ordinária, seja por lei complementar, mudar a afetação dos bens ambientais, porque isso foi feito na própria Constituição Federal. É a Constituição que diz, expressamente, o que são bens de uso comum do povo. E, ao falar de bens de uso comum do povo, está se referindo aos processos ecológicos.

Quem é proprietário de uma floresta, ao contrário da fauna... A fauna, no Brasil, é estatal; em outros países, a fauna não é estatal. Mas a Lei de Proteção à Fauna diz que a fauna é estatal; as florestas, não. O regime de florestas respeita a dominialidade da terra: se a terra é pública, a floresta é pública; se a terra é privada, a floresta é privada. Mas vem um dispositivo

do Código Florestal, casando o Código Florestal com o texto da Constituição Federal, que diz: “Muito bem, é privada”. Mas os interesses que fluem ou que surgem da floresta importam... Era o antigo art. 1º do Código Florestal anterior; agora, acho que isto está no art. 2º.

Aqui, faço um agradecimento especial ao Deputado Aldo Rebelo, que, do primeiro substitutivo para o segundo, reincorporou esse ponto que era tão importante no projeto de Osny Duarte, que o Deputado Aldo Rebelo muito admirava.

Diz o art. 2º: “As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País”. Então, esse é o casamento entre florestas, texto constitucional e serviços ecológicos.

Em outras palavras, no ordenamento jurídico brasileiro, ao contrário do norte-americano, onde a propriedade pode chegar ao centro da Terra; não pode avançar do centro da Terra, e, no espaço sideral, não sei até aonde vai. Esse é sistema norte-americano. Não é o sistema da Constituição mexicana, porque os recursos naturais, no México, têm um controle constitucional até muito mais rígido do que o nosso. Há o tema dos *ejidos*, mas não quero trazer complexidade aqui. Mas, em termos de recursos naturais, há um dispositivo claríssimo no texto da Constituição mexicana.

Então, para terminar, falo um pouco sobre APP e Reserva Legal.

No Brasil, os serviços ecológicos são da Nação brasileira, são bens de uso comum do povo, o que significa dizer que o pagamento não é feito pela titularidade, o pagamento é feito pelo cuidado extra, pelo carinho extra – eu o digo já que estou diante de mães aqui – que o proprietário ou o administrador possam ter com esses recursos que interessam à Nação como um todo.

Então, isso era o que eu queria trazer em termos de abordagem geral.

Concluo com dois temas.

Primeiro, faço uma observação quanto ao excelente trabalho da Globe. Thais e Ludovino, está extraordinário o trabalho! Eu queria felicitá-los por isso.

Mas, entre as opções legislativas existentes hoje para o Brasil – esse é um texto preliminar –, eu me inclino por um decreto federal que regulamente esse dispositivo do Código Florestal. Por quê? Porque vai dar ao Parlamento a possibilidade de, sem aqodamento, mais adiante, dizer: “Olha, agora, nós temos um sistema consolidado, porque nós não podemos errar”. E o decreto permite essa flexibilidade no sentido de implementar esse sistema casado agora com o Cadastro Ambiental Rural, ou seja, nós temos as ferramentas.

Em termos de dominialidade, é verdade, o Código Florestal não entrou nessa matéria, nem precisava fazê-lo, porque é óbvio que, com o casamento do art. 2º do Código com a Constituição Federal e com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 6.938, que define os recursos ambientais no art. 3º, os serviços ecológicos são da Nação brasileira – ponto!. E aí se pode chegar, aproveitando até mesmo os textos dos projetos que já estão tramitando no Congresso Nacional, a um decreto que possa viabilizar, em curto espaço de tempo, esse sistema que é tão importante.

Finalmente, no que tange às APPs e à reserva legal, nós não podemos esquecer que a lei brasileira adota o princípio do poluidor-pagador. Ou seja, quem destrói não deveria destruir, mas, se destruiu, se degradou, é quem vai recompor, é quem vai pagar. Não há...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – E vai receber também?

O SR. HERMAN BENJAMIN – Como?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Vai receber também?

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Não. Essa é a grande questão.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois é, esse é que é o marco.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Então, vejamos: na medida em que o Código estabelece uma destinação prioritária para a agricultura familiar, não imagino que, num País em que há questões de déficit público, de dificuldades de recursos, haverá, da noite para o dia, R\$10 bilhões. Penso que o próprio Código já dá o caminho para a destinação prioritária desses recursos: a agricultura familiar. São esses que vão receber, prioritariamente, o pagamento pelos serviços ambientais.

A dúvida se dá em relação ao sistema REDD+ e ao pagamento, aí sim, no mercado internacional de carbono. Sinceramente, acho que, para isso, nós não devemos fazer distinção entre pequeno, grande ou médio, porque, para fins de pagamento, isso se dá, especificamente, pelo componente carbono. Por quê? Porque...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Então, é passível de negociação quanto ao crédito de carbono a Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal?

O SR. HERMAN BENJAMIN – Não, não. Estou falando outra coisa.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Eu não estou entendendo.

O SR. HERMAN BENJAMIN – O que estou dizendo é que, em termos de pagamento por serviços ecológicos, nós temos de fazer uma distinção. Primeiro, há o pagamento com recursos públicos. O próprio Código Florestal já dá uma destinação prioritária: nesse

pagamento de serviços ecológicos com recursos públicos, deve haver o componente social. Uma segunda categoria são créditos de carbono, e aí o pagamento é feito pelo carbono que se tem. Não preciso, aqui, entrar no debate de quem é o titular do carbono ou, pelo menos, da capacidade de absorção desse carbono. O que quero dizer é que, para essa segunda categoria, eu não faria nenhuma distinção entre grande, médio e pequeno. Mas tenho dúvidas acerca da utilização desse mecanismo para fins de recuperação de APP e de reserva legal.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Entendi.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Não tenho uma posição fechada. Quero ser convencido pelos que defendem a posição de que as APPs e as áreas de reserva legal que foram degradadas... Talvez, pudessem ser estabelecidos critérios para isso não apenas, por exemplo, para quem desmatou antes de 2008, mas também para quem, por exemplo, comprou a propriedade já sem a Reserva Legal. São critérios que, hoje, o Poder Judiciário não adota para fins de recuperação. E o próprio Código Florestal estabelece que essas obrigações têm natureza *propter rem*.

Repito, para que fique claro: na primeira questão, pagamento por serviços ecológicos com recursos públicos, o Código é claríssimo ao dizer que a destinação prioritária é a agricultura familiar. Quanto ao pagamento de serviços ecológicos no contexto do mercado de carbono, não creio que devamos fazer nenhuma distinção entre grande, pequeno e médio. Tenho dúvidas apenas no que se refere à utilização desse mecanismo na recuperação de APPs e de reserva legal. Veja que, em alguns desses casos, o proprietário foi condenado penalmente, criminalmente. E aí como é que nós vamos explicar...

A Senadora Kátia Abreu dizia com muito afincado – agora, o Superior Tribunal de Justiça lhe deu razão – que o Código Florestal não anistiou ninguém. Isto sempre se dizia: o Código Florestal não é para anistiar, o Código Florestal é para resolver o passivo, e, uma vez resolvido esse passivo, aí sim, as multas serão destinadas a ... O Código usa uma expressão de que eu não me lembro totalmente.

Termino, apenas dizendo que não é uma posição peremptória. Eu gostaria muito de ser convencido, Deputado Tripoli, de que o pagamento pelos serviços ecológicos no âmbito do mercado de carbono pode e deve ser utilizado – há uma perspectiva ética também – na recuperação de APPs e de reserva legal que foram degradadas pelo próprio proprietário, não por terceiros.

Agradeço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada. Nós é que lhe agradecemos a sua participação.

Entre nós também, na Comissão, estão o Deputado Tripoli e o Deputado Márcio. Muito obrigada.

Imediatamente, passo a palavra, lembrando que dispomos do tempo de 15 minutos, à Drª Natalie, que é Gerente de Mudança do Clima e Florestas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

A SRª NATALIE UNTERSTELL – Obrigada, Senadora.

Agradeço o convite a vocês da Globe e também da Comissão Mista ao Ministério do Meio Ambiente, em nome do Secretário Carlos Klink.

Eu gostaria de compartilhar alguns dos avanços que tivemos nos últimos anos nesse tema. E quero começar falando que esse é um tema pelo qual temos bastante carinho, porque ele nos oferece duas oportunidades: uma delas é essa interação, essa interface entre a mudança do clima e as florestas; a outra é a interação entre o que o Brasil tem feito e a implantação de uma convenção internacional sobre mudança do clima. Então, são dois aspectos bastante importantes.

Ainda que o setor de mudanças do uso da terra e florestas não seja o principal fator, a principal fonte de emissões globais, ele é bastante importante, porque ele permite ou nos pode permitir obter resultados de mitigação da mudança global do clima no curto prazo, diferentemente de outras áreas. De fato, a boa notícia é a de que ele já os vem oferecendo por meio de esforços nacionais, como os que o Brasil tem apresentado por meio de suas iniciativas na Amazônia e também no Cerrado. Mas, para que esses resultados possam acontecer e se perenizar – isto é o mais difícil –, para que haja permanência, que é um fator bastante importante na ciência da mudança do clima, nós precisamos de incentivos, em uma escala que não é de milhões, mas de bilhões de dólares, para países como o nosso e também para outros, como o México e a Indonésia, que têm florestas em quantidade expressiva e que, é claro, têm sofrido com algumas pressões e ameaças importantes.

Então, nesse sentido, nesse contexto, discute-se, globalmente, um mecanismo de incentivo a nações. Desde 2007, já se vem desenrolando uma conversa no âmbito da Convenção das Mudanças do Clima a respeito disso. Não é uma negociação, uma conversa trivial, até porque, como falei, envolve uma série de interfaces e vários países em desenvolvimento, que, em tese, não precisariam ou não deveriam ter obrigações de redução de emissão, tais como os países desenvolvidos, mas que têm encontrado um público

bastante interessado em fazer essas mudanças ocorrerem em curto prazo.

Eu gostaria de compartilhar com os senhores um pouco da evolução desse quadro internacional, especialmente a partir de 2009, pois foi em 2009 que houve uma primeira decisão mais substantiva sobre o tema em termos internacionais e que tomamos conhecimento de um projeto de lei sobre esse tema que entrou na Câmara dos Deputados por meio do então Deputado Lupércio Ramos, do Amazonas.

Até 2009, não havia decisões muito abrangentes sobre REDD+ em âmbito internacional, mas foi em 2010, na COP-16, em Cancun, que se descreveu, que se delineou o que seria esse tal REDD+. Seria um pacote? Não. Na verdade, são cinco atividades: a redução do desmatamento, a redução da degradação florestal, o manejo florestal sustentável, a conservação e o aumento de estoques de carbono. Essas cinco atividades podem oferecer diferentes resultados no curto ou no longo prazo. Então, é claro, a recuperação exige investimentos altos no curto prazo, mas o seu resultado só vem *a posteriori*, enquanto a redução de emissões é quase imediata. Quer dizer, você tem uma linha de referência, e, se suas políticas começam a dar certo, você pode começar a ver resultados imediatamente, como acho que tem sido o nosso caso nos últimos anos, felizmente.

Nesse sentido, delineou-se, então, que os países em desenvolvimento que quisessem participar e quisessem implementar essas atividades poderiam implantar uma série de instrumentos. Um deles seria uma estratégia nacional, entre outros, como um sistema de monitoramento, níveis de referência, enfim, questões bastante técnicas que, inclusive, ainda demandam algumas definições metodológicas em âmbito global.

O importante em tudo isso é que se pediu, então, para que os países atuassem nessa construção de uma estratégia ou plano de ação nacional. Isso foi bastante importante, porque havia a expectativa até então de que houvesse um mecanismo global, ou seja, uma receita global para a redução de emissões e as demais atividades florestais. Poderia ter havido o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo 2, alguma coisa que fizesse com que os países tivessem de apresentar ações e resultados uniformes etc. Mas não foi isso que se decidiu fazer. Decidiu-se abrir a possibilidade de os próprios países em desenvolvimento desenharem seus caminhos, optarem por aquilo que fosse conveniente, que fosse compatível com suas estratégias de desenvolvimento sustentável e tudo o mais.

A partir daí, o Brasil, em 2010, por meio do Executivo Federal, passou a um processo de discussão, que, naquele primeiro momento, contou com mais de

150 atores, entre eles a sociedade civil organizada, o setor privado, Estados e também atores do Executivo Federal buscando gerar alguns elementos básicos para uma futura estratégia.

Em 2011 foi criado então um grupo interministerial no âmbito da governança institucionalizada para a Política Nacional sobre Mudança do Clima. E esse grupo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, passou um período longo discutindo qual seria a possível visão compartilhada desse tema, com base naquilo que havia sido oferecido por aqueles vários atores em 2010.

Finalmente entregamos um documento agora, em 28 de fevereiro de 2013, ao grupo executivo. Esse documento tenta levar em consideração não somente o que ocorreu no âmbito desse diálogo no Executivo, mas também o que ocorre no plano nacional em outras esferas, como Estados, projetos que têm sido encampados pelos atores privados e pela sociedade civil organizada e também o que sabemos que tramita aqui, no Legislativo. Há dois projetos de lei, um no Senado e outro na Câmara dos Deputados, que oferecem algumas diretrizes importantes para que o tema possa se desenvolver.

A nossa visão como Ministério do Meio Ambiente – e acredito que, por conta desse processo de concertação interna, muito provavelmente reflete aquilo que outros Ministérios têm discutido – é de que esse processo dentro do Executivo Federal é só uma das peças de um pacote, de um quebra-cabeça maior que certamente compreende medidas legislativas.

Então entendemos que para algumas questões, como a oportunidade de fortalecer essa ligação entre a política de mudança do clima e as demais políticas, sejam elas o Código Florestal ou os planos de prevenção e controle ao desmatamento, nós podemos, por meio das ações e da concertação com os Estados e Municípios, avançar a agenda de REDD+ no País.

Uma das medidas que consideramos bastante importante é construir uma matriz de impacto para as políticas florestais. Quer dizer, o que elas significam para a mitigação e para a adaptação da mudança do clima? Elas vão na direção que se quer ou podem inclusive ser otimizadas? Quanto ao próprio Código Florestal, será que se usarmos 100% de recomposição, de reserva legal com cotas de reserva ambiental, vamos ter um ganho menor ou maior para a mitigação da mudança do clima?

Provavelmente ficaríamos numa ação a zero para clima se usássemos somente cotas, mas a bem da verdade o Código traz vários instrumentos, como foi muitíssimo bem colocado pelo Ministro Herman Benjamin, que podem jogar a favor da mudança do

clima. Então é por aí que vemos que REDD vai se desenvolver no País.

Outra consideração que eu acredito que seja importante mencionar é que, se no plano internacional se indicou que fizéssemos uma construção nacional, que não é federal, dentro da Política Nacional de Mudança do Clima, já temos uma indicação de que devemos trabalhar no setor de mudança do uso da terra por meio dos biomas. Recortes de biomas já são utilizados para os planos de ação, para as metas e é por aí que devemos avançar.

Então, provavelmente no Cerrado a situação seja bastante diferente do que vemos na Amazônia e na Mata Atlântica; portanto essa implementação de medidas terá que ser balanceada a partir dessas características biomáticas, digamos assim, ou regionais.

Por último, há vários pontos para mencionarmos a respeito do que refletimos e consideramos durante esse período de diálogo interno, mas um ponto importante é uma preocupação nossa que é muito cara a qualquer medida de mitigação de mudança do clima: é a questão da contabilidade. Ou seja, aquilo que estamos fazendo é confiável? Existem meios para verificar? Há meios para se comprovar que, de fato, existe um efeito de mitigação ou não? Será que somente o Governo Federal tem que fazer contabilidade de políticas, enfim, de ações? Ou os outros atores, também? Como isso vai se dar?

Já temos instalado um cenário que precisa de um freio de arrumação, como dizem por aí, porque temos vários projetos que se autointitulam REDD+. Vemos projetos de PSA carbono florestal e outras medidas até legislativas nos Estados, e destaco Mato Grosso e Acre, que têm leis aprovadas, mas também o Amazonas, que, na sua lei de mudança do clima, trata de REDD. Quando REDD não tinha dois dês e mais, o Amazonas já estava falando a respeito. São leis que trazem definições bastante importantes. E, como disse também o Ministro Herman antes de mim, precisamos jogar juntos, precisamos de uma concertação, de uma harmonização que muito provavelmente só virá quando pudermos combinar duas coisas: uma, o Executivo articulado com os Executivos estaduais, mas também a regulamentação por meio de uma atuação do Legislativo. Parece-nos que essa convergência não é somente necessária, mas é urgente, até porque muitas coisas estão avançando. E destacaria os projetos de lei. Ainda que tenham uma base anterior ao ano de 2009, ou seja, anterior ao conceito de decisões internacionais, eles poderiam sofrer algum tipo de atualização.

Por fim, vimos considerando que seria possível uma convergência dessa natureza entre os atuais projetos de lei se pudessemos atualizá-los. Eventualmen-

te, isso demandaria um conjunto de emendas ou até mesmo um substitutivo. Para isso, o mais importante no atual estágio é identificarmos o que realmente precisa ser feito e o que pode ser feito de maneira mais rápida e prática.

A sugestão que foi dada anteriormente de um decreto que regulamente o art. 41 do Código é bastante válida. Precisaríamos também olhar para outros aspectos que já estão postos nesses projetos de lei em tramitação para verificar o que ainda restaria para tratarmos, especialmente na parte de governança institucional, que é um tema muito caro para nós, do Executivo.

Vou terminar um pouco antes do tempo, mas estou à disposição para perguntas. Agradeço novamente a oportunidade.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Drª Natalie.

A cada participação aqui nós temos muita vontade de falar, tendo em vista questões importantes que estão sendo trazidas para o debate, mas passo a palavra imediatamente ao Dr. Ludovino, que é o consultor da Globe International. É uma alegria, Dr. Ludovino.

Quero apenas dizer para a Drª Natalie, que dizia que enquanto o Brasil ainda não falava de REDD o Amazonas já falava: temos um responsável por isso. O Dr. Ludovino foi consultor do Governo do Estado durante muito tempo, o que fez com que o Amazonas seguisse adiante nessas questões ambientais.

Com a palavra, Dr. Ludovino.

O SR. LUDOVINO LOPES – Senadora Vanessa, é uma honra estar aqui. Queria agradecer-lhe a recepção e o carinho sempre redobrados com que somos recebidos nesta Casa. É uma honra também ter tido a oportunidade de receber o convite, por parte da Globe International, para fazer esse trabalho aqui. Portanto pudemos contribuir com a abertura desses horizontes, desses caminhos.

Queria cumprimentar também o Senador Sarney nesse quadro de trabalho conjunto. Gostaria de dizer da imensa dificuldade e da honra que é falar depois do Ministro Herman Benjamin, saber o que poderemos construir e complementar depois da sua fala, que realmente toca nos pontos vivos, na legislação viva, naquilo que está efetivamente fruindo dessa inovação que o país está construindo neste momento e os caminhos mais pragmáticos para podermos fazer isso. Então vou tentar fazê-lo de uma forma que possa colher seus frutos e, a partir daí, trabalhar nisso de forma harmonizada.

Cumprimento também algumas figuras que estão na sala, que, ao longo do tempo, eu sei que foram

desempenhando um papel importantíssimo nesse sentido, como a Senadora Serys, aqui presente, o Paulo Moutinho, que em 2005 foi um dos construtores desse conceito que é o REDD, o Senador Blairo Maggi não está conosco hoje, mas estava em Bali, na COP-13, construindo essas bases e discutindo essas questões também. E isso nos remete, obviamente, ao Amazonas e à estratégia de construção que começou a ser discutida lá atrás só com um dê.

Sem cansá-los com as introduções, eu gostaria de começar. Vamos tentar ser o mais didático possível, já que o tema é bastante denso. Hoje já recebi algumas advertências pela densidade da nossa abordagem do trabalho. Natalie nos explicou claramente essa questão da densidade, mas eu queria, antes de começar a fazer essa aproximação, dizer o seguinte: o Brasil tem uma riqueza muito grande do ponto de vista legal, do ponto de vista das legislações que estão estruturando o tema. E, na verdade, a gente não precisa inventar a roda aqui. Precisamos conhecer e beber nessa fonte que está jorrando do ponto de vista jurídico, das políticas e da construção programática desses novos desafios para, a partir daí, trazer essa adaptação e essa construção. Acho que essa é a mensagem principal do Ministro Herman Benjamin nesse sentido.

O que nós queremos hoje tentar trabalhar com os senhores?

Primeiro, dizer qual é o objetivo geral, o que é o REDD, que bicho é esse que está sendo construído e qual é a importância dele; segundo, qual é o cenário internacional de hoje e onde o REDD se situa; terceiro, qual é o contexto nacional; quarto, quais são as opções de reforma legislativa e os principais temas jurídicos que são prementes nesse processo, nessa construção; e, por último, deixar claro o trabalho que esta Casa tem feito no sentido da proposição de um caminho com o PL que está sendo discutido e que tem um contexto extremamente importante.

A Thaís, da Globe, quando das nossas conversas, nos falou muito intensamente da necessidade de que isso seja construído de forma que consigamos explicar o que é e qual é a razão de ser dessa história, qual é a importância, qual é o contexto em que está inserido em termos de país e no que pode ajudar a Casa a trabalhar nesses múltiplos cenários.

Por favor.

Os nossos pontos principais: pretendemos levantar o quadro nacional vigente sobre o REDD e o status legal e institucional dessas políticas no País; contribuir para o trabalho do Parlamento no estabelecimento de estratégias concretas e duradouras no âmbito da conservação ambiental; levantar os diversos pontos de abordagem, portanto tentarmos ser o

mais exaustivos possível nessas diversas abordagens e nos potenciais cenários de adaptação e construção; identificar as possíveis opções de reforma no curto e no longo prazos para a construção e operação de um mecanismo e de uma política nacional abrangente de REDD. Então não foi uma tarefa, digamos, tão simples assim, mas foi bastante instigante e nos levou a construir essa abordagem.

O que é REDD? Que bicho é esse? Que animal estamos olhando?

Em 2005 e em 2007, quando da Lei do Amazonas, de nº 3.085, já existia o princípio dessa história, que era aquela coisa do RED, com um dê só: redução de emissões resultantes de desmatamento. Portanto estávamos falando apenas do processo de desmatamento da floresta nativa, da floresta existente e da retirada de árvores e da cobertura vegetal. Esse era o entendimento àquela altura.

À medida que as coisas foram evoluindo e a floresta começou a ser entendida mais densamente, passou-se a entender também que a questão da degradação podia ter um papel importante, sobretudo quando vocês começam a pensar em termos de contabilização de carbono. Se carbono está estocado na biomassa, a degradação pode ser também um fator importante nesse contexto. O que significa dizer isso? Significa que eu tenho a floresta, mas alguém foi lá e retirou pedaços dela, retirou árvores, destruiu parte do ecossistema e, portanto, afetou a quantidade de carbono ali existente. Então a degradação se incluiu nesse contexto. Aí vem o segundo dê. Então, primeiro dê, desmatamento; segundo dê, degradação.

Mas, não contentes com essa construção, ainda foi necessário buscarmos uma sofisticação um pouco maior. Então o RED passou a alcançar uma dimensão...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Ludovino, só um instantinho.

Pedimos desculpas, mas o Dr. Herman Benjamin tem sessão de julgamento daqui a pouco e precisa fechar os detalhes de alguns votos que dará hoje à tarde.

Então, agradecemos a sua presença. Em nome da Comissão, muito obrigada.

O SR. LUDOVINO LOPES – Continuando.

Então com esse bicho que é o REDD, foi preciso começar a construir um conceito mais sofisticado, mas conciso. Depois de Bali, de Copenhagen e de Cancun, pois todas essas reuniões vieram agregando conceitos e sofisticação ao conceito, foi introduzido esse tema que hoje é o *plus*. Aquele sinal de +, que ninguém sabe o que é, significa a junção das reduções de desmatamento e da degradação, a conservação propriamente dita, o manejo florestal sustentável e a manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal. E isso é

tão mais importante quando fazemos a regressão e a interpretação disso com base, por exemplo, no art. 41 do novo Código Florestal, porque a definição que consta do artigo é exatamente a do REDD+. Então ele está como um espelho efetivamente, no sentido dessa construção lógica, dessa construção jurídica que estamos aqui discutindo.

Portanto estamos falando não só das ações de desmatamento, das ações de degradação, mas também – e vejam a importância disso, é a mudança conceitual – do manejo florestal sustentável, da manutenção e do incremento dos estoques. Então eu posso reflorestar, eu posso contribuir para que aquela floresta passe a ter efetivamente um grau de biomassa maior. E isso entra na minha conta, no conceito de REDD+.

Há uma vertente que faz incluir aqui também a questão das salvaguardas socioambientais. No REDD+ entraria de alguma forma esse conceito de cuidado com as questões socioambientais.

Por favor.

Por que isso é importante para o Brasil? Thaís, ajude-me depois, por favor, nessa questão.

Ele é um marco legal – e o Ministro Herman falou nisso de uma forma muito clara – que vai definir conceitual e operacionalmente os ativos ambientais e florestais, que são mais de 50% do território deste País. E aqui existe uma diferença conceitual fundamental, que é a seguinte: ao contrário da Europa e dos Estados Unidos, onde as políticas de construção pública da mudança de clima estão necessariamente lincadas à questão de combustíveis fósseis e à produção de energia, que são os vilões das emissões de carbono desses países, no Brasil o nosso cenário é oposto: por conta da matriz limpa de produção energética que ainda temos, o desmatamento e a degradação de florestas representam 70% das nossas emissões.

Então eu diria que não dá para copiar o modelo europeu e o modelo americano. A gente não pode fazer isso. A gente tem que ter uma solução nacional, uma solução própria para o Brasil para que isso aconteça.

Então, olhando o País, no mapa, fica claro que 50% deste País estão efetivamente dentro desse conceito de ativos ambientais e ativos florestais.

E outro ponto importante – talvez o *link* e a grande inovação da oportunidade de legislar e de construir esse mecanismo – é fazer um processo de construção transversal entre as nossas florestas públicas e as nossas florestas privadas. Isto é, capacidade de lincar essas duas realidades, transformá-las de uma forma eficiente para que tragam um novo modelo econômico, um novo paradigma para o País nesse sentido. Portanto, não só lincar a questão da produção, mas também a manutenção dos recursos naturais.

E aí os temas de titularidade – e o Ministro Herman já colocou isso para nós aqui –, os temas de transferibilidade, os temas de transacionabilidade, a capacidade de podermos transferir isso. Não basta só perguntar de quem é a terra; é preciso saber de quem é o direito, por exemplo, ao carbono, de quem é o direito à transferência desse carbono, de quem é o direito a receber os benefícios dessa transação. Vamos, então, ter que tratar da questão da forma de gestão, da conservação e da manutenção.

E mais importante e tão importante é como valoramos isso. Que tipo de ativo, que tipo de valor isso tem? Como precificar, como trabalhar nesse conceito de afetação ou de desafetação, para que essa coisa efetivamente se transforme e adquira um valor que possa ser, por exemplo – por que não pensar nisso? –, integrado ao patrimônio público dos nossos Estados, ser integrado com mecanismos e com estruturas e instrumentos capazes de responderem a esses desafios. O Amazonas já começou a fazer esse trabalho; o Acre também; o Mato Grosso há pouco tempo. As nossas legislações de mudanças de clima e serviços ambientais estão acontecendo pelo País. Então, nós precisamos cuidar dessa harmonia; precisamos cuidar da capacidade de essas novas soluções serem harmônicas, serem trazidas para uma solução conjunta.

E quais são os impactos sociais e ambientais, salvaguardas sociais e ambientais? Temos 30 milhões de pessoas vivendo da nossa Floresta Amazônica, temos outros milhões que dependem direta ou indiretamente da Mata Atlântica, dos outros biomas. E já há gente começando a conversar, Natalie, sobre uma coisa chamada *blue carbon*, que tem a ver com os manguezais e que é a junção entre o carbono verde e o carbono azul e que na verdade daqui a pouco daria o que eles chamam de *purple carbon*, carbono roxo. Então, há um conjunto de inovações que precisam ser tratadas.

Por favor.

Eu trouxe para vocês esses eslaides aqui para que a gente se situe no contexto internacional, e esse contexto internacional tem a ver com aquilo que a Natalie já disse sobre a evolução das Nações Unidas. O mecanismo sofreu modificações e atualizações e encontra-se ainda na mesa das discussões como um dos temas centrais da agenda climática.

E o ponto principal a que eu queria fazer referência aqui é que a indicação desse mecanismo, nas Nações Unidas, admite e sugere a possibilidade de começarmos a construir isso, do ponto de vista nacional, e de termos processos no íterim, que são processos que vêm na construção, ainda que não haja uma resposta nacional para isso, uma resposta subnacional ou uma

resposta a um nível jurisdicional inferior. Portanto, esse trabalho está começando a ser tratado.

Ontem, eu consultei o *site* das Nações Unidas, do Sustainable Development Solutions Network, e deparei, meus senhores, com a consulta pública dos Objetivos do Milênio. E na consulta pública – eu trouxe para vocês, porque eu achei muito interessante essa questão –, eles estão querendo incluir uma meta nova, a Meta 9, que é a Meta de Serviços Ecossistêmicos, Seguros, Biodiversidade e Gestão Adequada dos Recursos Naturais. E nessa meta o ponto principal é a valoração dos serviços ambientais. O nosso economista indiano Ruchir lutava por essa questão há muitos anos e conseguiu fazer incluir efetivamente nas metas os serviços ambientais.

Então, para lhes dizer de uma forma clara: o País, o Brasil e esta Comissão estão efetivamente discutindo o tema central e a inovação que está sendo colocada, quer do ponto de vista internacional, Senadora Vanessa, quer do ponto de vista nacional. Portanto, há uma comunhão e uma conjunção entre esses dois temas, o que está efetivamente trazendo o Brasil e pode trazer o Brasil para agenda principal que está sendo discutida nesse momento.

Por favor.

O contexto nacional, muito rapidamente, porque há muito texto. O que está é só dizer que, primeiro, 70% das nossas emissões vêm da floresta; segundo, que nós já temos legislação sobre essa matéria. A Lei 12.187, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, já estabelece essas metas, e o Decreto nº 7.390 – e a Natalie fez referência a essa questão também –, já tem essas metas voluntárias. E atenção porque nossa meta é extremamente ambiciosa: são 80% de redução para o bioma Amazônia até 2020, e 40% para o bioma Cerrado até 2020. E, meus senhores, não estamos tratando de qualquer coisa, não; são metas efetivamente bastante ambiciosas. E eu acho que aqui, e talvez esse seja um dos temas importantes, é preciso juntar forças, Natalie, para que todos possam efetivamente construir e serem capazes de trabalhar na conjunção dessa meta.

E eu trouxe o contexto nacional também. O art. 41 do Código Florestal, que o Ministro Herman colocou aqui, é talvez um dos avanços, talvez não, certamente um dos avanços mais importantes nesse sentido no País. E vocês podem verificar que não só o Código definiu o que é REDD, mas também criou os instrumentos necessários para a comercialização, os instrumentos necessários para os incentivos tributários e fiscais, os instrumentos necessários para a harmonização e a construção harmônica desse contexto em termos de sistemas para o País; portanto, integrando não só

aquilo que o Governo Federal, mas os governos estaduais e todos os outros entes federais deverão fazer, e trazendo essa harmonia, essa capa de construção, de robustez para o sistema brasileiro, baseado efetivamente aí numa estrutura legal.

É óbvio que a gente tem outros instrumentos legais extremamente importantes – o SNUC –; é óbvio que a gente tem outros instrumentos importantes, como o Plano de Desmatamento da Amazônia, o Plano de Desmatamento do Cerrado, um conjunto de normas que já estão aí e que já estabelecem linhas de ação. É óbvio que a gente já tem, por exemplo, um dos sistemas mais avançados e que é hoje líder e referência no mundo inteiro, como é o sistema Prodes do Inpe, que serve efetivamente de referência, por exemplo, para outros sistemas nacionais agora, que dão, por exemplo, para vocês entenderem, dez a vinte anos de história de referências geográficas, de imagens e de dados que são muito ricos para vocês poderem determinar o que vamos fazer com as nossas florestas e como é que essa coisa pode ser tratada do ponto de vista técnico, em termos da nossa biomassa e dos desafios do desmatamento nos próximos anos.

Por favor, o próximo.

E referenciar as nossas legislações já aprovadas. A lei do Estado do Acre, a Lei do Sisa; a lei do Estado do Mato Grosso, de janeiro de 2013, portanto, recente; e um projeto de lei que está em curso, Senadora, no Estado do Amazonas, em discussão já bastante avançada, que pretende efetivamente endereçar essa questão. E eu me ative aqui apenas – espero que compreendam – às legislações em cursos sobre REDD especificamente. Temos 17 ou 19 Estados já com legislações sobre mudança de clima e legislações específicas sobre os serviços ambientais também no Espírito Santo e em alguns outros Estados.

Queria fazer uma referência que me parece extremamente importante e ela advém do que estava pensando aqui sobre a questão da fala do Ministro Herman Benjamin. Esse *link* entre REDD e serviços ambientais é praticamente inexorável, e o caminho da construção desse processo está lincado, Senadora. Efetivamente a sugestão do Ministro relativamente à questão do decreto e à forma do tratamento disso pode fazer uma junção entre esses dois desafios pode, ela tem a capacidade de poder trabalhar essas duas questões e trazer para o País essa estrutura. E é um pouco nesse sentido que os Estados estão tentando desenvolver essas questões, pelo estudo que fizemos, isto é, incluir não só o REDD, mas também os serviços ambientais nesse cesto.

Então, quando se observa as legislações do Estado do Acre, do Mato Grosso ou do Amazonas, en-

contramos nelas não só o REDD propriamente dito, mas também a questão da biodiversidade, a questão do uso do solo, a que o Ministro se referiu ainda há pouco, a questão do conhecimento tradicional e um leque de serviços ambientais que está estruturado dentro dessas legislações. Então, eu acho que há aqui uma conjunção interessante que poderia ser trabalhada e aproveitada.

Queria referenciar também o trabalho e o esforço que o Ministério do Meio Ambiente – a Natalie já referenciou isso – tem feito. Foi constituído, em 2010, de um grupo de trabalho que começou a endereçar essas questões. Várias reuniões foram feitas, com dois ou três GTs de trabalho construídos. E muitas instituições no país participaram desta questão. Àquela altura também a sociedade civil se juntou e produziu aquilo que se chama de princípios e critérios dos REDD. Há alguém aqui na sala também participou bastante disso, o Plínio, que nos está assistindo aqui e que contribuiu para essa consolidação, para essa participação ativa.

Então, a discussão da política nacional de REDD efetivamente é um pilar extremamente importante, Natalie, dessa construção que tem ser somada ao esforço que eu creio que todos estão fazendo na construção desse novo mecanismo.

Então, REDD é um bicho estranho, sim, mas ele já tem contornos de várias organizações no país. Ele não está organizado. Ele não tem uma linha dorsal, um esqueleto – digamos –, uma espinha dorsal estruturada onde vocês encontrem essa estrutura, essa legislação totalmente definida. Ele já tem, eu diria, as cervicais C1, C2 e C3 começadas a ser desenhadas no Código Florestal e precisa depois das outras cervicais.

Vamos lá! Quais são as razões do nosso estudo? O que nós entendemos, o que a Globe entendeu que deveria fazer? Por que é importante trabalhar essas questões?

Primeiro, aumentar a segurança jurídica para os diversos atores públicos e privados envolvidos nessa questão de conservação florestal, na questão do REDD.

Segundo, instituir e oportunizar princípios e critérios relacionados a procedimentos técnicos de linha de base, níveis de referência, inventários, registros, salvaguardas socioambientais específicas para a REDD. E aqui vai um contexto que é efetivamente o contexto regulatório dessas medidas técnicas que são fundamentais. Por exemplo, a questão que já está iniciada com o Prodes, a questão da Lei 2.137, transferindo essas informações sobre a questão de linha de base.

E a fala da Natalie sobre a questão de inventário, de registro de contabilidade – na verdade, Natalie, estou fazendo uma interpretação da sua ponderação sobre contabilidade – é fundamental para que o País tenha

uma referência, isto é, para que todos os entes, mesmo que queiram fazer coisas um pouco mais inovadoras, possam se referenciar no inventário, no registro, na contabilidade, salvaguardas que podem efetivamente levar à interpretação correta, Natalie, dessa matriz de impactos ambientais. Quer dizer, é uma matriz de impactos florestais; como é que a gente mede essa coisa, se todos estão caminhando efetivamente para o mesmo lugar e de que forma?

O terceiro ponto é harmonizar regras aplicáveis para o mecanismo REDD no âmbito nacional entre os diversos entes da federação, definindo o quadro institucional regulatório, os instrumentos financeiros de captação e os mecanismos de repartição de benefícios.

O Ministro falou aqui sobre a questão de benéficos econômicos e não econômicos. Isso é extremamente importante, porque nem sempre o resultado final que se espera dessas políticas são benefícios econômicos.

Também precisamos efetivamente de desenhar... E o Ministério da Fazenda tem feito um trabalho extremamente grande nesse sentido. Quais são os mecanismos financeiros? Quais são os endereçamentos para isso? Temos vários modelos, vários fundos de natureza pública, mas, talvez, não tenhamos modelos híbridos que possam juntar o público ao privado, nem tenhamos talvez modelos privados que possam trazer a questão para dentro da mesma filosofia e da mesma referência.

E, por fim, consolidar uma política nacional de conservação florestal transversal entre público e privado no país. Quer dizer, essa questão está nessa junção das águas do rio, como lá no Amazonas, com as duas águas se juntando rumo ao mar.

Então, essa figura de estilo talvez possa nos ajudar a entender o quanto nós podemos caminhar juntos e transformar isso numa política consolidada para o País, porque, na verdade, não estamos construindo, Senadora Vanessa, algo para durar um ano, dois anos, três anos. Estamos construindo algo para durar décadas e disso efetivamente vai depender a dinâmica econômica e a mudança de paradigma econômico do País nesse sentido.

Então, como é que nós tentamos ser pragmáticos, se é que é possível ser pragmático para um advogado e para um estudo dessa natureza? Olhar o que já existe hoje, a legislação vigente: a Constituição Federal, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o SNUC, o Estatuto do Índio, o Código Florestal, todos. Nós fizemos um levantamento que tentamos fosse o mais extensivo possível.

Olhar as reformas de curto prazo. O que podemos fazer de imediato? O que podemos trabalhar em

conjunto de imediato? E chamarmos isso de reformas infralegais.

Olhar as reformas de longo prazo. O que devemos fazer na consolidação do futuro e nesta estrutura que está aqui?

Gostaria de dizer que essa imagem, na verdade, Senador Jesús, não é do Brasil, é do México. Então, estamos usando uma imagem mexicana para darmos rumo ao Brasil, o. k? É de Tuxtla, em Chiapas.

E, nessa visão desse desafio, desse caminho ao longo do tempo, como é que tratamos cada uma dessas questões?

Por favor.

Bom, tínhamos que ser, de alguma forma, pragmáticos e fazer essas abordagens de reforma. Então, olhamos cada um dos temas e tentamos dividi-los entre opções destacadas de curto prazo, com enfoque na construção do mecanismo e na regulação desse mecanismo, e opções destacadas para a reforma legal de longo prazo e que necessitariam, por exemplo, de uma lei em que se teria um ato mais complexo do ponto de vista formal.

Aqui estamos falando de decreto; aqui estamos falando de leis que precisariam ser estruturadas ou de opções que precisam ser refeitas.

E isso vem, Senadora Vanessa, exatamente ao encontro daquilo que o Ministério estava ponderando ainda há pouco. Como é que a gente trabalha cada um desses níveis? Como é que a gente trabalha cada uma dessas abordagens? Quais são os temas mais prementes do nosso trabalho e do estudo que a Globe fez, escutando mais de 11 pessoas e setores no País, tentando consolidar essas visões conjuntas? Quais são os temas principais?

Aqui há alguns arranjos institucionais, a regulamentação do art. 41 do Código Florestal, a constituição do sistema, natureza jurídica, titularidade, modificação da política nacional, inclusão no projeto de lei que institui o Sistema Nacional de REDD, de forma consagrada, vários itens dentro dessa estrutura. E selecionamos alguns pontos e alguns temas para trabalhar.

Por favor, a próxima.

Quais são? Por que esses temas e qual a importância deles dentro desse contexto? O primeiro tema é a natureza jurídica de titularidade atrelada à REDD.

O Ministro já nos disse a questão da dominialidade, a questão da relação com a terra, a questão dos direitos e dos deveres emergentes desse contexto. E foi bastante interessante para nós olhar isso não só do ponto de vista da Carta Magna, mas também do ponto de vista dos desdobramentos que essa questão tem. Por exemplo, o desafio que é tratar dos povos indígenas e das terras indígenas e como fazer esse equilíbrio

entre o usufruto exclusivo dos recursos naturais que cabem aos povos indígenas e a titularidade da terra, que é da Federação.

Como fazer essa cisão e diferença entre o que é floresta privada, como o proprietário privado pode desenvolver essa estrutura e como, de alguma maneira, também pensar não só na pergunta “quem é o titular da terra?”, mas também “quem é o titular do direito ou do serviço ambiental ou, por exemplo, do carbono?”, “quem é o titular do direito?” ou “quem pode exercer a transferibilidade?”. Por exemplo, vai ser impossível, na contabilidade ambiental e no registro, fazer a transferência desse ativo ou desse bem, se não houver uma cadeia de transferência e uma clareza sobre essa questão também.

Quem, ao final, que tem o direito a receber o benefício desse esforço? O Ministro Herman já nos disse, do ponto de vista do Código Florestal, que o titular e o beneficiário dessa coisa, em termos de prioridade, é o agricultor familiar.

Mas, em relação ao carbono, por exemplo, quais são os dilemas que temos que enfrentar e como realçar esses dilemas? Então, a natureza jurídica e a titularidade nos pareceu um tema fundamental que precisava ser analisado e foi destrinchado dentro desse processo.

A repartição de benefícios e mecanismos financeiros. De novo. Já falamos sobre isso. É claro que é importantíssimo desenhar isso. Há mecanismos nas várias nuances, nas várias camadas que precisam ser estruturados, para não trazerem isso mais como um ônus para o Estado. Também é preciso transformar isso e deixarmos apenas de colocar todas as nossas fichas na expressão “pagamento”. É preciso começar a pensar na expressão “incentivos” também. É preciso começar a desdobrar essas coisas.

O México já começou a fazer esse trabalho, porque isso efetivamente pretende mudar o conceito. Se se amarra isso ao conceito de pagamento, amarra-se isso a uma concepção que, no futuro, pode efetivamente prejudicar o desenvolvimento, o alcance e a escalabilidade dessas políticas.

Os arranjos finais são fundamentais. Então, é preciso esse equilíbrio institucional. E arranjos finais que não só reflitam a capacidade da sociedade, de todos os agentes envolvidos poderem trabalhar em conjunto, mas também a capacidade de saber quem regula, quem supervisiona, quem monitora, quem acompanha e quem efetivamente tem a capacidade de poder estruturar e criar essas regras.

As salvaguardas socioambientais, a participação pública e o ordenamento territorial. Estamos falando efetivamente de uma construção que pretende ordenar territorialmente o País no sentido do que pode ser

aproveitado. Quais são as áreas que podem ser aproveitadas para gestão, para valoração e para criação desses novos ativos econômicos e desses novos ativos de que o Brasil pode efetivamente fazer uso? Então, quanto ao ordenamento territorial é fundamental entender como estão as políticas de desmatamento, o PPCDAm, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, as articulações dessas políticas, o trabalho que estão sendo feito por baixo do Decreto 7.290 no sentido da criação dos planos de ação setoriais? Como é que essa coisa se casa?

Os níveis de referência e medição reportam à verificação. Então, na característica técnica, o que é preciso fazer nesse sentido?

E fundamentalmente há um tema que tem a ver com como é que vamos encarar isso: é um sistema único ou um sistema único que integra os diversos níveis estaduais, municipais? E qual é a forma de estruturar isso? Aquilo que eles estão chamando de um sistema aninhado ou *nested system*. Uma abordagem aninhada é uma abordagem integrada, que tem desafios imensos, não é, Natalie? Então, há um conjunto de desafios técnicos que precisam garantir fundamentalmente a integridade ambiental. A gente não pode vender duas vezes a mesma coisa, a gente não pode transacionar duas vezes a mesma coisa, a gente não pode contabilizar, para começar, duas vezes a mesma coisa.

E como é que a gente faz com que isso aconteça, de forma que os efeitos sejam efetivamente os efeitos das políticas públicas que o País pretende que aconteçam?

Por fim, qual o dilema e quais os desafios na implementação e cumprimento dessas políticas? Como é que elas efetivamente estão estruturadas no País?

Em cada um desses temas, nós fizemos o seguinte: qual é o *status* atual? O que está acontecendo? Qual é a legislação? Quais são as perspectivas de regulação a curto prazo e as perspectivas de regulação a médio e longo prazo? Que instrumentos podem ser utilizados, visualizando cada uma delas? E, para cada um deles, a gente um quadro, um gráfico. E aí vem uma das críticas da densidade. A gente foi destrinchando cada um deles entre essa estrutura.

Por favor.

Bom, natureza jurídica e desenvolvimento. Eu não queria cansá-los com temas jurídicas, com questões, mas, na verdade vamos passar rapidamente aqui. Opções. Na verdade, eu queria que vocês pensassem em termos de opções. Nós tentamos abrir, Senadora Vanessa, todas as opções para que a Casa pudesse trabalhar, pudesse olhar cada uma delas e dizer: “Olhe,

esta é melhor, esta é pior, esta tem mais esta vantagem, esta tem aquela desvantagem”.

Então, quais seriam os pontos de alteração, por exemplo, aqui? Alteração da Política Nacional sobre Mudança do Clima, definição do PL que institui o Sistema de REDD, clarear a natureza jurídica, titulados, qualificação dos certificados de REDD; enfim, um conjunto de temas que se prendem a essa natureza jurídica e a forma como ela pode ser desdobrada no seu processo operacional; não é só a natureza em si propriamente dita, mas o processo operacional.

Por favor, o próximo.

Repartição de benefícios e mecanismos financeiros – opções destacadas pelas formas legais: princípios e critérios para os benefícios em áreas públicas, definição dos princípios e critérios mínimos para a produção de coisas locais. Há um conjunto de regras que já estão definidas na Constituição. A gente já encontra regras no Estatuto do Índio, na Convenção da OIT, há regras em um conjunto de legislações esparsas. Elas precisam ser concatenadas, elas precisam ser juntadas e encontrar um lugar onde a gente possa visualizá-la e trabalhá-las em conjunto. esse, sim, esse é um desafio extremamente importante.

Mecanismos financeiros – constituição de fundos públicos ou de fundos públicos e privados. Há um eslaide a seguir – por favor, passar ao próximo – que reflete um pouco a complexidade. Acho que o trabalho do Ministério da Fazenda tem sido extremamente importante e vai ser mais importante ainda para se saber onde é que estão os recursos possíveis para a gente poder trabalhar essas coisas.

Vejam. Captação pública, orçamento e fundos públicos, bancos de fomento e doações. Um critério extremamente importante que tem acontecido nos últimos tempos é que as doações que nós estamos percebendo e recebendo não são mais doações sem encargo; elas são doações sujeitas, normalmente, a *performance*. É, mais ou menos, aquela história: “Eu vou doar para você a minha mansão, o meu castelo, mas você tem que cuidar dos meus gatinhos durante o período de tempo que você, efetivamente, estiver lá.” Isto é, eu doo para você, mas você vai ter que demonstrar que está fazendo isso. Então, eu recebo condicionado a um ônus, a um encargo, a uma *performance*.

Esse é o caso, claramente, do Fundo Amazônia, em que se tem que, efetivamente, comprovar a capacidade de ter, efetivamente feito o esforço de desmatamento. Então, não existe mais esse dinheiro que vinha doado, sem sabermos o que vai acontecer com ele, sem sabermos qual é, efetivamente, a sua destinação. Essa é uma mudança conceitual que traz o discurso e a necessidade de análise dele para a *per-*

formance, para a capacidade de termos um registro, um inventário, uma capacidade de demonstrar isso de forma clara para os nossos doadores, para os nossos beneficiadores, nesse sentido. A captação privada, também com doações, está cada vez mais se limitando e ela também quer saber para onde vai o seu recurso. Ela quer saber como é aplicado, qual a transparência desse processo.

Sistemas como empréstimos e dívidas também é possível fazer, também é possível captar recursos nesses mercados, só que os riscos associados a isso têm que ser diferente. Eles precisam ter o ativo, eles precisam ter a valoração, eles precisam ter um conjunto de outras coisas. Não é tão fácil assim. É muito complicado, é bem mais complicado, mais complexo fazer isso, mas é possível.

Fundos de investimentos. Estão começando a aparecer vários fundos, Senadora Vanessa, de natureza internacional, cuja função é, efetivamente, a questão da conservação, a questão da manutenção dos recursos naturais. Eles podem ser, dependendo da forma como essas opções forem tratadas, também um dos caminhos – ou não – para trabalhar essas questões.

Outro ponto – e aqui a inovação é fundamental também – é a captação público-privada, esses modelos híbridos de transformar sistemas e projetos que têm que durar por décadas, em uma capacidade conjunta de colaboração entre os modelos públicos e os modelos privados. O Brasil já tem exemplos fantásticos nessa questão, como a Petrobras, que é um modelo público-privado em sistemas diferentes.

Temos condições de caminhar nessa abertura de novas oportunidades, nesse sentido. E consórcios, empresas de fim específico por aí afora. Nós tentamos buscar esses elementos em outros lugares do mundo, em outras modalidades que estavam à disposição da legislação brasileira. Por exemplo, o modelo híbrido cabe dentro de uma coisa que está acontecendo que é uma sociedade de economia mista, por exemplo.

Então, há alguns modelos que podem, efetivamente, trabalhados aí. Sendo assim, toda aquela panóplia de recursos pode ser utilizada, pode ser trabalhada e transformar isso de um ônus ou de um encargo em algo que seja transformado do pagamento para incentivo propriamente dito e conseguir buscar recursos que não estavam pensados no passado.

Por favor.

Fizemos um desenho, Senadora Vanessa, do que é o arranjo institucional hoje, e, nesse desenho, tentamos colocar todas as peças e identificar onde seria possível fazer ajustes no curto prazo e no longo prazo, o que é algo, também, complexo. Então, o desenho está aí, a coordenação, a Comissão Interministerial de

Mudança Global do Clima, o Grupo Executivo sobre Mudança do Clima, o Núcleo de Articulação Federativa, o MMA, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o MCTI. Enfim, um conjunto de instituições, que têm hoje as competências, e algumas referências de reforma infralegal, que estão à direita no quadro – não estou conseguindo colocar. Enfim, essas sugestões são de alteração no decreto federal que constitui o grupo executivo, no próprio art. 41, do Código Florestal, transformando o Código Florestal, trazendo essa arrumação do Código Florestal em conjunto com o sistema que já existe hoje. Enfim, e uma reforma legal de longo prazo, com a criação de um órgão especial, por exemplo, que deve ser uma agência, ou algo que pudesse ter a capacidade de regular isso no ponto de vista nacional, mais duradouro, mais perene, mais permanente.

Por favor, o próximo.

Salvaguardas e participação pública – as opções destacadas. Então, há questão da regulamentação da lei de acesso à informação, que já está aí estruturada, mas que podem ser regulados a alguns pontos específicos; as opções de inclusão de princípios e critérios de salvaguardas no projeto de lei, no PL, que está aqui nesta Casa; a delegação de competências para regulamentar critérios e princípios, uma instituição com competência para elaborar essas normas técnicas. Aí vem o quadro institucional, que já está presente hoje, ao qual se pode atribuir algum daqueles órgãos ou aquelas instituições. Então, fizemos um trabalho de depuração disso também, encontrando caminhos para que isso pudesse acontecer da melhor forma.

Por favor, o próximo.

Ordenamento Territorial. Encontramos, fundamentalmente, um tema que é atribuição das funções a um órgão já existente por meio da regulamentação do art. 41 do Código Florestal; consolidar um instrumento de integração dessas atividades e determinar as áreas apropriadas para os diferentes tipos de ações e seus autores. E falamos de ordenamento territorial mesmo. Quer dizer, quando vamos trabalhar o País e cada um desses locais, dessas realidades geográficas diferentes.

Por favor.

Não quero cansá-los, mas vamos lá!

Mensuração, reporte e verificação. Integração e abordagem aninhada nos vários níveis jurisdicionais. Como isso vai acontecer? Qual é o nível de graduação, o nível de integração de cada um deles? Quem vai ter essa contabilidade? A Natalie perguntava: “É uma contabilidade única, ou a gente vai ter que ter a contabilidade também nos Estados porque eles conhecem, sabem o que está acontecendo no terreno, sabem o que está acontecendo no seu território? Como a gente integra isso? Eu chamo a isso de integração,

vamos dizer, quase como – se perdoarem a expressão – uma cebola. Se fica muito perto da cebola, você não consegue enxergar toda ela; então você tem que entendê-la por camadas. Esse dilema é extremamente importante, porque ele tem a ver com o respeito ao que já existe hoje na legislação do País e às funções e às competências de vários entes jurisdicionais que estão dentro da esfera nacional. Quem cuida da floresta, quem cuida dos ativos e como essas funções podem ser trabalhadas de forma mais eficiente, mais eficaz.

Opções destacadas: detalhamento das normas referentes ao processo de construção, níveis de referência, linhas de base. Tudo isso é linguagem muito técnica, mas, na verdade, é o seguinte: qual é a projeção que nós temos para o futuro do desmatamento e da degradação? E qual é o nível com que nós vamos acreditar nessas coisas? Quer dizer, como é que isso vai acontecer?

Um tema que está ali dentro escondido é: para quem essas coisas vão ser creditadas? Para o Governo? Para os Estados? Para a iniciativa privada? Como essa coisa vai acontecer, dependendo do tipo de abordagens que forem feitas? O leque é muito grande e precisa de uma decisão.

Opções destacadas para a reforma legal: normas referentes ao processo de construção, com inclusão, por exemplo, no projeto de lei que está nesta Casa, dessas normas.

Por favor.

Implementação e cumprimento. Critérios e exigências mínimas de programa e projetos; previsão de incentivos no PL e um conjunto de outras questões que precisa ou pode ser colocado dentro dessa estrutura.

Por favor, o último.

Queria colocar-lhes uma conclusão a que chegamos no trabalho, que é, basicamente, a seguinte: ao projeto que está na Casa – uma das intenções do trabalho é ajudar – poderemos contribuir no sentido de trabalhar essa questão. Ele já traz um conjunto de questões extremamente importantes, que estão colocadas nessa discussão. Ele identifica e controla os vetores de desmatamento; identifica as medidas de redução de emissões; faz a realização de estimativas das emissões antropogênicas; estabelece sistemas de monitoramento; faz a definição de níveis de referência por bioma, Estados e Municípios; faz o cálculo das reduções efetivas; define a implementação do sistema nacional de registro das reduções efetivas de emissões; trata da implementação de programas e projetos nacionais, regionais e locais; cria – na verdade, abaixo dos eslaides há algumas outras linhas – um conselho de REDD; e pode integrar algumas questões aqui. Pode integrar a questão da composição dessa comissão no

sentido paritário, no sentido de quem são os atores que vão trabalhar nessa questão; ele pode trabalhar a questão dos mecanismos de mensuração, comunicação e verificação; ele pode trabalhar um conjunto de outros temas que estão elencados na nossa discussão.

Terminando...

Por favor. Prometo-lhes que este é o último eslaide.

Quais foram as nossas prioridades identificadas? Primeiro, a natureza jurídica desses certificados e a regulamentação da transferência e a distribuição de benefícios, com especial enfoque na questão dos povos indígenas e comunidades tradicionais como potenciais beneficiários dessa questão.

Segundo, a participação e arranjos paritários deliberativos e, portanto, o arranjo institucional. Como é que essa coisa vai funcionar?

Terceiro, consagração legal de salvaguardas socioambientais.

Quarto, mecanismos financeiros e econômicos. Estamos trabalhando com o mercado ou não mercado? Estamos trabalhando só com compensação? Estamos trabalhando com doações, ou estamos trabalhando com transações que têm investimentos e fundos e financiamentos aplicados?

Quinto, regulamentação do Mercado Brasileiro de Emissões, tratamento dos componentes mínimos de um mercado (registro, elegibilidade, fundibilidade, não duplicidade, rastreabilidade, transparência, etc...).

Sexto, harmonização dos vários níveis jurisdicionais e o arranjos nacionais e subnacionais. Como é que essa coisa se integra como um todo? Como é que essa coisa se constrói como uma política nacional única e que leva o País, efetivamente, a um novo modelo, a uma nova dimensão relativamente à forma de tratar os serviços ambientais, os ativos ambientais?

Legislar sobre o REDD não é só legislar sobre florestas; é, também, legislar sobre essas opções que estão sendo discutidas, sobre valores ativos ambientais, um novo sistema que está acontecendo, e, voltando atrás, ao meu eslaide dos Objetivos do Milênio, os objetivos das Nações Unidas, integrar o Brasil nesse novo cenário e nessa nova forma de entender o valor dos recursos naturais e o valor das florestas no mundo.

Este é o desafio que está colocado.

Tentei se, o mais conciso possível. Não sei se consegui.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nesse momento, Dr. Ludovino, não sei se economizar tanto tempo faria bem. Quero comunicar que toda essa sua exposição já está disponibilizadas no *site* do Senado Federal, na página da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Antes de passar a palavra ao nosso relator, eu gostaria de passar a palavra, rapidamente, para uma breve saudação, aos nossos dois assistentes, os dois Senadores mexicanos que estão conosco.

Quebrando o protocolo da Casa, faço questão de passar a palavra ao Senador Luis Sánchez, que é o Vice-Presidente do Senado mexicano.

O SR. VENACIO LUIS SÁNCHEZ JIMÉNEZ – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*).

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador, nem sempre é assim, porque a gente também, na maioria das vezes, tem que atender o urgente, mas a gente faz um grande esforço para atender também aquilo que é importante. É uma luta diária. Tenho certeza de que tudo isso que foi debatido aqui – a necessidade de atualização da legislação, mudanças em alguns aspectos e harmonização, que eu considero a principal... De acordo com o planejamento da nossa comissão, teremos, ao final do ano – já conversamos com o Dr. Ludovino –, um grande seminário envolvendo Parlamentares estaduais, cujo objetivo central será a discussão da harmonização da legislação brasileira, sobretudo de mudanças climáticas.

Passo a palavra agora ao Senador Jesús Casillas, que coordena a iniciativa florestal da Globe Internacional.

O SR. JESÚS CASILLAS ROMERO – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*).

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Muito obrigada, Senador Jesús. Nós é que estamos muito agradecidos com a presença dos senhores aqui. Nós sabemos que há uma delegação bem maior, em torno de sete Senadores e Deputados Federais. Vamos fazer um grande esforço, Deputado Sarney, para que a gente possa chegar a retribuir essa visita, indo até o México.

Eu gostaria, antes de passar a palavra para o nosso último orador, Deputado Zequinha Sarney, apenas, para a gente perceber, Dr. Ludovino, como a consciência ambiental cresce a cada dia no Brasil.

Eu acabo de receber um ofício da Articulação de Mulheres Brasileiras, Senadora Serys. A articulação é de uma entidade de mulheres do Brasil, que pede uma reunião com a Procuradora da Mulher do Senado, que, por acaso, sou eu. No meio do ofício, diz “visando a democratização do poder, a igualdade, a liberdade e a justiça socioambiental”. Então, ver um movimento popular tratar de meio ambiente é algo fenomenal, é algo fantástico, que não existia até pouco tempo. Então, para a gente é muito gratificante.

Por último, antes de passar a palavra para o Senador, quero dizer que a Casa Civil da Presidência da República foi convidada para participar desse evento, entretanto encaminhou um ofício dizendo que estaria bem representada com o Ministério do Meio Ambiente. Mas não pensamos exatamente assim. Não pensamos e, na próxima reunião, vamos falar sobre esse assunto, que é a participação mais efetiva da Casa Civil e do Ministério da Fazenda do Brasil, porque todas as informações que temos é que tudo para lá. Então, muitas vezes, o próprio Ministério do Meio Ambiente aprova, concorda, assim como o Parlamento, mas tudo para lá. Mas isso fica para a nossa próxima reunião administrativa.

Com a palavra o nosso Relator, o ex-Ministro do Meio Ambiente do Brasil, Senador José Sarney Filho. Deputado, Senador não. Senador é o pai dele.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (PV – MA) – Já é a quinta vez me chamam de Senador aqui. Deixa a moda pegar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Deixe-me explicar aos convidados. É porque o pai dele, ex-Presidente da República, é Senador muito querido por todos nós. Mas aqui está o filho. Vamos lá, Deputado.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Senadora Vanessa, senhoras e senhores membros da Mesa, Senadores do México, amigos e amigas presentes, primeiro gostaria de ressaltar a importância desta audiência pública de hoje.

Foi tratado o tema do REDD+ com muita profundidade. Acho que nos deu algumas linhas de ação sobre as quais, certamente, vamos nos debruçar no relatório que vai ser elaborado a esse respeito.

O Herman Benjamim não está mais aqui, mas não poderia deixar de elogiar a sua clara exposição, seus conhecimentos jurídicos e de dizer que ele é um companheiro da causa socioambiental e também do consumidor. Ele tem opinado aqui na Câmara há muito tempo. Antes de ser Ministro do Superior Tribunal de Justiça ele já opinava. Foi um dos colaboradores no Código de Defesa do Consumidor e tem sido um colaborador muito grande do nosso Congresso no que diz respeito à elaboração de leis de cunho socioambiental. Portanto, embora com sua ausência, a gente tem de registrar a nossa satisfação e elogiar mais uma vez a clareza das suas palavras.

Gostaria, também, de agradecer e de ressaltar o trabalho muito bem feito do professor Ludovino Lopes. Quero dizer que esse trabalho, que essa exposição já está incorporada, obviamente, ao nosso relatório como um dos anexos. Vamos, também, nos debruçar a esse respeito.

Senadora Vanessa Grazziotin, não tenho perguntas. As perguntas que tinha fiz logo porque sabia que o Ministro Herman iria sair. Fiz as perguntas durante sua exposição, e ele pôde esclarecer alguns pontos que, evidentemente, ainda vão ser objeto de uma discussão mais aprofundada, principalmente no que diz respeito a áreas de preservação permanente e de reserva legal, ou seja, àquelas que se constituem por força da lei. Qual o tratamento que deve ser dado? Ainda é uma questão sobre a qual ele mesmo, em alguns aspectos, disse que não tinha muita clareza, que precisava ser convencido. É preciso que a gente discuta mais essa questão, porque é uma questão fundamental não só para a manutenção dos serviços ambientais dos nossos ecossistemas, mas também para o sequestro e para a manutenção de carbono.

Gostaria – e inclusive recebi essa notícia há pouco, quando me ausentei da Mesa – de registrar que, para nossa tristeza, a Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou, agora pela manhã, em decisão terminativa, a expansão do plantio da cana-de-açúcar na Amazônia Legal e também, segundo o que me foi informado, para o Cerrado e para os Campos Gerais. Acho que no momento em que estamos presenciando o recorde, nos últimos três milhões de anos, de emissões de gases do efeito estufa, com a emissão de 400 partículas por milhão de dióxido de carbono, no momento em que até os jornais tradicionais, que não são muito afetos a esse tema – por exemplo a *Folha de S. Paulo* ontem fez um editorial sobre esse assunto, no momento em que, como temos falado aqui, já não se discute nem tanto mitigação, mas adaptação a essas mudanças climáticas, a Comissão de Meio Ambiente do Senado, presidida pelo Senador Blairo Maggi, que infelizmente não está aqui neste momento, aprovou essa matéria.

Nós vamos, evidentemente, nos debruçar sobre isso. Acredito que isso terá repercussões também muito ruins sobre o Pantanal. Evidentemente, é preciso que os Estados do Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul tenham clareza do que desejam. Tenho certeza de que a melhor possibilidade de desenvolvimento socioambiental é justamente o ecoturismo, a exploração das belezas, a exploração das riquezas, da biodiversidade do nosso Pantanal, que já está ameaçada, também, pelas PCHs, que são verdadeiros cancros das águas no Brasil, que precisam também... E nós temos nos debruçado sobre esse assunto na Comissão de Meio Ambiente.

Portanto, Senadora, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª, que é uma Senadora de prestígio e querida na Casa, para que a gente pudesse recorrer dessa decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente e levá-la

ao Plenário do Senado, para termos mais tempo para discutir e que, ao mesmo tempo, essa decisão não fique afeta apenas aos membros de uma Comissão, mas de todo o Senado. Certamente, também, na Câmara, vamos fazer amplas discussões a esse respeito. Mas é uma péssima sinalização.

Por outro lado, já mudando de assunto – mas não poderia deixar de registrar esse acontecimento – quero parabenizar a Globe Internacional e todos os seus membros aqui presentes. Quero dizer que esse estudo vai ser de grande importância no sentido de balizar a nossa atuação no Legislativo, pelo menos a atuação dos Parlamentares ligados à causa. Quero registrar que é importante esse tipo de parceria com órgãos internacionais fortes e com representantes do Parlamento, porque, como a gente tem visto, o esvaziamento do Poder Legislativo vem ocorrendo no sentido de promover uma legislação própria, no sentido de ser o Poder que representa realmente a força da vontade da nação. Isso tem ocorrido não só aqui no Brasil, mas no mundo todo. Portanto, são importantes essas parcerias legislativas para que a gente possa fortalecer o Legislativo global. Então, é muito bem-vinda a participação da Globe Internacional aqui na nossa reunião e na parceria que tem sido feita.

Na Rio+20 também fizemos uma parceria. A Frente Parlamentar Ambientalista teve uma ação conjunta. Gostaria, até, de fecharmos mais esse tipo de ação. Já foi importante e essa contribuição, seguramente, como já disse, vai nos ajudar a encontrar um caminho que seja o mais adequado para essa legislação tão importante. Isso significa a gente usar de instrumentos econômicos para manter os nossos ecossistemas prestando serviços ambientais. É bom lembrar que a vertente comando e controle já está chegando a um esgotamento. Não dá mais para você ficar só na lei e na fiscalização; tem-se de encontrar instrumentos econômicos que possam garantir, realmente, a redução do nosso desmatamento e uma nova visão, dentro da economia verde, para o desenvolvimento do nosso País.

Era isso, Presidente. Agradeço mais uma vez e parabenizo os expositores e a expositora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Agradeço ao nosso Relator, Deputado Zequinha Sarney, pelas observações.

Alguns questionamentos que certamente a gente tenha aos nossos convidados poderemos fazer, pelo adiantado da hora, por escrito, inclusive para a representante da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas. Falo de alguma questão importante. Segundo foi dito aqui, e repassado, foi concluído num trabalho de mais de um ano de um grupo que trabalhou sobre a questão do REDD, com posicionamentos em relação

aos projetos, em relação às medidas que o Governo Federal deve adotar. Gostaria que nós desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas pudéssemos ter acesso. Já fica aqui um requerimento verbal, que a gente pode formalizar. Mas, independentemente da formalização, que chegasse para a gente essa posição do Governo. Isso é muito importante, principalmente diante das outras explanações feitas aqui. São tarefas de todos nós, do Poder Executivo e também do Poder Legislativo.

Vamos abrir mão das considerações finais. Já são quase 14h, o plenário já está quase abrindo. Deputado, está em plena votação o Plenário da Câmara. Então, agradecendo à audiência de todos e aos nossos convidados principalmente, encerramos a nossa reunião.

Convidamos para a próxima reunião, na próxima terça-feira, dia 21, cujo tema será Cadastro Ambiental Rural. Será um tema específico. O Ministro Herman Benjamin já confirmou que estará conosco novamente. A reunião será na Câmara dos Deputados, com a participação da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Muito obrigada a todos.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, SENDO A 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 06 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e três de maio do ano de dois mil e treze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Amorim e Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro e dos Deputados Fernando Ferro, Hugo Napoleão e Alfredo Sirkis, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de Audiência Pública para debater o tema: “opções de Mitigação

de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores-Chave do Brasil”, em conformidade com o Requerimento nº 2, de 2013, da Comissão, aprovado em 23 de abril corrente, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Aloísio de Melo, Coordenador Geral – Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Adriano Santhiago de Oliveira, Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Denise Hamu, Representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Em seguida, passa-se a Presidência ao Deputado Fernando Ferro. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Eduardo Amorim e os Deputados Fernando Ferro e Alfredo Sirkis. O Deputado Fernando Ferro passa a Presidência ao Deputado Alfredo Sirkis. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Ao final, a Presidência submete à apreciação extrapauta o seguinte Requerimento no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 4, de 2013-CMMC**. “requer, nos termos regimentais, convite ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Senhor Marco Antonio Raupp, para apresentar o Relatório de Atualização das Estimativas de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE)”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

Notas taquigráficas

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdOB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª sessão conjunta das comissões, sendo a 9ª reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional e 15ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização Financeira e Controle.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Bom, nós estamos aqui, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas e a Comissão de Meio Ambiente, reunidos, tendo como pauta audiência pública para tratar do tema “Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil”. Os convidados, que já estão à Mesa e a quem nós agradecemos antecipadamente, são: Dr. Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Dr. Aloísio de Melo, Coordenador-Geral da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – muito obrigada pela presença; Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, que é do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; e Drª Denise Hamú, representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Como a nossa reunião é conjunta, eu vou passar a palavra para o presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente, mas antes falo da nossa alegria de estarmos debatendo o tema hoje aqui, porque, na realidade, é o primeiro momento em que nós vamos debater este assunto. É o lançamento hoje desse programa levado a cabo durante algum tempo e construído pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Então, para nós é uma honra e um prazer estarmos as duas comissões reunidas, duas comissões que tratam do tema aqui no Senado Federal, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, debatendo pela primeira vez este tema tão importante que, na realidade, são os planos setoriais. É uma contribuição para os planos setoriais. Então, desde já, a gente agradece a presença de todos.

Passo a palavra agora a quem vai dividir comigo a condução dos trabalhos, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Bom dia a todos. É um prazer muito grande. Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Aqui estamos representando o Presidente da Comissão, o Senador Blairo Maggi, que, neste momento, se encontra em outra Comissão dando uma palestra. Portanto, tentamos aqui representá-lo.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos, a contribuição de todos, foi um debate tão importante. Com certeza, muito profícuo e atual. Precisamos, sim, cuidar da nossa casa, que é o Planeta. É o nosso compromisso com as gerações não só com a nossa, mas, sobretudo, com as gerações vindouras.

Parabenizo todos, de forma antecipada, em nome do Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Senador Blairo Maggi.

Devolvo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, já que, pelo adiantado da hora, estamos atrasados em relação ao horário previsto de início.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Amorim. Nós vamos começar a nossa audiência pela ordem.

Dr. Adriano, podemos começar com o senhor?

Temos quatro expositores. Senador Aloysio, seja muito bem-vindo.

Iniciamos a nossa reunião e estamos debatendo a mitigação em setores importantes, uma reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Mudança Climáticas.

Então, como são quatro expositores, vamos ficar em torno de 15 minutos para cada um. Talvez o Dr. Nobre precise de um pouco mais.

Quem vai apresentar? O Roberto. Perfeito.

Então, vamos ficar com os 15 minutos.

Dr. Adriano.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA –

Muito obrigado, Senadora Vanessa. Gostaria de cumprimentar todos. Bom dia aos colegas. Eu gostaria de cumprimentar os participantes da Mesa: Drª Denise, a própria Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Eduardo Amorim, Dr. Aloísio de Melo e secretário Carlos Nobre. É uma grande satisfação poder representar o Ministério do Meio Ambiente neste evento. É uma satisfação para o Ministério o lançamento do projeto Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil, esse projeto que o MCTI leva com o PNUMA.

A satisfação aumenta ainda mais quando pensamos no histórico do projeto. Esse projeto foi apresentado ao Grupo Executivo sobre Mudança do Clima. Acredito que é do conhecimento de todos os senhores que o Grupo Executivo sobre Mudança do Clima é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e subordinado ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, por sua vez, coordenado pela Casa Civil.

Esse Grupo Executivo, desde 2007, foi instituído com a finalidade de elaborar, implementar, monitorar e avaliar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Também tem como competência complementar a definição e a proposição de elaboração de estudos e levantamentos prioritários e essenciais à elaboração e execução do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Portanto, o estudo conduzido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação vem, nesse âmbito, dessa competência do Grupo Executivo de trabalhar esses estudos que levam a resultados importantes para o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Como coordenador do Grupo Executivo, o Ministério do Meio Ambiente reitera essa satisfação e engajamento na implementação do projeto e na própria utilização dos resultados a serem obtidos. Na visão do Ministério do Meio Ambiente, o projeto é mais um instrumento importante, bastante relevante para auxiliar,

entre outros instrumentos, no acompanhamento das próprias ações de mitigação nacionalmente apropriadas, as famosas NAMAs, informadas à Convenção sobre Mudança do Clima, em 2010; e dos próprios planos, como a Senadora Vanessa Grazziotin mencionou no início da sua intervenção, os planos de controle de desmatamentos nos biomas e os demais planos de mitigação e adaptação no âmbito do compromisso nacional voluntário que o Brasil assumiu, a partir de 2009, na Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Entendemos, também, a importância desse projeto no nível internacional. Como o secretário Carlos Nobre e as próprias apresentações vão mostrar, esse projeto contempla períodos entre 2012/2035 e 2035/2050. Eu acho que esses períodos que serão importantíssimos para a negociação internacional também.

Pensando nos dois *workstreams* que têm sido discutidos no âmbito da Plataforma de Durban, que é agora a nova fase da negociação internacional. Aqui é importante sempre frisar, porque, às vezes, há o entendimento errado de que se está falando de um novo regime, de se reinterpretar, reescrever a convenção, mas a convenção permanece com os seus princípios, com as suas provisões, e a gente está falando de uma nova fase do regime. Então, nessa discussão hoje, temos dois *workstreams*, como mencionei: um voltado para a definição do protocolo, ou um novo instrumento, ou um resultado acordado com força legal, que vai ser definido até 2015 para entrar em implementação em 2020 – por isso a importância desses períodos do estudo conduzido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e o outro *workstream* é aquele voltado para o período pré 2020, para a ambição pré 2020.

Então, nós entendemos que o projeto vai trazer subsídios técnicos importantes, relevantes para essa fase da negociação internacional sobre mudança do clima. É claro que o Ministério que pode falar com mais propriedade sobre isso é o Ministério de Relações Exteriores, mas como o Ministério do Meio Ambiente é um Ministério que também provê subsídio técnico na negociação internacional, a gente se sente bastante confortável para falar sobre isso também.

Os resultados esperados do estudo – e eu destacaria custos e potencial de abatimento de gás efeito estufa e a própria estimativa de potencial técnico e econômico de redução de emissões –, na visão do Ministério, trarão elementos importantes para a proteção dos interesses nacionais em relação aos setores que devem ser protegidos.

Por exemplo, a gente pode falar daqueles setores que sejam mais eficientes. Acho que é uma preocupação do Governo brasileiro proteger o nosso desenvolvimento. Então, eu acho que esse estudo trará pontos

importantes nesse sentido para a gente evitar o que a gente vem chamando de “síndrome do Japão”. Todos lembram que o Japão fez ações de eficiência energética, ações de mitigação muito fortes antes do Protocolo de Kyoto, assumiu uma meta e ficou com dificuldades de cumprir aquela meta em função de ações que haviam sido assumidas.

Então, eu acho que esse estudo, com esse arcabouço de custo de potencial de abatimento, estimativa de potencial técnico, vai trazer elementos importantes técnicos para o Governo brasileiro atuar nesse caminho. E os resultados também vão ser vontades importantes para promover, de maneira mais clara em relação a custos, as necessárias reduções de emissões nos setores mais propícios para tanto.

Então, a gente acredita que esse projeto vai trazer esses resultados importantes, sempre dentro do princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima.

Em relação à ambição pré 2020, nós entendemos que a ambição de mitigação do Governo brasileiro já está dada e são ações de mitigação bastante ambiciosas. Basta dizer que, entre outros setores, o próprio compromisso nacional voluntário de redução de 80% das taxas de desmatamento até 2020. E os resultados que a gente vem alcançando nos últimos anos são bastante animadores. A taxa de desmatamento de 2012 foi a menor desde que o Inpe começou o acompanhamento das taxas de desmatamento. E se a gente comparar essa taxa alcançada de desmatamento em 2012 com 2004, quando a gente teve aquele pico de desmatamento, a gente está falando de uma redução de 83% dessa taxa.

Então, o Brasil está indo em um caminho muito importante para cumprir os seus compromissos. E, novamente, acreditamos que o projeto vai ajudar a acompanhar essas ações e esses resultados.

Aproveitando e falando desses resultados importantes de redução de emissão e desmatamento, a gente deve evitar o conceito equivocado de que trabalho está feito. Acho que lá fora, internacionalmente, a gente tem ouvido que o Brasil já fez o seu trabalho de desmatamento. Então, as taxas já estão baixas, estão em níveis constantes, mas o desafio agora aumenta, porque o desafio agora é manter as taxas nesses níveis, e isso custa muito.

Também acho que o estudo vai mostrar como resultado importante que é custoso também reduzir desmatamento no Brasil. E nós temos de acabar com essa ideia equivocada de que é mais barato reduzir desmatamento. Não é. A gente vai ter um esforço importante para continuar aí.

Novamente, é importante o período que o estudo vai contemplar, porque o nosso compromisso nacional para reduzir o desmatamento é 2020, período que o estudo vai pegar, e nós temos de manter o esforço de manter as taxas baixas pós 2020, e os resultados do projeto vão trazer informações importantes para esse esforço continuado, para além de 2020, porque a gente tem de reconhecer que, se nós olharmos o gráfico de desmatamento no Brasil e olharmos para trás, para o de 2004, nós tivemos algumas reversões. O cuidado, agora, é evitar que aconteçam essas reversões no futuro. A gente tem de evitar picos de desmatamentos e manter esses resultados importantes, que, em termos de redução de emissões, não me furto de dizer que é o resultado mais ambicioso alcançado, de redução de emissões, no mundo. Não existe país que fez uma redução de emissões como o Brasil fez em relação à redução da taxa de desmatamento desde 2004.

Portanto, de novo, a mensagem é de que o trabalho não está terminado. O trabalho é forte agora, e, com certeza, eu gostaria de reforçar que os resultados desse projeto serão muito importantes também para os outros setores.

É claro que, agora, a participação relativa do setor de energia, do setor de indústria, aumenta numa taxa menor do que a taxa que a gente alcançou de redução de desmatamento, certamente.

Acho que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação pode falar com mais propriedade em relação à estimativa de emissões de gases de efeito estufa, mas a gente pode, já, dizer que o ritmo da redução da taxa de desmatamento é bem maior do que o ritmo de aumento das emissões de indústria e energia, o que não quer dizer que a gente não vá fazer esforços nesses setores. Faremos, sim, nos outros Ministérios.

Há representantes aqui também do Ministério de Minas e Energia, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e a gente está vendo essa agenda para os outros setores como uma agenda muito positiva: a gente aproveitar a oportunidade também não só na parte de redução de emissões, mas aproveitarmos as oportunidades que o tema oferece para a gente percorrer um caminho mais sustentável, um caminho menos intensivo em emissões de gás de efeito estufa.

Eu terminaria a minha intervenção aqui, Senadora, agradecendo, desde já e mais uma vez, o convite da Comissão.

Eu acho que a Comissão Mista tem sido instrumento importantíssimo para o debate de mudanças do clima no Brasil, aqui no Legislativo. São nossos companheiros do Executivo para levarmos esse trabalho adiante.

Quero parabenizar, mais uma vez, a iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos a presença do Dr. Adriano, representando o Ministério de Meio Ambiente.

Vamos passar, imediatamente, a palavra ao representante do Ministério da Fazenda, falando do prazer de termos o senhor, Dr. Aloísio, aqui conosco, porque nós tomamos a decisão, na Comissão de Mudanças Climáticas, de que sempre que pudermos, no debate de programas relativo ao clima e ao meio ambiente, nós vamos convidar o Ministério da Fazenda. Inclusive, já quero, aqui, publicamente, dizer que nós queremos uma reunião com o Ministro para debater o projeto de lei que tramita aqui na Casa. Inclusive, um deles é de iniciativa do próprio Executivo que trata do pagamento pela prestação de serviços ambientais, porque, na Comissão, tanto na de Mudanças Climáticas, quanto na do Meio Ambiente, nós temos o interesse não só de debater, mas de fazer com que as coisas caminhem, de ajudar na elaboração e, principalmente, na aplicação de políticas relativas ao desenvolvimento sustentável, a preservação e conservação ambiental.

Então, com a palavra, o Dr. Aloísio.

O SR. ALOÍSIO DE MELO – Muito bom dia a todas e todos os presentes.

Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Eduardo Amorim pela iniciativa de fazer esta audiência, este debate em torno do projeto. Nós já vimos acompanhando a sua preparação há algum tempo.

De início, Senadora, eu manifesto, de antemão, nossa disponibilidade e nosso total interesse em dialogar com a Comissão e com as demais instâncias legislativas em torno dessas questões.

A gente está numa área dedicada especificamente a essa temática dentro do Ministério, acompanhando diversas dessas iniciativas, dialogando, dentro do Governo Federal com os vários Ministérios – vários deles aqui presentes – e fazendo a nossa análise, colocando a nossa contribuição e trazendo, para dentro do Ministério da Fazenda, as questões, perguntas e as propostas surgidas em cada uma dessas.

Inclusive, com relação ao próprio projeto de lei do pagamento por serviços ambientais, é um que a gente acompanha desde a origem, na sua versão como projeto de lei do Executivo, e ao longo da tramitação. Então, temos, de fato, inclusive agora, a partir do novo Código Florestal, como um dos dispositivos do art. 41, todo interesse em apresentar as nossas contribuições e sugestões.

A orientação que temos apenas é que o Governo, via Casa Civil, deve coordenar esse debate, integrando

a nossa análise com a do Ministério do Meio Ambiente e dos outros órgãos envolvidos, para ter uma conversa, digamos assim, mais organizada com o Executivo. Mas temos já vários elementos aí de avaliação e mesmo de sugestão para essa proposta e mantemos nossa disposição para dialogar sobre essas e outras iniciativas.

Com relação ao projeto, desde o início, parabeneizo o MCTI, o secretário Carlos Nobre, a sua equipe, a diretora, Mercedes Bustamante, que não está aqui e que, desde que se colocou a perspectiva desse projeto, nos chamou para dialogar, como também o Ministério do Meio Ambiente e outros, na perspectiva, desde o início, dessa montagem do que seria o projeto, com a pergunta de como fazer com que ele seja mais efetivo ou de fato atenda aos desafios colocados para o Governo Federal, para a política de clima, sob a ótica dos diversos Ministérios, dos diversos órgãos envolvidos.

Então, essa iniciativa, neste momento em que o projeto está pronto, concluído, foi muito importante para chegarmos de fato a um desenho de projeto que, a nosso ver, vai ser muito importante para os próximos passos da Política Nacional de Mudança do Clima.

Acho que é importante, Srs. Senadores aqui da Mesa, demais participantes, pelo menos em nosso olhar – acho que o diretor Adriano, do MMA, já colocou vários elementos do debate internacional no âmbito da Convenção do Clima –, a gente que está olhando um pouco mais para a agenda doméstica, a Política Nacional de Mudança no Clima, a nosso ver, está vivendo um período muito importante, em que ela de fato se estabelece, se concretiza, se enraíza como uma política nacional, que olha para os compromissos internacionais, mas que se materializa por meio de diferentes planos setoriais ou da aplicação, digamos assim, de instrumentos específicos de mitigação, também, de adaptação nas políticas setoriais.

Esse exercício de elaborar políticas de mudança do clima para os diversos setores tem sido muito rico, um grande aprendizado para o Governo Federal. Ao longo desse processo, a gente vê os vários órgãos falando, vamos dizer assim, a linguagem, o jargão da área de mudança do clima dentro das suas políticas. Isso ocorreu na área de saúde, na área de transportes, no Ministério das Cidades, no Ministério de Minas e Energia desde o início. Acho que isso é um processo muito importante.

Eu acho que esse processo de internalização da política está mais avançado em alguns setores, ainda está em discussão em alguns setores. Ele vai nos demandar capacidade de desenvolver novos instrumentos.

Outro elemento que acho importante, como o Adriano colocou, é esse de que, em âmbito internacional, novos compromissos deverão ser estabelecidos. O

Brasil, como Nação, vai ter que estar muito mais bem preparado, para colocar na mesa as suas propostas, os seus compromissos, em âmbito internacional, na perspectiva de uma efetiva contribuição para o desafio global da mudança do clima, mas também sob uma ótica de estratégias de desenvolvimento do País que alavanquem o potencial que têm diversos setores da economia de um crescimento de baixo carbono, de um crescimento que seja efetivamente sustentável sobre os três pilares.

Então, neste momento, a gente tem que estar muito mais preparado e ter muito melhor informação do que a gente tem até o momento, para poder estabelecer esse tipo de compromisso, que, a nosso ver, é também o estabelecimento de certa visão, de estratégia de desenvolvimento.

Nós, Ministério da Fazenda, somos acionados por conta da elaboração do Decreto nº 7.390, que regulamentou a Política Nacional de Mudança do Clima. Naquele momento, tratava-se, então, de colocar no papel um pouco qual era esse cenário até 2020, qual seria o potencial de redução de emissões etc., algo que foi feito com a nossa participação, mas eu diria que com bastante dificuldade, dado o limite, a precariedade da informação disponível naquele momento.

Foi estabelecida essa trajetória e esse compromisso até 2020, mas a gente naquele momento constatou a necessidade de que, de fato, elaboremos visão e cenários muito mais sólidos, muito mais detalhados, com uma trajetória de desenvolvimento e uma análise muito mais acurada de qual efetivamente é o potencial de mitigação em cada um desses setores, quais são as trajetórias tecnológicas possíveis e potenciais em cada um desses setores, onde estão efetivamente as possibilidades de redução de emissões e onde estão possíveis ganhos nessas trajetórias. Eu acho que esses são as questões que esse projeto pretende responder.

Desse ponto de vista, nós estamos bastante empolgados em acompanhá-lo muito de perto. Como já vínhamos dialogando nesse processo preparatório do projeto, já temos uma rotina de conversa com o MCTI em torno de projeto e, certamente, vamos ter todo o empenho em participar, o mais próximo possível, do trabalho que vai ser feito daqui para frente.

A isso se agrega outro desafio colocado pelo Ministério da Fazenda, que, efetivamente, do ponto de vista da política econômica, é este: quais instrumentos vão ser necessários mobilizar para, aí sim, viabilizar essas trajetórias de desenvolvimento de baixo carbono sustentável nos diversos setores. É algo que, de fato, estamos apenas vislumbrando o desafio. Estamos com um conjunto de iniciativas nessa frente, mas, certamente, esse projeto aqui vai ter um papel

central, justamente pelo grau de profundidade e de detalhamento da visão dos setores que ele vai trazer, por essa visão de longo prazo que ele vai trazer. Eu acho que ele vai ser a principal referência, ponto de apoio e de diálogo nesse processo.

Temos de refletir efetivamente sobre quais são os incentivos necessários, do ponto de vista fiscal e tributário, nos diversos setores, e a eventual viabilidade e oportunidade de adoção de instrumentos de precificação das emissões de carbono em nível doméstico, que é algo que já nos foi colocado como uma questão pelo Comitê Interministerial. Já fizemos uma primeira rodada de análise, mas certamente é algo que vamos ter de aprofundar bastante.

Deixo aqui o nosso registro de satisfação, de disposição para colaborar com o Congresso neste projeto e de abertura para o diálogo com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, com a Comissão de Meio Ambiente, enfim, com as diversas iniciativas aqui, no âmbito do Legislativo, em torno da temática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro. PT – PE)
– Muito obrigado, Sr. Aloísio de Melo.

Eu gostaria, na sequência, de expressar uma preocupação e uma opinião sobre o papel do Ministério da Fazenda. Nós temos tido uma série de políticas de desoneração fiscal com incentivo à indústria automotiva e a outros setores da produção. Eu gostaria de saber se há, hoje, da parte do Ministério, uma avaliação do impacto ambiental desse processo de desoneração que incentiva o uso de automóveis, por exemplo, e de outras áreas; e se é pinçada, no plano do Ministério, alguma preocupação para mitigar esses impactos ou pelo menos para ir numa rota de compatibilizar a desoneração fiscal com os procedimentos da nossa busca de redução de gases de efeito estufa.

Eu vou dando sequência aos nossos palestrantes. Eu passo a palavra à Srª Denise Hamú, representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

A SRª DENISE HAMÚ – Bom dia a todos.

Eu gostaria de expressar a nossa alegria, a alegria do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em participar desta cerimônia.

Mais uma vez, estamos aqui juntos com o Dr. Carlos Nobre, já que temos um outro projeto da plataforma de biodiversidade com o MCTI, ademais de estarmos também, além do nosso colega do Ministério da Fazenda, com o nosso parceiro do Ministério do Meio Ambiente por meio da presença do Adriano aqui conosco.

Gostaríamos de agradecer também o convite desta Comissão Mista e gostaríamos de expressar o prazer enorme com que o Programa das Nações Uni-

das participa deste seminário que reforça a cooperação entre o PNUMA e o Governo brasileiro, por meio do MCTI e do MMA, ao enfrentar os desafios estratégicos impostos ao País pela agenda de mudanças climáticas.

Normalmente, o PNUMA tem exercido um papel ativo no apoio a países que trabalham com temas de mitigação das mudanças climáticas, endereçando seus esforços no combate à redução das emissões de gases de efeito estufa, principalmente por meio da promoção de energias renováveis, incrementando o desenvolvimento de energia eficiente e mercados de carbono.

Como um dos resultados da Rio+20 – isto é importante ressaltar: para alguns, “O Futuro que Queremos”, o documento final da Rio+20, foi muito discurso e pouca ação –, gostaria de ressaltar que, do ponto de vista institucional para o PNUMA, já existe um grande reatamento a menos de um ano do encerramento da conferência.

Nós tivemos, em dezembro passado, na Assembleia Geral da ONU, a elevação da categoria da filiação dos países-membros ao PNUMA para categoria de universal, isso fruto do trabalho desenvolvido por todos os países-membros na época da convenção, quando foi pedido em um documento, “O Futuro que Queremos”, um fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Naquela época, também foi relacionado, e isso é interessante comentar, que nós estávamos buscando um fortalecimento do PNUMA, mas do ponto de vista corporativo, ou seja, dos membros do *staff* do PNUMA. Mas, na verdade, o que queríamos – e é isso que tem sido mostrado – era o fortalecimento da questão ambiental no âmbito das Nações Unidas.

Se formos fazer uma comparação com vários governos que estão presentes no mundo, normalmente a área ambiental é a que tem o menor orçamento, é aquela que não dispõe dos recursos que outros setores estratégicos da sociedade detêm, e isso também se rebate no âmbito das relações internacionais.

Então, na verdade, aquela discussão sobre a promoção do PNUMA a uma agência, o que não foi necessário, era basicamente para afirmar a relevância do braço ambiental no tripé do desenvolvimento sustentável.

Em consequência dessa elevação à filiação universal, com 193 países no seu Conselho a partir do ano que vem, o PNUMA está desenhando um novo programa de trabalho, programa esse que dá muito mais condições e instrumentos para que possamos realizar a nossa missão.

Nesse contexto, uma nova área de trabalho foi criada e se denomina “O Meio Ambiente sob Revisão”. Essa área vai ser muito importante porque, além das

atividades que o PNUMA já desenvolve ao longo desses 40 anos, ela vai realmente ampliar o apoio aos desafios identificados na agenda de mudanças climáticas e ampliar nossa capacidade para apoiar os países e, com isso, compartilhar resultados e construir pontes de lições aprendidas.

É importante ressaltar que o PNUMA não dá só uma assistência técnica. Na verdade, a gente aprende muito mais do que aporta em muitas vezes. E, no caso do Brasil, sabemos que temos aqui uma qualidade instalada de competência, de reflexões, da academia e do Governo, que têm dado exemplos para outras partes do mundo.

Então, o projeto que estamos lançando hoje é da maior relevância para todos nós – MCTI, o Brasil, o PNUMA e todo o meio ambiente global –, dado que os benefícios de ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa no Brasil transcendem as fronteiras do País. Em outras palavras, o projeto constitui a contribuição do Brasil ao mundo.

O objetivo do projeto é fortalecer a capacidade do Brasil na implementação de ações de mitigação em setores-chaves da economia. Acho que, com base nessa discussão, vamos buscar uma agenda positiva. E nas muitas áreas sobre as quais não temos essas informações, poderemos identificar essa agenda positiva para a indústria, energia, transporte, serviços, uso da terra, gestão de resíduos e outras atividades intersetoriais transversais.

O desenvolvimento de cenários de opções de mitigação propiciará ao Brasil melhor compreender as implicações no País, quais são as áreas prioritárias, quem está envolvido, que ações devem ser implementadas e quais são as consequências técnicas e financeiras de cada escolha para o País. É fundamental ressaltar que a liderança e o consequente engajamento do País são fator determinante para o desenho de cenários, visto que o País é que detém informações e toma as decisões em políticas públicas.

O PNUMA está aberto a fornecer acesso ao Brasil para trabalhar com sua rede de especialistas na área de mudanças climáticas e funcionar como uma plataforma de interação entre o Brasil e outros países na troca de experiências e outras informações.

Esse é um projeto financiado pelo Global Environment Facility, GEF, em que PNUMA atua como agência implementadora e fornece apoio técnico, administrativo e logístico, em estreita coordenação com nosso braço da unidade de energia, situado em Paris.

É muito importante também ressaltar aqui, fazendo um parêntese, que esse programa é muito importante para o escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Brasil, porque somos um escritó-

rio ainda pequeno, estamos crescendo, pretendemos crescer ainda mais, e esse tipo de colaboração com o Governo brasileiro, com o irrestrito apoio do Ministério do Meio Ambiente, vem possibilitando avançar um pouco mais a nossa missão no Brasil.

Para vocês terem uma ideia, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente só tem quatro escritório em países. Na maioria das vezes, ele está presente, como está em todo globo, por meio de escritórios regionais. Nosso escritório regional está baseado no Panamá, e nós temos o privilégio, como brasileiros – e espero que seja assim que vocês se sintam –, de ter um escritório dedicado a avançar as atividades do programa no Brasil. Então, não somos como outras agências que têm uma série de programas, de participações no País. Ao mesmo tempo em que estamos ajudando, também estamos sendo ajudados. E é importante que contemos com o apoio, com a discussão, com recomendações da sociedade brasileira em geral, dos três Poderes, para que possamos realmente avançar em uma agenda relevante para o Brasil. E é isso que estamos tentando avançar nessa nossa agenda.

O PNUMA oferece a vantagem comparativa de seu trabalho desenvolvida pela área de energia em atividade de mitigação de emissões de gases de efeito estufa. Essa área desenvolve um portfólio bastante robusto, incluindo um projeto global de iluminação eficiente, um projeto global de energia solar, projetos regionais de inventários de necessidades de transferência de tecnologia, projetos nacionais de construções, transporte e aquecimento solar sustentáveis, para citar apenas alguns de nossos esforços.

Eu gostaria de ressaltar que temos o privilégio de contar com a presença aqui de Edu Hassing, que é o coordenador de nosso projeto. Ele está baseado em Paris. É o nosso especialista principal na nossa contribuição e colaboração com o Brasil.

Ao mesmo tempo, o PNUMA apoia países na formulação de suas políticas nacionais de mudanças climáticas e planos no contexto de uma visão de inserção na economia e nos aspectos sociais.

O PNUMA reafirma seu compromisso e apoio ao Brasil, reconhece os avanços importantes e estruturantes obtidos pelo País na área ambiental e permanece firme na disposição de continuar a cooperação com o Governo para a implementação da agenda de mudanças climáticas no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro. PT – PE) – Gostaria de dar sequência à nossa fala. Antes, porém, o Senador Eduardo Amorim pediu a palavra. Mas eu queria acrescentar uma informação.

Ontem, participamos de uma audiência com a Presidente da Petrobras, Dr^a Graça Foster, que nos trouxe a informação de que, de 2007 a 2012, o consumo de combustíveis fósseis no setor automotivo do Brasil atingiu um aumento, um incremento de 42%. É um dado que revela preocupações com a emissão de gases de efeito estufa, considerando que temos uma matriz de combustíveis mista, com 25% do etanol na gasolina. Mas, mesmo assim, revela uma possibilidade da ampliação das emissões de que não temos ainda uma quantificação.

Eu iria passar a palavra agora ao Dr. Carlos Nobre, mas o Senador Eduardo Amorim pediu a palavra para apresentar um complemento em relação à sua fala.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – É só para complementar, Deputado Fernando Ferro, meu comentário.

Houve um incremento por desestímulo a outras políticas de incentivos a combustíveis menos poluentes, como o biodiesel e o etanol, ou por um aumento do consumo. Já se perguntou sobre isso ao Dr. Aloísio, mas reitero a pergunta: por que o Governo, na hora em que desonera a indústria automobilística, já não cobra também uma maior eficiência energética e a mitigação na emissão desses gases, já que temos, como senhor disse, o aumento diário do consumo? É só para adiantar e começar a polemizar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro. PT – PE) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Dr. Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar especialmente o Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente; o Deputado Fernando Ferro, Vice-Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas; os meus colegas de Mesa, Dr. Aloísio de Melo, do Ministério da Fazenda; o Adriano, colega de muito tempo do Ministério da Ciência e Tecnologia e, agora, no Ministério do Meio Ambiente; e a Denise, representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA, que tem sido uma agência muito importante na implementação de várias ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial desse programa que nós estamos lançando. Muito obrigado a estas duas Comissões por darem ao Ministério a oportunidade de lançar esse programa simbolicamente aqui nesta Casa. Também quero cumprimentar o Deputado Sirkis, que tem sido um batalhador incansável na causa do desenvolvimento sustentável, em particular das mudanças climáticas.

A minha apresentação é muito curta. Só quero falar algumas palavras introdutórias, porque, a seguir, vamos dar ao Professor Roberto Schaeffer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da COPPE, a oportunidade de apresentar o estado atual desse programa, o que nós realmente estamos propondo. Trata-se de um trabalho conjunto da comunidade científica brasileira com o Governo, não só com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como o Aloísio já destacou. Esse projeto foi desenvolvido transversalmente nos ministérios e agências do Governo brasileiro.

Deixem-me voltar um pouquinho. Por que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é tão relevante no Brasil, o que não é muito típico em outros países, quando se trata da questão das mudanças climáticas? Isso tem a ver com a Rio-92 e com o fato de que, quando se planejava a Rio-92, o Brasil fez uma coisa que nós, que somos da comunidade científica, achamos perfeita: introduziu, agregou a competência científica brasileira à época no planejamento da Rio-92. Assim, o Ministério da Ciência e Tecnologia foi um dos grandes formuladores da Rio-92 e também do resultado da Rio-92, que foram os acordos de mudanças climáticas, de biodiversidade, águas internacionais etc. celebrados naquele evento.

Então, o Ministério da Ciência e Tecnologia, no nascimento dessas grandes questões globais, tem sido um interlocutor importante, um formulador, um apoiador de políticas públicas nessa área. É lógico, o ministério é transversal, ele não é um ministério finalístico, mas eu acho bom que o ministério continue a contribuir para que o Brasil desenvolva suas políticas e as implemente. Então, é um pouco essa a razão histórica.

Em 2008, o Ministro Sérgio Rezende criou a Rede Clima, uma rede de pesquisa que juntou o melhor da pesquisa no Brasil na área de mudanças climáticas. Essa rede avançou muito e hoje reúne 80 instituições, mais de 400 pesquisadores e é o principal meio usado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. Em particular, a Rede é distribuída por todo o Brasil, tem representação de todos os setores, biodiversidade, saúde, agricultura, energia, zonas costeiras, oceanos, serviços ambientais ou ecossistêmicos, economia das mudanças climáticas. E a Universidade Federal do Rio de Janeiro assumiu a coordenação – pelo seu reconhecido mérito científico em atuar nessa área – pela área de mudanças climáticas e energia. Eu quero até fazer a ligação, que é porque o Roberto Schaeffer, desse grupo, foi chamado. Então, é a Rede Clima que está, de certo modo, apoiando o desenvolvimento desse projeto e de vários outros.

O Aloísio já mencionou uma coisa interessante. De fato, Aloísio, em agosto de 2009, nós, de repente, recebemos uma demanda – e vocês também – do Presidente Lula, que não chegou a ouvir a Casa Civil, à época coordenada pela hoje Ministra Tereza Campello, de que o Brasil tinha que chegar a Copenhague e fazer alguma coisa muito importante. E eu não paro de me surpreender com a importância do que o Brasil fez em Copenhague. Talvez a coisa mais importante que resultou de Copenhague – que não foi uma reunião, uma COP muito bem sucedida nos seus resultados – foi realmente a proposta brasileira: o Brasil se comprometer a reduzir voluntariamente as emissões e dar sequência a isso. Não foi um gesto só político na COP de Copenhague. Foi um gesto com consequência. E nós estamos vendo essa consequência.

Agora, ali, em agosto de 2009, a Rede Clima, também através do Ministro Sérgio Rezende e da Casa Civil, foi solicitada a colaborar. Então, rapidamente, a Rede Clima e também, eu devo registrar, a EPE, Empresa de Pesquisa Energética, todo mundo trabalhou intensamente dois meses, e apresentamos em outubro, em uma reunião presidencial, o que foi possível agregar de informação: qual era o padrão de emissão do Brasil até então, e o que podíamos vislumbrar para os próximos anos. Então, o horizonte foi um pouco contido, porque realmente não havia uma base científica muito estabelecida para avançar mais do que 2020. Então foi feito um cenário tentativo para 2020, e é isso o que consta da política pública brasileira.

Parte das atribuições resultantes desse compromisso brasileiro – que é uma posição de País que reflete em políticas públicas em todos os setores, inclusive e principalmente, nos seus impactos e reflexos econômicos e ambientais –, uma parte pequena desse latifúndio foi o MCTI continuar com o seu papel de fomentador de desenvolvimento científico nessa área e também com uma responsabilidade muito pragmática, que é fazer os inventários, continuar liderando, coordenando os trabalhos dos inventários de emissões. E o MCTI continuou.

Uma das responsabilidades do decreto do final de 2010, que regulamenta a política climática, foi atualizar o inventário de 2005 até 2010, em 2012. Isso foi feito. Eu tenho a satisfação de dizer que muito em breve nós estamos finalizando e obtendo as últimas autorizações para poder divulgar. Queremos divulgar no dia 5 de junho. Espero que consigamos, porque é o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Eu não vou me adiantar muito, não. O relatório está pronto, aprovado pela Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas, mas ainda não foi divulgado. Eu só quero dizer o que todo mundo já sabe, de cer-

to modo: o Brasil reduziu suas emissões. É um fator muito considerável. Mas também, concordando com o Adriano, não podemos descansar sobre esse sucesso, porque os desafios são muito grandes.

Como era de se esperar, a matriz brasileira está mudando. Ela era, caracteristicamente, de países tropicais em desenvolvimento, com altos índices de alteração da vegetação e desmatamentos; e ela começa a mostrar, cada vez mais, sinais de matriz de emissões de país desenvolvido, com peso muito em energia; ainda há um peso muito grande em agricultura; já estou falando da estimativa de 2010. Lógico que o Brasil é uma potência agrícola, então tem uma expressão também nas emissões da agricultura.

Há muitas boas notícias nesse inventário, vocês vão logo ver os resultados. Algumas notícias que são boas notícias, mas elas também mostram essa mudança de matriz: muito mais emissões percentualmente falando. As emissões todas caíram; isso já é consagrado. Significativamente caíram. Mas elas começam a mudar e vão mais para energia e para agropecuária, com algumas boas notícias também. Felizmente, as taxas de aumento das emissões nos dois setores, agropecuária e energia, estão moderadas. Não são nenhuma razão para preocupação excessiva, mas é aí, de fato, que temos que atuar, sem também perder de vista a importância, aqui já destacada mais de uma vez, de que o novo paradigma de agricultura eficiente no Brasil é permanente. Ele não foi totalmente ainda conquistado.

Nós temos muitas políticas públicas, em todos os setores, que têm que contribuir para realmente virar a efetivação de uma política em que a agricultura moderna é agricultura eficiente, não é uma agricultura que expande em área permanentemente. A agricultura moderna, competitiva internacionalmente é a agricultura eficiente.

Se o Brasil quiser, em cinco anos, ou dez, ser o líder mundial na agricultura, e tem todo o potencial para ser, superando inclusive os Estados Unidos, o Brasil deve ter o paradigma da agricultura eficiente. Potencialmente, o Brasil pode diminuir as emissões da agricultura e ser o primeiro país da agricultura no mundo em cinco a dez anos. Isso é perfeitamente factível do ponto de vista tecnológico.

Então, eu acho que nós estamos numa muito boa trajetória, e esse estudo vem, de fato, olhar o horizonte um pouco além de 2020. É muito difícil prever o futuro. Eu mesmo estou muito interessado em ver como os cientistas projetam coisas que dependem de tantos fatores incertos, muitos vindos da economia, outros vindos de mudanças tecnológicas, de rupturas, que mudam o paradigma de funcionamento – por exemplo, a

Internet é um, a telefonia celular é outra –, que mudam completamente a maneira como o mundo funciona.

Mas é muito importante ter essa visão, começar a refletir sobre esses cenários futuros e mostrar os melhores cenários e as várias opções de trajetória para que o Brasil realmente seja, talvez, um dos protagonistas mundiais, em poucos anos. Já o é nas discussões internacionais das mudanças climáticas, mas também na implementação das políticas de mitigação.

O desafio é enorme. Eu só vou concluir dizendo que o desafio é enorme. Em 2005, a emissão *per capita* do Brasil era de 11 toneladas de CO₂ equivalente por habitante. Nós caímos, agora, em 2010, seis, seis e pouco; a China está com sete; os Estados Unidos, vinte e pouco.

Então, se nós formos cumprir os objetivos da Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas da ONU, em 2050 nós temos que chegar a duas toneladas *per capita* por habitante – nove bilhões de habitantes estimados no mundo. É um desafio gigantesco para o mundo. Para o Brasil também, se nós pudéssemos ter uma cota universal, ética, de emissões.

O Brasil está na frente de muitos países, e como um país em desenvolvimento é o que está mais avançado nessa questão. E é avançado porque o brasileiro, por razões que eu acho que a Sociologia ainda não conseguiu entender muito bem, é o povo do mundo que mais está predisposto a contribuir ao esforço de tratar seriamente da questão das mudanças climáticas. Mais que o alemão, mais que o britânico, mais que o australiano e o japonês, e mais que qualquer outro país em desenvolvimento.

Então, esse é um fato concreto da sociedade brasileira, que quer essa trajetória. Eu acho que nós, gestores públicos, temos que ouvir a voz da sociedade brasileira, e estamos ouvindo. Então, esse projeto vem na direção de dar as informações científicas, as rotas tecnológicas para que o Brasil continue com essa liderança.

Antes de passar, então, a palavra ao Professor Roberto Schaeffer, eu quero só também agradecer o trabalho muito dedicado da equipe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação nesse projeto, na construção desse projeto; à diretora, que não pôde estar aqui, Mercedes Bustamante, exatamente porque está numa reunião em São Paulo que está discutindo as emissões das cidades brasileiras, como diminuir a pegada ecológica de emissões das cidades brasileiras; à equipe da Coordenação de Mudanças Climáticas, o Gustavo, a Andréia, a Moema, em particular a toda a equipe da COPPE, em nome do Professor Roberto Schaeffer, que tem, com muito entusiasmo, se juntado a esse projeto e colaborado com esse esforço.

Então, eu queria só, brevemente, fazer essa introdução e, talvez, agora, passar a palavra, se o senhor me permitir, Sr. Presidente, ao Professor Roberto Schaeffer, que vai apresentar o nosso projeto.

O SR. ROBERTO SCHAEFFER – Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de cumprimentar os presentes, em particular o Senador Eduardo Amorim; o Deputado Federal Fernando Ferro, o Deputado Sirkis, o Dr. Carlos Nobre, Aloísio de Melo, Denise Hamú, o Adriano Santhiago, que generosamente cedeu o seu lugar à Mesa para mim.

E eu gostaria, então, de começar chamando a atenção, como o Dr. Carlos Nobre chamou, da importância desse estudo. Será o estudo mais completo já feito no Brasil – e, provavelmente, no mundo –, onde se estará olhando, em uma perspectiva de longo prazo, opções de mitigação de gases do efeito estufa em setores da economia.

Como o Dr. Carlos Nobre falou muito bem, o Brasil tomou um passo importante em 2009, quando dos compromissos assumidos em Copenhague, na Conferência das Partes. Mas, naquele momento, de fato não houve tempo suficiente para se aprofundar em uma série de questões que hoje se entende seriam necessárias, que é entender quais são as opções de mitigação, os potenciais de mitigação da economia brasileira; quais são os custos de se fazer isso; quais são as implicações para a economia brasileira em termos de competitividade internacional; e quais são os custos para setores específicos da economia.

É um estudo, como o Adriano chamou bastante bem atenção, que olha até 2050, mas ele quebra em dois pedaços: ele olha de agora até 2035, entendido como um cenário onde a gente teria um controle maior das variáveis; onde a gente poderia entender um pouco melhor o que pode vir a ser o daqui até 2035. E também olha um segundo período – 2035 até 2050 –, onde a questão da inovação, a questão de rupturas tecnológicas poderem ser mais possíveis. E não é por acaso, então, que esse projeto é coordenado, ou é liderado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação. Quer dizer, a palavra inovação aí não aparece por acaso; é uma questão cada vez mais relevante na economia atual. E, como o Dr. Nobre falou também, quer dizer, eu apenas estou aqui apresentando um projeto que é muito maior do que um projeto que COPPE e a Universidade Federal do Rio de Janeiro pudessem fazer. É, na verdade, uma rede, a Rede Clima. São várias instituições, e são os profissionais, eu diria, os mais competentes que o Brasil tem nessa área e que não deixam a dever nada aos profissionais mais competentes na área de mudança climática no mundo.

Também é emblemático a gente fazer o lançamento oficial desse estudo hoje porque, há duas semanas, para aquelas pessoas que acompanharam alguns noticiários internacionais, pela primeira vez o Observatório de Mauna Loa, no Havaí, acusou uma concentração de CO₂ na atmosfera em uma média horária – e eu posso explicar o que isso significa mais à frente – de 400 partes por milhão. Ou seja, pela primeira vez, se mediu a concentração de CO₂ na atmosfera e, naquele momento, chegou-se a 400 partes por milhão em volume de CO₂.

Os cientistas entendem que, aparentemente, o que é possível e o que é seguro é não deixar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera excederem a 450 partes por milhão em CO₂ equivalente, o que significa que, em CO₂, não seria muito mais do que 410 ou 420. E já chegamos a 400, em uma média horária. Quer dizer, na verdade, acredita-se que se a média anual, que é aquele número a que os cientistas se referem anualmente, será atingida não mais do que em um ou dois anos.

Assim, apesar de a economia mundial estar em compasso de espera, a questão de mudança climática não aparece tanto na imprensa como aparecia num passado recente. Essa questão não desapareceu e não desaparecerá tão cedo. E esse projeto tem este objetivo: mesmo que não se esteja discutindo em várias esferas a questão de mudança climática, no meio científico essa questão se torna cada vez mais importante, até porque se entende que existe como que um orçamento de gases de efeito estufa que o mundo pode jogar para a atmosfera. E haverá várias trajetórias possíveis de você ficar dentro desse orçamento. O que esse estudo vai tentar mostrar é qual seria a trajetória; vamos dizer é qual seria a trajetória, vamos dizer, menos custosa para a economia brasileira, para que aquele orçamento brasileiro não seja excedido. Quanto mais os países do mundo demorarem para adotar ações, mais custosa será a trajetória necessária para, abruptamente, você ter de reduzir emissões de gases de efeito estufa.

Próximo, por favor.

Qual é o objetivo desse estudo? Como já foi dito, nada mais é do que ajudar ou instrumentalizar melhor o Governo brasileiro em sua capacidade técnica para implementar ou discutir ações de mitigação de gases de efeito estufa na economia brasileira. E a ideia – daí a importância desse estudo – é olhar todos os setores da economia. É olhar a indústria brasileira e todos os subsetores da indústria; é olhar o setor de energia, que é o setor de energia elétrica, é o setor de refino de petróleo, enfim, o setor energético como um todo; é olhar a questão do setor de transportes – falou-se aqui hoje

da questão do automóvel –, quer dizer, não apenas a questão, por exemplo, da eficiência energética de veículos, mas também a possibilidade de combustíveis alternativos e também a questão de substituição modal no setor de transportes. Então, é, de fato, um estudo bastante compreensivo. É olhar o setor de edificações, que compreende o setor residencial de serviços; é olhar o setor de uso da terra, a parte de resíduos. Quer dizer, olhar, de fato, a economia brasileira como um todo.

Eu vou falar mais à frente, mas já vou antecipar um pouquinho. O mais importante – nunca foi feito no Brasil nada parecido, e talvez não no mundo – é que estudos desse tipo normalmente olham setores individuais da economia, olhando o que seria o ótimo ou menos custoso para um setor reduzir suas emissões, mas não obrigatoriamente o ótimo de um setor é o ótimo da economia.

E posso dar um exemplo muito simples para os senhores entenderem. Se, por alguma razão, entender-se que o ótimo para o setor elétrico brasileiro é ter mais térmicas a gás, pode ser que o uso do gás também seja o ótimo para a indústria brasileira, e pode ser que o uso do gás também fosse o ótimo para o setor de transportes. E como talvez não haja gás para três setores, o ótimo de cada setor talvez não seja o ótimo nacional. Então, a ideia – e é a segunda fase desse estudo, de que vou falar um pouquinho – é usar um modelo integrado, de você poder olhar ótimos setoriais, mas ótimos brasileiros, ótimos nacionais, para, aí sim, chegar a uma solução realmente ótima para a economia brasileira, e, como tal, olhar as implicações disso para a competitividade dessa indústria.

Próximo, por favor.

O porquê desse estudo, como já foi dito, nada mais é do que produzir estimativas mais recentes e integradas de cenários, seja de linha de base de para onde as emissões brasileiras andariam, caso não houvesse medidas de mitigação, mas também olhar os potenciais técnicos e econômicos de mitigar nesse setor específico. É um avanço em relação a estudos anteriores.

E aqui cito dois deles. O estudo Brazil Low Carbon, incentivado ou financiado pelo Banco Mundial, em que boa parte dos grupos envolvidos no estudo de agora são grupos envolvidos no estudo original do Banco Mundial. Então, novamente, não é por acaso a escolha da Rede Clima e das diferentes instituições que participam do estudo. São grupos experientes em estudos desse tipo, só que, naquele momento, no estudo do Banco Mundial, de 2010, não se utilizou um modelo integrado. Aquele estudo olhava ótimos setoriais, mas você não poderia adicionar os chamados *wedges* – ou as cunhas de potencial de cada setor não eram aditivas. Havia potencial para cada setor, mas se somássemos

todos os setores, aquilo não dava um Brasil, porque havia problemas de dupla contagem. Justamente a questão que eu comentei, de que o ótimo para um setor não obrigatoriamente é o ótimo nacional.

E também há um outro estudo feito pela Mackenzie sobre cenários de baixo carbono no Brasil. Então, há estudos anteriores. E a ideia do nosso estudo é não apenas atualizar, mas ir muito além na questão da análise integrada, como já dito.

Próximo, por favor.

O porquê, a justificativa baseia-se na necessidade de estimarmos custos de mitigação para a economia brasileira, olhando setores econômicos em particular, os chamados impactos diretos, e também impactos indiretos. Quer dizer, não basta olhar como um setor da economia é impactado, mas dado o efeito multiplicativo daquele setor na economia como um todo. Eventualmente, um baixo impacto num setor pode se multiplicar pela economia. E só um modelo integrado conseguiria enxergar isso.

Há a necessidade de avaliar possibilidades de ganhos por meio da inovação. Quer dizer, a questão da inovação se tornará cada vez mais importante, e esse estudo terá esse foco particular também na questão da inovação como alternativa importante de redução de gases no Brasil. E a questão, que foi falada, da necessidade de reforçar a *expertise* técnica do Governo brasileiro, que já existe, mas a ideia é reforçar. E inclusive reforçar a *expertise* de governos estaduais e eventualmente de governos municipais, já que no Brasil existem não só ações nacionais, mas, muitas vezes, ações estaduais e mesmo municipais. E há a necessidade, entende-se, de se melhorar a *expertise* técnica que vá além do Governo Federal.

Próximo, por favor.

Como o estudo está organizado? Há um primeiro componente, que vou passar brevemente, que são os primeiros 18 meses, que estão começando oficialmente, vamos dizer, hoje.

Próximo.

Basicamente, o que seria esse primeiro componente? Esse primeiro componente se assemelha muito ao que foi o estudo inteiro daquele baixo carbono do Banco Mundial ou mesmo do Mackenzie. Quer dizer, nesse primeiro componente, aí sim, é olhar cada setor individualmente, estudar a fundo quais são as melhores tecnologias disponíveis para cada setor da economia, qual seria uma linha de base para esses diferentes setores da economia, como, por exemplo, diferentes setores da economia trabalham com suas taxas de desconto.

Só para dar um exemplo do que quero dizer com isso, não é suficiente dizer que existe certo potencial

de redução de emissão em certo setor da indústria brasileira e dizer que aquilo custa certo valor. Dizer o que uma coisa custa pressupõe uma taxa de desconto, que é como trazer um valor futuro para o presente. Diferentes setores da economia trabalham com taxas de desconto muito diferentes. Então, não é razoável imaginar que um mesmo custo seja percebido igual por todos os setores, porque diferentes setores trabalham com lucratividades diferentes, trabalham com horizontes de investimentos diferentes.

Por exemplo, o setor elétrico brasileiro tipicamente trabalha com taxa de desconto de 8% a 10%. Por quê? É um mercado cativo, os riscos em investimentos são muito baixos. Então, é razoável uma remuneração baixa, mas é um negócio de risco quase zero. É diferente do setor de petróleo, em que, em razão dos riscos de se investir, prospectar, perfurar e não achar nada, é necessário trabalhar com taxas de desconto muito altas, tipicamente, de 20% ou 30%.

Então, na análise que vamos fazer, setor a setor, na verdade, levaremos em conta não apenas a questão técnica de cada setor, mas também, para cada setor, como aquele setor percebe o custo para ele mesmo. E, como falamos também, para cada setor entender o papel que a inovação pode vir a ter.

Usando como exemplo a indústria, há especialistas em indústria que participarão desse estudo e observarão, em cada setor da indústria, que inovações estão ocorrendo no mundo, qual é o estado da arte daquele setor e, com isso, eventualmente, poderão desenvolver um trabalho prospectivo de para onde aquilo pode avançar.

Finalmente, como o próprio Dr. Aloísio comentou, há importância de identificar mecanismos de política pública para promover o abatimento de gases de efeito estufa. Não é suficiente averiguar qual é o potencial técnico, quanto vai custar, mas também pensar nos mecanismos para que aquilo seja possível.

Próximo, por favor.

No que diz respeito aos setores específicos que mencionamos – transporte, indústria, uso da terra, energia, resíduos sólidos –, também entendemos que há outros setores, que nesse estudo são chamados de setores transversais, que não são facilmente qualificáveis ou identificáveis em setores específicos, mas que permeiam a economia como um todo. E aí chamamos a atenção para a chamada captura e armazenamento de carbono, que já se aplica no mundo hoje em escala piloto. Por exemplo, numa térmica a carvão ou a gás, ou eventualmente numa refinaria de petróleo. O próprio Brasil já faz isto, utiliza plantas piloto para a captura de carbono em destilarias de etanol. O processo de produção de etanol de cana é por fermentação, e se produz

um CO₂ completamente puro. E é fácil fazer a captura desse CO₂ puro e eventualmente armazená-lo. Nesse caso, poderíamos dizer que o carro a etanol no Brasil não só seria um carro de emissão zero, como talvez um carro de emissão negativa, na medida em que se pode inclusive usar a planta da cana-de-açúcar para extrair carbono da atmosfera, e não devolver 100% desse carbono para a atmosfera, mas parte desse carbono ser geologicamente armazenado ou dado a ele algum uso industrial. Inclusive alguns de nossos estudantes da COPPE estão estudando a possibilidade de uso industrial do CO₂ para processos produtivos.

Outro setor transversal que será fruto de estudos será a questão das redes inteligentes, as chamadas *smart grids*, que é o que permitiria, de fato, a geração distribuída, a geração local interagir melhor com a grande geração de energia elétrica, por exemplo.

A questão do carro elétrico. Estudos recentes feitos por nós na COPPE chamam a atenção para o fato de que, se, por um lado, uma das dificuldades vistas nas fontes renováveis de energia, como a energia eólica, é a questão da intermitência, porque não venta quando você quer, mas quando alguém quer, deve haver uma melhor integração de carros elétricos no sistema de transportes brasileiro. O carro elétrico pode ter sua bateria prestando um serviço ao setor elétrico brasileiro, que é, por exemplo, armazenar o excesso de energia eólica no momento em que está ventando e o carro não está sendo usado. Há estudos sobre isso, e esperamos que, nesse estudo, possamos sofisticar, incorporar isso ao estudo.

A questão de modelar as estimativas de curvas de aprendizagem também é fundamental, de tentar ver como a inovação tecnológica pode ser incorporada; da mesma maneira, como os outros setores mais tradicionais, olhar a questão de mecanismos de política pública para promover o abatimento de gases de efeito estufa.

Próximo, por favor.

O segundo componente, que começa no ano que vem...

Próximo, por favor.

Aí sim, o segundo componente é o da análise integrada. Se o primeiro componente olhava cada setor individualmente, a ideia agora é olhar todos os setores ao mesmo tempo, ter um cenário integrado de todos os setores ao mesmo tempo. A ideia é justamente ter um modelo bem descrito – e já estamos desenvolvendo há muitos anos, junto com colegas de outras universidades – e que permita a elaboração de cenários integrados, que, como já foi dito, terão um horizonte de 2012 a 2035 e um segundo horizonte de 2036 até 2050. Nesses cenários integrados estaria a questão

da inovação e a questão das curvas de aprendizagem, e haveria a possibilidade de incorporar a questão de mercados de carbono e mercados econômicos, que também visariam facilitar a entrada ou a mitigação de gases de efeito estufa na economia brasileira.

Próximo, por favor.

Nesta segunda fase é fundamental sair de setores individualmente e começar a observar o impacto de cenários de baixo carbono e/ou políticas de baixo carbono sobre a economia brasileira como um todo. Então, agora é não apenas o impacto sobre o setor A, setor B ou setor C, mas sim sobre a economia brasileira como um todo.

Dou um exemplo. Recentemente, concluímos um estudo, que foi acompanhado pelo Governo brasileiro, por uma ONG internacional, que era a questão do impacto da taxa do *bunker* de navegação sobre as exportações brasileiras. Foi feito esse estudo, com várias limitações, etc., etc.,...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROBERTO SCHAEFFER – Naquele estudo, tentávamos analisar em que medida a taxa do *bunker* de navegação do Brasil afetaria setores específicos exportadores e também a economia brasileira como um todo. Nesse estudo será feita a mesma coisa. A ideia é observar como cada setor da economia perceberá seu custo de abatimento e como a economia brasileira como um todo perceberá esse custo, e, aí, discutir a questão da inovação e as próprias necessidades de fonte de financiamento para eventualmente suportar ou ajudar algum setor que viesse a ser mais afetado do que outro, se fosse feito esse ótimo de redução de gases de efeito estufa na economia brasileira.

Próximo, por favor.

Finalmente, o componente final do projeto.

Próximo.

É um componente de capacitação. Quer dizer, mencionamos, no começo, que um dos objetivos do estudo era a questão de melhor capacitar Governo Federal, governos estaduais e mesmo governos municipais. E haverá, então, um componente nesse estudo, que é não só o estudo como material para ajudar o Governo brasileiro a tomar decisões, a negociar internacionalmente, mas também um estudo que permita treinar instituições federais e estaduais nessa questão de ações de mitigação. Há a previsão de elaboração de materiais de treinamento e formação, elaboração de oficinas para pessoal técnico, elaboração de eventos e também uma estratégia de divulgação.

O estudo tem, resumindo – e agora vou encerrando mesmo –, três fases. Uma primeira fase, que é

caracterizar cada setor da economia brasileira; uma segunda fase, que é olhar a economia brasileira como um todo, numa análise integrada; e uma terceira fase, que é fazer os resultados desse estudo permearem, de fato, a economia brasileira, o Poder Público, municipalidades etc. etc.

Próximo, por favor.

Bem, esta é mais fácil. (*Risos.*)

Muito obrigado. E, qualquer dúvida, estamos dispostos a responder, se for necessário.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Roberto.

Olha, ficou acertado aqui que o senhor teria o tempo necessário para fazer a apresentação, mas o senhor ficou um pouquinho além dos 15 minutos. Então, a Mesa agradece a compreensão e passa, imediatamente, aos debates.

Deputado Syrkis com a palavra.

O SR. ALFREDO SYRKIS (PV – RJ) – Inicialmente, eu queria pedir desculpas por ter chegado um pouco tarde, mas, de fato, eu achava que começaria às 10h, pois recebi essa informação.

A observação que eu sempre faço quando nós aqui no Parlamento discutimos a questão de mudanças climáticas é que estamos sempre com os suspeitos de sempre. E hoje a pequena diferença é a presença do Ministério da Fazenda.

A questão climática não é uma política ambiental no *lato sensu* e achar que para ela ser bem-sucedida depende da presença do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia é um engano, porque, de fato, depende do Governo como um todo. Então, sempre lamento a falta de presença nesses debates, do Ministério de Minas e Energia, que talvez seja um dos mais recalcitrantes do nosso sistema de governo; do Ministério da Agricultura; do Ministério da Indústria e Comércio e, de forma mais completa, da área econômica, embora acho que já seja um imenso avanço, desde o processo da Rio+20, uma participação crescente, intensa do Ministério da Fazenda. Mas não é suficiente.

A gente tem que ter, realmente, a área econômica profundamente representada nessas discussões, não só diretamente o Poder Executivo, mas os nossos bancos, os bancos oficiais presentes. E temos que ter o conjunto do Governo, porque, de fato, o Ministério do Meio Ambiente monitora e tem possibilidade de atuar em cima das emissões por desmatamento, como fez no passado e de forma meritória, mas o Ministério da Ciência e Tecnologia é o grande termômetro, o binóculo, o termômetro. Ele, de fato, informa o que está acontecendo e desenvolve tecnologias e propostas

que podem nos levar, no futuro, a perseguir, de forma mais eficiente, a mitigação.

Agora, os ministérios que influenciam a máquina, a grande máquina econômica do País que se move, interação com setores da iniciativa privada, que de fato são os que emitem, em última análise, esses ministérios são completamente distantes dessa discussão, quando não hostis.

Eu tenho contado esta historinha – e vou continuar contando, porque acho, além de ter sido um desaforo para mim como Parlamentar, assintomático de um certo estado de espírito –: eu fiz uma emenda de R\$2 milhões destinada ao Senai para formar eletricitas prediais na instalação de painéis fotovoltaicos, em fachadas e telhados na cidade do Rio de Janeiro, para o Ministério de Minas e Energia. Inicialmente, o corpo técnico aceitou muito bem a emenda, e eles passaram quase um ano pegando informação todo dia. Inclusive, eu tive que botar um assessor com dedicação exclusiva e o Senai botou dois funcionários para atender a demanda diária que o Ministério fazia em torno daquele projeto, a ponto de ter sido feito quase que um projeto executivo para o pobre curso de nível médio para os instaladores de painéis fotovoltaicos, mas, a dois dias do *deadline* para o empenho da emenda, chega um parecer contrário do Ministério dizendo que energia solar não era prioridade do Governo Federal, além do que as apostilas do Senai estavam a custos incompatíveis com aqueles praticados por aquele Ministério – aquele bastião da austeridade. Então, se perdeu uma emenda de Orçamento, a não ser que ela tenha sido usada para outras finalidades – eu não consegui rastrear isso –, mas se perdeu uma emenda ao Orçamento que iria gerar emprego e formar técnicos brasileiros com capacidade de instalação de painéis solares por uma rede de energia distribuída.

Por birra, eu fui ao Ministério, passaram duas semanas sem me atender, mas, finalmente, me atenderam. Fui recebido pelo Secretário de (sub) Desenvolvimento Energético, o Altino Ventura Filho, que repetiu o discurso dizendo: “Não, realmente energia solar é só bobagem, que isso aí no Brasil...” e que as apostilas do Senai eram muito caras. E eu mostrei para eles que estavam comparando uma tiragem gigantesca de uma apostila do Ministério, com dezenas de milhares de exemplares, com o preço unitário de uma apostila de 300 exemplares, para um curso, além do que havia nela embutida a remuneração dos professores que iriam elaborar os conteúdos – alhos com bugalhos. E no decorrer dessa conversa, ele se gabou de ter enxotado um investidor estrangeiro – se não me engano, um chinês queria montar uma fábrica montadora de painéis no Nordeste brasileiro –, que foi ao Ministério

perguntar qual seria o potencial do mercado brasileiro para energia solar, e o nosso bom e velho Altino falou: “O potencial é zero; é zero”, orgulhosamente.

Então, este é o nosso Governo neste momento; uma parte deste Governo. Uma situação de esquizofrenia, porque, de um lado, nós temos a vanguarda internacional do combate às mudanças climáticas, que foi capaz de fazer com que o Brasil fizesse bonito em Copenhague e tem feito bonito em todos os fóruns internacionais... Nós, comparativamente, somos possivelmente o país mais avançado em matéria de mitigação neste momento. Se a gente considerar que a União Europeia, os países do Anexo 1 do Protocolo de Kyoto devem uma parte da sua redução à deslocalização de indústrias etc. etc. e que os Estados Unidos são o que são, o Brasil realmente, decididamente, está bem na fita. Mas, de qualquer maneira, isso aí se deve à ação de uma parte apenas do Governo brasileiro, não da totalidade nem das áreas que de fato têm mais poder para influir nesse processo.

Então, a minha primeira observação é neste sentido: é preciso de fato – e aí tem que ser uma decisão presidencial – que o Governo esteja por inteiro nesse processo e não apenas de forma segmentada.

A segunda e última observação que eu faria, e já em relação à apresentação do Roberto, é a seguinte: eu acho que, sem dúvida, é um caminho promissor esse que está colocado aí. Eu acho que é preciso desenvolver mais um pano de fundo econômico, que é basicamente o que seria qual o contexto econômico-financeiro, a base econômico-financeira de políticas em nível econômico-financeiro, sobretudo tributário, que de uma forma geral alimentam tudo isso. Porque eu tenho acompanhado o processo nas Nações Unidas, acabo de voltar da reunião que foi feita em Bonn, e quero dizer – não vou aqui desenvolver este raciocínio –, que não acredito na capacidade de o processo da UNFCCC, por si só, conseguir fazer o que o PNUMA chama de *bridge the gap*; a diferença é abissal. Pode haver um avanço significativo até 2015, mas não será suficiente.

Então, eu estou me preocupando, neste momento, muito mais com o que seriam os complementos disso, com outras ações em nível internacional.

Uma das coisas fundamentais que eu vejo é a questão de o sistema econômico e o sistema financeiro internacional serem formatos direcionados a fim de contribuir na direção de uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, nós fizemos, no Rio de Janeiro, como evento paralelo à Rio+20, o Rio Climate Challenge, o Rio Clima, que acabou com cinco grandes recomendações à Conferência Rio+20. Recomendações de desenvolvimento sustentável em geral, mas

com uma grande aplicação no campo da mitigação, que eram basicamente a questão do fim dos subsídios aos combustíveis fósseis e da taxaço do carbono, de acordo com a sua intensidade. Essa é uma posição que o Fundo Monetário Internacional, o FMI, acaba de adotar, tendo publicado um estudo muito detalhado de aplicação prática, e não apenas teórica, a respeito. Eu acho importantíssimo que ele seja lido por todos e assimilado, inclusive porque o Fundo Monetário Internacional mostra que os subsídios aos combustíveis fósseis privilegiam basicamente as camadas mais ricas das populações dos diferentes países; e mostra também como é que se poderiam compensar os efeitos inflacionários do fim desses subsídios pelo plano de medidas de compensação social, retirar uma parte dessa renda e passar diretamente para os afetados.

A segunda questão é a boa e velha questão do PIB, a ideia de mudar o cálculo do PIB incorporando outras variáveis, e aí temos o Relatório Stiglitz, essa coisa toda, que precisava ser simplificada; mas isso é um elemento da mais alta importância.

Depois, já foi aqui mencionado um grande investimento público, um *new deal* internacional, um grande investimento público em tecnologias limpas, inovação tecnológica, para poder reduzir as emissões; a questão da atribuição de valor econômico para o serviço prestado por ecossistemas e – aí eu acho que é um ponto abissalmente fulcral, uma Bretton Woods do baixo carbono.

O que significa essa metáfora? É preciso haver uma formatação do sistema financeiro internacional, dos seus infindáveis produtos, no sentido de remar na direção de uma economia de baixo carbono, porque a capacidade de os governos todos – Estados Unidos, China, Brasil, todos os governos –, por si só, através de seus próprios meios, chegarem ao famoso *bridge the gap*, ou seja, concentração de gases de efeito estufa a 450 ppm e aumento de temperatura até 2°C, a capacidade de eles fazerem isso por si só, com suas próprias forças, é um pouco a capacidade de o Barão de Münchhausen conseguir sair do pântano puxando os próprios cabelos.

Hoje há US\$123 trilhões, ou algo parecido, girando fora do controle de governos no Planeta, dentro dos circuitos financeiros, os vários que existem internacionalmente, essas nuvens de recurso. Se um centésimo disso – 1% disso –, de alguma forma, pudesse ser lastreado na direção de uma economia de baixo carbono, isso já representaria mais que o conjunto de todas essas cifras que são colocadas nas diferentes reuniões nas Nações Unidas. A gente estaria falando em mais ou menos de um trilhão, um pouco mais de um trilhão.

E como fazer isso? Aí há várias ideias.

Outro dia, eu estava lendo um cara que queria criar um Bretton Woods do baixo carbono, no sentido de que, no Bretton Woods, as moedas eram lastreadas no padrão ouro, então, por que não lastrear as moedas com redução de carbono? Não sei se isso é delirante, se é inviável ou não; não entendo o suficiente para poder dizer isso. Agora, o que me parece é que tem que haver, de fato, uma formatação do sistema financeiro para servir a uma economia de baixo carbono, na forma com que hoje ela está servindo ao contrário. E esse é um esforço de imaginação, de criatividade, de discussão que não pode ser feito pelos cientistas que estudam mitigação nem pelos políticos que falam e nem por pessoas ligadas a indústria, comércio. Esse é um saber precípua da área financeira, da área dos bancos de investimento, da área das finanças públicas, enfim. Então, eu acho que isso talvez seja a grande questão que falta. Não é que falte; isso está mencionado no que o Roberto Schaeffer colocou. Porém, eu acho que, pela sua importância, deveria ser mais desenvolvido, porque isso, de fato, é o pano de fundo e tudo.

Se nós tivermos um ambiente de finança internacional e, evidentemente, um ambiente nacional – e aí inclui-se muito a questão tributária também –, se a gente tiver ambiente, o processo de mitigação passa a ser um processo quase espontâneo de um ciclo virtuoso, e ele perde um pouco essa característica que apavora os agentes econômicos de que há uma imposição, de que vão obrigar a cortar. “Aí eu vou ter de despedir, para poder não emitir.” Todo esse drama é um pouco induzido pela ideia de que esse é um processo de comando e de controle, quando, na verdade, deve haver uma forma de se engendrar uma dinâmica na economia que aponte nessa direção. Acho que esse é o grande desafio.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Sirkis.

O Deputado achou que a reunião começaria às 10 horas. A gente tentou começá-la antes, porque hoje não é um dia ordinário de reunião da Comissão. Quinta-feira é o dia em que os Parlamentares regressam aos seus Estados. Então, como aqui houve um bom número, nós encerramos dessa forma.

Vou passar a palavra, imediatamente, aos nossos convidados, para que eles possam fazer observações acerca das colocações do Deputado Sirkis e, ao mesmo tempo, fazer suas considerações finais.

Então, vou começar da mesma forma, pela ponta.

Com a palavra, o Dr. Adriano.

Antes de o Dr. Adriano falar, quero dizer que já está disponível o que foi dito aqui na página do Senado. Não sei se já está disponível na página da Câ-

mara, da Comissão de Meio Ambiente, mas podemos providenciar isso. Mas, no *site* do Senado, na página da Comissão de Mudanças Climáticas e na da Comissão de Meio Ambiente, isso já está disponibilizado. Vamos fazer contato para que sejam disponibilizadas também no *site* da Câmara as apresentações que foram feitas aqui.

Com a palavra, o Dr. Adriano.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA –

Obrigado, Senadora.

Não foi proposital eu ter vindo para esta outra ponta, para iniciar agora.

Eu gostaria de, brevemente, fazer algumas considerações finais e um comentário que acho que é relevante em relação ao esforço conjunto que o Governo vem fazendo em relação à mitigação de mudanças do clima.

É claro que o resultado que salta aos olhos é um esforço de redução do desmatamento. Como mencionei na minha intervenção inicial, a gente conseguiu alcançar 83% de redução do desmatamento em 2012, se comparado com 2004. Esse esforço de redução do desmatamento é um esforço interministerial. Nós devemos lembrar que existe, dentro Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, um comitê formado por dezenas de Ministérios. Esse conjunto de esforços interministeriais também se reflete em outras áreas.

É bastante importante enfatizar que, dentro do conjunto de ações, nós temos hoje nove planos de mitigação e adaptação. Cinco deles têm ligação com as ações de mitigação nacionalmente apropriadas e informadas à Convenção em 2010, que são os planos na Amazônia e no Cerrado, o plano de agricultura, o plano de desenvolvimento energético e o plano de carvão vegetal sustentável. E os quatro adicionais são o plano de transporte, capitalizado pelo Ministério das Cidades e pelo Ministério dos Transportes na parte de mobilidade urbana e na parte de transportes de cargas; o plano do setor industrial; o plano de mineração e o plano de saúde. Então, temos um conjunto importante de ações de mitigação.

Não vou entrar na área do Aloísio sobre a desoneração do setor automotivo, mas, falando sobre ações importantes que temos no setor de transportes, basta mencionar os dois planos conduzidos pelo Ministério dos Transportes e pelo Ministério das Cidades, que tratam da questão da mobilidade urbana e de transportes de cargas e que trarão importantes resultados também no setor de transportes, e o próprio uso do etanol. Como o próprio Deputado Fernando Ferro mencionou, o etanol já incorporado à gasolina seria

uma forma natural de compensação de emissões dos nossos combustíveis fósseis.

Nesse sentido, eu também gostaria de destacar a importância do plano de energia. Embora nós tenhamos uma das matrizes mais renováveis do mundo, com mais de 45% de recursos renováveis, ainda assim, dentro desse esforço dos nove planos, nós temos ações voltadas para a manutenção da nossa característica de matriz renovável, incluindo o incremento de uso de biocombustíveis – aí falamos do biodiesel e do etanol.

Eu só queria dar a ideia de que existe, sim, um esforço conjunto do Governo em relação à mitigação de mudanças do clima.

Para finalizar, falando novamente sobre o projeto, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar o MCTI pela iniciativa. O grupo executivo discutiu bastante o projeto. Como o Secretário Carlos Nobre mencionou, há uma iniciativa coordenada e conduzida pelo MCTI, mas o Governo também está envolvido e bastante coeso nesse projeto.

Aproveito também para dizer da felicidade de termos o PNUMA como agente implementador desse projeto, e a própria COP, com sua excelência acadêmica. É óbvio que sou um pouco suspeito para falar, porque tive a oportunidade, a felicidade e a honra de fazer minha pós-graduação na COPPE, mas é fato que ter a COPPE nesse projeto traz um papel importante de excelência para os resultados que certamente serão obtidos.

Obrigado, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PC DO B – AM) – Obrigada.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Aloísio.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO –

Muito obrigado, Senadora.

Eu gostaria, inicialmente, de comentar um pouco as questões apresentadas ainda pelo Deputado Fernando Ferro e também pelo Senador Eduardo Amorim. Eles mencionaram essa questão e não é a primeira vez que nós nos defrontamos com ela, que se refere aos possíveis impactos de medidas como a desoneração do IPI e o incentivo – de certa forma – à aquisição de veículos, do ponto de vista das emissões e tudo mais.

Efetivamente, eu diria que essa se trata de um conjunto de medidas e as demais medidas de desoneração que de fato foram calibradas olhando para a atividade econômica e essa conjuntura em que estamos agora, em que foi necessário mobilizar um conjunto de instrumentos para acionar os diversos setores da economia. O setor automobilístico, com o peso que tem de algo próximo a 30% do PIB, sempre motiva a atenção e requer essas medidas.

Então, de fato, isso com o conjunto das outras medidas, da elevação do volume de financiamento disponibilizado pelo BNDES na forma do PSI, mas também com um conjunto de investimentos diretos por conta do PAC, o Governo Federal, no esforço de preservar e ampliar o seu volume de investimentos, está focando muito nesse contexto, nessa efetiva necessidade de manter e ampliar o nível de atividade econômica.

Há – vamos dizer assim – certa inconsistência disso com objetivos de longo prazo? Certamente temos que reconhecer que sim. Agora, a pergunta que se coloca é: hoje, efetivamente, dispomos dos instrumentos necessários para avaliar de forma integrada cada uma dessas medidas e ter efetivamente um balanço, um dimensionamento dos seus impactos no conjunto, para, aí sim, poder ter uma decisão informada sobre os diferentes aspectos e impactos das medidas? Aí, eu diria que não, que de fato a gente não dispõe de ferramenta instrumental de análise que seja capaz de indicar onde cada medida como essa impacta positiva ou negativamente, do ponto de vista das externalidades que ela vai gerar.

No caso específico dos automóveis, talvez gás de efeito estufa seja uma questão. A autorização do inventário que o Secretário Carlos Nobre informou, que deverá ser divulgado em breve, já vai trazer um pouco de como tem evoluído essa componente das emissões relativas ao consumo de combustíveis. Mas talvez, nesse caso especificamente, há conjunto de outros impactos ou externalidades negativas que a gente deve ter a capacidade de analisar, porque hoje talvez não tenhamos – e que se referem muito mais a poluente local e principalmente à externalidade do ponto de vista de trânsito nas cidades, do custo que isso gera, ou seja, da demanda que isso gera para os poderes locais.

Acho que é um conjunto de elementos que, talvez, hoje não estejamos habilitados, capacitados ainda plenamente para coordenar do ponto de vista da tomada de decisão. Esse projeto entra suprimindo a parte dessa lacuna no que se refere às emissões.

Eu acho que é importante também considerar, agora, olhando diretamente para o projeto as preocupações do Deputado Sirkis. Eu diria que a gente havia feito alguma referência antes a esse exercício, no âmbito da Política Nacional de Mudança do Clima, de elaboração dos planos setoriais; já tem sido um exercício muito intenso de diálogo intersetorial. E não é à toa que estão aqui presentes representantes do Ministério de Minas e Energia, do Ministério das Cidades, do Ministério dos Transportes; ou seja, de vários Ministérios que se integram e passam a de forma conjunta, coordenada, dialogar sobre os desafios colocados para

mitigação e para os cenários de mitigação de longo prazo no Brasil. Acho que isso é bastante promissor. Mais uma vez, o projeto deve ser capaz de receber os *inputs* dessas várias áreas e de promover esse diálogo.

Há uma questão que não tenho certeza se foi mencionada pelo Dr. **Schaeffer**, mas, uma parte importante do projeto vai ser uma coordenação técnica interministerial por meio da qual esse conjunto vai ter um diálogo com cada setor, para um afinamento do cenário de cada um dos setores com os ministérios, com os órgãos responsáveis, mas também uma visão conjunta da integração desse cenário, dos possíveis impactos de integração, vamos dizer assim, dos impactos das medidas entre os vários setores. Então, esse exercício de coordenação do projeto vai ser para a gente, para o Governo Federal, um elemento muito importante que vai ocorrer no âmbito técnico, gerencial, mas se espera que, com isso, a gente tenha a capacidade de oferecer, vamos dizer assim, para a tomada de decisão, um pacote bem mais complexo do que a gente tem hoje e do que deve ser levado em conta.

Especificamente na nossa área, a gente já fez até um primeiro... Do ponto de vista dos cenários macroeconômicos, de fato, talvez não se contemple todos os elementos que o Deputado Sirkis coloca, mas já houve previamente uma conversa com a área de macroeconomia do Ministério da Fazenda, com o Ipea, em torno de quais devem ser os parâmetros macroeconômicos e como, na verdade, sem chegar aos números, eles devem ser considerados no exercício desse modelo – ou seja, a projeção de crescimento de PIB, a taxa de câmbio, cenários de taxas de juros, eventualmente os principais preços, como o preço do petróleo –, como eles devem ser e como, na verdade, a gente deve buscar compor cenários que se integrem a eles, que consigam se alimentar das visões das várias áreas, das projeções do setor de energia, das projeções econômicas. Enfim, eu diria que esse projeto nos traz essa chamada, esse desafio, não só do ponto de vista dos resultados, mas o diálogo desse projeto vai ser um elemento importante.

Finalmente, Senadora, eu acho que é importante, como falei no início, dizer que estamos abertos a dialogar, a discutir. Temos iniciativas sobre as quais, em momentos oportunos, nós poderemos dialogar. Eu citaria aqui, por exemplo, um projeto nosso de cooperação com o BID e com o Ministério do Planejamento, já iniciado, que está fazendo a capacitação das Secretarias Estaduais de Fazenda e Planejamento e Mudança do Clima, começando pela interface entre o fenômeno da mudança do clima e o impacto disso sobre as políticas estaduais, as interfaces com as questões orçamentárias, fiscais, no âmbito estadual e no âmbito local, um

projeto que começou com uma atividade presencial, mas que hoje é um ensino a distância que tem algo como 170 participantes, nas primeiras turmas. A gente acha que é muito relevante ampliar o circuito desse diálogo em torno da mudança do clima para esses interlocutores que fazem gestão orçamentária e financeira e que ficam bastante distantes, isso é algo em que a gente também está investindo no Governo Federal.

Enfim, há um conjunto de outras iniciativas nesse campo que a gente entende que são bastante relevantes. Eu citaria apenas mais uma, também referida aqui pelo Deputado Sirkis: o Ministério da Fazenda também tem dialogado com o IBGE, que é o interlocutor brasileiro no âmbito do Comitê de Estatísticas da ONU, para a aplicação da metodologia da contabilização ambiental junto às contas nacionais, na perspectiva de haver, junto com a conta do PIB, contas-satélites para parâmetros ambientais. O IBGE está avançado no trabalho da primeira conta ambiental, que vai ser de água. Tem agenda para outros setores, para florestas e outros, mas é um trabalho que já está iniciado e com o qual a gente tem também feito um esforço de coordenação, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, com o IBGE, com o Ministério do Meio Ambiente, porque a gente entende que vai ser uma inovação importante conseguir ter essa leitura mais ampla, trazer, vamos dizer assim, para as contas nacionais esses parâmetros ambientais.

Acho que são esforços iniciais, mas são relevantes e que, mais uma vez, colocamos à disposição da Comissão Mista de Mudanças do Clima e da Comissão de Meio Ambiente, para poder dialogar, compartilhar os avanços e também relatar os desafios em torno dessas iniciativas.

Parabéns, mais uma vez, pela iniciativa desse diálogo. Estamos à disposição.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Aloísio.

O Dr. Aloísio acabou de falar que tem vários representantes de ministérios aqui. Quero saudar a todos, saudando Drª Beatriz Carneiro, que é do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Coordenação-Geral de Análise da Competitividade e Desenvolvimento Sustentável. Nós vamos incluir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio num próximo debate da Comissão, porque a gente está procurando colocar todos e, inclusive, trazer aqui rápida e brevemente o Ministério de Minas e Energia – não é, Deputado Sirkis –, para que vocês façam parte do debate conosco.

Lamento, mas vou ter deixar o Deputado Sirkis na direção dos trabalhos, porque eu tenho hora mar-

cada para médico e ele tem um requerimento, de que ele mesmo pode fazer a leitura ao término da reunião, para que a gente possa aprová-lo.

Então, muito obrigado a todos. O Deputado fará a conclusão dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Bem, prosseguindo aqui nossos trabalhos, Denise Hamú.

A SRª DENISE HAMÚ – Vou ser bastante breve, mesmo porque acho que tudo foi dito. Agora temos de continuar esses trabalhos já iniciados. Mas eu gostaria só de ressaltar que eu acredito – e a gente percebeu isto hoje, pela manhã – que, além dos desafios que a gente tem na área ambiental, em especial com relação às mudanças climáticas, há o trabalho de conversão de outros convertidos, Deputado. Para que a gente possa tanto estar aqui formalmente discutindo essas questões quanto políticas públicas, para que sejam mais alinhadas, eu queria só ressaltar que o PNUMA acredita que nós temos aqui todos os elementos, todos os ingredientes necessários para que a gente tenha um processo e um projeto de sucesso.

Então, a gente está muito feliz aqui com essa parceria e gostaríamos de nos colocar à disposição para o que for necessário a partir de agora, para que a gente possa, daqui a alguns anos, olhar para trás e ver que valeu a pena esse esforço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Obrigada, Denise.

Roberto.

O SR. ROBERTO SCHAEFFER – Vou falar muito rapidamente, basicamente até tentando responder ao que o Deputado Sirkis e o Aloísio comentaram. Uma das partes mais importantes do projeto é a questão macroeconômica. De fato, nesses cenários de longo prazo macroeconômicos que serão necessários, certas questões complicadas da economia brasileira hoje terão que ser discutidas e melhor equacionadas ao longo do tempo.

Por exemplo, foi mencionada essa questão da manutenção do preço artificial da gasolina no Brasil, que tem levado a que se saia do etanol e se vá para a gasolina. É uma anomalia que se espera que, num cenário até 2050, seja resolvida no meio do caminho. Então, várias questões hoje...

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – No meio do caminho?

O SR. ROBERTO SCHAEFFER – No comecinho do meio do caminho. Entenda-se o meio do caminho como qualquer coisa que não é começo ou o fim, mas uma coisa entre os dois. Espera-se que seja em algum lugar talvez mais para o começo do que para o final.

Então, é fundamental essa questão, vamos dizer, macroeconômica brasileira e o próprio contexto internacional. Quer dizer, a discussão de mecanismos e maneiras de se fazer a mitigação acontecer no Brasil pressupõe que alguma coisa maior esteja ocorrendo no mundo também. Então, não será o foco do trabalho discutir mecanismos mundiais, mas, claramente, isso irá permear também o trabalho.

Finalmente, o último comentário em relação à importância de outros Ministérios estarem representados, de fato, a gente entende que o Ministério de Minas e Energia tem sido um pouco mais reativo. Mas eu diria que é mais o Ministério de Minas e Energia situado em Brasília do que o seu braço, a EPE, situada no Rio, que tem sido muito construtiva, muito próxima da gente, inclusive na parte macroeconômica. Discuti com o Presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, e haverá uma parceria grande entre esse estudo e o próprio cenário de 2050 que a EPE começa a fazer agora. Então, não haverá esse descolamento entre o que o Ministério de Minas e Energia está fazendo e o que esse estudo da Rede Clima fará porque, de fato, essas conversas já estão acontecendo. Então, eu acho que, também ao longo do trajeto, esse casamento melhor será feito.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Antes do Prof. Carlos Nobre, eu quero só pontuar algumas preocupações em relação a isso.

Quando se fala da questão do subsídio à indústria automobilística, não só ele em si é questionável como o fato de ele ter sido completamente sem uma contrapartida, porque, nos Estados Unidos, quando Barack Obama resolveu salvar a indústria automobilística, no auge da crise, em 2008, ele fez uma série de exigências em termos de inovações tecnológicas que levassem a uma diminuição das emissões. Aqui, a gente começou subsidiando carro usado e depois continuou subsidiando, mas sem exigir nenhuma contrapartida. Esse é um aspecto.

O segundo fato altamente preocupante são esses leilões de carvão. A questão, claro, é que isso não é muito significativo na matriz energética brasileira. Concordo. O problema é que uma dessas usinas a carvão nova que vai ser instalada é uma emissão que estamos comprando não por um ano, mas para os próximos 40, 50, 60 anos. Então, essa é outra questão preocupante.

Já foi mencionado aqui o relativo abandono do Proálcool e toda essa questão em que nós tínhamos aí uma vantagem comparativa enorme em relação aos outros países e até aos Estados Unidos, porque de fato o nosso álcool é muito mais seguro e ambientalmente saudável do que o deles.

Então, há uma série de situações que estão meio saindo dos trilhos, e a verdade é que temos de reconhe-

cer que as pessoas que se preocupam com esse tipo de problema são o segmento relativamente minoritário dentro do Governo Federal e altamente minoritário no Parlamento. Essa é a nossa realidade, Carlos Nobre.

O SR. CARLOS NOBRE – Mais uma vez, muito obrigado à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal pela oportunidade de lançar esse projeto nestas Casas.

Eu não vou elaborar demais nesse debate. Ele é muito importante e relevante; é central. E prefiro ter um pouquinho mais de otimismo, porque vejo alguns sinais, Deputado Sirkis, de mudança.

Primeiro, logicamente, há esse compromisso muito grande de reduzir desmatamentos, que está introjetado na sociedade brasileira. Não que seja fácil, mas acho que a batalha psicológica e sociológica nós estamos ganhando. Não que ganhamos, mas estamos ganhando, o que é muito importante. É a visão de que o desenvolvimento pode-se dar de outra maneira.

Também vejo sinais positivos na agricultura. O Plano ABC, que ainda é muito jovem, de agricultura de baixo carbono, está sendo demandado. É lógico que temos de esperar os resultados. Não é algo que se construa em um ano. Mas na agricultura brasileira nós estamos começando a ver a mudança, porque ela própria está enxergando as oportunidades econômicas desse plano. É mais simples – vamos dizer assim – ver, naquelas modalidades que o plano permite. São seis modalidades; há muito mais, ainda, a se explorar. Mas é o chamado *win-win*: tornar a agricultura mais eficiente ao mesmo tempo em que ela reduz o seu impacto ambiental não só na questão da emissão, mas também na redução do impacto na biodiversidade, na perda de qualidade do solo, na erosão, na qualidade da água e na regularização das vazões. Então, é um pacote muito completo, muito inicial, mas não é pequeno, é um pacote de dimensão; não é mais um piloto, uma tentativa. Eu sou otimista de que a agricultura brasileira vai cada vez mais demandar e daqui a pouco vamos começar a ver os resultados.

A questão da energia é bem mais complexa. Todos vocês já manifestaram que a coisa é mais complexa. Eu me preocupo também, porque nós temos dito há muito tempo, há duas décadas, sobre essa vantagem comparativa do Brasil. E de certo modo nos orgulhamos dela, com 45%, 46% de elementos renováveis da matriz. Mas, por exemplo, 20 anos atrás a matriz dos outros países, principalmente da Europa, do Japão, dos Estados Unidos, era pouquíssimo renovável, mas se você olha o plano da Alemanha – cito um país industrializado que está avançando demais nessa área

–, você vê que, em 2030, 50% da matriz total alemã serão renováveis, sem a energia nuclear; a energia nuclear está sendo descomissionada. O Japão tem planos parecidos. A Grã-Bretanha tem planos parecidos.

Junto com essa matriz renovável e com a redução das emissões, vem uma revolução tecnológica. O Roberto, a COPPE é muito especializada nisso. Mas um dos objetivos desse projeto é mostrar essas opções e todas essas tecnologias de ruptura que estão surgindo e que já surgiram – e várias ainda vão surgir.

O Brasil tem de acordar. Em algum momento, nós vamos ser ultrapassados na matriz energética. Isso pode ocorrer daqui a dez ou quinze anos. E seremos ultrapassados! E, talvez, se formos ultrapassados, estejamos numa situação desprivilegiada. Poderemos ser ultrapassados, sem a possibilidade de recuperação rápida. Então, é muito importante que essa questão da energia seja também central para o Governo como um todo.

Em especial, sou otimista no sentido de que esse estudo pode iluminar mais essa questão. O próprio Aloísio já falou que é preciso ser feita uma análise quantitativa mais rigorosa, mais abrangente. É esse o objetivo desse estudo, que, de novo, integra todo o Governo. Essa é uma iniciativa com responsabilidade de condução do Ministério de Ciência e Tecnologia, que o fará através da Rede Clima. Mas ele é um estudo feito desde o início. E, para dentro do estudo, Deputado, estamos trazendo todos os atores relevantes.

Acho que temos de, realmente, no setor de energia – não vou discordar das preocupações aqui manifestadas –, avançar mais. É um dado conhecidíssimo o de que o Brasil, talvez, seja o primeiro ou o segundo país – não sei se o Brasil é o primeiro ou o segundo – em potencial de todas as formas de energia renováveis. Realmente, não nos podemos conformar em não explorar esse potencial no seu máximo.

Deputado, o senhor menciona sempre a questão da energia solar. Eu também tenho essa preocupação. O custo de aprendizagem da energia solar despencou – não sei o número de cabeça – nos últimos dez anos internacionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Oitenta por cento em cinco anos!

O SR. CARLOS NOBRE – Oitenta por cento em cinco anos! Então, nós não podemos ficar para trás.

Não sei, Roberto, se o Brasil é o primeiro ou o segundo país, somando todas as nações... Se não é o primeiro, é o segundo. Brasil, Estados Unidos e China são os três países com esse enorme potencial de energias renováveis.

Realmente, o caminho é esse. O caminho no setor de energia é ter matrizes renováveis. E os outros

países estão perseguindo isso. Por mais que também continuem aumentando as emissões fósseis, os outros países estão promovendo uma revolução tecnológica nessa área. E nós não podemos ficar atrás.

Mais uma vez, agradeço às Comissões.

Estamos muito entusiasmados, pois achamos que esse projeto, num curto intervalo de alguns anos, vai iluminar muito essa questão e trazer dados seguros, para que possamos continuar numa trajetória de desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Penso que o Prof. Carlos Nobre identificou exatamente o ponto fulcral do problema. Nós avançamos um bocado no controle do desmatamento, na redução de emissões por desmatamento. É claro que ainda podemos avançar mais, embora, daqui para frente, os resultados serão decrescentes na sua intensidade.

Na questão da agricultura, existe essa coisa promissora a que o Prof. Carlos Nobre se referiu. E até, curiosamente, eu cito que esse é o campo em que temos menos conflitos com os ruralistas, porque eles veem um ganho econômico concreto. Então, é mais fácil se avançar com a ideia da agricultura de baixo carbono do que se imaginaria. Então, concordo que a dificuldade fulcral está na questão energética.

O subsídio à gasolina no Brasil é ruim. É péssimo do ponto de vista do meio ambiente local, como foi mencionado aqui, é péssimo do ponto de vista das emissões e tem sido muito ruim para a própria Petrobras, tem sido uma razão de estrangulamento da Petrobras. São enormes as dificuldades que a empresa está enfrentando, inclusive com uma queda violentíssima das ações. Aqueles de nós que tiveram o azar de, há alguns anos, comprar ações da Petrobras com o FGTS percebem as consequências disso. E uma das grandes razões da falta de confiança no futuro da Petrobras é justamente essa questão de a gasolina no Brasil ser subsidiada, como o é em vários países. Está claramente demonstrando que isso é ruim. Isso está sendo feito por uma questão de muito curto prazo. Não sei se há outras razões, mas a razão que me parece mais relevante é o medo das estatísticas inflacionárias, que podem gerar um custo real da gasolina.

Mas, realmente, como o estudo do Fundo Monetário Internacional muito bem aponta, os danos de médio e longo prazos permanentes do subsídio aos combustíveis fósseis são de enorme monta. Do ponto de vista social, os subsídios aos combustíveis fósseis favorecem as camadas mais ricas da população. Então, é absolutamente fundamental se imaginar uma forma de desativar esses subsídios, o que, imagino, é um processo gradual, mas seguro, e de se estabelecerem

mecanismos de compensação social direta em relação àquelas consequências inflacionárias que a remoção desses subsídios possa ter e que atinjam as camadas mais pobres da população em geral.

Inclusive, esse estudo analisa isso muito bem, mostra exatamente esses mecanismos. Aí é preciso haver, é claro, uma estratégia política e uma estratégia de comunicação que sejam inteligentes, porque, senão, corre-se o risco de haver aqui um caracaço. Todos aqui se lembram da presidência de Carlos Andrés Pérez, daquela revolta popular que houve quando a Venezuela tentou retirar uma parte dos seus subsídios. Isso faz com que a gasolina da Venezuela seja vendida a preço que nem vou dizer que é de banana, muito menos de banana, mas a preço de nada praticamente.

Isso tem de ser feito de forma bem pensada, com uma estratégia. Mas isso é preciso ser feito, da mesma forma que a questão da taxação do carbono. Eu não estou falando em aumentar a carga tributária, mas em substituir outros tributos que sejam até socialmente regressivos e ambientalmente regressivos, como os vários que nós temos, em substituir os tributos existentes por uma taxação maior do carbono, por uma taxação diferenciada. Acho que o óleo diesel é uma questão, a gasolina é outra questão, mas, de toda forma, acho que os subsídios têm de ser removidos e que uma taxação precisa ser estabelecida sobre o carbono. Essa é uma daquelas coisas de base para uma política energética.

Em relação à questão das energias limpas, a que o Prof. Carlos Nobre se referia, quero dizer que a questão da energia solar no Brasil é um escândalo, é um escândalo sem tamanho! Nós temos duas vezes e meia a insolação da Alemanha. A Alemanha chegou a um ponto em que, em determinados dias de verão, consegue produzir cerca de 30% da energia dela com solar. Há as fazendas solares, por um lado, e a geração distribuída de outro lado. Somando-se as duas, em certos dias, eles conseguem chegar a essa marca, que é uma marca realmente impressionante, considerando a energia solar. E, no Brasil, onde há duas vezes e meia a insolação da Alemanha, não conseguimos que o Ministério de Minas e Energia aceitasse uma emenda parlamentar dedicando R\$2 milhões para formar eletricitistas prediais na instalação de placas fotovoltaicas.

Eu tinha descoberto que, no Rio, não havia nenhum desses eletricitistas. Tenho contato com o pessoal que estava instalando os painéis na biblioteca do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, e eu soube que eles tiveram de importar um técnico do Espírito Santo, porque, no Rio, não havia nenhum eletricitista predial formado para fazer isso. Esse é um caso absolutamente caricatural, porque

envolve formação de mão de obra, envolve geração de empregos. Assim, pode-se ver a quantas anda a cabeça dessas pessoas!

Quanto à questão do carvão, a gente sabe que uma parte... É claro que há o *lobby* do carvão dentro da Câmara, e não se aprova nada que mexa nos interesses dele. Mas aí você pode até dizer: “Em Santa Catarina, no Sul do País, há geração de empregos”. Essa é uma coisa, mas existe uma questão que é a importação de carvão em navios que levam o nosso minério de ferro para a exportação. E, para rentabilizar a volta desses navios, eles vêm cheios de carvão. Aí o carvão chega aqui, e perguntamos: “O que é que vamos fazer com o carvão?” Aí montamos uma térmica a carvão, para rentabilizar essa importação totalmente artificial de carvão.

Como eu falei, isso não é uma coisa significativa na nossa matriz, mas, se continuar desse jeito – acaba de ser anunciado, inclusive, um leilão –, vão começar a sujar, pouco a pouco, a matriz, que é limpa. Dentro de alguns anos, se esse processo continuar, teremos uma matriz completamente diferente da que temos.

Então, eu queria agradecer muito a presença de todos aqui. Espero que, na próxima reunião, outras esferas de governo também estejam aqui presentes.

Coloco a nossa Comissão à disposição de vocês.

Já estamos nesse processo com vistas a 2015. Embora eu não acredite que o sistema ONU, ou, melhor dizendo, o sistema da UNFCCC seja capaz, por si só, de produzir uma solução, é claro que ele é muito importante. E o papel do Brasil é extremamente importante dentro desse sistema.

Haverá uma mudança de guarda. O Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e o Embaixador André Corrêa do Lago estão assumindo novas funções em Nova York, vão ser nosso representante e sub-representante na Organização das Nações Unidas. Uma nova equipe vai assumir as negociações do clima. E uma das coisas que pretendo fazer brevemente, no marco da Subcomissão COP 19 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Mudanças Climáticas, é uma audiência com as duas equipes, com a equipe que sai do Itamaraty e com a equipe que entra, para podermos fazer uma discussão e perceber exatamente qual vai ser a lógica dessa transição.

Agradecemos aos nossos convidados, que estão dispensados.

Eu gostaria somente de submeter à votação um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente desta Comissão.

ITEM 1
COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 4, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, convite ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Sr. Marco Antonio Raupp, para apresentar o Relatório de Atualização das Estimativas de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

O Requerimento é assinado na sala das Comissões, no dia de hoje, e é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, EM CURITIBA.

Às nove horas e trinta minutos do dia três de junho do ano de dois mil e treze, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em Curitiba, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Senador Sérgio Souza e dos Deputados Sarney Filho, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de Audiência Pública Regional para debater o tema: “adaptação: a Sustentabilidade Ambiental e o Setor Agrícola”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 12 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: João Luiz Rodrigues Biscaia, Diretor – Federação de Agricultura do Paraná – FAEP; Silvio Krinski, Engenheiro – Organização de Cooperativas do Paraná – OCEPAR; Josiléia Acordi Zanatta, Pesquisadora – Embrapa Florestas – Embrapa e Paulo Roberto Castella, Coordenador – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná – Sema. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Sena-

dor Sérgio Souza e a Senadora Vanessa Grazziotin e, também, o Deputado Sarney Filho. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quinze minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e treze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Senador Antonio Carlos Valadares e dos Deputados Sarney Filho, Relator, Ricardo Tripoli, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner e Alfredo Sirkis, membros da Comissão. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de Audiência Pública para debater o tema: “*agricultura de baixo carbono e extensão rural*”, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão, em 12 de março do corrente, com a presença dos seguintes convidados: José Guilherme Leal, Diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SPA/MAPA; Marco Pavarino, Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; João Carlos De Carli, Assessor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator da Comissão, Deputado Sarney Filho, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Deputados Alfredo Sirkis, Ricardo Tripoli e Celso Maldaner. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Ao final, a Presidência submete à apreciação os seguintes Requerimentos no âmbi-

to da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 5, de 2013-CMMC**, que “requer a participação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas no Seminário Internacional “Rio +20”. A Implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e PNUD, em parceria com o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável – Centro Rio+, dia 24 de junho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 6, de 2013-CMMC**, que “requer audiência conjunta desta Comissão com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para oitiva com os embaixadores Luiz Alberto Figueiredo Machado e André Aranha Corrêa do Lago, atuais negociadores brasileiros na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC), órgão da Organização das Nações Unidas responsável pelo novo acordo global do clima, como também com os futuros negociadores, os embaixadores José Antônio Marcondes de Carvalho e Benedicto Fonseca Filho”. **Autoria:** Deputado Alfredo Sirkis. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 7, de 2013-CMMC**, que “requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para oitiva com Christina Figueires, Secretária Executiva da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC) órgão da Organização das Nações Unidas responsável pelo novo acordo global do clima, no dia 20 de junho de 2013”. **Autoria:** Deputado Alfredo Sirkis. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

Notas taquigráficas

(Texto com revisão.)

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

A pauta da nossa reunião de hoje destina-se à audiência pública para tratar do tema: Agricultura de baixo carbono e extensão rural.

Nossos convidados já estão presentes, mas, antes de iniciarmos, pedimos licença aos nossos convidados, porque queremos colocar extrapauta a votação de três

requerimentos. Requerimentos que eu consulto – já é do conhecimento de todos os Srs. Parlamentares presentes – se todos concordam que os coloquemos extrapauta para apreciação? (Pausa.)

Então, havendo a concordância do Plenário, passo a palavra ao nosso Relator, para que faça a leitura dos requerimentos e para que possamos votá-los.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Requeiro, nos termos regimentais, a participação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas no Seminário Internacional Rio+20: A implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, o PNUD, em parceria com o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável Centro Rio+, que ocorrerá no dia 24 de junho do corrente, na cidade do Rio de Janeiro. Assina a Senadora Vanessa Grazziotin.

Então como é de autoria da Senadora, que está presidindo a sessão, eu coloco em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Aprovado. Senador, só para encaminhar a participação: é a participação da representação desta Comissão na Rio+20. Gostaria que a Secretaria enviasse aos Srs. Deputados, às Srªs Deputadas, aos Srs. e Srªs Senadoras o convite – já está confirmada a presença do Deputado Sirkis e do nosso Relator, o Deputado Zequinha Sarney, que estarão no Rio de Janeiro, participando desse importante evento.

E também creio que talvez fosse importante que enviássemos para lá pelo menos um dos nossos consultores para que acompanhe os Parlamentares.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Perfeitamente. É extremamente necessário!

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Com a palavra o Senador Zequinha.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Há outros requerimentos aqui. Esses requerimentos são do Deputado Alfredo Sirkis. São dois os requerimentos do Deputado Alfredo Sirkis: um requer uma audiência pública com a Secretária Executiva da UNFCCC, Cristina Figueiras; e o outro requer audiência pública com os atuais e os futuros representantes brasileiros na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima.

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Vamos votá-los conjuntamente. Então, em discussão ambos os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

Então, agora passamos para a nossa pauta. Concluída a apreciação dos requerimentos, eu quero convidar para compor a Mesa o Diretor do Departamento do Sistema de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. José Guilherme Leal; Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sr. Marco Pavarino, para compor a Mesa; o Assessor da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, Dr. João Carlos De Carli, para compor a Mesa. Creio que podemos começar exatamente na ordem.

Então, passo, imediatamente, a palavra. Aqui, nós temos um período pré-estabelecido de 15 a 20 minutos. Passo a palavra ao Representante do Ministério, do Mapa, do Ministério da Agricultura, Sr. José Guilherme Leal.

O SR. JOSÉ GUILHERME LEAL – Bom dia a todos! Bom dia, Senadora, agradeço pelo convite ao Ministério da Agricultura, para participar desta Comissão! Quero cumprimentar o Deputado Sarney Filho, o companheiro Pavarino, do MDA, e o João, da CNA. Nós vamos fazer uma rápida apresentação do Plano ABC, o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e a importância da extensão rural, dentro desse processo. Próximo.

As emissões de gás de efeito estufa, associadas à agropecuária, estão relacionadas nas questões do desmatamento, nas queimadas, que podem estar associadas ao desmatamento ou associadas em áreas já antropizadas, incorporadas, ao sistema produtivo, nas emissões geradas pelo revolvimento e preparo do solo, as pastagens degradadas e a fermentação entérica do gado.

Próximo.

O Plano ABC nasceu dentro do compromisso do Brasil, do compromisso voluntário, na COP 15, na redução da emissão dos gases do efeito estufa do País.

Próximo.

Em que foi colocado um compromisso para o Brasil, para a redução, até 2020, de 36% a 38,9%, cerca de 1 bilhão de toneladas de equivalente CO², tanto na agricultura, como na indústria e nos diversos segmentos que geram os gases do efeito estufa.

Próximo.

A partir da COP 15, tivemos a Política Nacional sobre Mudança de Clima, com os planos setoriais de mitigação e adaptação – e a agricultura está dentro desses planos estabelecidos.

Próximo.

Em 2010 e 2011, já tínhamos, o Brasil já tinha o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal; Plano de Ação

para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado; o Plano da Energia; o Plano da Agricultura; e o plano de substituição de carvão, desmatamento, por floresta plantada na siderurgia; e outros planos foram elaborados e já estão em implementação, desde 2011.

Próximo.

Dentro do sistema, da dinâmica da agricultura, nós temos, basicamente, a geração do metano, do óxido nitroso, do CO², algo em processos naturais e algumas coisas que são condicionadas pela incorporação, por exemplo, de fertilizantes. O Plano ABC pretende, justamente, que trabalhem com as tecnologias, reduzindo essas emissões, dentro do sistema de produção da agropecuária.

Próximo.

O importante é que ele está calçado em sistema de produção sustentável, que têm uma base técnica alinhada à parte da conservação e ciência do solo.

Próximo.

O plano está previsto em sete programas: Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistemas Agroflorestais; Sistema Plantio Direto; Fixação Biológica de Nitrogênio; Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos de Animais; e Adaptação às Mudanças Climáticas.

Próximo.

E, para cada um dos componentes, existe uma meta de compromisso de que vamos falar um pouco mais à frente. E a agricultura tem o compromisso, até 2020, de fazer uma redução entre 133 milhões e 162 milhões de equivalente CO².

Próximo.

E esse é um ponto importante. Independentemente do cenário de aquecimento global e possíveis mudanças climáticas que estão previstas, as tecnologias do Plano ABC são excelentes para a agropecuária, pois serão sustentáveis, preservam os recursos naturais e têm um componente de elevação de renda do produtor. Então, esse casamento é importante!

Próximo.

Tecnologias do plano.

Próximo, por favor.

Quanto à recuperação de pastagens degradadas, os números são variados, em termos de recuperação de pastagens degradadas. Nós temos trabalhado ultimamente, com o último levantamento apresentado pela Embrapa em função da capacidade de suporte, em torno de 60 milhões de hectares.

Próximo.

E o que nós queremos, realmente, é transformar, incentivar, o produtor a migrar de uma situação desta aqui, de uma pastagem totalmente degradada que é

a emissora para uma pastagem que vai lhe dar uma maior capacidade de suporte, condição de produção e que vai ter o componente de conservação e incorporação de CO².

Próximo.

Em relação à recuperação de pastagens degradadas, a meta, até 2020, é incorporação dentro do sistema de 15 milhões de hectares.

Próximo.

Integração lavoura, pecuária, floresta e os sistemas agroflorestais.

Próximo.

Essa é uma grande – podemos considerar também – uma revolução nos sistemas de produção agrícola, porque você incorpora, além da diversidade econômica, dentro do sistema, dá-se uma opção de produção para o produtor que casa, justamente, a questão da sustentabilidade com o aumento de produtividade e redução de vulnerabilidade econômica. Então, podemos ter a lavoura com a pecuária – o agrosilvipastoril –; a pecuária com a floresta – o silvipastoril –; a lavoura-floresta e a lavoura-pecuária-floresta.

Próximo.

E esses trabalhos têm mostrado que a pastagem recuperada e a incorporação de CO² pelo biomapa compensam, ao longo do tempo, as emissões da pecuária dentro desse sistema.

Próximo.

E a meta é a ampliação de 4 milhões de hectares com o ILPF e também com safra até 2020.

Próximo.

Sistema de plantio direto. É uma grande conquista do Brasil, da tecnologia do Brasil!

Próximo.

E o que nós temos é que, realmente, avançar e aprimorar ainda mais; sair apenas do plantio direto, que é a mobilização do solo, na linha e a manutenção da (*Inaudível.*), para entrar num sistema cada vez mais..., avançar num sistema de produção de plantio direto que incorpore a rotação de cultura, a sucessão de culturas, a consorciação que valorize, cada vez mais, o aumento da matéria orgânica do solo.

Próximo.

Refere-se à meta de ampliação em 8 milhões de hectares.

Próximo.

Fixação biológica de nitrogênio. A nossa realidade, na cultura da soja, o Brasil deixa de importar milhões de toneladas de nitrogênio, em função da fixação biológica de nitrogênio, bactérias que fazem a fixação associada, simbiótica com a cultura da soja. Então, praticamente não se usa fertilizante nitrogena-

do na soja, mas nós ainda temos como avançar em outras culturas.

Próximo.

Temos que avançar na incorporação dessa tecnologia para feijão, para a cultura do feijão de corda, o caupi, e, mais recentemente, para algumas gramíneas em que a pesquisa já existe, já existem produtos colocados no mercado. Então a ampliação em 5,5 milhões de hectares dentro dessas tecnologias, que vai evitar a utilização de fertilizantes nitrogenados de origem fóssil com o auxílio da rota biológica e a incorporação via bactéria.

Próximo.

Florestas plantadas. A expansão das florestas, em diversas culturas plantadas, evitando-se, assim, a demanda por madeira das florestas nativas. A expansão, previsão de 3 milhões de hectares.

Próximo.

Tratamento de dejetos de animais. O que, em algumas regiões, pode ser considerado um problema ambiental pode ser uma oportunidade tanto para voltar os dejetos como fertilizantes, economizando a compra e a incorporação de fertilizantes de outras origens, de origem mineral, como também para geração de energia. Então, nós já temos alguns trabalhos, principalmente no Estado do Paraná, mas precisa avançar, em outras regiões do País, a possibilidade de geração de energia pelos biodigestores dentro do sistema de tratamento de dejetos de animais.

Próximo.

E a meta é avançar em 4,4 milhões de toneladas de dejetos animais tratados adequadamente até 2020.

Próximo.

E o plano da agricultura tem o componente da adaptação de mudanças climáticas que é o investimento em pesquisa, em desenvolvimento e transferência de tecnologia, na seleção de sementes, no melhoramento genético, para que nós possamos estar preparados, caso realmente se confirmem, se achem aí alguns problemas, em relação a algumas mudanças climáticas. Mesmo se se fizer todo esse esforço, se houver um problema e mudanças regionais que inviabilizem ou dificultem a cultura, em algumas regiões, é necessário estar-se adaptado, para que a agricultura possa continuar a produzir, observando o componente da sustentabilidade.

Próximo.

Para apoiar o Plano ABC, existe a linha de crédito do programa ABC, para agora, no Plano Safra 2013/2014, anunciada recentemente pela Presidenta uma ampliação para R\$4,5 bilhões, juros de 5% ao ano, até 15 anos, dependendo do componente, para pagar – e o limite de crédito de R\$1 milhão. Quando

foi no complemento de florestal, este ano foi ampliado para 3 milhões.

Próximo.

Os desembolsos do plano, do programa, na safra ainda 2012/2013, com dados até abril, foram 8.359 contratos, com R\$2,5 bilhões tomados de crédito no programa. Então, houve uma evolução muito grande em relação aos dois primeiros anos, com a tomada de crédito, em que temos de avançar, porque ela ainda tem bastante concentração Sudeste/Sul e é importante avançar principalmente na Região Norte, dentro da opção de crédito para os produtores.

Próximo.

Bom, estratégia de implementação do plano. Além do plano nacional, nós estamos trabalhando na articulação para que cada Estado tenha o seu plano estadual, um Plano de Agricultura de Baixo Carbono por Estado, e na implantação dos grupos gestores estaduais.

Próximo.

Então, todos os Estados já possuem grupos gestores em diferentes estágios de funcionamento. O publicado, já oficializado por meio de portaria: Minas Gerais e Goiás já têm os seus planos estaduais. Outros, aqui, estão com planos elaborados ainda na parte final, e outros Estados estão num processo, ainda, de elaboração de seus planos estaduais.

Próximo.

A estrutura do plano tem uma série de ações e a gente tem de, realmente, destacar a parte de capacitação de técnicos e produtores, o crédito rural e a assistência técnica e extensão rural.

Próximo.

Em relação às capacitações, 12/13 em técnicos e produtores, boa parte ainda concentrada em produtores, que foi a estratégia montada inicialmente. Quase nove mil pessoas capacitadas nas tecnologias, aí, com grande parceria da Embrapa dentro desse processo.

Próximo.

Em relação à assistência técnica e extensão rural, o plano já contempla, até 2020, para a agricultura familiar – aí, o companheiro do MDA vai poder detalhar mais –, a garantia ou chamadas públicas para garantia para 525 mil famílias de agricultores de unidades de produção familiar. Recentemente, agora, com o anúncio da criação da Anater, o projeto de lei foi enviado ao Congresso pela Presidente no dia 6 deste mês, ficou sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, que vai trabalhar quando a agência estiver criada, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O atendimento, nós o priorizamos para 50 mil agricultores, ainda em 2014, para médios produtores, com as tecnologias do Plano ABC.

Então, isso é o que está programado para 2014 e, dentro da estratégia da Anater, vai centrar fortemente, ainda, qualificando ainda mais até via crédito, porque, hoje, os agricultores já pagam boa parte desses recursos, 2% dos projetos de crédito. Nós falamos, ali, de 8,3 mil contratos – são 8,3 mil contratos de agricultores que pagaram a assistência técnica, e nós queremos fazer um trabalho junto com as empresas que já estão no mercado, para qualificar a assistência técnica, para que o agricultor que já esteja pagando o serviço tenha, realmente, uma assistência técnica de qualidade, alinhada dentro das tecnologias que estão colocadas pelo Plano ABC.

Próximo.

Então, concluindo, o que nós realmente queremos dentro do plano, a previsão dentro desse plano é conseguir fazer essa conciliação cada vez mais forte entre a preservação e a produção sustentável, garantindo, sim, a expansão da produção, mas dentro do sistema sustentável de produção, com a preservação ambiental.

Próximo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. José Guilherme. A Mesa faz o destaque de que o senhor foi extremamente pontual, disciplinado com o tempo – casou o tempo com a sua explanação. Então, muito obrigada pela sua exposição: não vou fazer nenhum comentário – tenho vontade de fazer muitos, mas vou deixar para o final.

Vamos ouvir, agora, o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dr. Marco Pavarino.

O SR. MARCO AURÉLIO PAVARINO – Bom dia a todos os Srs. e Srªs Parlamentares, e aos demais convidados da Comissão! Senadora Vanessa Grazziotin, Deputado Sarney Filho, quero trazer os agradecimentos do Ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário, pelo convite para que a gente participe desta exposição, entendendo que é sempre importante a gente debater alguns temas que são bastante atuais, especialmente na agricultura. Quero cumprimentar o companheiro José Guilherme, do Mapa, e também o João Carlos, da CNA.

Eu vou aproveitar um pouco essa exposição feita pelo colega José Guilherme, que fez uma explanação sobre o Plano Agricultura de Baixo Carbono, mas eu queria e vou focar muito mais em relação aos sistemas produtivos observados na agricultura familiar, e puxar um pouco para a caracterização das questões de adaptação às mudanças climáticas e muito menos para a mitigação, isso entendendo um pouco que a agricultura familiar tende a desenvolver uma agricultura que é muito menos emissora, vamos dizer assim, de carbo-

no. Pelo contrário, ela fixa mais em função de alguns sistemas produtivos que eu vou mostrar rapidamente.

Próximo.

Bom, caracterizando um pouco, antes, a agricultura familiar no Brasil. Acho que os senhores e as senhoras já devem ter visto esses dados, mas acho importante até para a gente caracterizar como é que a assistência técnica e extensão rural se inserem.

Aqui, a gente tem os dados caracterizados do censo agropecuário de 2006, do IBGE, de que a agricultura familiar é responsável por 84% dos estabelecimentos rurais no País e ocupa uma área de 24,3%, apenas, da área total destinada à agricultura no País. Por outro lado, ela ocupa quase 75% do pessoal na agricultura e, não sem razão, a agricultura familiar se utiliza, basicamente, da mão de obra familiar. Por outro lado, ela responsável por um valor bruto da produção agropecuária, no País, de 38%.

Próximo.

Aqui, um pouco, também, caracterizando como é que se dá a inserção da agricultura familiar em relação à produção, especificamente. Em alguns produtos, ela tem uma participação expressiva. Por exemplo: no caso da mandioca, representando 87 – isto são percentuais –, 87% da produção de mandioca; 70% da produção de feijão, boa parte dela concentrada na Região Nordeste; 46% do milho, café, arroz, trigo e soja.

Aqui, um pouco das cadeias de produção animal: 58% do leite; 50% das aves, boa parte em cooperação; suínos e, aqui, a importância daquilo que o companheiro José Guilherme mostrou, do tratamento de dejetos de animais, especialmente animais “estabulados”. Não sei se há alguém, especialmente de Santa Catarina ou do oeste do Paraná, que sabe do que a gente está falando em relação ao que representam os dejetos animais naquela região. – e também de bovinos.

Próximo.

Aqui, um pouco da estrutura fundiária brasileira.

Aqui, os Parlamentares que participaram das discussões do Código Florestal tiveram bastante acesso a esses dados.

Aqui, são módulos fiscais. Cada Município tem o seu módulo fiscal em relação a hectares, mas aqui, para caracterizar, por exemplo, mais de zero a menos de um módulo fiscal – e o módulo fiscal varia de 5 hectares até 100, 120 hectares na Amazônia. Então, mais de zero a menos de um, nós temos quase 3,6 milhões de estabelecimentos rurais no País, quase 65%, e uma área de 9%. De um a dois, mais de 879 mil; mais de dois a quatro – que é onde se estabelece que, daqui para frente, é médio ou grande e, daqui para trás, são os pequenos –, de dois a quatro, 490 mil. Portanto, esse somatório, de um total de 5,5 mi-

lhões, aproximadamente, de estabelecimentos rurais que a gente tem no País, esse contingente representa menos de quatro módulos fiscais, portanto, pequenos ou agricultores familiares.

Próximo.

Bom, entrando um pouco no tema da questão do carbono, a gente traz, aqui, um pouco a caracterização dos modelos tecnológicos. Aí, sem fazer um juízo de valor, eu queria frisar isso, de qual modelo é bom, qual modelo é ruim, qual deve ser adotado e qual não deve ser, mas, simplesmente, uma constatação de dois modelos que nós temos, então, modelo tecnológico adotado para produção em grande escala. Portanto, o tema de que a gente está falando é escala, isso veio bastante associado, a partir da década de 70, e pressupõe o quê? Uma eliminação das limitações ambientais que a área apresenta. Então, a partir dessa eliminação, assume algumas características que vão definir esse modelo.

O que a gente fala aqui, quando a gente está falando em eliminação? Se o solo não tem fertilidade adequada, a gente tem algum insumo externo que corrige essa fertilidade. Se o relevo é, de certa forma, não favorável, a gente corrige de alguma forma, também, esse relevo. Portanto, uma eliminação das limitações ambientais.

Pode passar mais um.

Aqui, alguns aspectos culturais observados, na área da agricultura familiar, por vários motivos. Eu trouxe alguns deles, por exemplo, dificuldades de acesso financeiro, crédito, que levam à necessidade de diversificação da produção. O agricultor familiar não pode, entre aspas, “se dar ao luxo de contar com apenas uma cultura anual”, porque ele precisa de uma renda ao longo do ano.

Então, ele tem de, necessariamente, diversificar a produção dele na propriedade. Isso, por consequência, leva a um maior grau de convivência com as limitações ambientais, até porque, por essa dificuldade de acesso ao financiamento, muitas vezes, o agricultor quer, sim, reproduzir parte dessas tecnologias, mas tem alguma dificuldade em relação a isso. Mas essa constatação é definidora, por exemplo, de como a assistência técnica vai atuar quando a gente fala de agricultura de baixo carbono ou de medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Próximo.

Bom, características observadas no sistema de produção familiar. Queria só detalhar alguns deles, por exemplo, a necessidade de compatibilizar a sazonalidade da produção com renda ao longo do ano. Portanto, há uma necessidade de diversificação da produção.

Aí, entra a parte de milho, de feijão, mas entra também a parte das frutíferas; da mandioca, que é um ciclo mais longo. Também a lógica de produção das culturas de subsistência, que é a lógica da produção de agricultura familiar e, quando há algum excedente, só que em escala reduzida, que vai ser comercializado. Portanto, as propriedades são de menor dimensão – porém, em maior número –, e a disponibilização de mão de obra da família. De certa maneira, isso leva a um menor grau de necessidade de mecanização das atividades.

Próximo.

Aí, algumas consequências desses modelos. O estabelecimento rural como espaço de produção, moradia e de identidade cultural. Não é um espaço apenas de produção, mas, sim, de moradia e de identidade, que leva à pluriatividade (rural e não rural, ou agrícola e não agrícola). Sistemas produtivos com atividades manuais, menor produção em escala, porém menor dependência de insumos externos – e a restrição no acesso ao crédito e às tecnologias. Quando se fala em tecnologias, estão implícitas aqui assistência técnica e extensão rural: é a convivência com as limitações ambientais das áreas.

Próximo.

Aqui, o censo agropecuário. Está cortado aqui, mas esse número é de 24.800.000, aproximadamente, do quê? De áreas florestadas, que estão em propriedades da agricultura familiar. Então, o censo é declaratório, e os agricultores familiares declararam, por exemplo, que há aproximadamente 9 milhões e meio de hectares em matas ou florestas naturais destinadas à APP ou reserva legal.

Portanto, reserva legal, a gente está falando não só de fixação de carbono, mas também de uma possibilidade de exploração. São 11 milhões em matas ou florestas naturais, tirando as APPs e SAFs, 900 mil de matas e florestas plantadas e 3 milhões em sistemas agroflorestais.

Próximo.

Essa publicação é interessante. Não sei se os senhores tiveram acesso. O Eduardo Assad e o Hilton Silveira Pinto, pesquisadores da Embrapa, fizeram um cenário de aquecimento global e da nova geografia da produção agrícola no Brasil. Eu queria trazer só dois cenários: o cenário A2 é o mais pessimista, que chamamos de *business as usual*, ou se nada for feito – se nada for feito, a tendência é de que, até 2100, a gente tenha a elevação de 2 a 5,4 graus Celsius –; e o próximo, que é um cenário mais otimista, que são soluções locais de sustentabilidade, mas em um ritmo menor.

As mudanças não são rápidas, porém são mais diversificadas. Nesse cenário, em 2100, a gente teria

uma variação de temperatura entre 1,4 e 3,8 graus Celsius. Portanto, um cenário mais otimista.

Próximo.

Com base nesses dois cenários, foram feitas algumas projeções de como as culturas se portariam no País. Aqui, está o caso da mandioca: por exemplo, em 2010, esse é o mapa de aptidão de produção de mandioca no País. Quero chamar a atenção especialmente para essas áreas em vermelho, que são classificadas como de alto risco. Então, em 2010, esse é o mapa de aptidão da produção da mandioca.

Próximo.

Aqui, já em 2020, naquele cenário pior, a área de aptidão de mandioca, que apresentará alto risco, já contabilizando as mudanças climáticas. Se quiser voltar ao anterior, só para se ter uma ideia do Nordeste, onde é especialmente a cultura da mandioca, e o próximo. Já aumentou mais um pouco.

Próximo.

Em 2050, também há uma evolução da área que apresentará um alto risco em relação ao cultivo da mandioca. Vocês vão poder perceber que, em algumas outras áreas, isso é o inverso. Há uma ampliação de áreas com médio risco ou baixo risco – portanto, é uma contabilidade.

Próximo.

Em 2070, a gente tem, por fim, essa alteração. Esses dados têm como base o IPCC, mas foram feitos pela Embrapa, pelo Eduardo Assad e pelo Hilton Silveira, que trouxe como base essas projeções, obviamente, do IPCC também.

Próximo.

Aqui, ao mesmo tempo, para a cultura do feijão. Como eu disse, é uma cultura especialmente importante para a agricultura familiar e tem, no Nordeste, uma importância significativa. Então, aqui, as regiões em azul são as aptas e produtoras; em verde, as aptas; em vermelho, as inaptas, algum pontinho mais específico; em amarelo, as inaptas e produtoras; e a área excluída, que é toda essa área da Amazônia. Então, no ano de 2010, essa é a configuração.

Próximo.

Aqui, há um aumento significativo, no ano de 2020, segundo o cenário A2.

Próximo.

Aqui, uma expressão muito mais significativa no ano de 2050.

Próximo.

No ano de 2070, segundo aquele cenário, há um aumento das áreas inaptas e produtoras do feijão.

Próximo.

Bom, aí chegamos às políticas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO AURÉLIO PAVARINO – Da soja, tem. Temos da soja, do girassol, do algodão e do café. Para todos eles, há essa projeção. No caso, quis trazer aqueles mais expressivos para a agricultura familiar, mas, naquela publicação, pode ser encontrado inclusive em relação a perdas que pode haver. No caso da mandioca, parece-me que são R\$589 bilhões, alguma coisa assim, até o ano de 2070.

Então, aqui, algumas políticas do MDA direcionadas para esses sistemas produtivos sustentáveis, fazendo *link* com o programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono). Na verdade, o MDA não tem e não pleiteou um crédito específico para o programa Agricultura de Baixo Carbono, por quê? Por uma razão muito simples: as nossas linhas de crédito disponíveis aos agricultores familiares já são, no nosso entendimento, suficientemente adequadas para que se adotem alguns sistemas relativos à adaptação – e já fazemos isso.

Por exemplo, os créditos no último Plano Safra variam de 0,5 a 3,5% ao ano para a agricultura familiar – e elas são diferenciadas em algumas linhas –, por exemplo, Pronaf Eco, focado em energia renovável. Portanto, aqui, a gente está falando de tratamento de dejetos de animais e sustentabilidade ambiental. O Pronaf Agroecologia, em sistemas produtivos de base agroecológica ou orgânicos, que não só reduzem a emissão de carbono, mas também permite a fixação.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCO AURÉLIO PAVARINO – Aí, um destaque para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O Pronaf Floresta, essencialmente naqueles sistemas agroflorestais a que o companheiro José Guilherme já se referiu, que é um crédito estabelecido com juros diferenciados. E, na linha da adaptação, o Pronaf Semiárido, que são créditos de convivência com o Semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas.

Próximo.

Na comercialização, em que entendemos que também são medidas de adaptação referentes à produção da agricultura familiar, há a política de garantia de preços mínimos para a agricultura familiar, por exemplo, numa quebra de safra. A política de garantia de preços mínimos para os produtos da sociobiodiversidade, especialmente daqueles de extrativismo. E a estruturação de mercados e canais de comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Próximo.

Os mercados institucionais, que não vou detalhar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Próximo.

Aí, finalizando, o papel da Ater nesse processo.

Bom, em todas aquelas políticas públicas a que me referi anteriormente, a Ater tem um papel significativo, que é levar os produtores a acessarem essas políticas. E, se esses agentes da Ater não tiverem o conhecimento dessas políticas, obviamente não vão conseguir difundir e, muito menos, difundir o acesso. E também levar aos agricultores a rota da sustentabilidade, quando a gente fala numa agricultura de baixo carbono, numa agricultura em sistemas agroecológicos e em sistemas orgânicos.

Queríamos trazer alguns desafios: por exemplo, a gestão das organizações econômicas da agricultura familiar, das cooperativas, que ainda têm muito a assimilar instrumentos gerenciais, efetivamente, da produção. E, quanto à capacitação dos agentes, não adianta nada termos belos programas, belos materiais impressos se, na origem, os agentes não estiverem devidamente capacitados para sistemas diferentes daqueles que são estabelecidos. E uma tele diferenciada, adaptada às regionalidades e biomas.

Por fim, pesquisa e extensão. Como juntar esses dois? Um passo importante dado pela Presidenta foi exatamente a constituição de uma agência que tem como objetivo fundamental levar até os agricultores aquilo que se desenvolve em pesquisa e, ao mesmo tempo, levar para a pesquisa aquilo que os agricultores estão demandando.

Bom, era isso o que a gente tinha para trazer. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Obrigada, também, agradecemos a participação do MDA e cumprimos V. Sª pela disciplina em relação ao tempo.

Antes de passar a palavra ao Dr. João Carlos De Carli, só gostaríamos de informar que também foi convidado a participar desta audiência pública o Greenpeace, e recebemos ontem, dia 17, um comunicado dizendo que, infelizmente, eles não poderiam comparecer à nossa reunião. Dito isso, passo a palavra ao Dr. João Carlos De Carli, da Confederação Nacional da Agricultura.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI – Bom dia, Srs. Deputados e Senadores; meus colegas de Mesa, Marcos Pavarini e José Guilherme. Queria agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Deputado Sarney Filho pelo convite feito à CNA para apresentarmos um pouco do que achamos do Programa ABC, o que estamos fazendo pelo programa e o que achamos deve ser melhorado. Meu nome é João Carlos De Carli, sou assessor técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA.

Próximo, por favor.

Primeiro, muito se fala das emissões de carbono. Então, colocamos essa ilustração para mostrar um pouco o que é a emissão de carbono no mundo e onde o Brasil se encontra. Vocês podem ver que o Brasil se encontra nesse pequeno pedaço aqui, em total de emissões. Quando se pega *per capita*, somos esse pequeno que está aqui no meio em relação ao mundo.

Próximo.

O que nós observamos em relação ao aumento de carbono?

Observamos como ameaça para a agricultura: aumento das temperaturas; secas e enchentes; maior incidência de pragas e doenças e a salinização do solo. Como a agricultura sendo ameaça: mudança no uso da terra, desmatamento ilegal, degradação dos solos, emissões da agropecuária e uso excessivo de fertilizantes nitrogenados. E também colocamos a agricultura como amiga, fazendo o sequestro de gases de efeito estufa pelas diferentes culturas, o que já foi colocado aqui pelos colegas de Mesa: boas práticas agrícolas, plantio direto e emissões evitadas – aquilo que nós colocamos de reserva legal, área de preservação permanente e unidades de conservação.

Próximo, por favor.

Para termos uma noção do que existe hoje no mundo de áreas disponíveis, o Brasil hoje possui essa área agricultável e essa área em forma de pastagem, ou áreas não utilizáveis. Em relação ao mundo, nós somos ainda um dos poucos países que podem ainda tentar ajudar na diminuição da fome.

Próximo.

Ainda dados da FAO. Nós colocamos aqui reserva de área agrícola definida pela FAO. Ainda existem, aqui na região da América do Sul, 268 milhões de hectares para a agricultura.

Diminuindo um pouco a nossa visão, colocamos aqui o Brasil como um dos grandes fornecedores, ainda, de área agricultável. A FAO coloca essa área total como ainda passível de ser utilizada para agricultura, mas temos de lembrar que temos aqui aquelas duas instituições, que são reserva legal. Temos, ainda, área de preservação permanente, unidade de conservação, e, disso aqui, ainda cai muito da área que pode ser utilizada para a agricultura.

Próximo.

Ações previstas de mitigação na agricultura. O que colocamos: capacitação de produtores e técnicos. Precisamos que a tecnologia seja repassada ao produtor rural e que os técnicos que repassam essa tecnologia sejam capacitados também. Muitos agricultores ainda sobrevivem em cima da tecnologia repassada de pai para filho, e observamos que há um tipo de uso

do solo, uso da terra, do uso da agricultura que faz o aumento da emissão de carbono.

Próximo.

Campanha de divulgação, pesquisa de desenvolvimento tecnológico, linha de financiamento, que é onde se enquadra o programa ABC, disponibilização insumos básicos inoculantes, fomento a viveiros e rede de coleta de semente, regularização fundiária ambiental, assistência técnica, promoção de ações junto aos segmentos de insumos, produtos e serviços.

Próximo.

O próprio Programa ABC, como já foi bem dito aqui antes: alternativas tecnológicas para amenizar os gases do efeito estufa, estimular a redução do desmatamento, incentivar a implantação de sistemas e produtos sustentáveis, estimular a implantação de sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis.

Vou tentar passar rápido por algumas palestras aqui, porque, senão, ela vai ficar repetitiva em relação aos colegas que me antecederam.

Próximo.

São subprogramas. Já foram apresentados aqui: recuperação, pastagens, integração lavoura/pecuária, sistema de plantio direto etc.

Próximo.

Programa ABC. Entramos, agora, numa parte interessante, que seria um pouco da visão do setor agropecuário, ou seja, uma visão do lado de cá acerca do que é fornecido ao produtor rural em relação ao programa. Foi colocado aqui antes exatamente o quanto foi, em recursos, programado para o Programa ABC: R\$3,4 bilhões junto ao BNDES e Banco do Brasil a uma taxa de juros de 5% ao ano – ficou uma coisa diferente, posso dizer até engraçada, porque os fundos constitucionais hoje podem nos oferecer recursos à taxa de 3%.

Então, o próprio sistema já não nos incentiva a migrar para o Programa de Agricultura Baixo Carbono, já que foi colocada uma taxa acima do que está sendo ofertada hoje pelos bancos. Outra coisa que é colocada também é que existem mais exigências para o produtor migrar para o Programa de Agricultura Baixo Carbono do que para o programa comum de financiamento. Então, o agricultor prefere ir para um local onde a taxa de juros é menor e onde as exigências são menores, por conta do mercado.

Vamos competir com o mundo em relação ao que produzimos, ao valor e à quantidade e temos que ter um diálogo muito próximo com o clima. Então, temos ainda, além da preocupação econômica, tecnológica, um diálogo com o clima, com São Pedro, em relação ao que se vai produzir. Podemos ter um ano muito bom

de chuvas, em sua distribuição, como também poderíamos ter uma seca.

Ficamos, então, entre a cruz e a espada acerca de como produzir e em que quantidade. Por isso, o agricultor, por mais que saiba que existe o programa, que é interessante – e devemos compartilhar disso com todos –, observa que existe um outro programa que traz maiores benefícios em curto espaço de tempo.

Próximo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI – Sim, mas aqui estou colocando o fundo constitucional, carências e várias outras exigências. Ainda há as exigências. Se entrarmos dentro do programa, vamos ver que existe a reserva legal averbada etc.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI – Não sei de cabeça, porque esse dado varia de acordo com cada região.

Próximo.

Aqui, mostramos um pouco do Brasil em relação ao uso da terra. Esse é um dado antigo que, durante a discussão do Código Florestal... Temos ainda 61% de todo o território brasileiro preservado, temos 85,8 milhões de hectares sendo utilizados com cidades e infraestrutura, 236 milhões de hectares com produção de alimentos, subcultura e biocombustíveis, 94 milhões de cobertura nativa dentro da propriedade rural – isso se refere a um universo de 329 milhões de hectares, que é 38,7% do País ocupado por propriedades rurais.

Próximo.

Aqui, estratificamos um pouco o que temos de área preservada. Colocamos exatamente a área preservada dentro da propriedade rural, que chega a ser de 11%.

Próximo.

Colocamos aqui, agora, um pouco da evolução da tecnologia e do próprio trabalho do produtor rural, em relação à sua propriedade. Colocamos aqui a produtividade brasileira, a nossa produção e, aqui, a área plantada em hectares. Então, mantendo-se a mesma produtividade de 1976. Ou seja, se ainda estivéssemos com aquela tecnologia de 1976, para produzir 160 milhões de toneladas, que é o que produzimos, seriam necessários 127,19 milhões de hectares – só que temos hoje aqui 50,7 milhões de hectares.

A tecnologia que o produtor rural está utilizando faz uma diminuição de uso e de abertura de novas áreas em relação a 70 milhões de hectares. É como se colocássemos que economizamos milhões de hectares, porque o produtor rural buscou novas tecnologias. O

produtor rural não é pesquisador, ele não busca fazer a tecnologia, ele recebe a tecnologia.

Por isso, consideramos que é extremamente importante existir a tecnologia apropriada para o produtor rural trabalhar, e que ela seja disponibilizada ao produtor rural – e esse é o grande problema que temos hoje, ou seja, temos empresas de agroquímicos que fazem a assistência técnica no campo, só que vendendo produtos próprios. Então, é muito fácil elas aumentarem mais em alguns produtos, sem o produtor rural saber, para vender mais e atingir a cota de venda daquele mês. Precisamos, portanto, ter uma assistência técnica correta e isenta, para que nos passem exatamente o que devemos fazer e utilizar de insumos agrícolas.

Próximo.

Aqui está um pouco da estratificação: a produção de 1976/1977, a produção de hoje, a área plantada naquela época e a área plantada de hoje. Nos últimos 34 anos, houve um aumento de 151% da produtividade de agrícola nacional.

Próximo.

Acerca da pecuária também. Se colocarmos a quantidade de animais por hectare e a produtividade na época, deveríamos ter, além da área que temos hoje aqui, mais 260 milhões de hectares, ou seja, um total de 430 milhões de hectares, para ter o que produzimos hoje. Antigamente, tínhamos 0,47 cabeças por hectare e hoje temos 1,2, ou seja, apresentando a tecnologia para o produtor rural, ele consegue fazer o trabalho em cima disso consegue ainda melhorar a produção e usar melhor a propriedade.

Próximo.

Essas foram as metas voluntárias, como já foi colocado aqui antes. Elas são as projetadas para 2020 em relação a 2009: redução de 36,1% e 38,9%.

Próximo.

Aqui também, acerca do Programa Agricultura Baixo Carbono, as metas de tecnologias. Para atingirmos essas metas, o que temos que ter até 2020 em termos de utilização dessas tecnologias? Recuperação de Pastagens, integração lavoura-pecuária etc.

Próximo.

Agora, vem aquela pressão em cima do produtor rural. Há um dado da FAO segundo o qual a produção de alimentos precisa crescer 70% até 2050. Então, temos um lado que diz que devemos diminuir nossa área de produção; temos um lado que diz que a área que já está sendo utilizada deve ser super bem utilizada e de forma ambientalmente correta; temos um terceiro lado que diz que o mundo tem que produzir mais para sustentar a população. A produção global de alimentos precisa crescer 70%, como disse, em relação aos

níveis de 2009, pois a população deve alcançar nove bilhões de pessoas – isso foi dito pela FAO.

Próximo.

Aqueles 70 milhões de hectares que, como eu disse agora há pouco, economizamos em uso, se fossem utilizados – para vocês terem noção do que é o bom uso da propriedade –, dos 160 milhões de toneladas em grãos e fibras, poderíamos chegar a 379 milhões de toneladas, com a tecnologia adequada, um aumento de 136,88%. O mesmo vale para a carne bovina, em que poderíamos ter um aumento de 66,67%. Ou seja: precisamos da tecnologia.

Volta um, por favor.

Isso é para vocês considerarem com a tecnologia de hoje. Então, se de 1974 até hoje, tivemos esse ganho, e não tínhamos as condições que temos hoje de contar com tecnologia adequada que recebemos da Embrapa, podemos aumentar, em muito mais, isso aqui. Se somente seguirmos, já aumentamos muito, mas, se tivermos tecnologia adequada e mostrarmos que ela é adequada para a produção também, podemos aumentar muito mais.

Próximo.

Hoje, como foi falado anteriormente, há algumas tecnologias: baixa emissão de carbono, plantio direto, integração lavoura/pecuária/florestas, uso de biodigestores, fixação biológica do nitrogênio, plantio de florestas, criação de gado a pasto e recuperação de pastagens.

Próximo.

Trouxemos aqui a meta de redução de desmatamento do Bioma Amazônia.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI – Vou tentar correr aqui. Estamos conseguindo entrar nas metas colocadas para a diminuição do desmatamento, ou seja, uma parte está sendo seguida, tentando-se diminuir a emissão de gases de efeito estufa.

Próximo.

Está é aquela parte de ações de mitigação e mercado de carbono. Muito se falou em fazer aquele comércio do carbono. A estimativa que existia era de chegarmos à casa de alguns bilhões de euros em relação à não emissão de carbono. Mas hoje a Europa esqueceu-se radicalmente – praticamente, vamos dizer assim – de que existe isso, e quase não existe mais esse mercado. Então, temos que observar que, se for uma política, ela deve ser uma política continuada, para que não haja um descrédito em relação a ela.

Próximo.

O que nós estamos fazendo agora? Vou falar agora do lado de cá do balcão, a CNA. O que a CNA está fazendo junto ao produtor rural?

A CNA participa do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, desde a sua constituição, contribuindo tecnicamente em todas as suas fases. Até o técnico que viria hoje aqui, o Sr. Nélson Ananias, não pôde comparecer – ele é o nosso especialista em agricultura de baixo carbono e está, exatamente agora, na reunião de desertificação, no Ministério do Meio Ambiente. Nós elegemos como prioridade, e hoje ele está nessa reunião – eu vim aqui tentando substituí-lo.

Atualmente a CNA busca incentivar a adesão ao Programa ABC, fazendo sua divulgação nos fóruns em que tem assento e junto aos produtores rurais. Sempre que temos alguma palestra ou fazemos alguma apresentação, fazemos uma divulgação do Programa ABC. A CNA faz também a capacitação dos técnicos para apresentação de projetos enquadráveis no programa.

Esse é outro problema que temos, ou seja, conseguir se enquadrar no programa. Você tem que quase fazer uma especialização para conseguir enquadrar-se por conta de algumas exigências. Então, estamos capacitando técnicos para que tentem fazer esse serviço para o produtor rural.

Próximo.

Já estou no final. Propostas da CNA:

- Incentivar os estudos de adaptação de plantas aos novos cenários de aquecimento. Isso foi muito bem falado aqui pelo Dr. Pavarini. Já que está havendo o aquecimento, temos que nos adaptar, temos que nos colocar, porque somos um País cujo PIB, 30% dele, está ligado ao setor agropecuário – toda parte de tecnologia tem que ser apresentada já pensando nesse novo futuro.

- Incentivar a criação e adoção de tecnologias que melhorem o balanço das emissões. Foi aquilo de que falamos aqui e que já são algumas propostas.

- Inclusão da Irrigação. A irrigação hoje pode diminuir a área utilizável, podemos, assim, colocar, porque se fazem duas culturas por ano utilizando as chuvas e, com irrigação, se faria o ano inteiro. Então, você diminui a pressão de abertura de novas áreas e ainda você utiliza uma tecnologia disponível que ajuda, e muito, no diálogo que temos que ter, como eu disse antes, com o clima. Se faltar água, temos a irrigação para nos ajudar. Então, conseguimos diminuir um pouco o risco do produtor rural.

- Investimento em logística. Do que adiantaria ter uma agricultura baixíssimo carbono

se vou ter que colocar tudo em cima de um caminhão jogando diesel queimado durante três, quatro mil quilômetros para chegar ao porto? Temos que buscar novas formas de transporte na nossa produção. Podemos utilizar as balsas, podemos utilizar os trens. São formas de se fazer tanto a disponibilização do insumo quanto o retorno do produto já colhido diminuindo a emissão de carbono.

Acessos e recursos disponíveis nos agentes financeiros. Foi aquilo que eu disse: o produtor rural vai tentar buscar o que é menor para ele, o menor custo. Hoje, estamos buscando o FCO.

Implementar assistência técnica e extensão rural. Muito bem dito pelos colegas aqui que precisamos muito da assistência técnica e da extensão rural, porque o agricultor que já tem um nível de instrução, que é um pouco mais beneficiado, por ele ser um grande ou um médio para grande, tem condições de pagar um agrônomo para trabalhar para ele, em cima daquele pensamento: quanto menos eu utilizar de insumo, mais eu vou ter de retorno para a minha produção e menos utilização vou fazer de produtos que podem aumentar os gases de efeito estufa. Precisamos, então, de ter esse agrônomo disponível para todas as faixas de produtores rurais.

Promover o reconhecimento da agricultura brasileira como a menor pegada de carbono. Poucas agriculturas no mundo conseguem perceber o que é a agricultura brasileira hoje.

Próximo.

Conclusões que a gente deixa aqui: as práticas de baixo carbono já são aplicadas no campo. O desafio é ganhar escala, o que depende de financiamento e capacitação. Muito bem colocado pelo colega José Guilherme, mas nós colocamos lá, se não me engano, oito mil e poucos agricultores e técnicos, mas nós somos hoje quantos milhões de agricultores? Só no Sistema CNA, chega a quase um milhão. Então, temos muito ainda a fazer.

Recuperar pastagens e intensificar o uso da terra buscando aumento de produtividade. Ponto central para reduzir ainda mais a emissão. Quanto mais você produz naquela mesma área, se você fizer dessa forma, com Agricultura Baixo Carbono, você vai estar diminuindo a emissão.

Investimento em pesquisa e tecnologia. Reduzir as desigualdades tecnológicas no campo, por meio de investimento e capacitação dos produtores rurais. Novamente é aquela tecla na qual a gente sempre bate: assistência técnica para o bem-estar.

E, sobre os resultados da negociação da COP 16, sinalizar para o fortalecimento dos acordos privados.

Então, vou dar alguns exemplos aqui: a Coca-Cola, em determinados locais, não querendo fazer propaganda de nenhuma marca, mas, para fazer o aumento da utilização de recursos hídricos numa bacia, eles estão investindo em recuperação de nascentes de matas ciliares de vários produtores rurais. Então, está mais para privado com privado do que havendo um acordo em nível governamental e em nível mundial.

Próximo.

Muito obrigado novamente. Nós, da CNA, agradecemos o convite para participar desta palestra, exatamente mostrando que queremos, sim, participar da Agricultura de Baixo Carbono, mas temos também que ser chamados para participar dessa Agricultura de Baixo Carbono.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Agradecemos, da mesma forma, o representante da Confederação Nacional da Agricultura, o Dr. João Carlos De Carli.

Apenas solicitamos que os senhores disponibilizem cópia das apresentações para que possamos distribuí-las aos Parlamentares.

Passo a palavra imediatamente ao nosso Relator, Deputado Zequinha Sarney. Na sequência, Deputado Sirkis. Todos inscritos, devidamente.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado, Presidente. Gostaria de agradecer aos expositores. Hoje é um dia que se está tornando complicado na Câmara – toda terça-feira, está-se mudando agora o procedimento.

Então, já não é mais tão simples. As terças-feiras já não são mais tão simples. Então, temos determinado problema com o tempo.

Mas quero dizer, primeiro, que ouvi as exposições aqui e que delas eu tirei uma conclusão que me deixou muito preocupado: primeiro, porque o Poder Público Federal, através dos seus órgãos, ainda não tem uma noção clara do que vem acontecendo com o clima no mundo – não é prioridade ainda para o Governo essa questão. Infelizmente, eu fiquei sabendo agora de coisa que eu achava até inexplicável – foi o João Carlos, assessor da CNA, que me explicou: por que todos esses programas voltados para a sustentabilidade na agricultura nunca dão certo? O dinheiro sempre fica nos bancos, seja em bancos de desenvolvimento, seja onde for, quando é voltado para essa questão.

Bem, está claro aqui: não há incentivo, na realidade. Procedente ao que o nosso assessor da CNA falou, não há incentivo. Ao contrário, há um desincentivo. É lógico, o agricultor não vai querer uma taxa de juros maior para fazer o seu negócio. Ele vai querer, legitimamente, ter o seu lucro. Então, que incentivo

existe? Será que os programas anunciados são apenas para propaganda externa, para servir como argumento, nos fóruns internacionais, de que o Brasil está tomando suas providências?

Essa é uma questão, Presidente, para a qual precisamos fazer ofícios. Eu já estou aqui, nossa consultoria está aí, e nós precisamos esclarecer isto: se é um incentivo, na realidade, ou se é o contrário, um desincentivo, uma penalização para o produtor.

É lógico que a visão que eu tenho é muito diferente das que foram apresentadas aqui pela CNA. Entendo, por exemplo, que não precisa haver mais desmatamento. Ora, pela conferência que eu vi aqui, uma cabeça de boi ocupando 1,2 hectares, consumindo 1,2 hectares, é um avanço tecnológico. Se conseguirmos diminuir para três cabeças de gado por 1 hectare, sobrariam duas vezes mais terras para a agricultura. Esse sim é que tem que ser o foco. Não é uma justificativa, porque me parece que não justifica absolutamente nada.

Nesse aspecto, eu gostaria de fazer uma pergunta. Falou-se na busca por novas tecnologias e também por assistência técnica. Eu tenho sempre em alta conta, isso não mudou, o papel da Embrapa para a agricultura, com inovações tecnológicas e assistência técnica ao agricultor. Então, não ficou claro para mim que lacuna está havendo nessa assistência técnica a que o próprio Dr. João Carlos se referiu.

Por outro, eu acho que deveríamos estar pensando – evidentemente isso vai constar do meu relatório – em serviços ecossistêmicos, pagamento por serviços ecossistêmicos, em um mundo de baixo consumo de carbono, em uma outra realidade. É lógico que a FAO recomenda que o Brasil produza mais. Primeiro, eu não vejo a FAO recomendar nada para o Brasil. A FAO não tem que recomendar nada, a FAO tem que fazer seus relatórios. Mas nunca vi recomendar que o Brasil plante mais, que o Brasil desmate mais, que o Brasil acabe com seus ecossistemas. Não sei que tipo de recomendação é essa. O que eu entendo é que se nós não tomarmos cuidado com o clima, 400 emissões de partículas por milhão de dióxido de carbono ou equiparadas a elas, coisa jamais vista na natureza... Estamos vendo aí os eventos climáticos extremos.

Hoje, ninguém duvida mais do papel da Amazônia para as chuvas em toda a Região Centro-Oeste, até as Regiões Sudeste e Sul. São os rios aéreos. Hoje, ninguém duvida. Quando eu fui Ministro do Meio Ambiente, em 1999, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, eu fui falar sobre isso e riram da minha cara: “Ah, quer dizer que a chuva daqui vem da Amazônia?”. Riram. Hoje, no Jornal Nacional ou em qualquer jornal, dizem: “As correntes de umidade vindas da Amazônia propiciam chuva, etc., etc...”

Então, eu acho que, primeiro, o Governo como um todo devia unificar a sua linguagem. Todos os ministérios do Governo deveriam unificar a sua linguagem. E, segundo, acredito que um órgão representativo de categoria de classe como é o CNA, evidentemente, faz o seu papel, e está fazendo o seu papel muito bem, com muito conhecimento técnico, com muitos dados. Mas dados técnicos, muitas vezes, servem como pareceres jurídicos, depende para que lado você usa.

Então, eu diria que os dados aqui levantados demonstram que não há um engajamento da classe produtora na questão do combate ao aquecimento global. Ao contrário, o que ficou claro na Câmara, através dos seus representantes, é que o que se queria era uma flexibilização para aumentar a área de plantio e não incentivos tecnológicos para melhorar a produção e manter ou recuperar essas áreas.

Era isso, Presidente.

Só fiz uma pergunta, porque, na realidade, não tenho dúvidas a respeito do que foi exposto aqui.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não, Senador.

Nós temos oradores inscritos: Deputado Sirkis, Tripoli.

Passo a palavra ao Deputado Sirkis.

Os Srs. Parlamentares, inclusive o relator, estão de acordo que todos falem e, depois, passemos aos convidados? (*Pausa.*)

Perfeito.

Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, a questão central do Brasil em relação ao processo de mudanças climáticas é que nós sempre temos dois parâmetros, através dos quais podemos julgar.

Existe o parâmetro da comparação do Brasil com outros países, e de fato, nessa situação, o Brasil se destaca de forma positiva, um pouco dentro daquele ditado popular de que “em terra de cego, quem tem um olho é rei”. A outra forma de olhar é em relação à necessidade de se manterem as emissões de gases de efeito estufa abaixo de 450 ppm e a temperatura do Planeta neste século abaixo de 2°C, e a abissal distância que existe entre os compromissos obrigatórios e voluntários do conjunto dos países dessa meta e desse objetivo. Então, de fato, o Brasil tem feito muito, comparativamente, pois todo o mundo tem feito muito pouco; e o Brasil certamente vai ser chamado a fazer mais, embora tenha feito comparativamente muito.

Na nova estimativa, a que nós tivemos acesso – todos nós –, no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, na última reunião de que a Presidenta da República participou, há uma mudança bastante acentuada do perfil de emissões do Brasil. E nós temos agora uma

situação em que existem três componentes que são, grosso modo, equivalentes. Hoje em dia, o desmatamento a uso do solo e a energia têm emissões, grosso modo, equivalentes, não é mais como alguns anos atrás, quando havia um peso muito mais acentuado do desmatamento.

E, se a gente for analisar esses três componentes, aquele que, neste momento, é o mais de se avançar é este que nós estamos discutindo aqui hoje. Porque um avanço dramático da diminuição do desmatamento daqui para frente é mais difícil do que aquilo que ocorreu nos últimos cinco, seis, sete anos. Por várias razões. Na questão de energia, nós temos aí uma quantidade de conflitos muito grande pela frente, se formos mexer no transporte individual – temos que mexer, se formos mexer nas emissões do nosso sistema de mobilidade, se formos mexer até preventivamente no aumento de emissões da geração de energia elétrica.

O interessante a respeito de diminuir as emissões atinentes à mudança do solo é que é o menos gerador de conflitos, porque, curiosamente, é um campo em que ambientalistas e produtores rurais se entendem bem. Todos nós nos irmanamos no ABC, por exemplo: não há um ambientalista que seja contra o ABC e, também, não há um produtor rural que seja contra o ABC.

Agora, o que é que acontece? Acontece que, e é aquilo que o meu colega Sarney Filho acabou de colocar, o Governo dá com uma mão tira com a outra, embora eu não tenha visto naquele quadro, de fato, um tratamento diferenciado, em termos de taxa de juros, pelo contrário, vi outros programas com uma taxa de juros de 5,5% e o ABC com uma taxa de juros de 5%. De qualquer maneira, tem que haver uma vantagem muito maior, na medida em que há uma coisa nova, que está sendo introduzida e para que há toda uma inércia a ser vencida. As facilidades em termos de taxa de juros e de diminuição eventual da burocracia, que não parece ser o caso, e o investimento em insumos e assistência técnica têm que ser marcadamente mais vantajosos para o agricultor do que os outros programas, e isso não acontece.

Acho que esse é um elemento importante. Se o Governo for analisar as três grandes áreas onde é possível a diminuição de emissões, porque é onde está o grosso das emissões brasileiras, que, hoje em dia, são praticamente equivalentes, existe uma facilidade muito maior de avanço nessa área em específico. Então, de fato, o Governo tem que se armar de instrumentos para poder utilizar essa relativa facilidade para fazer realmente um grande avanço.

Esse é um primeiro aspecto que eu queria colocar.

O segundo aspecto que eu queria colocar, e, de fato, novamente concordo com o Zequinha, é sobre

esse negócio da FAO de que vai ter que aumentar em 70% a produção de alimentos do planeta e que isso tudo será nas costas do Brasil. Acho essa uma argumentação deficiente, em primeiro lugar, porque o aumento previsto da população não é de 70%. Calcula-se que, nesse período, a população vai passar de 7 a 9 bilhões, mas mesmo estes 9 bilhões são questionáveis por um processo de urbanização extremamente acentuado que está existindo em, praticamente, todos os países do mundo, e, à medida que você urbaniza, a demografia cai de forma acentuada. Por outro lado, seria absurdo se pretender que isso deva se obter à base de mais desmatamento. Como muito bem foi lembrado aqui, com todos os avanços que houve nos últimos anos da produtividade da nossa pecuária, ela ainda é baixíssima, em termos comparativos: realmente 1,2 boi por hectare com produtividade e pecuária é uma das mais baixas do mundo. Poder-se-ia avançar muito na melhoria dessa produtividade, liberando terras para as outras ações que aqui foram elencadas: o reflorestamento econômico, que absorve o carbono de forma rápida, o reflorestamento com biodiversidade e uma série de culturas que foram colocadas. Noto que a recuperação de pastagens realmente representa a parte do leão do Programa ABC e parece ser muito promissora pela sua capacidade também de absorção de carbono.

Então, o que precisa ser claramente equacionado e resolvido é justamente a questão econômica subjacente a toda essa discussão.

O que acontece? Não há um acordo com obrigações claras para todos os países. Imaginava-se que isso fosse acontecer em Copenhague, em 2009, mas não aconteceu. O horizonte agora, para isso acontecer, é 2015. Isso, aliado à recessão que tem havido na Europa e a uma série de questões de natureza técnica de deficiência na gestão dos créditos de carbono, fez com que, de fato, houvesse uma queda bastante vertiginosa do preço do carbono no mercado internacional. Sou daqueles que acho que isso é um problema de natureza conjuntural. Quando, em 2015, de fato, houver claramente um acordo internacional com metas obrigatórias, vai haver uma retomada, em algum momento, do processo de desenvolvimento, de crescimento econômico na Europa. A gente sabe que essas recessões não são eternas. O que sobe desce e o que desce sobe.

Então, eu acho que vai se restabelecer uma situação em que o Brasil será, potencialmente, o grande receptáculo de créditos de carbono de todo o mundo. Acho que o será até, secundariamente, da Europa e penso principalmente na China, embora a própria China também se habilite a esse papel de ser o dela pró-

pria. E vejo que nós teríamos que ter – e o momento de preparar isso é agora, pois nós temos dois anos, três anos para preparar isso – uma situação em que os bancos oficiais fossem capazes de, rapidamente, disponibilizar recursos para que o agricultor rural pudesse promover grandes projetos de reflorestamento, tanto de biodiversidade quanto econômicos, que fossem, imediatamente, financiados, a fundo perdido, pelos bancos oficiais que pudessem, ato contínuo, captar o correspondente a isso que disponibilizaram no mercado internacional de créditos de carbono.

Isso, hoje em dia, não é viável em função do baixo preço das emissões. Mas tem que se preparar esse cenário, o *modus operandi* desse cenário, para o futuro, porque isso vai acontecer no futuro, é inevitável que aconteça. Quando nós tivermos um acordo internacional, assinado em 2015, ainda que não atenda a tudo aquilo que nós esperamos, vai haver um reaquecimento do mercado de carbono. E nesse momento nós temos que estar perfeitamente preparados, perfeitamente azeitados para, rapidamente, fazer essas operações. De um lado, os nossos bancos oficiais disponibilizando, a fundo perdido, esses créditos e, de outro, tendo a capacidade de captar créditos de carbono correspondentes no mercado internacional.

Então, para concluir, volto a dizer que, dos três grandes componentes das emissões brasileiras de carbono, essa é a mais promissora em termos de redução rápida e em termos de atração de recursos internacionais.

Eu acho fundamental que o Governo olhe isso como uma prioridade absoluta, que ele perceba que isso tem que ser muito bem azeitado, e muito bem azeitado significa diminuir a burocracia, oferecer uma taxa de juros diferenciada, oferecer assistência técnica e oferecer instrução e ter preparadas, futuramente, linhas de crédito que possibilitem fazer o que eu falei. Se nós fizemos isso, estaremos, uma vez na vida, localizando um potencial futuro e nos preparando, e não correndo atrás, como sói acontecer.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado, pelas suas observações.

Passo, imediatamente, ao Deputado Trípoli.

Na sequência, V. Exª falará, Deputado Celso? Perfeito.

O SR. RICARDO TRÍPOLI (PSDB – SP) – Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, Deputado Sarney Filho, demais palestrantes, eu queria, na verdade, fazer apenas três observações. A primeira delas é que, na fala do representante do Ministério da Agricultura, ficou muito clara, para mim, uma parte que foi destacada, que é a parte de mudança do uso do

solo, ou seja, o empenho do Ministério na recuperação de áreas degradadas. Esse era um grande objetivo nosso quando houve a votação do Código Florestal, e nós não tivemos o apoio, naquele período, não só do Ministério, como do setor, que poderia muito bem ter acolhido essa proposta, não que fosse por parte daqueles que têm o viés ambientalista, mas por todo o setor. E eu vejo agora que, realmente, faz sentido aproveitar bastante essas áreas recuperadas, em vez de avançarmos para cima de fronteiras de florestas. Esta é a primeira colocação que eu faço.

A segunda colocação, dentro da mesma linha de inquietação de todos os membros desta Comissão, refere-se a essa proposta da FAO, que é uma proposta, em minha opinião, de alguém que não conhece o Brasil, primeiro, porque acho que, antes de se falar em aumentar em 70% a produção até os idos de 2050, nós tínhamos de levar em consideração dois itens que são fundamentais, sem os quais não há a menor possibilidade de avançarmos nesse setor. O primeiro deles é a questão da desoneração dos impostos. O Brasil, sob todos os aspectos, na indústria, no comércio e na agricultura, não suporta mais o volume de impostos e a carga tributária existente hoje. Essa é a primeira questão. Segundo, para o setor do agronegócio, há a questão de não se agregar valor para o seu produto.

Foi dito aqui que estamos utilizando 1,1 hectare por animal. Nós estamos utilizando, Deputado Zequinha, três hectares por animal. O Brasil tem o mesmo número de seres humanos e o mesmo número de cabeças de gado. Estamos nos aproximando de 200 milhões de cabeças de gado, que é, em termos percentuais, o número de cidadãos que habitam o Brasil. Se estivéssemos utilizando 1,1 hectare por animal, nós avançaríamos bastante, ou, como disse o Deputado Zequinha Sarney, poderíamos utilizar três animais em um hectare. Isso é agregar valor.

Vou insistir numa questão. Acho que vou até o fim do meu mandato tocando neste assunto: a questão do café. O Brasil produz café e exporta café em saca desde a década de 20. E se traz de volta para o Brasil o café beneficiado, agregando-se valor no exterior.

Se os senhores quiserem que eu seja mais objetivo, devo dizer que a Nespresso, da Nestlé, faz o *blend* de café em Zurique, na Suíça. Eu me espantei, porque eu achava que lá só se faziam relógios. Mas eles fazem café. O *blend* é feito lá e é distribuído para o mundo inteiro. No Brasil, não se faz sequer o metal. Quer dizer, qual é a política do Governo Federal para direcionar políticas públicas para a área da agricultura se não agregamos valor a um produto que é nosso? E dizem que o melhor café arábico é o café brasileiro. Obviamente, o *blend* é feito com café da Venezuela, de

Porto Rico, de outros países. Mas o Brasil não agrega valor ao seu produto. Nós ainda exportamos matéria *in natura* e trazemos de volta com valor agregado lá fora o produto beneficiado.

Por último, trago uma preocupação minha agora. Vi, em duas transparências, a apresentação de que há – eu não diria conflitos – uma convivência limitada com a questão ambiental ou limitações ambientais. Acho que é uma visão equivocada. Pode haver na questão ambiental um problema burocrático, com a demora de licenças ou com a demora em se dizer que não cabe uma licença. Mas acho que não há entrave em acolher a possibilidade de haver desenvolvimento acoplado à sustentabilidade, que é o grande viés do desenvolvimento não só no Brasil, mas no mundo todo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.
Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Tripoli.

Concedo a palavra ao Deputado Celso.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Quero parabenizar a iniciativa, que é muito importante. Os conhecimentos que foram expostos aqui são fundamentais para a gente se aperfeiçoar cada vez mais.

É claro que tenho o foco mais na questão de que a saída do Brasil, o que tem salvado o nosso País é a agricultura, é o PIB. Hoje, há alguns fatores ainda determinantes que temos prejudicado. É claro, foi colocada rapidamente a falta de infraestrutura logística, que é o grande gargalo do nosso País. Quanto à questão do Código Florestal Brasileiro, acho que tínhamos de agilizar a sua implantação urgentemente.

Deputado Sarney, algo me preocupa: nós aprovamos o CAR – Cadastro Ambiental Rural, e acho que teríamos de implantá-lo urgentemente, bem como o PRA – Programa de Regulação Ambiental. Agora, preocupa-me se criarmos mais essa questão do Observatório. E vem Prada, vem Cram, e o nosso agricultor está preocupado. Acho que temos de agilizar a implantação do Código Florestal Brasileiro. Principalmente para a agricultura familiar, o Código Florestal Brasileiro ficou ótimo, ficou muito bom.

No mais, acho que o Ministério da Agricultura teria de entrar no PAC. Teria de se criar um PAC para o Ministério da Agricultura, porque, hoje, o Ministério da Agricultura, que cuida mais da agricultura empresarial, tem um orçamento seis vezes maior do que o do MDA. Parabenizo, claro, o lançamento do Plano Safra, e destaco, no caso, especialmente o da armazenagem, pois acho que foi um grande programa que foi lançado, a 3,5% de juros ao ano, 15 anos, 3 de carência. Acho que isso foi ótimo. Isso é inédito. O que eu destaco são R\$5 bilhões por ano. E, claro, a criação da Anater, que

eu destaco muito. Não sei se vai beneficiar a agricultura familiar, mas foi muito importante.

Mas nós precisaríamos de mais recursos para a questão de dejetos de suínos. Agora nós vamos dobrar a exportação em Santa Catarina, com a exportação de carne suína para o Japão. Eu acho que teríamos que investir mais nessa área. Há também a questão da fertilidade do solo. Teria que haver mais investimentos para a agricultura familiar, para pequenos agricultores – e por que não a fundo perdido? Através dos Municípios, poderíamos selecionar os pequenos agricultores. Está faltando isso para mais insumos, por exemplo, calcário, para se produzir mais com menos terras. Isso eu acho que está faltando. A irrigação, também eu acho que precisaria ser melhorada.

Há também a questão, e nela estamos muito atrasados ainda, do pagamento de serviços ambientais. Eu acho que quem preservou, quem não desmatou teria o direito de... Muitos averbaram a reserva legal, mas não recebem por isso. Eu acho que nós temos que nos aprofundar no pagamento de serviços ambientais. Eu acho que isso é fundamental. É preciso ver de onde é que vão sair os recursos para pagar aqueles que preservam.

Seria isso.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Obrigada, Deputado Celso Maldaner.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu também tenho um questionamento muito rápido.

Primeiro, cumprimentar aqui não só os expositores, mas os nossos Parlamentares pela capacidade de síntese, até mesmo o Deputado Sirkis, que é o que mais fala, chega, ao final, a uma síntese muito importante.

Quero dizer que, independentemente de precisarmos crescer 70% ou menos na produção de alimentos, o fato é que nós devemos contar não só com o crescimento populacional, mas com a necessidade de tirar milhares e milhares de seres humanos, no mundo inteiro, da situação de miséria absoluta, na África, no nosso continente, e isso vai demandar alimentos. Por outro lado, o que nós precisamos fazer é garantir a produção com o cuidado ambiental. Disso não há dúvida nenhuma.

O ABC, na realidade, é um plano setorial da agricultura. Ele é importante e jovem. Entendo que, para o seu sucesso, a parte da assistência técnica é fundamental, porque não adianta nada falarmos tudo que estamos falando aqui, se o agricultor, na ponta, não tem uma orientação, principalmente o pequeno agricultor. Na Amazônia, nossa realidade, é proibido botar fogo na floresta, mas o agricultor queima a floresta, porque não tem orientação, porque não tem um instrumento.

Por isso, Deputado Maldaner, entendo ser necessário que avancemos nesse programa da agricultura e que alguns programas relacionados principalmente ao pequeno agricultor sejam a fundo perdido, como a mecanização, a assistência... Um bom projeto foi feito no Estado do Amazonas. Nós vimos que há um único projeto do ABC, porque lá nós não temos grandes produtores, mas pequenos produtores, que são os povos tradicionais, aqueles que cuidam, mas que também degradam, se não forem atendidos com maior cuidado. Lá se desenvolve um projeto para levar assistência técnica ao interior com um programa de residência agrária. Quase 400 técnicos foram preparados, de nível superior e nível médio, para irem ao interior.

Acho que a Anater – e eu ouvi muito pouco – é uma empresa privada, e eu perguntava aqui, porque não entendi bem, aos moldes da Apex, que é privada, sem fins lucrativos e cujos recursos, em grande parte, vêm do próprio orçamento da União. Parece que isso retoma aquele sistema nacional da assistência técnica, que foi destruído no passado, foi destruído aquele sistema que nós tínhamos de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Embrater e Emater, que havia em todos os Estados. Isso foi destruído e agora está sendo retomado.

Eu acho isso muito importante e queria ouvir a opinião sobre a formatação.

O projeto de lei está na Câmara, não chegou a nenhuma comissão, Deputado Celso. Era importante estar lá desde o dia 10. Tudo bem que hoje é dia 18 ainda, mas que fosse à comissão e que tivesse um tratamento talvez de urgência para a votação da matéria, agilidade nas comissões, porque é uma parte importante do plano setorial para a agricultura de baixo carbono.

Por fim, eu gostaria de perguntar, de fazer um outro questionamento em relação ao que nós vimos aqui. Acho que o Brasil – não sei se eu vou falar os números certos, mas os números que a gente ouviu muito – usa só 7% da sua área para agricultura. Dos 30% aproximadamente utilizados para o setor primário, grande parte, 75%, é para a pecuária, e 7% para a agricultura.

O Brasil tem, até por conta da Embrapa, conseguido avanços importantíssimos nos últimos anos no que diz respeito à produtividade. Acho que a área agricultável cresceu vinte e poucos por cento, enquanto a produtividade cresceu mais de 200%. Agora, isso não se verifica na pecuária.

Lá no Paraná nós ouvimos um dado que é preocupante: a qualidade do solo. O cuidado com o solo

no Brasil não está bom. Há estudos que mostram que o solo está sendo degradado.

Então, que política dentro desse programa há para priorizar a produção pecuária no sentido de melhorar a produtividade e dar manutenção e recuperação dos solos brasileiros?

Acho que é isso.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Só para mais uma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Só para o pessoal do ministério, principalmente, dar uma explicação aqui.

Eu tenho muito receio da criação da Anater, dessas criações de companhias que têm relações com outras. Por exemplo: a Embrapa e a Anater. Quais as relações?

No meio ambiente, só para citar um exemplo – e nós fomos o único partido que votou contra –, houve uma divisão do Ibama com a criação do Instituto Chico Mendes. Não foi uma criação de um instituto; foi a divisão de um. Muito bem. Saíram técnicos do Ibama que foram para o Instituto Chico Mendes. Isso gerou uma parada, e até hoje ainda está se adaptando essa coisa. Quer dizer, agora é que o Instituto Chico Mendes está começando a agir, mas foi muito difícil.

Eu pergunto também, dentro do que a Senadora falou, que eu já tinha falado anteriormente, como é que está isso; como é que vocês estão encarando isso; como é que a Embrapa está vendo isso; se há invasão de competência; como é que vai ser o corpo funcional, se vai pegar. Isso é importante, porque nós não podemos desarticular um órgão de referência, tirar uma coisa que está dando certo para dividir por outra.

Eu não sei. Eu realmente confesso que não sei como é que está sendo. Vou ser esclarecido agora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Vamos mudar a ordem aqui. Vamos fazer o inverso. Vamos começar pelo representante da CNA, depois fala o MDA e, por fim, o Mapa.

Dr. João Carlos De Carli.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI – Obrigada, Senadora.

Vamos colocar algumas questões aqui.

Deputado Sarney, quando o senhor colocou a abertura de novas áreas, a gente tem que lembrar que a abertura de novas áreas não é só para a agricultura.

Segundo até aquele mapa que eu coloquei ali, mais de 10% do que há hoje de área utilizável são cidades, infraestrutura, etc. E, havendo esse êxodo rural que está acontecendo hoje, com esse adensamento das cidades e a necessidade de crescimento das cida-

des, vai acontecer também uma mudança em relação a quem está abrindo novas áreas ou não.

Não vou discutir aqui a questão de se vamos fazer o desmatamento zero ou não. Também entramos na questão de propriedade privada em relação a poder utilizar a propriedade ou não, sempre seguindo a legislação em relação à reserva legal e à Área de Preservação Permanente.

Eu não sei se eu soube explicar direito em relação ao estudo da FAO, mas o estudo da FAO não foi em relação ao Brasil. Podemos dizer que foi um desafio lançado.

Eu acredito que é mais um pensamento ao inverso. Colegas, se nós não mudarmos o nosso modo de consumo ou não mudarmos a quantidade de pessoas que estão vindo para este mundo, vamos ter esse problema. É mais um alerta em relação ao caminho que a humanidade hoje está seguindo. Esse é o pensamento da FAO. É um desafio não só para o Brasil, mas para o mundo, muito bem colocado aqui pela Senadora, a distribuição do consumo. Tem países que consomem quatro, cinco vezes mais, não sei, do que outros países. A América do Norte em relação à África, se nós fizermos um balanceamento em relação ao consumo desses dois, podemos dizer, dos continentes, muito se muda.

Deputado Sirkis, o senhor falou em relação a termos que aumentar a quantidade de animais por hectare. Precisamos de tecnologia para isso, mas uma coisa eu posso afirmar: o solo, uma hora, chega ao limite, e, de repente, você não vai conseguir colocar dez animais por hectare. Então, nós temos que pensar que quanto mais animais por hectare, você vai ter que fazer um complemento de ração para o animal; quanto mais ração, você vai ter que ter um complemento de grãos para fazer a ração. Então, tudo isso é uma questão de equilíbrio. Temos que ter tecnologia, sim, temos que trabalhar em cima da agricultura de baixo carbono, sim, mas nós temos sempre que observar isso. Não é um passe de mágica que vai passar de um para dez sem que haja uma necessidade extra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI – Eu estou dando exemplos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI – Três? Então, vamos colocar um para três.

O que eu estou dizendo é que, no dia em que chegarmos a três, vão dizer que podemos chegar a cinco; no dia em que chegarmos a cinco, vão dizer que podemos chegar a sete, sempre nesse pensamento.

Deputado Tripoli, o senhor falou um pouco de desoneração dos impostos. Nós estamos trabalhando muito isso, não tem como dizer, a CNA está atuando muito em relação à desoneração dos impostos porque é um custo que nós estamos repassando para frente também. É pesado para gente, nem sempre conseguimos repassar.

E outra coisa que o senhor colocou muito bem pensado, que é o produto primário. Nós vendemos o produto primário, mas a gente tem que ver também outro problema. Nós não conseguimos nem armazenar o nosso produto, como é que nós vamos conseguir armazenar para fazer o processamento? Então é uma bola de neve – eu não vou nem dizer uma bola de neve porque o Brasil é tropical –, mas é uma bola que está crescendo muito e que gente um dia tem que ter um posicionamento sobre se queremos continuar sendo fornecedores de produto primário e de época de venda. Foi o que aconteceu agora, no mês passado em todos os portos brasileiros.

Senadora Grazziotin, a senhora falou 7% da agricultura em cima dos dados que eu coloquei aqui, de 230 milhões de hectares, eu fiz um cálculo rápido, dá mais ou menos 20% para a agricultura e 70% e poucos para a pecuária.

Para terminar, eu coloco aqui um ponto claro, que acho que ficou demonstrado aqui. É a necessidade de assistência técnica e de novas tecnologias. Tanto o Poder Público está buscando essas novas tecnologias e buscando repassar essa tecnologia quanto nós estamos querendo essas informações.

Acredito que essa vai ser minha última fala. Agradeço o convite à CNA, para mostrar um pouco do nosso pensamento em relação à agricultura de baixo carbono e o que nós estamos buscando junto aos agricultores fazer em relação a tentarmos diminuir, pela agricultura e pela agropecuária, a emissão de gás de efeito estufa. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. João Carlos.

Agora passo a palavra ao Dr. Marco Pavarino.

O SR. MARCO AURÉLIO PAVARINO – Muito obrigado.

Eu tentei sistematizar aqui alguns pontos que os Srs. Parlamentares e a Srª Vanessa apontaram, pode ser que algum deles fique de fora, mas acredito que na essência estão todos aqui.

Eu não apresentei as linhas de crédito, ou melhor, apresentei as linhas, mas não apresentei as taxas de juros referentes à agricultura familiar, mas fui específico em dizer que, de fato, o MDA não pleiteou, no âmbito da elaboração do Plano ABC, uma linha diferenciada pelo fato de entendemos que os créditos do Pronaf,

que são específicos para a agricultura familiar, atendem, de certa forma, ao que se propõe a agricultura de baixo carbono.

Só relembro, eu disse que, nesse último Plano Safra, os créditos da agricultura familiar variam de 0,5% até 3,5% ao ano. De certa forma, atendem ao propósito não especificamente do ABC. Parte daqueles créditos, por exemplo, agroecologia, tem uma relação direta com a redução da emissão e uma linha diferenciada.

Concordo com o Deputado Sirkis. Crédito não é tudo também. Não adianta apenas baixar 0,02% ou coestabelecer alguma forma de baratear o custo desse crédito. A gente precisa inovar. A gente tem buscado alguns caminhos no sentido de estabelecer alguma diferenciação para quem se propõe a adotar sistemas produtivos diferenciados. Um deles é, por exemplo, o pagamento de serviço ambiental – e não deve ser chamado assim, porque é um programa de transferência de renda ainda –, que acho que tem que avançar. Se não me engano, existem cinco ou seis projetos lei tramitando no Congresso sobre pagamento de serviço ambiental. *(Pausa.)*

Dez. O Bolsa Verde é alguma coisa nesse sentido e tem uma aplicação bastante direcionada para a agricultura familiar, no sentido de que, se tem um ativo ambiental e esse ativo ambiental está preservado, é preciso que a gente agregue alguma forma de remunerar o que está sendo feito.

Da mesma forma, falo dos mercados diferenciados. O mercado define o crédito, que é dinheiro no bolso, mas é também um instrumento que diferencia efetivamente qual sistema produtivo que será adotado. Por exemplo, no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar, hoje, a gente já consegue pagar 30% a mais para o produtor orgânico que vende para a alimentação escolar. Portanto, a gente não está falando só de renda, mas também de alimento saudável. A gente consegue ter uma diferenciação de 30%, que também é um incentivo para além do crédito. Há também os rebates que a gente pode ter no crédito estabelecido, e isso já é adotado. Se, por exemplo, o pagamento seria normalmente com rebate de 50%, a gente pode estabelecer um rebate para além dos 50% para quem produz de forma diferenciada. Essa é também uma forma de inovar para além do crédito.

Deputado Tripoli, falei das limitações ambientais. Na verdade, pela nossa observação, a agricultura familiar, necessariamente, até por ausência de crédito ou tecnologia, precisa mais de uma convivência com as limitações ambientais do que uma eliminação, mesmo com um sistema que tenha eventualmente até acesso

a recursos financeiros, de algumas limitações ambientais. Foi essa a linha.

Concordo perfeitamente também com o que foi dito. Desde o primeiro momento, participei das discussões do Código Florestal. Tive oportunidade de debater isso com alguns Parlamentares. Mas a gente está no momento de implantação dele, e o Cadastro Ambiental Rural e o PRA serão fundamentais para a exata noção não só do passivo, mas do ativo ambiental.

O Código Florestal traz um instrumento fundamental que a gente precisa utilizar, vou chamar assim, para o bem: a cota de reserva ambiental. A cota de reserva ambiental é uma forma, sim, de remunerar quem tem ativos florestais. Vinte e quatro milhões de cobertura florestal estão em propriedades da agricultura familiar, e parte disso irá também, eventualmente, para uma cota de reserva ambiental para compensação de reserva legal.

Por fim, para finalizar, eu acho que o foco aqui é de fato a assistência técnica e a extensão rural. Conseguimos, pela primeira vez, depois de uma discussão com o Conselho Nacional de Seringueiros, hoje Conselho Nacional de Povos Tradicionais, com o GTA e o Confrem lançar a primeira chamada pública de assistência técnica para o extrativismo. É um marco na história do País. Por quê? Sempre tivemos um problema de, e vou usar a linguagem deles, eles não querem aquele técnico que vem do sul para ensinar um monte de coisas que já sabem. Na verdade, eles querem alguém que conheça a realidade deles, que saiba como eles podem aumentar a produtividade daquilo que já sabem fazer, que é o extrativismo, preservando a floresta e explorando-a economicamente. Foi uma primeira chamada, com 32 mil famílias a serem atendidas, mas a gente precisa avançar mais.

Relacionando com o tema da Anater – e vou deixar para o meu colega José Guilherme aprofundar –, para os senhores terem uma ideia, temos quatro milhões de agricultores familiares, como mostrei, e um milhão de agricultores médios e grandes, mas, hoje, em torno de 350 a 400 mil famílias de agricultores familiares são atendidas com a terra. Então, ainda há muito a ser feito. A nossa meta é universalizar. A meta do Ministério do Desenvolvimento Agrário sempre foi universalizar a terra, mas, na estrutura que temos hoje no Ministério do Desenvolvimento Agrário, é impossível, não seria viável, a não ser que a gente consiga dobrar ou triplicar a própria estrutura do Ministério.

Então, o Governo, e o MDA também, discutiu e propôs, na elaboração, o tema de uma agência que trabalhe, efetivamente, uma assistência técnica universalizada e adequada às especificidades de cada um dos públicos, no nosso caso, a agricultura familiar. En-

tendemos que esse desenho de a Embrapa estar junto com a Anater – inclusive um dos diretores, o diretor de tecnologia da Embrapa, será um diretor também, mas não sei qual o nome específico, da Anater – para nós, é fundamental. Depois de algum tempo, conseguimos ter um assento no Conselho de Direção da Embrapa, levando as demandas da agricultura familiar. Entendemos que, agora, temos muito mais campo para que isso aconteça de fato, para que levemos as demandas da agricultura familiar para a Embrapa, que não deve oferecer só tecnologia.

Eu queria novamente agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin a oportunidade de expor um pouco mais as políticas públicas.

Obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Marco.

Com a palavra, agora, o nosso último convidado Dr. José Guilherme, também para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ GUILHERME LEAL – Vou tentar responder alguns questionamentos aqui e passar por alguns pontos importantes levantados pelo Deputado e pela Senadora.

Vou começar pela questão da assistência técnica e extensão rural, Deputado Sarney Filho, se existe algum conflito de sobreamento ou alguma questão em relação à Embrapa. A gente pode falar que não. No modelo que está proposto, a Embrapa participou ativamente da discussão junto com o MDA, o Ministério da Agricultura.

A Embrapa e as empresas estaduais de pesquisas trabalham alguma coisa em pesquisa básica e bastante na questão de desenvolvimento e tecnologia e pesquisa aplicada, indo até à formação de profissionais em um processo de iniciar a transferência de tecnologia, de deixar os instrumentos, a forma e a tecnologia disponível. Você precisa dar assistência técnica que conviva permanentemente com o agricultor, que, em um processo permanente, trabalhe junto com o agricultor dentro da sua realidade para, aí, sim, discutir e trabalhar no avanço da tecnologia e no avanço da produtividade, sempre observando a questão ambiental de sustentabilidade. A Embrapa vai até um ponto do processo.

Até 90, tínhamos uma coordenação nacional, que era a Embrater, mas houve uma decisão de extinção. A partir daí, em 2003, o MDA voltou a fazer um investimento na assistência técnica e extensão rural junto às várias Emater no sistema público. A avaliação que temos, hoje, é de que o sistema público é muito importante, mas ainda não é suficiente para dar conta desse desafio. Estamos falando em 16 mil extensionistas

dentro do sistema público, mais cooperativas, iniciativa privada. Temos ainda um número insuficiente de técnicos no campo para dar conta desse desafio. Esse é um ponto. O Japão tem 14 mil, no sistema público, de assistência técnica e extensão rural, a dimensão de um e de outro, para a gente ter uma ideia em termos de comparação.

A criação da Anater, além de organizar de novo esse sistema e viabilizar os contratos com o foco de qualificar quem já está na atividade, ainda dá as condições para melhorar o sistema oficial, o sistema das Emater, e traz também a iniciativa privada para uma complementação nessa prestação de serviço, sempre com um foco de qualidade desse serviço que vai ser colocado à disposição do agricultor. Esse é um primeiro ponto que nós gostaríamos de esclarecer.

Em relação ao crédito, em relação ao crédito, que foi questionado aqui, o Deputado Sarney Filho, o Deputado Sirkis, sobre a taxa de juros do programa ABC. Quando o programa de crédito foi criado, ele tinha uma taxa de juros mais atrativa. Só que houve, ao longo dos dois últimos planos Safra, algumas reduções em outras linhas. E nós tivemos aí, no ano passado principalmente, a redução do PSI, do Programa de Sustentação do Investimento, que também chegou à agricultura e se apresentou – por uma decisão do Governo em dar uma dinamizada na agricultura, no sistema como um todo, na economia – como um programa de redução de juros muito bom. Isso teve um reflexo nos fundos constitucionais, então, o FCO, o Fundo Norte e o Fundo Nordeste. O FCO criou um programa, o ABC-FCO. Então parte da tomada do Centro-Oeste está coberta, e nós vamos agora conversar com os outros dois fundos, para poder avançar numa linha também que tenha condição similar aos fundos constitucionais dentro do ABC.

Então por isso é que a tomada de crédito, se nós formos olhar, está concentrada no Centro-Sul, porque no Centro-Sul é interessante, porque você não tem o fundo constitucional, então a taxa de juros ainda é atrativa. Então esse é um ponto realmente que tem que ser melhor trabalhado e melhor adequado.

Agora, como é um programa novo de crédito, ele passa por sucessivas adequações, e neste ano, na discussão do Plano Safra, dada a retomada do aumento da taxa Selic, não foi possível – há uma avaliação geral do Governo – essa redução, como seria interessante para incentivar o programa.

Algumas outras questões colocadas aqui, eu acho bastante importantes. Em relação à questão da pecuária, que a Senadora colocou, e se nós temos realmente espaço a avançar. Nós temos total consciência de que temos realmente espaço a avançar numa

intensificação da pecuária com base nas tecnologias que estão colocadas e que isso tem o efeito da poupa terra, que é a redução da pressão sobre a abertura de novas áreas e a possibilidade até de conversão, como já vem ocorrendo, de áreas de pecuária extensiva em parte dela sendo convertida em pecuária intensiva e parte ocupada por lavoura. Isso tem que ser criado. A questão do crédito, a assistência técnica, o ambiente, porque a decisão acaba sendo do agricultor. Então devemos criar as condições, ou do agricultor, ou do pecuarista. Mas existe um espaço realmente muito grande, e por isso é que nós sempre focamos e destacamos a questão da recuperação da pastagem e da integração lavoura-pecuária-floresta como uma das linhas muito importantes para que a gente possa avançar dentro do plano ABC.

Algumas coisas que o Governo também está fazendo, nós não colocamos aqui, mas, por exemplo, foi falado pelo Deputado Sirkis, na questão de insumos. O Pavarino citou a questão da agroecologia. Então, dentro do recurso agora este ano, do Fundo Setorial do Agronegócio, vão sair dois editais para incentivo à pesquisa. Um vai pegar toda a parte da mudança climática na agropecuária, e outro, produção sustentável. Além do recurso para pesquisa em agroecologia, vai direcionar também pesquisa para insumos de menor impacto no meio-ambiente. Então isso é uma concentração, tem a participação do Ministério da Agricultura, mas também do Ministério da Ciência e Tecnologia, para que a gente possa incentivar nossa pesquisa a gerar conhecimento e que venha a ser colocado no futuro a disposição de mais insumos que possam entrar no sistema sustentável. Esse é um ponto importante.

E por último, eu queria colocar aqui alguns pontos que nós não colocamos na apresentação, mas que foram levantados.

A questão do pagamento de serviços ecossistêmicos, ou pagamento de serviços ambientais, eu acho que é um tema importantíssimo que foi colocado aqui pelos Deputados. Realmente ainda é uma coisa muito incipiente. O Pavarino citou um ponto da bolsa verde. Existe o produtor de água na ANA. É um serviço interessante, um trabalho interessante, mas ainda com pouca capilaridade, precisa ser implantado. E a forma de financiamento, Deputado Celso, isso tem que ser trabalhado. Acho que não dá para se pensar num programa nacional num ponto desse, mas é possível que consigamos uma articulação com grandes líderes do Parlamento, para pensar realmente numa lei que possa pelo menos começar nos biomas ou nos pontos mais sensíveis, fazendo esse incentivo para o agricultor.

O arranjo que o Deputado Sirkis colocou da viabilização do crédito para recuperação de áreas, com a

possibilidade de um pagamento e a vinculação, já, ao mercado de carbono, acho bastante interessante. É um desafio para nós, realmente, avançar nessa discussão, dentro do Governo, e chegar a uma formatação que seja viável e tenha os instrumentos adequados para essa questão.

O Deputado Celso falou da questão do PAC da agricultura e da correção do solo. Esse é um ponto realmente fundamental, e não tocamos aqui, mas, por exemplo, vários Municípios do Brasil que têm pastagens degradadas ou áreas de lavouras degradadas estão a mais de dois mil quilômetros de uma mina de calcário, que é o insumo que dá mais resposta em termos de aumento de produtividade com baixo custo, em termos de capacidade de produção; só que, com esse frete, fica inviabilizado. Existe realmente a necessidade de um arcabouço, e pode ser dentro de um programa como o PAC, que possa realmente viabilizar esses Municípios que estão distantes para que os agricultores tenham acesso a esse insumo básico que é necessário para o aumento de produtividade e para a questão de uma agricultura mais sustentável.

Finalizo, agradecendo a oportunidade de o Ministério de Agricultura estar aqui, Senadora, e nos colocando à disposição sempre que necessário.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Nós agradecemos a presença da representação do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário e da CNA.

E, antes de encerrar, passo a palavra para o ilustre Relator.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC – PA) – Para entregar questões que gostaríamos que fossem respondidas por escrito, para cada um dos expositores. *(Pausa.)*

Já entreguei. São questões que foram elaboradas pela nossa consultoria e que servirão, também, como subsídio para elaboração do nosso relatório.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Zequinha.

São questões muito importantes que o nosso Relator passa. Seria importante que recebêssemos as respostas dos Ministérios e também da Confederação Nacional da Agricultura.

Solicitamos a nossa Secretaria que encaminhe os questionamentos também ao Green Peace, que não veio à reunião, e, se possível, à Contag, que é Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, até para subsidiar o nosso Relator.

Infelizmente, entramos ao vivo só agora, na TV Senado, mas já concluímos nossa reunião.

Gostaríamos de agradecer enormemente a participação dos nossos convidados, dos Srs. Deputados,

de todos aqueles que assistiram à reunião. Sem dúvida nenhuma, esse é um debate importante.

Só informar que, no mês de outubro, realizaremos um seminário para discutir a necessidade da harmonização da legislação sobre mudanças climáticas. Desde já, todos estão convidados. Gostaríamos, numa parceria com a CNA, que os Ministérios pudessem, também, estar presentes. Virão muitos deputados estaduais para esse seminário. Seria muito importante a participação dos senhores também.

Nada mais havendo...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Presidente, só aproveitando esse final para convidar a todos para recepcionar a Secretária Executiva da Conferência do Clima, da ONU, a Sr^a Cristhiana Figueres, que será recebida numa reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, na quinta-feira, às 10 horas.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Agradeço enormemente a sua colaboração. Já está sobre a mesa.

Encerrando a presente reunião, convoco, ao mesmo tempo, audiência pública que terá participação, como V. Ex^a diz, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que acontecerá às 10 horas, num local a definir ainda, com a participação, como o Deputado Sirkis disse, da Secretária Executiva da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Dr^a Cristhiana Figueres.

Muito obrigado a todos pela audiência e nossa reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

ATA DA 12^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM RECIFE.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia doze de julho do ano de dois mil e treze, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, em Recife, sob a Presidência do Deputado Fernando Ferro, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Deputado Sarney Filho, membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. O Presidente Fernando Ferro declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da

Pauta, destinada à realização de Audiência Pública Regional para debater o tema: “as mudanças climáticas e os ecossistemas marinhos e costeiros. Situação dos manguezais brasileiros”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 12 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: Hélio Polito, Secretário da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco – SEMA; Clemente Coelho Junior, Professor da Universidade de Pernambuco – UPE; Renaldo Tenório de Moura, Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA-PE e Moacir Cunha de Araújo, Professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Deputados Fernando Ferro e Sarney Filho. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado **Fernando Ferro**, Vice-Presidente da CMMC.

ATA DA 13^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia treze de agosto do ano de dois mil e treze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da Deputado Sarney Filho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Wellington Dias e dos Deputados Ricardo Tripoli e Alfredo Sirkis, membros da Comissão. Registra-se a presença da Deputada Rosane Ferreira. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Presidente Sarney Filho declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de Audiência Pública para debater o tema: “Mecanismos financeiros e tributários para uma economia de baixo carbono”, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão, aprovado em 12 de março do corrente, com a presença dos seguintes convidados: Aloisio Lopes

Pereira, Coordenador-Geral da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – MF e Marcos Estevam Del Prette, Gerente de Projetos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Após a exposição do primeiro convidado, passa-se a Presidência à Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, passa-se a palavra ao segundo convidado. Assume a presidência o Deputado Alfredo Sirkis. Usam da palavra o Relator da Comissão, Deputado Sarney Filho, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Deputado Alfredo Sirkis. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Ao final, a Presidência submete à apreciação os seguintes Requerimentos no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: Requerimento nº 8, de 2013-CMMC que “requer, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para debater o aproveitamento de água pluvial, suas aplicações e estratégias projetuais voltadas para a gestão do consumo e da conservação de água, tendo como convidado Daniel Santana, Professor da UnB”. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 9, de 2013-CMMC que “requer, nos termos regimentais, a participação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional – CMMC, na 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas, visando prover informações de alta qualidade em estudos de clima, detecção de variabilidade climática (VC) e mudança climática (MC) e seus impactos em setores do Brasil, que ocorrerá entre os dias 9 e 13 de setembro do corrente, na cidade de São Paulo”. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA)

– Bom dia a todos, amigos e amigas aqui presentes. Nós vamos começar a nossa 13ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008, ato do Presidente, que cria, no âmbito do Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

No Congresso Brasileiro, temos duas comissões permanentes apenas: a primeira é de Orçamento, a segunda é esta Comissão aqui, Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, o que, evidentemente, denota a preocupação que o Congresso tem com o aquecimento global.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para tratar do tema: os mecanismos financeiros e tributários para uma economia de baixo carbono, em conformidade com a aprovação do plano de trabalho da Comissão, em 12 de março corrente.

Estão convidados o Sr. Aloísio Lopes Pereira, Coordenador-Geral da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e o Sr. Marcos Estevan Del Prette, Gerente de Projetos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, do Ministério do Meio Ambiente.

Convido ambos a tomarem assento à nossa mesa de trabalho.

Quero dizer também que nós estamos sendo gravados pela TV Senado e, no momento oportuno, esta nossa reunião de audiência pública será transmitida na íntegra pela TV Senado.

Também está ao vivo na Internet esta nossa reunião.

Bem, conforme tem sido amplamente discutido na nossa Comissão, um dos pontos importantes é o pagamento pelos serviços ambientais prestados.

Esse talvez seja o caminho melhor para se chegar à sustentabilidade tão almejada.

Nós entendemos que há duas etapas na questão climática: a primeira é o comando e o controle ainda necessários para evitar, como no caso do Brasil, o desmatamento. Nós, ao contrário de outros países, a nossa grande emissão se dá por desmatamento e mau uso do solo. Evitar o desmatamento, diminuir o desmatamento seguramente é uma das fórmulas para contermos as emissões.

É bem verdade, Deputado Trípoli, que ultimamente o nosso padrão de emissão está mudando, diminuindo no desmatamento e no uso do solo, mas tem aumentando nas cidades; tem aumentando na geração de energia. Agora, estamos vendo a nossa matriz sendo misturada, temos até termelétricas a carvão, em funcionamento, temos também um número enorme de veículos que, por mais que estejamos usando ainda o etanol, têm contribuído para as nossas emissões urbanas.

Portanto, a outra vertente é a vertente da economia, dos incentivos financeiros, do princípio do poluidor pagador e não poluidor recebedor. Essa me parece a vertente mais promissora e a que dá resultados mais concretos. No entanto, essa vertente a ser perseguida é de difícil execução. Justamente para facilitarmos esses caminhos no que diz respeito a uma proposta legislativa consistente é que estamos fazendo essa audiência pública de hoje.

Sem mais delongas, vamos, pela ordem de inscrição aqui, segundo roteiro feito pela nossa Presidente, que está tentando ainda chegar aqui a tempo desta reunião, mas pediu que eu iniciasse logo no horário marcado. A nossa Presidente Vanessa Grazziotin certamente vai olhar com atenção esta nossa audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Aloísio Lopes Pereira, Coordenador-Geral da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a princípio até 15 minutos.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO

– Muito bom dia a todos os presentes. Nossos agradecimentos à Comissão Mista de Mudança do Clima, Deputado Sarney Filho, Deputado Trípoli, aqui presente, pela oportunidade de expor um pouco o que temos feito, as análises em andamento e as ações já implementadas nesse tema.

Vou seguir uma breve apresentação ali, porque acho que existem imagens relevantes e ajudam a ilustrar alguns pontos.

Primeiro, no próximo *eslaide*, uma visão mais geral, Deputado – acho que talvez até já tenhamos usado isso aqui em outras oportunidades –, uma visão meio estilizada, mas de grandes grupos de instrumentos econômicos usados para objetivos climáticos. Colocamos isso ao longo de uma curva chamada, via de regra, de curva de custo marginal de abatimento, ou seja, quanto custa para determinada empresa ou agente econômico deixar de emitir uma tonelada de carbono. Ao longo da curva, vamos ter setores da economia e empresas que se situam em determinadas posições diferentes e, dentro do mesmo setor, temos às vezes diferentes opções de mitigação ao longo dessa curva.

Diz a literatura que várias ou algumas dessas opções são de custo negativo, ou seja, aquelas que implicam ganhos de eficiência no uso da energia, no uso de insumos e tal, e que, portanto, além de reduzir emissões, trazem também redução de custos para a atividade, e outras de custo crescente, algumas de custo muito elevado.

Basicamente, o que se diz é que não há um instrumento que sirva para todas as situações, e para os diferentes setores, e para os diferentes custos de mitigação. Na verdade, é necessário desenhar instru-

mentos específicos para cada situação. Por exemplo, nessas situações em que há custo negativo ou custo muito baixo, com a simples definição de regras, de padrão técnico etc., já se consegue fazer com que as atividades, enfim, se ajustem, assim como os produtos tenham um ganho de mitigação, e muitas vezes até um ganho de eficiência.

É possível obter um conjunto de ações de mitigação por meio de incentivos tributários, subsídios em financiamentos e tal. E aí a literatura mostra, em outras situações, instrumentos que visam precificar especificamente a emissão de carbono, quer na forma de um sistema de mercado – está ali na sigla em inglês – *cap and trade*: quer dizer, coloca-se o limite de emissões e permite-se que as empresas reguladas comercializem essas permissões de emissão, que é o chamado mercado de carbono; ou, na forma de um imposto sobre a emissão de carbono, são duas modalidades pelas quais se permite induzir a mitigação por meio de cristalizar, de consolidar um custo para a emissão de carbono mais flexível no mecanismo de mercado, porque onde o custo é maior vai-se comprar a permissão de quem tem um custo menor e tal, e isso permite, ao fim, no conjunto, reduzir os custos; ou na forma de impostos, que é algo um pouco mais duro, em que o Estado vai lá e fala: “Não, o preço do carbono para esse setor, para essa atividade é x. Pague-se esse preço”.

Eu vou ilustrar aqui, passando bem rapidamente, Deputado. No primeiro bloco, ilustrar alguns mecanismos de financiamento, subsídio e estabelecimento de padrões que já existem. Eles já foram, já estão implementados e tal, mas no sentido de dizer que é viável; algo já foi feito, algo mais pode ser feito, é uma agenda de debate, de discussão que tem que ser empreendida. E, em uma segunda etapa, eu vou falar quais são as análises que a gente está conduzindo para poder ter mais informações, elementos, para efetivamente propor novos mecanismos.

Próximo *eslaide*, por favor.

Isso de forma muito sintética, e aqui o Marcos Del Prette, meu colega lá do Ministério do Meio Ambiente, que é o gestor do Fundo Clima, que está ali em uma das colunas, vai poder falar mais sobre isso.

Sem querer entrar muito em detalhe nesse quadro, só para exemplificar que temos três mecanismos pelos quais se financiam atividades voltadas à redução das emissões ou mesmo aumento de estoque de carbono no setor florestal.

Temos o Fundo Amazônia, temos o Fundo Clima, e eu citei aqui também o Programa ABC, que é uma linha de financiamento para o setor agropecuário,

cada um com normativos específicos – não é necessário detalhar aqui.

Basicamente o Programa ABC, por ser linha de crédito, é normatizado pelo Banco Central.

A Senadora Vanessa Grazziotin chegou.

Bom dia! (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio ao Governo. PCdoB – AM) – Eu peço desculpas, Senador Sarney Filho. V. Exª estava seguindo na coordenação, e eu cheguei para tumultuar um pouco.

Agradeço ao Deputado Sarney, ao Deputado Trípoli e ao Dr. Aloísio, que já estava falando.

Mas, Dr. Aloísio, já que eu o interrompi, quero dizer que nós tínhamos uma solicitação de audiência pública como a Ministra Gleisi para tratar do projeto de pagamentos de serviços ambientais, cujo trabalho do Ministério da Fazenda tem sido muito importante. Estava marcada para hoje, às 11h. Aí, ficamos diante de um dilema: ou cancelaríamos esta audiência pública ou a da Ministra Gleisi.

Entendemos melhor manter esta audiência pública e ir, em outro momento, com a Ministra Gleisi para tratar sobre o assunto, porque entendemos que a vinda dos senhores é muito importante. Então, desculpem.

Devolvo a palavra ao Dr. Aloísio.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO – Muito obrigado, Senadora.

De fato, o tema serviços ambientais é algo que a gente tem acompanhado, dialogado. Será muito importante fazer o debate aqui.

Como eu estava falando das três linhas, dos três mecanismos de financiamento, o Programa ABC é uma linha de crédito, portanto, regulado por resolução do Conselho Monetário Nacional – está lá no Manual de Crédito Rural e tal. Ele tem objetivos específicos. O Fundo Amazônia é restrito ao financiamento, ao apoio por meio de transferência não reembolsável para as atividades que concorrem para a prevenção, monitoramento, combate do desmatamento, conservação, uso sustentável na Amazônia, com possibilidade de aplicação em outros biomas também. O Comitê Técnico e o Comitê Orientador definem as aplicações de recursos, e são financiados projetos apresentados por entes públicos, Estados, Municípios. Também têm apoio algumas linhas do Governo Federal, algumas entidades do Governo Federal, inclusive, a sociedade civil, ONGs etc.

O Fundo Clima vou deixar para o Marcos Del Prette apresentar com mais detalhe. Basicamente, ele tem uma linha reembolsável e uma linha não reembolsável. A linha reembolsável, que está lá no BNDES, é a que tem mais recursos. Se vocês olharem ali embaixo, há internalizado já algo como R\$560 milhões. Com

a dotação deste ano, chegará próximo a algo como R\$900 milhões de recursos disponíveis no BNDES para o financiamento de um leque bastante amplo de setores e atividades, que vão desde a área de energia, transporte, resíduos, além da própria atividade agropecuária voltada à adaptação. Pretende-se agora também financiar atividades do setor florestal. É um volume muito expressivo, R\$920 milhões, porém, do ponto de vista de financiamento desses setores, não é algo tão vultoso quando a gente pensa, por exemplo, que o Programa de Sustentação do Investimento trabalhou com patamares próximos a R\$230 bilhões. Então, de fato, podem ajudar a alavancar atividades de caráter inovador e demonstrativo em diferentes setores, mas ainda não é, vamos dizer assim, o grosso do financiamento para os setores da economia vinculados ao BNDES.

Para o Programa ABC, talvez valha o destaque porque foi a primeira linha, mecanismo de financiamento especificamente criado por conta do Plano Nacional de Mudança do Clima, além do próprio Fundo Clima.

Nos planos setoriais, o que se adiantou e já pleiteou logo seu mecanismo de financiamento foi o setor agropecuário. Foi instituído em 2010, já em setembro, por aí, começou a rodar um pouco... Até o ajustamento dos agentes financeiros, da divulgação e tal foi um pouco lento no primeiro e no segundo ano. Nesse último ano, ele já se mostrou bem mais ágil principalmente na aplicação do Banco do Brasil e tem-se mostrado um mecanismo importante para implementar aquelas metas previstas no decreto da política de clima.

Só para dizer, então, que, do ponto de vista de financiamento, como Governo, até dispomos de alguns mecanismos. Mas vai ser necessário, sem dúvida, do ponto de vista de tornar uma estratégia de baixo carbono algo mais abrangente na economia brasileira, repensar essas estratégias de financiamento. Mesmo no caso do Fundo Clima, considerando, como eu falei, a proporção dos valores – de quase R\$1 bilhão *versus* os outros fundos –, repensar se o papel dele deve ser mesmo o de financiador ou se poderia ser muito mais como “alavancador”, ou seja, alavancar o acesso a outros financiamentos, condicionando a sua participação ao desempenho dos projetos, em termos de redução de emissões.

O próximo eslaide.

Para falar também, como o exemplo aí, de outro tipo de mecanismo, que é o mecanismo tributário, esse é um campo em que a gente tem muito o que discutir, o que explorar e tal. Acho que, de fato, ainda temos muito que pensar, discutir e, talvez, inovar em termos de mecanismos tributários voltados às finalidades ambientais.

O caso do IPI da linha branca é um caso que vale citar, porque é aquele em que, mesmo agora... Estamos em um contexto que, se vocês olharem nas colunas ali, de fevereiro para cá, começou a se retomar, ampliar a alíquota, voltar ao patamar da alíquota, reduzindo-se, então, aquelas isenções que foram criadas naquele contexto mais intenso da crise para o estímulo atividade econômica. Nessa estratégia de retomada, dá para ver que, mesmo após outubro de 2013, quando se deve estabilizar a alíquota, o IPI vai continuar fazendo uma diferenciação para aqueles equipamentos com maior índice de eficiência energética, testados pela etiquetagem padrão Inmetro. Ou seja, aqueles que têm selo A de eficiência, na coluna de outubro, vão estar num patamar menor do que o IPI aplicado aos equipamentos que podem até ter o selo, mas com menor eficiência energética.

Então, esse é o tipo de medida que tem efetividade. É lógico que, como todas as outras medidas, deve-se sempre fazer uma avaliação dos custos do ponto de vista fiscal *versus* o potencial de ganho do ponto de vista de mitigação do resultado ambiental que se pretende, mas mostra-se um mecanismo viável; nesse caso, então, um mecanismo da tributação associado a um outro instrumento de etiquetagem, de certificação, quanto ao desempenho ambiental dos produtos como requisito para se poder aplicar isso.

Seguindo, então.

Agora, voltando àquele mapa inicial, falamos que nesses mecanismos até há alguma experiência, principalmente no campo dos subsídios e das isenções; por meio de financiamento, em especial; um pouco por meio de tributação; e padrão, que é o caso da etiquetagem que citei aí.

No próximo eslaide, a questão que buscamos explorar agora é quais são as possibilidades para que, no Brasil, se apliquem também ou se venham a desenvolver mecanismos como o de mercado de carbono ou o de tributação sobre a emissão de carbono.

Seguindo, então.

Pode passar o próximo, por favor.

Do ponto de vista de mercado, acho que é importante pontuar uma questão aqui. Se ficamos muito na manchete dos jornais, há aquela imagem: “O mercado de carbono já caiu; os preços do carbono já caíram na Europa e tal”. Esse é um mecanismo que foi testado e que não está funcionando muito bem. Nós nos aprofundamos um pouco e fomos conhecer o que está ocorrendo no mundo.

Esta é uma imagem feita por um projeto nosso em parceria com a FGV, que ilustra, na verdade, o que ocorre neste momento: diversos países, inclusive países em desenvolvimento, estão numa etapa de anali-

sar, estudar ou mesmo preparar a implementação, ou já estão implementando mecanismos de mercado de carbono, como é o caso da China, que é o maior ali, que está com as bolinhas verdes. A estratégia da China foi colocar seis ou sete províncias, cidades, para funcionar mercados locais. O primeiro deles, da cidade de Shenzhen, começou a operar. Nós vamos até receber uma visita da delegação na última semana de agosto, quando vamos poder conversar um pouco sobre essa experiência. Eles vão, durante dois ou três anos, deixar esses seis ou sete mercados locais funcionando, e depois vai virar um mercado nacional.

Outros, verdes, já estão funcionando. Inclusive, nos Estados Unidos, embora o país não tenha assinado o Protocolo de Kyoto no nível subnacional dos Estados, há diferentes agrupamentos que estão operando esses mercados, como a Califórnia, o RGGI (Regional Greenhouse Gas Initiative), o Western Climate Initiative (WCI) e um começo de integração entre mercados – Austrália, Nova Zelândia, etc..

Enfim, olhando para isso, a nossa visão foi a de que há algo ocorrendo, inovações importantes nesse campo ocorrendo, e nós deveríamos considerar isso, entender e pensar isso também.

Seguindo.

Para isso – e aí vou só colocar alguns elementos –, já em 2011 foi instituído um grupo de trabalho do Ministério, mas um grupo interministerial, com esses órgãos aí listados, que fez uma primeira análise, apresentou um relatório ainda em julho ao grupo executivo – em novembro, ao Comitê Interministerial – com um primeiro apanhado de qual é o estado da arte dessa questão de mercado de carbono, com duas grandes linhas de indicação: uma, de que precisamos de mais e de melhores informações sobre quem emite no Brasil, do ponto de vista das empresas, dos setores – informações o mais detalhadas possível. Então, a recomendação de institucionalizar um sistema de informação sobre emissões no Brasil, no nível de planta de instalação industrial, de empresa mesmo, no nível mais desagregado possível. E, segundo, que precisamos também melhorar a qualidade da nossa análise sobre quais são os impactos e possíveis ganhos da adoção desse tipo de instrumento.

Estamos seguindo, então, Senadores e Deputados, nessas duas linhas. Vou pontuar o que estamos fazendo nesses dois campos.

Próximo eslaide, por favor.

Primeiro, no âmbito do Núcleo de Articulação Federativa, que foi uma iniciativa de diálogo do Governo Federal com governos estaduais sobre política de clima – temos a política nacional e as políticas estaduais, numa iniciativa da Casa Civil e do Ministério do Meio

Ambiente –, e um dos temas prioritários foi sistemas de registros de emissões. Por quê? Estados como São Paulo e Rio de Janeiro já implantaram a obrigação de que empresas ali – lógico, a partir de certo patamar de emissões – informem sistematicamente quanto estão emitindo. Outros, como Minas Gerais, instituíram sistemas voluntários para que as empresas informem. É uma iniciativa que tende a multiplicar-se. As empresas voluntariamente, inclusive grandes empresas no Brasil, já têm feito isso.

A questão é: em vez de ter vários sistemas estaduais que muitas vezes usam metodologias, formas de contabilizar diferentes e tal, convergir para um sistema nacional em que as empresas – é lógico, nem todas, de determinados setores, mais intensivos possivelmente – que emitam a partir de certo patamar tenham compromisso e obrigação de periodicamente informar quanto estão emitindo. Isso é um requisito para poder aplicar qualquer instrumento econômico específico voltado a precificar emissão de carbono; ter dados efetivamente sobre isso.

Esse grupo deve, em novembro, apresentar um relatório ao Núcleo de Articulação Federativa – Governo Federal e governos estaduais – com recomendações para instalar ou estruturar esse sistema em âmbito nacional, de forma a dialogarmos para que seja algo compartilhado, ou seja, sistema do Governo Federal com participação, possivelmente com entrada de dados por meio dos governos estaduais, algo que evite o que as empresas mais temem: que se multipliquem diferentes formas de exigências para se prestar a mesma informação várias vezes com diferentes metodologias.

Então, esse é um trabalho na linha de criar uma base de dados consistente sobre o perfil de emissões no Brasil para os setores mais intensivos em energia.

No próximo eslaide, outro trabalho que está em andamento é uma avaliação, aí sim, de qual o impacto sobre a economia do ponto de vista do produto, do emprego, da renda das famílias, da adoção de dois possíveis mecanismos: o imposto sobre a emissão de carbono e o mercado de carbono. Foi feita uma parceria com o Banco Mundial, por meio de um programa de preparação de mercados do Banco Mundial, do qual o Ministério da Fazenda é o ponto focal aqui no Brasil. Contratamos uma parceria do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais), núcleo de economia da Universidade Federal de Minas, com a WayCarbon e uma outra empresa parceira. Eles já estão no meio do trabalho de fazer essa avaliação. Ou seja, modelo de equilíbrio geral, no qual a gente vai simular a criação de mercado ou a criação de um imposto e vai verificar o que acontece se a gente tem uma perda de PIB significativa ou não;

como isso se reflete nos setores; o que acontece com o emprego, o que acontece com a renda das famílias nos diferentes estratos de renda, para se começar a ter uma visão de quais são as implicações econômicas de se adotar esse tipo de instrumento.

Então, esse trabalho deve ser concluído em outubro, talvez novembro, no qual teremos os primeiros números com base num modelo de equilíbrio geral, chamado BR-Green, já desenvolvido pelo Cedeplar e pela UFMG.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O modelo do Banco Mundial?

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO – Não, o modelo foi desenvolvido lá pela UFMG, pelo Cedeplar; só o contrato foi feito por meio de uma parceria com o Banco Mundial. Mas o modelo é brasileiro, para a economia brasileira, em que se simulam os diferentes setores da economia, funcionamento. Colocam-se os vários parâmetros de funcionamento da economia, dados socioeconômicos e, por meio desse modelo, simula-se um choque. Quer dizer, temos a economia funcionando dessa forma, com esses setores, usando esses insumos que têm esses preços e tal. Se fizermos um choque e colocarmos um preço para quem emite carbono – temos quanto cada um emite e tal, com base nos dados nosso inventário – o que acontece com a economia? O que muda no arranjo econômico? É o tipo de modelo de análise do que acontece se implementarmos esse tipo de política.

Então, esse é um dos trabalhos em andamento. O prazo dele é novembro, quando teremos os primeiros números e teremos um processo em que nós, da equipe do Ministério da Fazenda, vamos pegar o modelo, vamos receber o próprio modelo capacitado para podermos usar isso para outras simulações.

Outra iniciativa – essa é uma parceria com a Embaixada do Reino Unido – é uma análise semelhante, mas, especificamente quanto à tributação, perspectivas para uma política fiscal verde no Brasil, que também, por meio de outro modelo de equilíbrio geral, também brasileiro, desenvolvido por uma equipe da Esalq (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”), da USP, foi, enfim, um processo também de contratação pela Embaixada; foi a selecionada para fazer esse trabalho. Será feita uma análise de quais são os efeitos na economia de aplicar, por meio de tributos federais existentes, como IPI, Imposto de Importação, aí já simulando com um pouco mais de detalhes a nossa matriz tributária, também mecanismos de incentivo ou de tributação com base em parâmetros ambientais.

O parâmetro central aqui vai ser também, mais uma vez, emissão de carbono. É outra análise, cujo prazo de conclusão é fevereiro do ano que vem. Vai

ter, além do processo de capacitação técnica da equipe, um seminário para o qual se pretendem chamar especialistas, fazendo-se uma discussão mais ampla desse modelo.

Então, como o outro, quer dizer, são duas iniciativas de se fazer uma análise um pouco mais compreensiva. A gente ainda entende que é um primeiro esforço de análise mais sistemática para pensar e quem sabe desenhar a adoção desse tipo de instrumento aqui o Brasil.

Finalmente, um último estudo – esse está em fase de contratação – é para entender um pouco mais qual é a experiência internacional de se usar o tal, como se fala, *carbon tax*, ou seja, um tributo sobre a emissão de carbono. Vários países já adotaram esse tipo de política, isolada, às vezes, até combinada com o mercado de carbono. A gente quer conhecer, primeiro, o que diz a literatura econômica sobre isso, fazer um apanhado um pouco mais abrangente, enfim, dos *papers* sobre isso, conhecer a experiência desses países, o que existe já de análises sobre os resultados ambientais, econômicos desse tipo de política e ter indicações da possibilidade, das perspectivas de aplicação disso aqui no Brasil.

Esse aí não é um estudo econômico, de números, mas muito mais para conhecer o mecanismo e pensar a viabilidade de sua aplicação aqui no Brasil. Esse está em fase de contratação. A gente espera também que, até meados do ano que vem, a gente tenha esse estudo concluído, esse material consolidado.

Próximo, acho que com isso consigo encerrar.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O primeiro, sobre Sistema Nacional de Registros de Emissão, qual é o prazo para concluir? Eu não anotei aqui.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO – Esse é novembro deste ano. Na verdade, até novembro, esse grupo de trabalho... Eu mostrei ali: tem o Ministério da Fazenda, outros ministério, MCTI, MMA, tem o Ibama junto, tem o MDIC e, salvo engano, oito ou nove Estados que estão participando. O Ministério da Fazenda coordena pelo Governo Federal, e o Rio de Janeiro é o coordenador pelo Estado.

A gente entrega um relatório ao Núcleo de Articulação Federativa em novembro deste ano. É um relatório de recomendações, ainda bastante gerais, como “sim, é viável, é possível harmonizar, deve ser um sistema único, integrado, o mesmo *software*”. Quer dizer, vai apresentar um conjunto de recomendações sobre que plataforma utilizar, quais são os requisitos técnicos, qual é a primeira indicação de que setores devem entrar num primeiro momento, num segundo

momento, que tipo de especificação metodológica é necessária.

Agora, com base nessas indicações, se esse Núcleo de Articulação Federativa entende que esse é o caminho, certamente vai ser necessária outra etapa de trabalho técnico para desenvolver as bases desde o ponto de vista de metodologia. Quer dizer, para um determinado setor da indústria – cimento, por exemplo – é preciso ter guias metodológicos muito específicos de como fazer a sua conta de carbono, para que isso seja padronizado entre todas as empresas, como ele relata. Então, há todo um trabalho técnico e, depois, o desenvolvimento de sistema.

Outra questão que a gente acha muito relevante é uma análise que fala de impacto regulatório, ou seja, o que significa o Governo Federal e os órgãos estaduais do meio ambiente passarem a fazer esse tipo de monitoramento. Que requisito técnico, pessoal, de infraestrutura, o que é necessário para que eles sejam capazes de operar? A gente tem isso hoje, que investimento é necessário.

Então, esse tipo de análise é algo que a gente, imagino, talvez vá exigir algo como mais dois anos, talvez até três anos de desenvolvimento, para dizer que temos um sistema nacional pronto para começar a operar.

Então, em linhas gerais, estamos trabalhando nesse caso com essa agenda.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Senadora Vanessa, eu ouvia atentamente a exposição do Dr. Aloísio, e até, de certa forma, me surpreendi pela atenção que o Ministério da Fazenda está dando ao tema. Eu não sabia que existiam já três grupos, três estudos sendo elaborados, conexos ao mesmo tema.

Como hoje é um dia atípico aqui no Congresso, vai haver uma reunião de Líderes da Câmara agora – já fui convocado –, às 11h30min, para decidir sobre o Orçamento impositivo, eu vou ter que me ausentar. Mas eu não gostaria de me ausentar sem antes deixar aqui duas perguntas.

A primeira. Quando se falou sobre incentivos, o ABC, por exemplo, o Fundo da Amazônia, as notícias que nós temos, Dr. Aloísio, são de que tanto o Fundo da Amazônia quanto a Agricultura de Baixo Carbono, ABC, têm sido pouco acessados. Não tem havido o desembolso esperado, não tem havido interesse. No caso da Agricultura de Baixo Carbono, a procura dos ruralistas tem sido baixa. No caso do fundo, o desembolso não está sendo rápido; tem começado. Eu mesmo sei, porque acompanhei a Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão, que conseguiu recurso para a implementação do CAR (Cadastro Ambiental Rural).

Então, a primeira coisa é: o que está acontecendo? Qual é o motivo desse baixo acesso? Há outras dificuldades, comparativamente com outros incentivos? Existem desvantagens que não detectamos aqui? Ou é somente uma questão de esclarecimento?

A segunda pergunta, na realidade, é mais um pedido. É que aquele primeiro grupo interministerial criado já fez e entregou um relatório. Se fosse possível, nós gostaríamos de ter acesso a esse relatório, para enriquecer os dados que poderíamos... É o grupo interministerial criado de que ele falou logo no começo. Mercado de carbono.

Por quê? Porque essa é uma questão, Dr. Aloísio, sobre a qual nós ainda não temos clareza. Pelo menos eu não tenho clareza, na parte ambiental, sobre a vantagem de termos um mercado interno de carbono.

É muito complexa essa visão, tanto que já foi discutido isso na época do Código Florestal. Houve uma sugestão, depois se voltou atrás. A própria Senadora Marina tinha uma sugestão, e, depois de discutirmos, ela não entrou com essa sugestão. Parece-me que, na época, ela era Ministra do Meio Ambiente. Ela tinha uma sugestão nesse sentido e depois voltou atrás por causa das questões levantadas. Então, essa é uma questão fundamental.

Mercado interno de carbono, qual é a vantagem objetiva para o País?

E, quanto ao relatório, se pudéssemos ter acesso a esse relatório, para enriquecer aqui um pouco a relatoria, seria importante.

Eu peço desculpa, Dr. Marcos Estevan. Eu vou acompanhar depois pela Internet, vou ver a gravação, mas as nossas consultoras e assessoras estão aí e têm nos auxiliado bastante na elaboração do relatório, e, certamente, qualquer dúvida a Deputada Rosane ou a Senadora Vanessa vão incorporar e pedir esclarecimentos.

Peço desculpa mais uma vez. A Senadora Vanessa, que é a nossa Presidente, já está aqui, e as respostas também, não vou poder ficar para ouvi-las, mas elas vão ser gravadas e nós vamos aproveitá-las.

Peço licença para me retirar da reunião. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PC do B – AM) – Dr. Aloísio, a gente deixa para o final as respostas e aí agregaremos as perguntas deixadas pelo Relator e as outras perguntas que certamente eu e a Deputada Rosane queremos fazer.

Passo a palavra agora, para sua exposição, ao representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Marcos Estevan Del Prette.

Com a palavra V. Sª.

O SR. MARCOS ESTEVAN DEL PRETTE – Bom dia. Bom dia Senadora Vanessa; bom dia Aloísio, meu companheiro de viagem; bom dia aos Deputados presentes, às senhoras e aos senhores.

Eu não tenho uma apresentação em PowerPoint, mas há várias ilustrações que eu poderei colocar à disposição dos senhores. Vou tentar contribuir da melhor forma possível com o debate dessa questão fundamental para a humanidade e para a nossa era, que é a questão do meio ambiente, da sustentabilidade e das mudanças do clima.

Em relação à Política Nacional sobre Mudanças do Clima, nós temos ali elencados vários instrumentos, mas seu instrumento financeiro principal é o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima. Ainda que também o Fundo Amazônia possa ser um apoio a essa política do clima, ele tem um foco específico, que é o combate ao desmatamento. E o Fundo Clima tem um cardápio mais amplo de possibilidades de apoio para vários atores, inclusive para os atores públicos, as organizações não governamentais e também para a iniciativa privada. E em várias linhas de financiamento.

O Fundo Clima é gerido por um Comitê Gestor, tem várias representações – do Poder Público, dos Estados, dos Municípios, das organizações não governamentais, da academia, dos sindicatos, das organizações e associações de produtores, de trabalhadores –, e esse Comitê Gestor é presidido pelo Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; e o Ministério do Meio Ambiente é a sua Secretaria Executiva.

Nós temos no Fundo Clima duas modalidades de recursos, que são os recursos reembolsáveis, geridos diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente, e os recursos não reembolsáveis, que são geridos pelo BNDES.

Dos recursos reembolsáveis, o Fundo Clima, além de fazer um apoio à estruturação da própria Política Nacional do Clima, apoia projetos em geral vinculados à questão da economia de baixo carbono. E, como eu disse, os recursos não reembolsáveis do BNDES são recursos diretamente aplicados, principalmente, à iniciativa privada.

Em relação aos recursos reembolsáveis disponíveis, nós já conseguimos executar – porque o Fundo Clima é muito recente, tem pouco mais de dois anos; dois anos e oito meses, em relação à sua estruturação operacional – recursos da ordem de R\$60 milhões a R\$70 milhões, recursos aplicados a projetos não reembolsáveis, a fundo perdido. Em 2011, aplicamos R\$34 milhões, em 2012, R\$29 milhões e, agora em 2013, a expectativa é de aplicar recursos da ordem de R\$20 milhões.

Quanto aos recursos reembolsáveis disponíveis no BNDES, nós já fizemos a transferência dos Orçamentos de 2011 e 2012, de R\$560 milhões, e ainda tem aí um aditivo para o ano de 2013, de mais R\$360 milhões, que nós totalizaremos, então, R\$920 milhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ESTEVAN DEL PRETTE – Não, já... De 2011 a 2013. Com o Orçamento de 2013 repassado, totalizaremos R\$920 milhões disponíveis para projetos.

Já adiantando um pouco a resposta, aqui, ao Deputado Sarney Filho, em relação aos recursos reembolsáveis, a execução ainda é, do ponto de vista do acesso a projetos no BNDES, muito pequena. Dos recursos disponíveis, é da ordem de 10%, porque nós sofremos, aí, o impacto da redução geral das taxas de juros. E, então, estamos fazendo gestões, trabalhando junto, aí, com o Ministério da Fazenda, para apresentar ao Conselho Monetário Nacional uma revisão da Resolução nº 4008, de 2011, que rege os empréstimos e aplicação dos recursos reembolsáveis, para que consigamos reduzir ainda mais as taxas de juros hoje vigentes. Porque a partir de um determinado momento elas passaram a não ser tão atrativas.

As fontes de recursos do Fundo Clima são a participação – a principal delas até aqui é a participação especial do petróleo. E, até o ano que vem, teremos recursos originários dessa fonte.

Podemos receber recursos também do Orçamento e estamos fazendo gestões a várias instituições para que apliquem também recursos oriundos de doação.

Dos recursos reembolsáveis, o Fundo Clima apoia hoje – em 2011, nós tivemos aí sete ou oito meses para executar – 22 projetos apoiados. E conseguimos ampliar, em 2012 e em 2013, para quase 80 projetos apoiados, em função de várias parcerias que ganham escala. Então, aplicamos recursos também diretamente, mas também através de parcerias que fazemos com várias instituições, dentre elas o Fundo Florestal, o próprio Fundo Nacional de Meio Ambiente. Estamos fazendo parcerias e negociações com outros bancos para que apliquem recursos, e aí consigamos ganhar escala. Por exemplo, o Banco do Nordeste e a Caixa Econômica.

Os juros dos recursos reembolsáveis, dentro da Resolução nº 4008, eles variam, dependendo da linha, mas a taxa maior hoje é 9,5% ao ano – total, incluindo todos os seus componentes. Pretendemos baixar isso para em torno de 7% a 7,5%, isso incluindo taxa de risco, despesas operacionais, enfim, a própria taxa de remuneração do BNDES e de outros bancos que possam executar recursos reembolsáveis.

Mas, dentre as linhas disponíveis no BNDES para recursos de empréstimos, os reembolsáveis, temos desde combate à desertificação, recursos voltados para combate à desertificação; para plantação de florestas nativas; para gestão e serviços de carbonos; energias renováveis; modais de transportes eficientes; resíduos com aproveitamento energético; e uma atuação na área de carvão vegetal.

Em relação aos projetos não reembolsáveis, a maior parte dos recursos aplicados em 2011 e 2012, como eu disse, foram prioritariamente voltados para a estruturação da Política Nacional do Clima. Nesse sentido, quase 50% desses recursos foram aplicados na área de monitoramento e avaliação.

Também temos uma distinção na aplicação desses recursos entre apoio que fazemos, que o Fundo Clima faz, dirigido a aspectos específicos da política de clima, e apoio voltado à livre concorrência de projetos. Nesse sentido, temos uma relação de 60% a 40%: 60%, para projetos dirigidos para estruturação da política do clima; e 40%, a apoio a projetos que concorrem com linhas de trabalho que publicamos para acesso.

Ainda há um peso significativo para projetos do Governo Federal. Existe um débito, que é uma coisa em que pretendemos avançar, para melhorar o acesso de outras entidades aos recursos, por exemplo, os Municípios. Isso propiciará que a gente invista mais recursos em projeto-fim. Hoje o projeto-fim é da ordem de 48% dos recursos do Fundo Clima; e projeto-meio, que são os projetos de estruturação de laboratório, metodologias de monitoramento, apoio a planos setoriais – por exemplo, apoiamos o Plano ABC a fazer divulgação. Esses são projetos classificados como projetos-meio; e o projeto-fim é o projeto executado na ponta pelas instituições, que são aplicados diretamente ou à mitigação de emissões ou à adaptação das populações mais vulneráveis à mudança do clima.

Enfim, o Fundo Clima tem, como eu disse, aproximadamente dois anos e oito meses de estruturação. Existe essa disponibilidade de recursos. Estamos fazendo todos os esforços, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com outros órgãos do Governo Federal, dentro do Comitê Gestor, para que a Política Nacional de Clima, de mudança climática, efetivamente seja instrumentalizada, porque o mais difícil para as políticas públicas é implantar e desenvolver os seus instrumentos e nesse sentido o Fundo Clima tem um foco fundamental de estruturar, de desenvolver esses instrumentos e fazer da melhor forma possível essa transição para a economia de baixo carbono.

Eu fico à disposição para as questões, o material fica disponível, enfim, fico à disposição dos senhores. E agradeço. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos, Dr. Marcos. O senhor não apresentou ali, mas há aqui uma exposição que seria importante que fosse disponibilizada para que coloquemos na página da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Assim todos os Deputados, Deputadas e Senadores que precisarem poderão acessar.

Eu vou também, como fez o Deputado Sarney Filho, pedir desculpas, porque eu tenho um compromisso na Presidência do Senado agora, ao meio-dia. Vou ter que ir até lá, mas o Deputado Sirkis virá dar continuidade à nossa reunião. Deputado Sirkis, antes disso, gostaria de colocar dois requerimentos extrapauta para a nossa avaliação e aprovação ou não.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 9, DE 2013

Requer a participação da CMMC na 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas, visando prover informações de alta qualidade em estudos de clima, detecção de variabilidade climática e mudança climática e seus impactos em setores do Brasil, que ocorrerá entre os dias 9 e 13 de setembro do corrente, na cidade de São Paulo.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

É uma conferência muito importante, organizada pela Rede Clima, pela Fapesp e por outras entidades. Então seria importante inclusive que os Deputados e Deputadas que querem participar manifestassem esse interesse para que a gente possa fazer o encaminhamento.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra.

(Pausa.)

Aprovado.

O outro requerimento.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 8, DE 2013

Requer realização de Audiência Pública para debater o aproveitamento de água pluvial, suas aplicações e estratégias projetuais voltados para a gestão do consumo e da conservação de água.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

A audiência pública terá como convidado o Dr. Daniel Sant'Ana, Professor da Universidade de Brasília.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra.

(Pausa.)

Aprovado.

Deputado Sirkis, esse debate sobre aproveitamento de águas pluviais é muito importante porque a Câmara dos Deputados, na reforma das moradias, previu a utilização de águas pluviais, o que não está em funcionamento porque falta uma autorização do Distrito Federal. Então seria importante inclusive que a Câmara pudesse estar por dentro.

Acho que o Deputado Sarney já deixou alguns questionamentos. O Deputado Sirkis os fará, assim como a nossa Deputada querida que aqui está. E há também dois questionamentos que eu gostaria, Deputado Sirkis, que V. Exª pudesse fazer. Estão sobre a mesa.

Muito obrigada aos senhores. Em breve nos encontraremos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Bom dia a todos. Desculpe o atraso. O avião da Gol atrasou, vindo do Rio de Janeiro, e eu perdi então a intervenção aqui do Aloísio, o que é lamentável.

Há sobre a mesa alguns questionamentos. Eu vou tentar rapidamente ver do que se trata para poder colocar para os nossos convidados.

Eu iniciaria apenas fazendo duas perguntas ao Marcos e passaria aos tópicos que estão aqui colocados, que inclusive têm a ver com algumas coisas que eu iria levantar no geral.

As perguntas pontuais que eu queria fazer são as seguintes. O senhor mencionou uma taxa de juros de 7%. Qual é a taxa de juros que o BNDES cobra quando financia, por exemplo, um desses grandes frigoríficos?

O SR. MARCOS ESTEVAN DEL PRETTE – Não sei, Deputado. Não tenho.. Não sei qual é a taxa.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Não sabe qual é a taxa.

Você sabe?

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO – Uma resposta do BNDES provavelmente seria a seguinte: depende de alguns fatores, da fonte de recursos e também do próprio risco do projeto, da atividade, porque se faz uma análise do proponente. Vamos analisar a atividade, garantias e tal. Imagino que não conseguiria dizer pontualmente qual seria o valor, mas talvez vá ficar entre 7% a 14%, algo assim. Deve ficar nesse patamar, mas mais uma vez vai depender das linhas... Dependendo da fonte de recurso, tem-se uma remuneração da fonte do recurso, e essa é variável, mas também depende um pouco do perfil do tomador, do grau de risco do projeto.

Outro fator determinante é se são linhas que têm subvenção ou não. A gente teve agora, durante esse

período de redução da atividade econômica, como medida de incentivo, o PSI (Programa de Sustentação do Investimento), que contou com a equalização do Tesouro. Isso sim, como no início da apresentação o Del Prette citou, fez com que o Fundo Clima em boa parte de suas linhas ficasse pouco atrativo, porque o fundo não tem equalização do Tesouro. O PSI, graças à equalização, conseguiu reduzir para 3%, para 4% boa parte das suas atividades. Então, o fato de ter equalização é um fator que consegue reduzir muito, porém onera diretamente o Tesouro. Então, tem o limite da capacidade de puxar para baixo as taxas de juros.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Aloísio, era exatamente aonde eu queria chegar, porque independente de haver um aspecto conjuntural, na prática, na real, o juro do Fundo Clima para projetos de interesse ambiental e climático acaba sendo o dobro do juro que está sendo dado para atividades que vão, digamos, em sentido contrário. Acho que essa é uma verificação bastante óbvia e indica algo que tem que mudar, da mesma forma como os subsídios dados à indústria automobilística.

Para prosseguir aqui no nosso debate e atender a algumas questões que estão sobre a mesa eu havia sugerido essa discussão, razão pela qual fico mais triste de ter chegado atrasado, mas realmente não tive culpa.

Vejo que a questão econômica é a questão central em uma política de clima, porque, evidentemente, existem as metas que podem ser fixadas, as famosas políticas de comando e controle, mas, se não houver o ambiente econômico e financeiro favorável à economia de baixo carbono, não será por voluntarismo governamental de dizer que pode emitir até tanto, tem que cortar aqui ou cortar ali que isso vai realmente funcionar tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito global.

Interessa-me muito que ação, que políticas e que, digamos, ordenamento podemos ter tanto na esfera planetária quanto internamente falando. E aí a gente vê embrionariamente toda a questão dos créditos de carbono, toda essa tentativa que vem desde a Conferência de Kyoto em 1997, o mecanismo de desenvolvimento limpo das Nações Unidas, as bolsas. E percebemos, em anos recentes, os limites dessa primeira tentativa, quando, de fato, em função, em grande parte, da incerteza que se seguiu a Copenhague e a não estar claro realmente se haveria ou se não haveria metas obrigatórias por parte de países e algumas outras questões, houve uma queda brutal dos títulos de carbono no mercado da Europa, que era um mercado bastante operante. Hoje em dia, esse patamar é muito baixo, embora se imagine que, de fato, quando houver um novo acordo internacional que se espera aconteça em 2015 e houver claramente metas obriga-

tórias para os diferentes países, de fato, esse mercado seja reativado, mas mesmo assim ele tem uma série de limitações.

Nós fizemos, por iniciativa desta Comissão e da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, com o apoio da Prefeitura do Rio, do Governo de Pernambuco e de uma série de empresas, no período da Rio+20, no ano passado, o evento chamado Rio Clima, que terminou com cinco recomendações justamente apontando para a economia de baixo carbono.

A primeira dessas recomendações era a ideia de uma nova ordem financeira internacional do baixo carbono, que poderia ser uma espécie de Bretton Woods do baixo carbono, partindo um pouco da ideia de que nós temos hoje recursos limitados nas esferas governamentais dos vários países. Por outro lado, temos mais de US\$ 100 trilhões girando nos circuitos financeiros internacionais. Se uma pequena parte disso pudesse ser canalizada de alguma maneira para uma economia de baixo carbono, isso já representaria muito mais do que todos os governos juntos conseguem fazer.

Então, há uma série de ideias novas sendo discutidas, até uma de que, se na época de Bretton Woods se lastrearam as moedas ao ouro, por que não lastrear moedas à redução de carbono. Existe uma ideia que aparentemente vai ser adotada pela delegação brasileira nos próximos tempos que é propor uma espécie de URV do baixo carbono no mercado internacional, porque aquele mecanismo de comércio de títulos vinculados à redução de carbono aparece como altamente insuficiente; é como querer de fato lidar com um problema gigantesco com medidas que são muito limitadas no seu alcance.

Então, a primeira questão que eu colocaria para os dois é basicamente como os senhores veem essa possibilidade. Por exemplo, no caso do Ministério da Fazenda, existe algum estudo sobre o que o Brasil poderia propor em termos do ordenamento financeiro internacional com relação a baixo carbono?

Um segundo ponto relevante de recomendações que foram feitas pelo Rio Clima foi basicamente a questão de trabalhar em cima de tributos, o que a mim me parece talvez como a questão mais importante, uma tributação que leve em conta a necessidade de se apontar para uma economia de baixo carbono que não é pura e simplesmente taxar, porque certos países como o Brasil têm uma carga tributária que, pelo amor de Deus, tornaria isso impossível, mas, substituindo tributos regressivos do ponto de vista climático ambiental por tributos que se baseiem na questão da taxação da intensidade de carbono de produtos e serviços. Dentro disso, existe como primeiro passo,

evidentemente, remover a taxação negativa, ou seja, os subsídios.

O Fundo Monetário Internacional publicou, há poucos meses, um estudo muito interessante, sobretudo por se tratar do FMI, sobre subsídios a combustíveis fósseis em escala global. Primeiro, nós aprendemos que isso é uma enormidade, está na ordem dos trilhões, e basicamente – essa é uma conclusão até interessante em se tratando do Fundo Monetário Internacional – que esses subsídios favorecem fundamentalmente os segmentos mais abastados das populações dos vários países. E o fundo propõe realmente a supressão gradual desses subsídios dentro, evidentemente, de estratégias inteligentes, para não provocar “bogotazos”, “caracazos”.

É claro que quando se remove o subsídio sobre os combustíveis fósseis, primeiro, tem de haver certa priorização dos combustíveis, quais você vai pegar primeiro, atentar para as consequências sociais disso, para a inflação de uma série de bens e gêneros que pode advir disso, e criar políticas de natureza compensatória, como o Bolsa Família, o Bolsa Escola. Então, tem de haver um tipo de compensação para os mais pobres pela redução de subsídio e o consequente aumento de preços de combustíveis. São várias as implicações disso para o carvão, que é subsidiado em vários países; para a gasolina, talvez seja o primeiro alvo aqui no Brasil deixar de ser subsidiada, e isso produz efeitos que precisam ser tratados; e, finalmente, para outros combustíveis mais problemáticos, como o caso do diesel, por exemplo, que é delicado.

De qualquer maneira, este é o caminho fundamental para uma economia de baixo carbono, ou seja, devolver os preços reais aos combustíveis, porque isso acelera a transição para as energias limpas, torna as energias limpas mais competitivas.

Então, são pelo menos essas três questões – a questão dos mecanismos já existentes, a questão de uma nova ordem financeira internacional do baixo carbono e a questão de subsídios/tributação do carbono – que eu gostaria de colocar para os nossos convidados comentarem. O.k.?

Aloísio primeiro.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO – Muito obrigado, Deputado Sirkis. Se me permitir, eu gostaria, inicialmente, de responder muito brevemente a duas perguntas deixadas pelo Deputado Sarney Filho, que me solicitou o registro das respostas. São questões bastante breves.

Primeiro, quanto ao desempenho, ou às dificuldades, ou ao baixo desempenho do Fundo da Amazônia em relação ao Programa ABC, acho que são dois mecanismos de financiamentos muito distintos. No caso

do Fundo da Amazônia, a questão central, o determinante central, a meu ver, é que se trata de um fundo que é por demanda de projeto, ou seja, interessados, quer sejam ONGs ou prefeituras, têm de apresentar seus projetos e passar pela análise do BNDES. Acho que é um outro componente, além da demanda, que dá uma dispersão, vamos dizer assim, dá uma clareza do fluxo de desembolso de recursos. É uma questão, talvez, de adequação, de aprendizado institucional do BNDES para esse tipo de projeto.

Se o Fundo fosse desenhado, por exemplo, com uma componente dele, com outra estratégia que fosse, digamos, mais automática de transferência, vinculada ao desempenho do Estado, enfim, na redução do desmatamento, talvez tivesse alguns mecanismos mais automáticos de aplicação de recursos. O fato é que, por ser um fundo por demanda, traz uma dinâmica talvez um pouco mais lenta, porque tem de apresentar um projeto que será avaliado, será ajustado – há solicitação de ajuste pelo BNDES – e reapresentado. Eu conversei com alguns dos proponentes que se queixavam um pouco da lentidão dessa tramitação. Mas eu acho que é uma questão do desenho do conceito do Fundo. Acho que há sempre espaço para pensar. Um avanço já existe: que ele apoiasse também estratégias dos Governos Estaduais ou do Governo Federal que são mais estruturantes e projetos um pouco mais abrangentes.

No caso do ABC, que é uma linha de financiamento e crédito rural para produtores, eu acho que a dinâmica é um pouco diferente. Houve, de fato, no primeiro ano, e talvez no começo do segundo, o processo de aprendizado. Quer dizer, o Conselho Monetário cria a linha, o Tesouro Nacional publica a portaria de equalização, o BNDES tem de regulamentar, porque ele não aplica diretamente os recursos, ele vai transferir para outros bancos que, por sua vez, vão aplicar. Então, o BNDES tem de fazer a normatização, preparar o novo programa, que tem de ter uma boa divulgação para que produtores estejam interessados, bancos na ponta queiram demandar o BNDES e tal. Então, botar essa cadeia para operar é algo que leva tempo.

O ABC agilizou a sua implementação, principalmente por conta do Banco do Brasil, que fez uma aplicação direta com recursos dele, da poupança rural, equalizados também pelo Tesouro. E aí ele fez uma estratégia para incluir as agências, trouxe técnicos, criou uns *kits* explicando o que era cada uma das atividades, que eram inovadoras, integração lavoura/pecuária e tal, capacitou, habilitou as agências e pôs para funcionar. Com isso, na última safra, o Banco do Brasil aplicou praticamente a totalidade dos recursos desembolsados; na anterior também, até ampliou um

pouco os recursos desembolsados. O BNDES foi um pouco mais lento por ser um mecanismo indireto.

Outra questão muito breve foi sobre – a gente citou aqui, Deputado, e já vou emendar com sua primeira questão – um trabalho feito para analisar justamente, por demanda do comitê interministerial, a viabilidade e perspectivas de um mecanismo como o mercado de carbono aqui no Brasil. Eu disse que houve um grupo interministerial que operou de novembro de 2011 até julho de 2012, portanto, já encerrado, relatório entregue. Falei aqui das duas principais recomendações dele. A questão aí é que, por uma avaliação, enfim, já houve uma solicitação, o entendimento com a Casa Civil é o de que ainda é um documento interno. Então não se pretende divulgá-lo. O que eu disse foi que ele gerou desdobramentos que estão sendo implementados:

- 1 – o sistema de criar, desenvolver o sistema nacional de registro de emissões;
- 2 – estudos justamente na linha de impactos e viabilidade da adoção desse tipo de mecanismo no Brasil.

Citei aqui três estudos que estão sendo feitos nessa linha e consideram como políticas alternativas ou combinadas mercado de carbono e uma tributação sobre emissão de carbono. Buscam simular, por meio de modelo de equilíbrio geral, os impactos disso na economia e um estudo específico para compreender a experiência internacional com o mecanismo de tributação de carbono para ver se é ou não aplicável no Brasil.

Obviamente há as ressalvas colocadas pelo Deputado. Não tem sentido dizer que a gente vai criar um novo tributo e, com isso, aumentar a carga tributária, mas, sim, uma perspectiva seria ver a viabilidade de se fazer uma substituição de tributos, e esse fator da emissão de carbono, esse parâmetro ser internalizado dentro do nosso sistema tributário. Para isso, há um estudo que é muito mais do conceito e da experiência e outro, uma modelagem, que a gente está chamando de modelo de política verde no Brasil, que justamente busca simular os efeitos nos tributos existentes. Outro, o terceiro, é esse que faz a modelagem tanto do mercado como do carbono, um ou outro ou os dois combinados. São coisas que estão em andamento.

No geral, Deputado, nas questões de ordem mais...

Ainda sobre mercado, por que a gente dá atenção a isso? Porque a literatura e um pouco da experiência internacional mostram que por meio do mercado de carbono você projeta um resultado ambiental definido. Você tem lá o *cap*, quanto vai ser o limite de emissão das empresas, ou seja, você tem o resultado ambiental definido e dá uma flexibilidade para que, com o comér-

cio das permissões ou com compensação com crédito de carbono vindo de fora, esse custo geral para reduzir emissões reduza e seja equalizado entre os vários setores. Aqueles onde é barato reduzir reduzem mais, vendem suas permissões para os setores que estão regulados, têm que reduzir só que têm custo mais elevado. Há essa flexibilidade. Achemos que isso merece atenção não só por essa questão da lógica econômica, mas também porque – mostrei em um eslaide –, apesar da questão conjuntural da redução dos preços no mercado europeu, vários países estão analisando e implementando aqueles mercados com perspectivas de integração.

Então, do ponto de vista mesmo de uma estratégia de inserção e olhando mesmo para a competitividade das empresas no Brasil, o fato de a gente ter uma matriz energética limpa etc., a nosso ver, pode criar condições para que, em sistemas internacionais integrados de comércio de emissão, a gente tenha um ganho líquido, quer do ponto de vista de venda de permissões ou tendo um custo mais baixo para nossas empresas ou nossos produtos com uma identificação de baixo teor de carbono.

De fato, na economia de baixo carbono, hoje a gente tem, por meio do Fundo Clima, do ABC e outros, possibilidade de financiar iniciativas. Agora, ter isso como *mainstream* – como se diz internacionalmente –, tornar isso uma diretriz, uma norma geral, depende, de fato, de que isso seja internalizado nos parâmetros, nas políticas públicas e também na matriz e nas estratégias das empresas.

Então, acho que do ponto de vista do setor privado, as empresas estão aí olhando, algumas um pouco mais avançadas, outras talvez ainda um pouco mais na retaguarda, o quanto o perfil da emissão de carbono vai ser determinante da competitividade da inserção internacional dos produtos. Em algumas cadeias isto já começa a aparecer com um pouco mais de força e em outras menos: o quanto, por exemplo, os países podem criar regulação, como uma *border tax*, uma tarifa alfandegária de ajustamento, países que têm regulação de carbono, para começar a tributar produtos importados que não têm regulação de carbono. Esses fatores ainda não estão muito claros, e as empresas estão olhando para isso. Então, esse ambiente do setor privado, dos determinantes da competitividade, em alguns casos, internaliza um pouco mais o fator carbono, mas, em outros, um pouco menos.

Outro fator determinante para criar um ambiente no qual a emissão de carbono seja, de fato, um parâmetro da atividade econômica vai depender da regulação das políticas governamentais. Acho que ainda estamos numa etapa em que há mecanismos de incentivo, de

apoio a projetos que vão ter um papel de inovação, talvez de romper determinadas barreiras tecnológicas, de mostrar a viabilidade de determinadas tecnologias, vão ter um papel, talvez, demonstrativo, mas precisamos ainda – e esse conjunto de análises vai ser muito importante para isso – ver em que medida isso vai se tornar parte da regra da política econômica ou não. Esse é um trabalho, no mínimo, de médio prazo.

Vai ser determinante também o contexto internacional pós 2020. Em termos de política nacional, até de clima, até 2020 está definido: o compromisso voluntário está definido, as metas – aliás, não são metas, mas compromissos –, enfim, há uma lei que determina qual vai ser a redução em cada um dos setores e ela está apoiada em grande parte na redução do desmatamento. Ou seja, as regras do jogo, até 2020, estão claras, definidas. É um período que, entendemos, vai ser para analisarmos, construirmos uma visão estratégica, uma visão sobre os instrumentos e, possivelmente, para testar a aplicação desses instrumentos.

O contexto pós 2020 vai ser muito determinante, isto é, até que ponto, efetivamente, haverá um sistema internacional no qual o Brasil tenha compromissos vinculantes de redução de emissões. Nesse contexto – se de fato se efetiva o que está sinalizado, isto é, que todos os países vão ter compromissos voluntários de redução de emissões –, nós teremos que ser capazes de operar um leque muito mais amplo de instrumentos e, aí sim, de ter na regulação, como um dos instrumentos de incentivo à atividade econômica, o fator carbono já internalizado.

Então, esse conjunto de estudos que está sendo iniciado agora, numa primeira etapa, vai cumprir o papel de ajudar a construir uma visão do ponto de vista da regulação, mas também da competitividade, em especial para o período pós 2020. Acho que esse é o investimento que vamos ter que fazer.

Como falei, parte desse estudo é olhar para o nosso sistema tributário. Então, mais uma vez, é uma primeira etapa de análise que estamos fazendo, rodando dois modelos distintos – um vai ser só tributo, outro é mercado de carbono e tributo. Certamente vão ser necessários estudos muito mais aprofundados para que possamos considerar que esse vai ser um parâmetro do nosso sistema de tributação. Isso é muito diferente, por exemplo, de pensar medidas tributárias de caráter conjuntural ou anticíclico, como as que tivemos nesse período. Isso é algo muito mais estrutural, de caráter permanente, que, portanto, vai exigir um esforço maior de reflexão.

Deputado, nós, Ministério da Fazenda, estamos participando menos do debate internacional sobre esses mecanismos. O MRE e o grupo de negociadores

do Brasil estão lá discutindo, em especial o Green Climate Fund e os mecanismos de aporte de recursos e tal, mas nós, efetivamente, não temos participado tão ativamente dessa discussão internacional para criar novos mecanismos de alavancagem de recursos para a política de clima. Nosso foco tem sido, neste momento, muito mais começar a olhar para a nossa economia, para a nossa política econômica, sistema tributário e para a possibilidade de introduzir, vamos dizer assim, uma regulação específica para fins de mitigação das emissões ou de estímulo às remoções de carbono.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – O Ministério tem participação na delegação brasileira para a Conferência de Varsóvia por exemplo?

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO – O Ministério tem participado das conferências, mas não de todas. É uma participação que às vezes ocorre, às vezes não. Há uma Secretaria de Assuntos Internacionais que geralmente acompanha isso e tem seu leque da sua agenda prioritária, tem o G-20, tem os fóruns internacionais, tem uma equipe que conhece profundamente o assunto e tal. Mas não é uma participação sistemática, como tem sido a do MRE e a dos outros Ministérios. Existe uma agenda, vamos dizer assim, pesada. Não é só a COP que ocorre lá em novembro e tal. Existem umas agendas de negociação ao longo do ano e tal, há uma necessidade de dedicação de pessoas e de recursos para isso, que tem sido algo que dificulta.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Mas deveria. Penso que deveria participar no mesmo nível em que o Ministério do Meio Ambiente participa.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO – Outra observação – é só uma frase mesmo, Deputado – é que, ao entrarmos nesse assunto, começamos a constatar que efetivamente, quando se fala de política de clima, como o carbono é emitido por várias, virtualmente, por tudo quanto é atividade, falamos, na verdade, em regulação da atividade econômica por meio de um parâmetro ambiental. Então, de fato, a interface entre política de clima e atividade econômica e política econômica é muito grande. Cada vez que entramos e nos aprofundamos no assunto, percebemos que essa relação é muito próxima.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – O.k.

Marcos, faço só uma pequena observação em relação à questão do Fundo Clima. Seria um dever de casa para você levar para lá e, de fato, rapidamente tentar agir em relação a isso. Existe uma grande dificuldade em financiar geração distribuída fatovoltai-ca, porque o fundo exige dos projetos um índice de nacionalização de mais de 60%, o que, no caso dos

painéis solares, na geração distribuída, não é viável. Seria talvez viável até em usinas, em fazendas solares mais amplas. Aí talvez se pudesse chegar a um índice de nacionalização de mais de 60%. Mas no caso da geração distribuída, no caso da fotovoltaica, que vão colocar em estádios, em residências, etc., isso não é possível fazer.

Então, eu sugeriria que você já levasse para lá, à guisa de sugestão da Comissão, realmente que se reveja isto: deixar 30%, podendo até condicionar que a montagem seja feita no Brasil. Provavelmente, isso terá de ser importado da China, porque, neste momento, há uma conjuntura de oferta baratíssima de painéis fotovoltaicos, pois a China está com uma superprodução. Eu acho até que deveríamos suprimir o imposto de importação sobre elas e importar um bocado, fazer montadoras no Brasil, gerando empregos aqui. Agora, isso precisaria ser financiado e quem financiaria isso seria o BNDES e essa exigência de 60% de índice de nacionalização, neste caso específico, não deveria ser aplicada.

O SR. MARCOS ESTEVAN DEL PRETTE – Bom, vamos recuperar um pouquinho aqui, desde a questão proposta pelo Deputado Sarney Filho, a questão do desempenho dos fundos.

No caso do Fundo Amazônia, ele já desembolsou cerca de 275 milhões – são aproximadamente 33 projetos. No caso do Fundo Clima, a parte não reembolsável são 70 milhões – aproximadamente 100 projetos tiveram acesso a 50% desses 70 milhões.

Bom, há vários fatores, fazendo uma reflexão, que levam ainda a um desempenho com dificuldades na parte reembolsável. Tudo depende também, em relação a esse tipo de desempenho, do tamanho do projeto e do perfil do tomador. Depois eu posso mencionar aqui.

Há uma variação muito grande no caso da taxa de risco, que é caso a caso. Essa é a maior componente, vamos dizer assim, hoje da composição total dos juros. Evidentemente, existe um aprendizado institucional dos operadores, como citado pelo Aloísio, no caso do Fundo do Clima. No caso do Fundo Amazônia, o BNDES é o executor, o gestor dos recursos. No caso do Fundo Clima, a lei abriu a possibilidade de ter operações indiretas, como Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Então, talvez aí a gente deva fortalecer aquilo que temos chamado de fomento ao fomento, essa operação indireta, esse pequeno tomador que não consegue chegar ao BNDES, que tem mais tradição de chegar a um banco regional.

Nesse sentido, a gente precisa melhorar a eficiência da burocracia pública, pois também faz parte desse desempenho, e, obviamente, ter taxas de juros mais competitivas. Sobre as taxas de juros dei uma

referência. Para o combate à desertificação, florestas nativas e gestão de serviços de carbono, a taxa máxima atual é de 6%. Nisso, a taxa de risco chega a ser de 4,5%. Então, ela é de até 6%. E nós queremos baixá-la para 4,6%.

Em relação a energias renováveis, a questão é uma linha que está sendo aprovada agora. Foi aprovada pelo comitê gestor e está sendo discutida para ser aprovada no Conselho Monetário Nacional, em relação às cidades sustentáveis e mudanças no clima. Nesse sentido, a taxa máxima atual é de 5,6%. Gostaríamos de baixá-la ainda mais.

Em relação a modais de transporte eficientes e de resíduos com aproveitamento energético e carvão vegetal é que essa taxa varia de 7,5% a 9,5%, atualmente, com uma revisão para 7,5%. Mas a taxa de risco, como disse, é de 4,5% e aí é caso a caso, depende do perfil individual do tomador. Grande parte delas, se levarmos em conta a inflação, ainda tem juros negativo. É uma taxa negativa.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO

– V. S^a me permite só um complemento, Del Prette?

Com isso, Deputado, o que a gente está tentando fazer nesse ajuste do Fundo Clima? Reduzir ao máximo a taxa de juros. Só que a gente tem um patamar. O que a gente está fazendo? Para algumas das atividades, a taxa de retorno do fundo mesmo, quer dizer, do que seria a remuneração do fundo, a gente está baixando para 0,1% ao ano, ou seja, está quase zerando. Porém, tem outro custo que é a taxa de risco, o *spread* bancário. A remuneração do BNDES ou do banco operador chegou a um patamar de uns 4%, 4,5%, e não se pode mais reduzir. Então, a gente está com 4%, 4,5% mais 0,1%. Quer dizer, o que a gente podia reduzir de remuneração do fundo já reduziu. E tem esse custo bancário, que é um custo meio fixo, que a gente não consegue reduzir por conta disto: não tem equalização para o fundo, então o empréstimo tem de ter uma taxa de juros que, no mínimo, remunere essas duas aplicações, remunere o próprio fundo, quase zero, e remunere a instituição operadora.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ)

– Agora, a taxa bancária não precisava ser de tanto, não é? Se olharmos o contexto internacional, para um banco de fomento, para um banco com as características do BNDES, que não é um banco comercial, essa taxa de juros é quatro vezes mais alta, por exemplo, do que a dos Estados Unidos.

Pergunto se, na audiência, há perguntas, intervenções. Todos ficaram silenciosos. Primeiro, temos de vencer, sempre, a timidez. Depois os outros engrenam. Se houver alguma pergunta, alguma colocação, será bem-vinda.

Então, vamos para as considerações finais. Marcos e depois o Aloísio.

O SR. MARCOS ESTEVAN DEL PRETTE – Agradeço o convite. Espero ter contribuído. O material com mais detalhes vou passar para a Mesa. Existem aqui alguns detalhamentos que poderão ajudar na reflexão, até no nível de empreendimentos apoiáveis. Pelo tempo aqui, fizemos uma consideração geral sobre as linhas. Há um detalhamento maior que, eu creio, poderá ser proveitoso para aqueles que quiserem detalhar o material disponível. Também temos alguns desses materiais na página do Fundo Clima – www.mma.gov.br/fundoclima. Para quem tiver interesse de conhecer um pouco mais do fundo, nós ficamos à disposição lá na nossa área, na 505 norte. Fico à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Bem, antes de dar a palavra ao Dr. Aloísio, só queria perguntar se aqueles estudos que o senhor mencionou – de tributação, tudo – estariam disponíveis para esta Comissão.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO – Pretendemos que sim, Deputado. A agenda mostrou que, entre novembro e fevereiro, teremos os resultados desses três estudos. Servem para, como falei, uma análise inicial, mas eu acho que já é um ponto de referência para debate, para reflexão, para pensar em uma estratégia de médio e de longo prazos. É uma tarefa, obviamente, não só do Governo Federal; tem que ser partilhada e discutida.

Nesse meio tempo, até por sentir essa necessidade, com o conjunto dos Ministérios, a gente tem ampliado um pouco esse diálogo. O núcleo de articulação federativa se instalou; esse tema do registro de emissões está sendo tratado conjuntamente entre Governo Federal e governos estaduais; ao longo desse ano, a gente fez uma parceria com o núcleo de sustentabilidade da FGV e promoveu oficinas com o Governo Federal, com os governos estaduais, com o setor privado sobre sistemas de registro de emissões, sobre mecanismos de precificação de carbonos de mercado e tal. Ou seja, a gente está de fato buscando consolidar os circuitos para fazer esse debate, trazer elementos para essa reflexão. Vai ser importante se a Comissão tiver na sua agenda espaço e disponibilidade para fazer esse debate.

A gente espera que, com os resultados desses estudos – como eu falei, ainda que preliminares, um primeiro esforço de fazer uma análise econômica –, a gente tenha mais elementos para começar a objetivar mesmo essa discussão sobre quais são as perspectivas, quais são os gargalos, quais são as oportunidades

relacionadas à promoção de uma economia de baixo carbono no Brasil.

A gente se coloca totalmente à disposição para contribuir e trazer elementos para esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Em relação a isso, me parece que não há coisa mais importante para uma política de clima bem sucedida e também para as políticas ambientais de uma forma geral do que ter um sistema tributário jogando a favor e não jogando contra. Então, isso é de uma importância estratégica gigantesca.

Nós vamos fazer de novo o Rio Clima, que em inglês chama *The Rio Climate Challenge*, em final de outubro desse ano, antes da Conferência de Varsóvia, inclusive querendo produzir recomendações que sejam levadas à Conferência de Varsóvia. Já gostaríamos de convidá-lo para poder expor o que até então houver de amadurecido em relação a essa questão de avanço na tributação.

Por outro lado, queria observar que há certas iniciativas, no âmbito do Governo dos Estados, em relação ao mercado de carbono, até observando também o caso, por exemplo, da China. A China começou a sua implantação de mercado de carvão a partir de províncias, das regiões. Hoje, se não me engano, já existem sete províncias da China com mercados de carvão nos locais estabelecidos e eles pretendem chegar ao mercado nacional de carbono como resultado de mercados regionais. Isso pode ser um caminho. Eu não tenho realmente conhecimento nem amadurecimento suficientes nessa discussão para realmente chegar a uma conclusão de que a melhor forma de implantação é essa. Mas, de qualquer maneira, está claro que essa é uma possibilidade aberta.

Eu acompanhei um pouco, lá no âmbito do Rio de Janeiro, a Suzana Kahn e o próprio Carlos Minc. Eles chegaram a uma proposta de criação de mercado de carbono através de decreto do governador. Pareceu-me interessante como iniciativa, como passo à frente, moderadíssima como meta, porque a meta mais ambiciosa era 20% da redução da intensidade de carbono. No entanto, houve uma pressão por parte da Firjan diretamente sobre o Governador, para que ele não promulgasse esse decreto, alegando que isso prejudicaria a competitividade da indústria no Rio de Janeiro, em face de outros Estados que não tivessem feito a mesma coisa.

Então, tenho tentado aqui, por meio da Bancada de São Paulo e da Bancada de Minas, convencer o Governador de São Paulo e o Governador de Minas a fazerem simultaneamente com o Rio de Janeiro, se esses três Estados puderem, conjuntamente, decretos com o mesmo teor, pelo menos dando o pontapé inicial

no processo. Por exemplo, esse decreto, no caso de São Paulo, está léguas e léguas aquém da lei que foi aprovada pelo Estado de São Paulo. A pergunta é se essa lei está sendo implementada a contento. Mas, de qualquer maneira, tem essa característica.

Eu acho que o que o Governo Federal poderia fazer era ajudar os Estados a darem um primeiro passo, meio que equalizando as condições, para que não pudesse haver essa alegação de perda de competitividade de um setor industrial de um Estado em relação ao outro. Então, poderia haver essa tentativa, até como uma espécie de fase experimental, antes da adoção disso em termos nacionais, haver um estímulo para que Estados pudessem adotar isso, dentro de critérios mais ou menos uniformes, para que nenhum setor industrial estadual se sentisse ameaçado – não digo nem prejudicado, simplesmente ameaçado por isso.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO –

A gente, por meio do núcleo de articulação federativa, criou um grupo sobre o registro de emissões do qual participam Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e mais seis outros Estados. A gente está discutindo lá. Criou-se, acho, um ambiente muito interessante de debate. Pegamos uma questão mais básica, que é essa de criar um sistema padronizado sobre informação de emissões, pelo qual, em caráter mandatório, as empresas sistematicamente informem anualmente o quanto elas emitiram. Isso é pré-requisito para qualquer sistema, qualquer instrumento econômico que se vá aplicar baseado em carbono, para se ter informação de forma confiável e harmônica, vamos dizer assim, com o mesmo parâmetro, sobre as emissões. Então, essa é uma agenda imediata com a qual estamos trabalhando, como eu falei, como a Senadora havia perguntado. Um relatório será entregue agora em novembro e se desdobrará possivelmente numa agenda de implementação de um sistema que vai por dois, três anos, e tal.

Em paralelo, temos também dialogado sobre essas iniciativas no sentido da perspectiva do mercado de carbono. A gente vai provavelmente organizar uma rodada de conversas e tentar pactuar alguma abordagem comum, uma estratégia comum para esse tema.

O Rio de Janeiro avançou bastante. A gente conhece um pouco o trabalho que eles fizeram. É uma abordagem, inclusive, bastante sofisticada essa de estabelecer um mercado baseado em intensidade das emissões, e não simplesmente no valor bruto das emissões. É uma abordagem sofisticada, complexa, mas que certamente levanta resistência política, como qualquer outra levantará, inclusive em âmbito nacional, porque, quando se fala de mercado, na verdade, se está falando em criar uma regulação e, na prática, em tese, uma restrição à atividade, na medida em que você

coloca um limite no total das emissões ou tenciona no sentido de fazer mudanças tecnológicas para reduzi-las. Ou seja, implica impor restrição, implica potencialmente custos. Então, sempre há questionamentos do ponto de vista do custo, da competitividade interna, mas também internacional.

Até este momento, a gente olhou para a literatura. Os estudos todos falam que, no mercado europeu, em que houve restrição e, de certa forma, crescente, exceto agora, quando caiu a atividade econômica e sobrou permissão de carbono para todo mundo, porque todo mundo produziu menos e emitiu menos, essa literatura mostra que até hoje isso não foi fator determinante para a decisão de alocação de uma planta etc. São tantos os fatores que uma empresa leva em conta para decidir sua instalação aqui ou ali – a logística, o ambiente, a tributação e tal – que o fator carbono até hoje não pesou, foi motivo para se deixar de instalar aqui ou acolá.

De fato, há uma questão de harmonização e mesmo de o ambiente regulatório ser o mesmo em qualquer um dos Estados. Acho que essa é uma questão real e concreta e que precisa ser tratada. Agora, precisaríamos de uma abordagem – e isso é uma coisa que ainda não está na agenda – de estratégia conjunta para isso. Pode até ser interessante a da China: bota um, dois ou três para operar para depois pensar isso nacionalmente ou se deixa um operando enquanto se vê o que acontece. O fato é que a gente tem o canal de diálogo aberto, mas ainda estamos pactuando uma questão preliminar que é a da informação e ainda não propriamente discutindo uma estratégia para essas iniciativas. Mas certamente será necessário a gente caminhar para uma abordagem minimamente articulada sobre isso, ainda que sejam iniciativas estaduais e que sejam combinadas e tenham uma estratégia de médio prazo para isso, para que não sejam iniciativas isoladas. Mas essa é uma definição, Deputado, que eu diria de ordem estratégica, que tem de ser pactuada politicamente e a gente, neste momento, busca trazer elementos e informações para que tenhamos condições de optar pela melhor estratégia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Perfeito. Acho que é um bom caminho. A gente está, neste momento, em uma fase nova da questão climática. A partir dos estudos que foram divulgados recentemente, a gente vê que há claramente uma mudança no perfil de emissões do Brasil. No nosso País, até poucos anos atrás, praticamente quase 70% das emissões eram provocadas por desmatamentos. Hoje em dia, grosso modo, a gente pode dizer que são três partes iguais: desmatamento, energia e agricultura.

O desmatamento continua sendo extremamente importante que seja visto. Primeiro, para impedir que retrocessos aconteçam, e a gente tem visto alguns retrocessos pontuais que são preocupantes. Mas, de qualquer maneira, o *modus operandi* em relação ao desmatamento nós sabemos qual é: apenas a implementação firme e decidida de políticas que já existem e que em grande parte desses meios já estão colocadas.

Por outro lado, uma redução dramática do desmatamento para além do que foi conseguido e do que já é a meta brasileira para 2020 é pouco provável, na medida em que, a partir de agora, cada vez mais são menores os focos, não há grandes focos, como, inclusive, foi aqui explicado em outra audiência pública que nós tivemos.

No caso da agricultura, eu vejo um campo extremamente promissor e pouco aproveitado. Uma coisa curiosa e que nós aqui nos digladiamos com os ruralistas de forma muito frequente, em torno de n temas, tendo como único tema razoavelmente harmônico entre nós o Plano ABC, porque eles percebem uma série de vantagens econômicas que podem auferir em relação a implementar políticas agrícolas de baixo carbono: recuperação de pastos, plantio direto, etc. e etc. Eu acho que daqui para o futuro talvez a área mais promissora para o Brasil alcançar uma redução ainda maior de suas emissões será justamente na agricultura. Isso é importante.

Uma das possibilidades é de que se aprove, em 2015, um bônus para países que ultrapassem suas metas voluntárias esboçadas em Copenhague. Então, o Brasil, certamente, poderia ser candidato a esse bônus e me parece que é nesse componente de agricultura que poderemos conseguir, a partir de agora, resultados muito expressivos.

Nosso problema se centra em energia. Se fosse energia elétrica, mas é energia de forma geral, o que implica, evidentemente, o setor de transportes, o setor industrial, políticas industriais. Aí está o fulcro do nosso problema futuro, porque, realmente, o aumento de emissões nesse segmento tem sido muito significativo. E, de fato, as políticas governamentais têm sido ruins em relação a isso. Ter subsidiado a indústria automobilística da forma que se fez nos últimos anos eu entendo que é um absurdo do ponto de vista climático e também do ponto de vista das cidades, da situação em que deixamos as nossas cidades, a poluição de efeito local, etc.

Correspondente a isso, existe uma política muito pouco agressiva de fomento das energias limpas. No caso da eólica, ainda temos alguma coisa estruturada. No caso da solar, eu tive aqui oportunidade de denunciar nesta Comissão a hostilidade do Ministério

de Minas e Energia em relação a isso. E ainda temos problemas como aquele que falei, de o BNDES dificultar o financiamento por causa desse índice de nacionalização que é exigido.

Temos uma série de outras questões. Vamos ter agora leilão de térmicas a carvão, sujando a nossa matriz energética. Então, vai ser no campo realmente da energia em que de fato vão se dar os grandes embates em torno da questão climática.

Eu agradeço a todos a presença, particularmente a vocês dois que tantas informações interessantes nos propiciaram. E o debate continua.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EM FLORIANÓPOLIS.

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de agosto do ano de dois mil e treze, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziottin, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Deputado Sarney Filho, membro da Comissão. Presentes, também, o Senador Casildo Maldaner e os Deputados Federais Celso Maldaner e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidente Vanessa Grazziottin declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de Audiência Pública Regional para debater o tema: “desastres naturais”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 12 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: Marco Antonio Raupp, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Senador Casildo Maldaner, Senador da República; Major Fabiano de Souza, Diretor de Prevenção da Secretaria Estadual de Defesa Civil de Santa Catarina, Tenente-Coronel Márcio Luiz Alves, Representante da Fundação do Meio Ambiente – FATMA-SC; Roberto Pértile, Diretor do Instituto Nova Acrópole e Juan Antonio Altamirano Flores, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. É franqueada a palavra,

também, para Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Sérgio Souza e os Deputados Sarney Filho, Celso Maldaner e Esperidião Amin. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a

Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

Edição de hoje: 126 páginas

(OS: 16333/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

